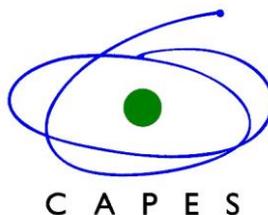




**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA
APLICADA – PosLA**

EMANOEL PEDRO MARTINS GOMES

**A CONSTATAÇÃO DA CORRUPÇÃO ENQUANTO
PERFORMATIZAÇÃO DE UM DISCURSO: UMA
ANÁLISE DE REPORTAGENS DE VEJA EM
CASOS DE CORRUPÇÃO POLÍTICA**



**FORTALEZA – CEARÁ
2013**

EMANOEL PEDRO MARTINS GOMES

**A CONSTATAÇÃO DA CORRUPÇÃO ENQUANTO
PERFORMATIZAÇÃO DE UM DISCURSO: UMA ANÁLISE
DE REPORTAGENS DE VEJA EM CASOS DE CORRUPÇÃO
POLÍTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, do Centro de Humanidades, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Linguística Aplicada.

Área de concentração: Linguagem e Interação

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Claudiana Nogueira de Alencar

**FORTALEZA – CEARÁ
2013**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Biblioteca Central Prof. Antônio Martins Filho
Bibliotecário Responsável – Doris Day Eliano França – CRB-3/726

G633c Gomes, Emanuel Pedro Martins.
A constatação da corrupção enquanto performatização de um discurso: uma análise de reportagens de Veja em casos de corrupção política / Emanuel Pedro Martins Gomes. – 2013.
CD-ROM. 171f.; il. (algumas color.) : 4 ¾ pol.
“CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm)”.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Fortaleza, 2013.
Área de Concentração: Linguagem e Interação.
Orientação: Profa. Dra. Claudiana Nogueira de Alencar.

1. Corrupção. 2. Discurso. 3. Performatividade. 4. Avaliação. 5. Identidades. I. Título.

Universidade Estadual do Ceará
Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada

A CONSTATAÇÃO DA CORRUPÇÃO ENQUANTO PERFORMATIZAÇÃO DE
UM DISCURSO: UMA ANÁLISE DE REPORTAGENS DE VEJA EM CASOS DE
CORRUPÇÃO POLÍTICA

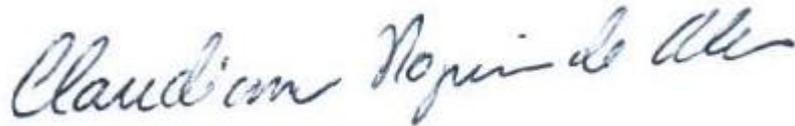
Autor: Emanuel Pedro Martins Gomes

Defesa em: 25/03/2013

Conceito obtido: Satisfatório

Nota obtida: 10,0

BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Dr^a. Claudiana Nogueira de Alencar – (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof^a. Dr^a. Branca Falabella Fabrício
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ



Prof. Dr. Pedro Henrique Lima Praxedes Filho
Universidade Estadual do Ceará – UECE

[...] *O homem também toma a si mesmo como matéria e se constrói, sim, senhores, como uma casa.*

[...]

E no entanto não há outra realidade fora desta, senão na forma momentânea que conseguimos dar a nós mesmos, aos outros, às coisas. A realidade que tenho para vocês está na forma que vocês me dão; mas é realidade para vocês, não para mim. A realidade que vocês têm para mim está na forma que eu lhes dou; mas é realidade para mim, não para vocês. E, para mim mesmo, não tenho outra realidade senão na forma que consigo me dar. Como assim? Construindo-me.

(Luigi Pirandello)

O fato é um aspecto secundário da realidade.

(Mario Quintana)

[...] *não se pode destacar a filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção do mundo são, também elas, fatos políticos.*

(Antonio Gramsci)

Ao Deus do Entre-Nós.

À minha Mãe, por ser-me o sangue que nutre.
À Claudiana, por ser-me a energia que movimenta.
À Dina, por ser-me o vento que me renova o ar.
Ao Pedro, por ser-me o exemplo a seguir.

AGRADECIMENTOS

[Um ato difícil e cheio de riscos para mim: agradecer. Difícil porque sou grato a todas as pessoas que passaram por minha vida, da mulher que me afagou com carinho o cabelo em minha infância à criança que, da janela de um carro, sorriu e acenou para mim. Cheio de riscos simplesmente porque gostaria de explicar, o quanto possível, por que todas essas pessoas me são ou foram caras, o que certamente não seria adequado, dado o espaço diminuto de que disponho para tal. Temo, também, não me recordar de todas aquelas pessoas que deixaram em mim uma doce sensação de viver. Contudo, espero que consiga minimamente lembrar e citar seus nomes. Aliás, refazer os fios que tecem uma vida não é tarefa fácil para ninguém.]

À manifestação de Deus, por me permitir sentir Sua presença em todo o momento da escrita desta dissertação. A cada oração, eu percebia, como o servo Jó (Jo, 42, 2), que Ele tudo pode e que nada Lhe é difícil. Minha vida é toda Sua, Senhor.

À minha mãe, Maria Martins Gomes (Dona Conceição, Dona Ceiça), que sempre se sacrificou da vida para permitir que eu pudesse perseguir um caminho digno e feliz. Aprendi com a senhora a estar seguro de que, mesmo à esquerda na vida, podemos, muitas vezes, estar à frente dos homens. O silêncio das suas verdades e a indignação sem verborragia foram palavras de densa tradução, que carregarei para o resto de minha vida como aprendizagem de sabedoria.

À minha namorada, única, Patrícia Maria, pelo honesto e divino amor que me dedica; obrigado por ser a tal ponto linda e maravilhosa que me faz ter a certeza de que a vida só é possível amando; você acompanhou todo o processo de minha pesquisa no mestrado, sabe de tudo o que me acontecia, de quantas dificuldades enfrentamos para que, mesmo agora, pudéssemos estar juntos e amadurecidos; sou-lhe para sempre grato pelo estado de graça que é nosso amor.

A três amigas, em especial, que, antes de minha vida acadêmica, foram o impulso inicial, mas central, sem saber: Joelma Almeida, Natália Fonteles, Jussara.

Ao meu querido amigo-irmão Esdras Antão, que sempre esteve comigo e sem o qual de mim já me teria desacreditado: obrigado por tudo, meu amigo; por suas palavras, por

seus conselhos, por sua amizade, por seus telefonemas, por seu apoio; ao seu lado, senti-me sempre amado e bem acolhido.

A professores que, mais do que compartilhavam um pouco de si na prática do ensino, estimularam-me com um olhar, uma palavra, um gesto: à D. Marilene, a pedagoga-mor em minha vida, em cuja escola se fizeram nascer as doces e ternas lembranças da minha infância; à D. Terezinha, vizinha-professora, por nunca ter hesitado em auxiliar-me como a um filho, em preocupar-se comigo, em acompanhar-me a ainda curta trajetória; à Francinete, pelo interesse e ato de me ajudar, mesmo sem ter alguma obrigação ou vínculo comigo (sua sensibilidade para com este rapaz foi algo de que nunca vou me esquecer); a um professor de português de cujo nome lamentavelmente não me lembro, mas graças a quem, em uma aula sobre Murilo Mendes e Jorge de Lima, adentrei com interesse no mundo da literatura; a um professor de matemática do ensino médio, de quem também não me recordo o nome, contudo por estímulo de quem surgiram-me o universo e o desejo de ingressar no ensino superior.

A outros professores que me deram imaginariamente a mão, especificamente o estímulo, consideravelmente o saber, com o que pude desbastar o próprio incipiente caminho: a Douglas de Paula, pelos vários olhares sobre a literatura e pelas primeiras e ricas indicações de leitura; a Luciano Pontes, pela introdução magnífica à linguística; a Ruberval Ferreira, pelo interesse em meu ânimo acadêmico, pela seleção de iniciação científica e pelo convite, tão cedo, às aulas do mestrado; ao professor João Batista, com quem fiz várias disciplinas na graduação e graças a quem ganhei vontade e empolgação para estudar, com sua apresentação àquele que mudou muito minha forma de ver a linguagem, Mikhail Bakhtin; à professora Helenice, pelos questionamentos sobre a educação, sobre o ensino-aprendizagem, sobre a prática docente, e pela sempre feliz recepção às minhas ideias em relação à filosofia da linguagem; em conjunto, ao professor Geovani Jacó e à professora Rosemary, pela confortante e estimulante acolhida no grupo de estudos e pesquisas COVIO (Conflitualidade e Violência), por meio do qual pude ampliar o horizonte de minhas ideias sobre o social e as práticas discursivas da violência; à professora Anna Elizabeth Balocco, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pela gentileza em ter-se disponibilizado em ajudar-me, quando da elaboração do referencial teórico da Avaliatividade, e esclarecer-me e enviar-me, via e-mail, referência de sua apresentação, graças à qual pude entender melhor a teoria.

Em especial, a três professores que, para além do fato de terem sido membros da banca de qualificação, foram e são a base de minha sustentação acadêmica, intelectual e ético-

moral: à minha querida orientadora Claudiana Nogueira de Alencar, por tudo, por cada palavra, por cada gesto, por cada olhar e sorriso, por tudo; desde minha graduação, quando assistia, como ouvinte, às suas aulas no mestrado, surpreendia-me com a amplitude de seu conhecimento e sentia-me contagiado pela energia que vem de você, bem como pela compreensão de que você faz do saber não o espetáculo de si mesma, mas sim um recurso para que todos e todas nós possamos encarar os problemas práticos que afligem nossos semelhantes; certamente, estas palavras de agradecimento são muito poucas para alcançar a abrangência de sua candura e amor, que sinto toda vez que estou com você – minha segunda mãe; ao adorável professor Pedro Henrique Lima Praxedes Filho, pela grandeza de espírito, pela paixão pelo ensino e aprendizagem, pelo exemplo de ser humano e profissional que você é; obrigado por sua simplicidade, pela postura de sábio que compartilha um pouco de si para o engrandecimento do próximo, pelas inestimáveis ajudas e orientações que você me ofereceu desde minha graduação até este momento; por todos os livros, artigos, slides e e-mails enviados; tudo isso foi um estímulo para mim, que tenho em você um exemplo perfeito de pesquisador e professor; graças a você, pude entender o quanto de ensinar é comungar-se com o outro – eis por que vejo em você a imagem de quem desejo ser; e, por fim, não menos importante, à fantástica professora Dina Maria Martins Ferreira, espécie de mãe-tia-irmã que me aconselha e apoia sem medidas, sem exigências de retribuição, com desprendimento típico do amor de quem ama incondicionalmente; sempre tenho, não sei por quê, na lembrança de seu nome e pessoa, a sensação de movimento, de um ar que afasta as folhas do chão para mostrar o caminho a seguir – misteriosa dádiva encerra Dina!

À minha falecida tia Zélia (*in memoriam*) e ao meu distante tio José Maria, por terem acreditado em minha perseguição aos estudos e por terem sido um suporte à minha família em momentos difíceis.

À minha madrinha Geane e padrinho Luís (*in memoriam*), por terem-me apoiado sempre e terem-me em grande conta em seu coração.

À D. Fátima: foi aquele meu fascínio por sua biblioteca, foi aquele seu desejo em saber se eu tinha interesse em estudar, foram aqueles livros que me dera, que me fizeram hoje uma pessoa bem diferente do que seria.

Aos grandes amigos e às inúmeras amigas de graduação: Gabriel Holanda, meu primeiro e querido amigo do curso; Nágela Ferreira, doce e verdadeira amiga, que sempre

torce para o meu bem e cujos abraços deram-me tanta força; Dilena Lenita, amiga sem palavras, para todas as horas, por quem tenho profunda admiração e carinho; Marcos Alberto, pelas entrelinhas e brincadeiras cheias de opacidade, revelando o que parecia ser a natureza da linguagem; Fágner Silveira, por sua inteligência, cultura e erudição; Alan Santana, pelo carinho, pelos abraços e pelas elogiosas palavras com as quais pude acreditar em alguém (em você) com nobreza e sensibilidade verdadeiras; Aricélia, pela beleza de pessoa que você é, pela simplicidade, alegria e veracidade no olhar; Natali de Moraes, pela graciosidade e seu encantador jeito de ser; Marco Vasconcelos, pela sua interlocução sempre inteligente e perspicaz; Thaysa Maria, por quem tenho grande admiração e carinho; Maria Eduarda, pela argúcia intelectual que lhe admiro; Meysse, cuja docilidade e meiguice deixa-nos sempre serenos; e Jony Kellson, “malungo sangue bom”, com quem pude, vez e outra, trocar impressões sobre música e poesia brasileiras.

Àqueles e àquelas pessoas que, graças ao mestrado, puderam entrar em minha vida e deixar um sentido todo especial: à “Emanoelle”, digo, Rafaelle Oliveira, minha grande e querida amiga, com quem pude confidenciar minhas angústias, medos, suposições e opiniões durante toda a pós-graduação, sem medo de, em nenhum momento, ser repreendido (serei sempre grato às suas intervenções, conselhos!); às minhas irmãzinhas, amáveis, inesquecíveis Jariza Augusto e Erika Assunção, por quem agradeço a Deus por ter-me juntado à vida de ambas (todos os momentos que compartilhei com vocês me dão a impressão de que fui e sou plenamente feliz; obrigado por serem como são, por terem estado comigo sempre, por apoiarem-me, por escutarem-me, por afagarem-me o peito com a certeza de que tudo daria certo! Amo-as com o coração!); à Poly Lima, meu oásis musical e sorridente durante a “inspeção contínua e dolorosa do deserto” dos estudos, com quem pude escutar bastante Led Zeppelin nas pausas de escrita, mas como estímulo à produção (tudo o que é ao mesmo tempo zeppeliano e dissertativo me faz lembrar você, Polyuschka! Je t’en remercie!); ao Carlos Eduardo, amigo de pós-graduação, mas camarada desde minha graduação, cujo interesse pela mídia me fazia querer ser sempre mais atento e mais crítico; ao Marco Antônio (Marquinho), grande amigo e camarada, cujas inquietações suscitam em mim muita admiração e respeito, porque associadas à sua simplicidade e honestidade; ao Carlos Sidney, colega de angústias e alegrias, de dúvidas e brincadeiras, com quem pude compartilhar impressões e *insights* sobre a vida e as relações sociais; em conjunto e em especial, à Gisleuda Gabriel e à Raquel Ribeiro, pelas doces lembranças com músicas dos Beatles, pelas lindas postagens no *Facebook*, pelos poemas de Drummond compartilhados (foi em uma de nossas noitadas virtuais que guardei a

emocionante sensação de que estou com vocês a cantar quando tocam “Hey Jude”; lindas!); ao Hiran Nogueira, pelas sempre lúcidas e brilhantes tiradas que nos faziam todos rir e admirar pela sagacidade e inteligência, além de ser um pessoa cheia de humanismo e coerência; ao José Lins Jr., cujo destemor e coragem foram um estímulo para eu seguir em frente; à Kélvia Menezes, pelas tardes e comecinho de noites em que pudemos estar juntos, a falar de teorias, do amor, dos caminhos da vida; ao Fernando Henrique, que aos poucos vem se tornando um grande amigo e companheiro.

A tantos e tantas outras a quem também não posso deixar de agradecer, como Ailton Claécio, Paulo César (PC), a doce e alegre Elisiany Lopes, Érica Azevedo, a hilariante e linda Fernanda Ribeiro, o amigão Abimael Maciel, a mais do que doce e amorosa Tânia Dourado, Dulce Valente, Adriano Almeida, Isabela Nascimento, Karlucy Farias, Teresinha e Beatriz Alvarez (Bia).

À doce e encantadora secretária do PosLA, Keiliane Dantas, pelo lindo sorriso que mitigava minhas aflições com prazos de relatórios, frequências, e com informações do mestrado. Muito obrigado, Keila!

Ao Pablo Tahim e à Gilania Cordeiro, amigo e amiga que trabalham na secretaria do PosLA, pela cordialidade e solicitude em me atender, sempre quando necessário, e pelas animadas saudações que trocamos fora da secretaria.

À FUNCAP (Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico), pelo apoio financeiro à minha Iniciação Científica na graduação, graças ao qual pude me dedicar inteiramente à pesquisa e ao estudo.

À UECE (Universidade Estadual do Ceará), pela oferta de um curso que mudou minha vida.

Ao PosLA (Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, da UECE) e a seus professores, por terem proporcionado um espaço de enriquecimento acadêmico e de pesquisas em linguística aplicada.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo apoio financeiro à minha pesquisa de mestrado, com o que pude participar de vários eventos acadêmicos e comprar inúmeros livros que, espero, me enriquecerão profissionalmente.

RESUMO

Este trabalho traz uma compreensão da corrupção não como manifestação de uma crise de legitimidade, mas como elemento constituinte de uma atmosfera de crise, que leva à constante deslegitimação de quem nela está envolvida, por meio de uma análise de textos de uma representante da grande mídia impressa brasileira, a revista VEJA, referentes a casos de corrupção política no Brasil. Ao buscar compreender o uso da linguagem da mídia em referência à política, vimos que o caráter informativo de VEJA só se realiza na medida em que seus jornalistas se posicionam e a constroem enquanto tal, através dos recursos linguístico-discursivos mobilizados na produção de seus textos e discurso, reforçando a crença de que o uso da linguagem em suas representações discursivas faz parte de um jogo de linguagem constatativo. Entretanto, a forma como os jornalistas de VEJA representam eventos ou identidades sociais em seu discurso se pauta exclusivamente por um modo de elaboração e proposição da sua voz que ora re-produz monologicamente a realidade dos acontecimentos, ora se ancora por estratégias discursivas que lhe dão o caráter de verdade, além de darem a evidência de uma veracidade em suas proposições. Na análise, encontramos o fato de essas representações discursivas que VEJA, sob a voz de seus jornalistas, faz em seus textos convergirem para a identidade dos atores políticos, revelando marcas de antagonismo que incidem diretamente na impugnação e na construção de novas identidades. Tais marcas de antagonismo se realizam sob a forma de avaliações atitudinais e contrações de vozes proposicionais alternativas que tanto constroem identidades de maneira desprestigiosa, quanto ainda as comprometem moral e juridicamente para a audiência. Este antagonismo presente na voz dos jornalistas de VEJA foi um ponto importante para argumentar que, primeiro, seu uso da linguagem não é informativo e que, segundo, suas proposições põem em xeque, contraexpectativamente, a própria legitimidade não só das identidades dos atores sociais em questão, mas também da alternativa política e ideológica que elas representam para o mundo social. Assim, percebemos que a corrupção não só é constatada, mas também avaliada em termos jurídico-morais, de tal modo que a impugnação e desaprovação dos atores políticos tornam-se apenas a consequência natural e legítima dela, tudo isso graças à forma como ela, a corrupção, é representada nos textos midiáticos. Dado que VEJA recusa-se, assim, a discutir questões do âmbito político em termos claramente políticos e trata tais questões de forma jurídico-moralista, ela escapa de se manifestar como um ator político também, que, por meio de seus discursos, interfere no domínio sobre o qual ela fala, gerando consequências que vão muito além do que simplesmente informar. Concluímos que a constatação da corrupção assume dimensões ideológicas, políticas e institucionais deslegitimadoras, principalmente quando tematizada de fora do mundo sistêmico da administração estatal e do direito, tornando-se ponto nodal recursivo de representações sociopolíticas que lutam para ordenar e narrar a realidade de modo particular.

Palavras-chave: Corrupção; Discurso; Performatividade; Avaliação; Identidades.

ABSTRACT

This work brings an understanding of corruption not as manifestation of a crisis of legitimacy, but as constituent element of a crisis atmosphere, which leads to a constant delegitimization of who is involved in it, through a textual analysis of one of the Brazilian mainstream media, VEJA magazine, when it refers to cases of political corruption. In seeking to understand the language use of media with reference to politics, we saw that the supposedly informative VEJA's character only takes place in that its journalists are positioned and construed it such as by means of discursive and linguistic resources used in their texts and discourse, endorsing the belief of the language use in discursive representations participates in a constative language game. However how journalists represent events or social identities in discourse is exclusively guided by one mode of elaboration and proposition of their voice that both reproduces one-sidedly the reality of events and is grounded in discursive strategies that give both a status of truth and an evidence of truthfulness in their propositions. In this analysis, we find the fact that these discursive representations by VEJA converge to the identity of political actors, which reveal features of antagonism that focus on both the impugment and the construction of new identities. These features of antagonism take place in the form of attitudinal evaluations and contractions of alternative propositional voices which construe identities without prestige, as well as compromise them morally and juridically for the audience. This antagonism was an important point to argue that, on the one hand, the language used by VEJA journalists isn't informative and, on the other hand, a counter-expectancy way, their propositions question the legitimacy both of political actors' identities and ideological and political alternatives they represent social world. Thus, we realize the corruption not is constated, but evaluated in moral and juridical terms so that the impugment and disapproval of political actors become just the natural and legitimate consequence of it, on account of corruption is represented in the media texts. Since VEJA treats, then, the questions from the political in a moral and juridical way, instead of in a political way, it escapes to admit itself, through its discourse, as a political actor that it interferes in the field it talks about with consequences that go far beyond simply informing. We conclude that corruption assumes ideological, political and institutional delegitimizing dimensions, especially when it is constated and themed outside the world of systemic administration of state and law, by becoming a recursive nodal point for sociopolitical representations struggling to order and describe the reality in a particular way.

Keywords: Corruption; Discourse; Performativity; Evaluation; Identities.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	15
LISTA DE QUADROS	16
1. INTRODUÇÃO.....	17
2. O <i>FRAMEWORK</i> METODOLÓGICO: A POSTURA INTERVENTORA DO ANALISTA, AS AVALIAÇÕES ATITUDINAIS DAS IDENTIDADES E O ENGAJAMENTO DISCURSIVO COM A AUDIÊNCIA.....	29
2.1 Um adendo à guisa de começo: por que este e não aquele caminho metodológico?.....	29
2.1.1 As premissas do Realismo Transcendental ou Realismo Crítico de Roy Bhaskar.....	31
2.1.2 O problema do naturalismo nas ciências humanas e sociais.....	33
2.1.3 Problemas da conexão RC/ADC para análises do discurso: sociopolitizando a postura crítica	36
2.2 A Teoria da Avaliatividade, de J. R. Martin e P. R. R. White.....	41
2.2.1 O sistema de Avaliatividade (<i>appraisal</i>) no quadro teórico da Linguística Sistêmico-Funcional, de Michael A. K. Halliday e Christian M. I. M. Matthiessen.....	41
2.2.2 A rede de sistemas de Avaliatividade (<i>appraisal</i>)	50
2.3 Considerações metodológicas.....	73
3. DE UM PONTO DE VISTA PRAGMÁTICO: O USO DA LINGUAGEM ENQUANTO PERFORMATIVIDADE.....	77
3.1 A filosofia da linguagem ordinária, de Ludwig Wittgenstein e John L. Austin. 77	77
3.1.1 A concepção pragmática de linguagem de Ludwig Wittgenstein e John L. Austin.....	77
3.2 A redução do <i>background</i> dialógico via constatações: a performatização de um discurso (I).....	82
4. DO DISCURSO À POLÍTICA: ANTAGONISMO COMO CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES SOCIAIS.....	97
4.1 O Pós-Marxismo de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe	97
4.1.1 A noção de <i>discurso</i> para uma nova compreensão das lutas sociais e da construção de identidades.....	97

4.1.2 O antagonismo como impedimento e possibilidade de constituição de identidades sociais	105
4.1.3 A hegemonia como resultado discursivo de práticas articulatórias	110
4.2 Impugnação e construção de identidades via avaliações de Atitude e de Engajamento: a performatização de um discurso (II).....	118
5. A MÍDIA COMO ATOR POLÍTICO DA ESFERA PÚBLICA	131
5.1 O modelo agonístico de Democracia, de Chantal Mouffe	131
5.1.1 Críticas à abordagem deliberativa de democracia	132
5.1.2 O conceito de “político”, de “política” e o “pluralismo agônico”	138
5.2 O Engajamento e Atitude com a audiência enquanto construção de um discurso: a performatização de um discurso (III).....	142
6. OS JUÍZOS MORAIS E A CORRUPÇÃO: UM PREÂMBULO ÀS CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	160
REFERÊNCIAS.....	163
ANEXOS	169
ANEXO A.....	170
ANEXO B.....	171

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Sistema de POLARIDADE.....	43
Figura 2: Estratos da língua.....	44
Figura 3: A interseção entre as metafunções e os estratos intralinguísticos	46
Figura 4: Panorama do sistema de Avaliatividade (<i>appraisal</i>).....	51
Figura 5: Subsistema de Atitude	52
Figura 6: Sistema de MODALIDADE	58
Figura 7: Julgamento e Apreciação como Afeto institucionalizado.....	61
Figura 8: A área da Apreciação, seus subsistemas e termos.....	62
Figura 9: Rede de sistemas para a expansão dialógica	69
Figura 10: Rede de sistemas para a contração dialógica	72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: As dimensões da língua e seus princípios de ordenamento	42
Quadro 2: Exemplos de interseção das variáveis para a classificação do Afeto.....	56
Quadro 3: Exemplos de Julgamento.....	58

1. INTRODUÇÃO

O trabalho que apresento aqui, como conclusão (não se inclui aqui qualquer sentimento de esgotamento sobre o assunto, como o termo pode sugerir), não se trata de apresentação de resultados de pesquisa simplesmente. É claro que isto não se exclui, uma vez que ele foi produzido em uma instituição e práticas em que se espera minimamente isto, mas é que quereria destacar-lhe o caráter mais proposicional, deontológico, e não somente descritivo, explanatório ou coisa que o valha, já que o valor da descrição, daquilo que seria ou como é, sub-repticiamente comporta algo de prescrição, daquilo que deve ser ou como deveria ser, a partir do que ela, a descrição, ganha um *status* argumentativo nas esferas de discussão de que participaria, ou seja, ganha matiz de alternativa, e não de verdade terminante; de pintura, e não de radiografia.

Não vou pôr ao largo e ao longe as interpretações que dele se possam fazer, como, por exemplo, de que se trata sim de exposição de resultados de pesquisa, contudo ser-me-ia muito satisfatório se ao menos ele viesse a ser visto como versando sobre uma tática de leitura, uma tática sobre estratégias. Seja pela própria natureza metodológica a que foi submetido (descritiva e interpretativista), seja pelo fato mais amplo de que, enquanto discurso, enquanto linguagem, não escapa de ser político, quero expressar com tática também o sentido de que ele pode interferir ou tenta interferir em leituras sobre o domínio de que fala, talvez até cumulativamente modificar-lhe algumas características ou reestruturar práticas sociodiscursivas, mas, senão tudo isso (que é muito!), ao menos fazer não se conformar com o dado e subverter o que pode ser ainda pacífico, natural. Não sou ingênuo ao esquecer, desta forma, que qualquer mudança que ocorra nos domínios temáticos sobre os quais o trabalho versa não vem de um mero desejo, individual, isolado, dos indivíduos produtores do discurso (no caso, de um desejo meu), mas sei bem que, enquanto tal, sabendo perfeitamente que as ações são sempre dependentes de regras do jogo do qual participa, sei bem que meu desejo de jogar de determinada forma, independentemente de ser ela aceita, entendida, legitimada ou não, permanece, ou seja, não me é interdita, tendo, contudo, a certeza de que ela pode ou não ser incorporada ao jogo, ou antes se tornar um desvio facilmente superado pela força maior das regras convencionadas do domínio a que se refere.

Assim, como acredito que tudo o que se faz no âmbito acadêmico, em termos de pesquisa e publicação, não deve restringir seu alcance à biblioteca central da instituição, mas

antes deve ser expresso, de alguma forma, a outros públicos, seja mediante o uso de uma nova linguagem, seja mediante a participação ativa dos acadêmicos em esferas públicas de debate, em outros jogos de linguagem e regimes de verdade, tenho o desejo de que a elaboração deste trabalho possa endossar ou fazer-me endossar outros que discorrem sobre o tema em questão, sempre a partir do ponto em que não se aceite a neutralidade ou imparcialidade de atos de fala veiculados publicamente, sobretudo no reportar-se ao político. Isso porque já se embrenhou em mim uma predisposição antes teórica, intelectual, mas hoje quase pessoal, biográfica, de que, quando falamos, exercemos alguma forma de ação ao nosso redor, sobre as pessoas, de tal modo que é possível haver uma mudança, seja ela significativa ou não, da realidade; fornecemos alternativa(s) a uma prática ou situação problemática; buscamos a adesão do outro quanto àquilo de que falamos; angariamos defensores para aquilo que defendemos em nossas ideias; estabelecemos, mesmo que temporariamente, uma verdade ou ideia com valor aceito. É como se sempre encontrasse nos textos, com maior ou menor intensidade, índices de nossa subjetividade, avaliação, julgamento, que denotam ser a linguagem não o reino da impessoalidade, da neutralidade, mas antes nossa forma de poder, de ver e encarar as coisas, as pessoas, a realidade etc.; dessa forma, parto da compreensão bem austiniana de que a linguagem não é apenas uma forma de descrever a realidade tal como ela é, mas principalmente uma forma de ação sobre o mundo, sobre as coisas, sobre as pessoas.

Logo, cada texto, cada discurso comporta ideias – ideias essas que, por sua vez, comportam um modo de (alguém) encarar a realidade, de descrever a realidade como ela deveria ser; ideias essas que se expressam enquanto argumentos, ou seja, enquanto pretensão de verdade. É dessa predisposição depositada em mim que elaborei o presente trabalho no intuito de construir uma relação (nova ou não) com o seu tema, em vez de pensar que apenas informa um ponto de vista científico sobre ele, dando margem, assim, a outra possibilidade de encará-lo.

Este trabalho, portanto, versará sobre mídia, política e corrupção. Mas, ressalto que não pretendi fazer aqui um levantamento bibliográfico acerca do conceito de corrupção, nem uma análise, como na ciência política, das conotações e papéis que ele assume nas mais diversas abordagens ou paradigmas que tentam dar um lugar e explicação a ele e ao seu papel na política. Então, passará ao largo de minhas pretensões dissertar sobre as funções da corrupção e os mecanismos normativos necessários à supressão de sua existência dentro de um quadro institucional aceito, o mais universalmente possível, como bom governo. Se fizesse isso, poderia correr o risco de aventurar-me em uma estrada para a qual, de um lado,

não teria eu conhecimento muito amplo de suas vicissitudes, perigos e geografias, e à qual, de outro, não me seria permitido adentrar com liberdade, sob pena de estar indo longe demais nos contornos de uma pesquisa que pretendia ser, primeiramente, linguística aplicada. Assim, o que farei será antes conduzir, quem se permitir, a uma compreensão da corrupção não como um diagnóstico de um estado político vigente, mas antes como ferramenta do jogo social e político. Em vez de encará-la apenas como manifestação de uma crise de legitimidade, como é muito bem ajustada em certos paradigmas cientista-políticos (cf. FILGUEIRAS, 2008), aqui, na análise de discursos da mídia, poderemos ver como a corrupção pode estar a participar, qual pedra angular, da constituição de uma atmosfera de crise institucional, política, ideológica, que pode levar à deslegitimação ou não de quem nela for envolvida. Para me expressar numa estratégia argumentativa da ciência, a corrupção participaria não como *consequência*, mas como *causa* de uma ilegitimidade político-institucional; contudo, não como causa única e primária, mas como elemento constituinte desta.

Não obstante, quando me refiro à corrupção enquanto ferramenta, enquanto elemento constituinte, como outros possíveis, de uma atmosfera de crise, reporto-me ao conjunto das análises presentes aqui e resultantes neste trabalho, que encontrei motivação em escrever a partir de vários esforços em tentar compreender o uso da linguagem da mídia em referência à política. Tal motivação teve seu ponto de nascituro em trabalhos por mim desenvolvidos durante o período em que participei da iniciação científica, na Universidade Estadual do Ceará (UECE), na época de minha graduação no curso de Letras, quando fui levado a pesquisar o papel da mídia na construção de escândalos políticos. A partir das conclusões de que uma mídia impressa específica, considerada de grande porte nacional, seja pela força de atuação em esferas de debate sociais, seja pelas tiragens de suas edições, representava e narrava os eventos políticos de forma desprestigiada, sem fito algum na superação de problemas que neles resultavam, e principalmente quando relacionados a um governo de apelo “popular”, à primeira vista oposto aos anteriores, que poucas vezes (só episodicamente) sofreram oposição ferrenha por parte da mídia – pude, bem depois, após outras e novas leituras decorrentes de minha insatisfação com a limitação de tais conclusões, pude desconfiar se até o nascimento de um escândalo, nas próprias representações midiáticas dos eventos e atores políticos, não estaria a depender de um tipo de apelo estratégico a aspectos discursivos, linguageiros, ao mesmo tempo de grande alcance social e de profundo impacto político, que rendessem compreensão abrangente, especialmente quando não falados em termos especializados ao tema. Foi assim que pude chegar ao entendimento do apelo

constante à linguagem de uma moral jurídica, na referência, em reportagens, a elementos do campo político. Eis aí um primeiro ponto a que pude chegar.

Com outras leituras, vi-me fazendo relações (coerentes ou não, pertinentes ou não) entre outros elementos que deveriam ser considerados no estudo da mídia, o que me levou a um segundo ponto, concernente ao possível entrelaçamento de três aspectos sociopolíticos contemporâneos que, embora alguns à primeira vista desconexos, poderiam exercer igual força num determinado elemento da vida social: a linguagem ou, mais especificamente, o uso da linguagem em práticas discursivas da mídia, sempre em especial a grande mídia¹ impressa, neste caso o semanário VEJA, da editora paulista Abril, sobre a qual já vinha me debruçando em análises desde a graduação.

Tais aspectos, que já foram constatados por vários teóricos e trabalhos atuais, dizem respeito: (I) à formulação, operada já há alguns decênios, mas em constante ratificação, de uma identidade da imprensa jornalística como informativa, em oposição a uma antiga imagem que a caracterizava, desde os seus primórdios até aproximadamente o início do século XX, como imprensa opinativa (Cf. THOMPSON, 2002; 2005; MELO, 2005); (II) ao caráter da cultura política contemporânea, ou melhor, ao que alguns sociólogos, *mutatis mutandis* e sob as mais variadas nomenclaturas (“política da confiança”, Thompson, 2002; “subpolítica” [*subpolitics*], Beck, 1997; “política da vida” [*life politics*] e “terceira via” [*third way*] Giddens, 1999; 2001), identificavam ser uma “nova política” – uma tendência (fruto do período atual da modernidade) que cria no desaparecimento ou na incompatibilidade, cada vez mais patente, de anseios políticos se expressarem em termos de posições ideológicas tradicionais ou claramente definidas, como esquerda/direita, o que poderia incidir, quando da escolha de representantes políticos, diretamente no papel crescente da confiança e da credibilidade enquanto critérios de julgamento para o campo político; e (III), não muito diferente do anterior (porque algo que nele se subsumiria), ao “atual *Zeitgeist* político” (Cf. MOUFFE, 2005), uma “ordem do discurso” (FOUCAULT, 1998), digamos assim, que tornaria possível a emergência dessa “nova política”, ao acreditar, por conta das mudanças

¹ Sob esta nomenclatura, refiro-me aos grandes conglomerados da indústria da informação de massa e do entretenimento, seja em setores como rádio, televisão e internet, seja em jornais e revistas. No Brasil, entre os principais conglomerados de empresas de comunicação em massa, encontram-se: as Organizações Globo (a maior da América Latina), que comporta empresas de televisão aberta, a cabo e satélite, de rádio, jornais, revistas, internet, gravadoras; e o Grupo Abril (um dos maiores da América Latina), que encerra empresas de mídia gráfica e digital, dentre as quais a Editora Abril, possuindo mais de 30 publicações em revistas no Brasil e atingido setores que vão do público infantil ao público adulto, e em várias áreas, como informação, entretenimento, saúde, economia, turismo e esporte.

sociais, políticas e econômicas ocorridas nas últimas décadas, num mundo onde a discriminação política em nós/eles poderia ser superada e onde os conflitos partidários teriam se tornando coisas do passado, o que permitiria, portanto, haver finalmente, no campo político, um consenso racional, universal e sem exclusão entre seus participantes, obtido através do diálogo ou da deliberação, com vistas sempre ao bem comum.

Mas, que relação visualizei (bem ou mal) entre esses três aspectos e que consequências teriam para o que pesquisava em relação à mídia e política? Convém especificar. Nesses três aspectos, encontrei um ponto em comum: a construção de *identidades sociais*. No primeiro caso, temos a reivindicação, por parte da mídia, de uma identidade que lhe daria suporte para um caráter mais noticioso, informativo (Cf. ANTÃO, 2009), fruto de um *ethos* jornalístico mais interessado em *apresentar os fatos* correntes no mundo do que em opinar e se comprometer politicamente com o que relata, pois, do contrário, estaria a ferir os princípios norteadores desse novo jornalismo – a neutralidade e a objetividade. No segundo, há uma substituição dos critérios de avaliação para o campo da política e da representatividade dos políticos; com esse caráter da cultura política, não mais se pautariam (ou poderíamos ser levados a não fazer) as escolhas dos representantes por seus partidos, com programas ideológicos nitidamente determinados representando interesses gerais de classes ou, sobretudo, de grupos ou movimentos sociais, mas, sim, pela *credibilidade* e *confiabilidade* dos representantes políticos, assim como pela possibilidade de considerarem as decisões tomadas fora do âmbito político institucional, na “subpolítica” ou “política da vida”; em outras palavras, o que estaria em jogo agora seria a identidade que os atores políticos assumiriam para o público, com as qualidades *morais* que suas imagens carregariam com elas, bem como a importância que eles dão às deliberações realizadas na esfera pública. No terceiro, o espírito político atual traria em seu bojo o enfraquecimento das identidades sociais coletivas (MOUFFE, 1994, 2005), uma vez que, com a derrocada do socialismo, não haveria alternativa ao capitalismo, não fazendo mais sentido, portanto, pensar os desejos políticos em termos de conflitos político-partidários, ou seja, em vez de definirmos a discriminação nós/eles com categorias políticas do tipo esquerda/direita, socialista/capitalista, deveríamos pensar nossos interesses e valores com base na deliberação racional com vistas ao bem comum, superando, dessa forma, as identidades tradicionais enquanto expressões de anseios de grupos sociais.

Assim sendo, surgira-me a indagação de se haveria alguma relação entre essa ordem do discurso, que é o “atual *Zeitgeist* político”, ao fazer crer na substituição (como se

fosse inevitável) da política tradicional pautada em partidos ou ideologias por uma “política da confiança” (enquanto, digamos, uma de suas nuances ou de suas formações discursivas), e o discurso que reforçaria uma identidade da mídia (neste caso, da revista VEJA) como jornalismo informativo, em contraposição ao jornalismo opinativo, em que as predileções políticas e ideológicas seriam vistas mais evidentemente, o que a faria inevitavelmente participante do jogo político e social.

À primeira vista, considero que o caráter informativo reivindicado pela mídia (por VEJA) só se realiza na medida em que ela se posiciona e se constrói enquanto tal através dos recursos linguístico-discursivos que mobiliza na produção de seus textos e discurso, reforçando a crença de que o uso da linguagem em suas representações discursivas faz parte de um jogo de linguagem designativo ou constativo. Tomando como ponto de partida os pressupostos teóricos que assumirei neste trabalho, veremos no **capítulo 3** que isto não seria possível, já que a forma como os jornalistas de VEJA representam eventos ou identidades sociais em seu discurso se pauta exclusivamente por um modo de elaboração e proposição da sua voz que ora re-produz monologicamente a realidade dos acontecimentos, ora se ancora por estratégias discursivas que lhe dão o caráter de verdade, como o uso de informações de órgãos investigativos e o levantamento de provas e contraprovas, que dão evidência e reforçam a veracidade de suas proposições – espécie de microcosmo do discurso da revista. Este modo de elaboração e proposição da voz dos escreventes de VEJA se realiza como afirmações designativas ou constativas que, em certa medida, desempenham uma função engajadora com a audiência, mormente quando examinadas sob o pano de fundo social e político da época em que foram feitas. Verificamos também que a presença de afirmações designativas parece construir e reforçar, para a revista, uma identidade jornalística de tipo informativo, mais comprometida com o que é fato e o que acontece, sem se permitir assumir uma ou outra posição política dentro do jogo social, político e discursivo entre vozes alternativas, num cenário nacional em que pululavam denúncias de casos de corrupção envolvendo membros governistas. Isso sedimentaria a crença de que o uso da linguagem nas representações discursivas de VEJA faz parte de um jogo de linguagem designativo ou constativo.

Além disso, tal análise não se basta por si só, pois, no **capítulo 4**, encontraremos o fato de essas representações discursivas que VEJA, sob a voz de seus jornalistas, faz em seus discursos convergirem para a identidade dos atores políticos, revelando marcas de antagonismo que incidem diretamente na impugnação e, conseqüentemente, na construção de

novas identidades. Tais marcas de antagonismo se realizam, nas proposições dos jornalistas de VEJA, sob a forma de avaliações atitudinais e contrações de vozes proposicionais alternativas que tanto constroem identidades de maneira desprestigiada, quanto ainda as comprometem moral e juridicamente para a audiência. Este antagonismo presente na voz dos jornalistas de VEJA é um ponto importante para argumentar que, primeiro, seu uso da linguagem não é, de modo algum, informativo ou designativo e que, segundo, suas proposições põem em xeque, contraexpectativamente, a própria legitimidade não só das identidades dos atores sociais em questão, mas também da alternativa política e ideológica que elas representam para o mundo social. Isso revelaria quão eficaz é a impugnação discursiva de identidades, sobretudo quando são elas mesmas as portadoras dos discursos para a ordem ou projeto político e social que sustentam. Com isso, chegaríamos à conclusão de que tal forma de representação discursiva de VEJA pode ser considerada um epifenômeno do *Zeitgeist* político atual, tal como falei mais acima, dado que VEJA, recusando-se a discutir questões do âmbito político em termos claramente políticos, escapa de se manifestar como um ator político também, que, por meio de seus discursos, interfere no domínio sobre o qual ela fala, gerando consequências que vão muito além do que simplesmente informar (cf. **capítulo 5**). Daí a sua tendência em tratar tais questões de forma jurídico-moralista (legal/ilegal, íntegro/dissoluto, proba/ímprobo), o que leva muitas vezes a que se assumam a ideia de que a ilegitimidade de certas ações de um ator ou grupo político, quando representadas pela revista e constituindo fenômenos midiáticos como “escândalos”, “crises” etc., é um reflexo, em pequenas proporções, da pretensa ilegitimidade da ordem política ou, simplesmente, da política visada pelo grupo representado.

Mas, em que ponto das análises deste trabalho aparece a tese da corrupção enquanto ferramenta ou elemento constituinte de uma atmosfera de crise na política? Ora, um ponto de partida importante, entretanto comumente ignorado, na discussão a respeito da corrupção, reside na compreensão do papel dos juízos morais mobilizados na avaliação das práticas políticas. A relevância deste ponto de partida vem do entendimento, que advogo, no **capítulo 6**, de que a corrupção não é apenas um fenômeno que nasce, desenvolve-se e morre tão-somente nos espaços sistêmico-administrativos relacionados à política, independentemente do que ocorre fora desse campo. Antes, defendendo a ideia de que a corrupção, enquanto um dos mecanismos indispensáveis à eclosão de uma atmosfera de crise, assume dimensões ideológicas, políticas e institucionais deslegitimadoras, principalmente quando tematizada *de fora* do mundo sistêmico da administração estatal e do direito,

tornando-se ponto nodal recursivo de representações sociopolíticas concorrentes no mundo da vida, subjacentes às quais podemos encontrar interesses e avaliações que lutam para ordenar e narrar a realidade de modo particular. Foi aqui onde me deparei com o papel desempenhado pela corrupção na constituição de uma atmosfera de crise, pois a forma como ela é representada nas reportagens da mídia, no caso de VEJA, sempre faz apelo a juízos e avaliações que encontram sua verdade e justificação moral no Direito, ou seja, a corrupção, tematizada de fora do campo político por VEJA, é avaliada em termos jurídico-morais de tal modo que a impugnação e desaprovação dos atores políticos tornam-se apenas a consequência natural e legítima dela, tudo isso graças à forma como ela, a corrupção, é representada nos textos midiáticos. Seu caráter de “ferramenta” ou “elemento constituinte” surge justamente enquanto manifestação avaliativa e deslegitimadora “externa” ao que ocorre dentro da máquina política, e amparada por um ordenamento moral incontestável – o Direito. Portanto, quanto mais avaliada em termos jurídico-morais é a corrupção, tanto mais ela serve como ferramenta indispensável ao surgimento de uma crise, de um escândalo; tanto mais ela se revela como uma forma de estratégia dentro do jogo político.

Partindo da conclusão acima esboçada de que não encontraríamos uma forma constativa de a mídia representar os eventos e atores políticos, sobremaneira em um ambiente de surgimento de denúncias contra membros do governo vigente, caber-nos-ia verificar, por exemplo, em nome de que interesses as reportagens analisadas avaliam e constroem a realidade/identidade dos eventos e atores políticos em análise. Entretanto, por um lado, arriscar-me a dizer terminantemente que interesses fundamentam a forma de elaboração das reportagens, bem como de construção da realidade/identidade presente nelas, poderia me levar a um subjetivismo analítico que prefiro evitar, já que os interesses nunca são claramente manifestos, além de que seria parte do *ethos* jornalístico (*a priori*, mas em realidade não *a fortiori*) não ter interesse privado algum, o que me faria trabalhar com uma hipótese de que poderia não haver nada de interesse particular, mas apenas o de narrar e o de dizer “a vida como ela é”, “para o bem de todos”, significando, portanto, um passo bem atrás nas análises até então já feitas, que nos levaram à ideia de performatividade, e não de constatação, designação, descrição, nos atos de fala midiáticos. Por outro lado, assumindo com as análises o fato de haver, para o bem ou para o mal, avaliação nas reportagens, podemos nos encaminhar na direção de saber de que modo a forma como avaliações são feitas nas reportagens e, por conseguinte, como as identidades são construídas e a realidade é narrada é argumentativa e logicamente disposta para fazer a audiência engajar-se com a voz de quem

escreve, narra, representa “os fatos”. Aqui, chego àquela predisposição a que me referi ainda há pouco, predisposição teórica, mas também pessoal, de que buscamos, na prática de fazermos-nos compreendidos nas interações, angariar concordância e assentimento na audiência para aquilo que enunciemos, ou seja, para a realidade que performatizamos em nossas falas, nossos discursos, para a verdade que tentamos, menos temporariamente quanto possível, estabelecer na comunicação com os outros. Dessa forma, a corrupção aparece nas reportagens midiáticas não como diagnóstico imparcial do que se passa no campo político, mas antes, por conta do caráter performativo, avaliativo, interventor dos atos de fala veiculados midiaticamente, como elemento constituinte de uma atmosfera de crise institucional, de um escândalo político, da deslegitimação ideológica dos atores políticos envolvidos nas representações da mídia.

Foi por isto que concentrei minhas análises em dois momentos da história política nacional bem recentes, momentos esses de grande repercussão no cenário político e social que ganharam intensa cobertura e viraram foco constante de reportagens de VEJA. Refiro-me aos momentos referentes ao surgimento do “escândalo do mensalão”, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), e à sequência de eventos políticos que culminaram no afastamento, renúncia e substituição de ministros no primeiro ano do governo de Dilma Rousseff (2011-) e que receberam, em VEJA, a alcunha de “crise da Esplanada”. A escolha desses dois momentos, desses dois governos específicos, foi motivada por serem os dois a promessa de um governo popular, ou seja, um governo “de todos”, especialmente por terem trazido em seu discurso o desejo de atender às demandas dos setores mais pobres da sociedade brasileira. Dessa forma, o apelo e aceitação popular dos dois governos são incomparáveis em relação a outros momentos da história política nacional², conferindo-lhes uma força hegemônica democrática sem precedentes. Além disso, a motivação para a escolha de tais

² Na pesquisa CNI-Ibope, Avaliação do Governo e Pesquisa Eleitoral, de março de 2010, tivemos, entre os principais resultados, que: o percentual de brasileiros que avaliam o governo Lula positivamente atingiu nível recorde de 75%; a maneira Lula de governo foi aprovada por 83% da população; e 77% dos entrevistados confiavam no presidente. Tal pesquisa pode ser encontrada no portal da Confederação Nacional da Indústria (CNI) ou diretamente no link: <<http://www.cni.org.br/portal/data/files/00/FF808081275F670B01276DBDFAD733E1/CNI-Ibope%20Mar%C3%A7o2010.pdf>>, acesso em 13 de fevereiro de 2013. Já a última pesquisa CNI-Ibope, Avaliação do Governo, de junho de 2012, entre os principais resultados obteve que: o percentual da população que considera o governo Dilma “ótimo” ou “bom” cresceu para 59%; 77% dos brasileiros aprovam a maneira de governar da presidente Dilma; e o percentual dos brasileiros que confiam na presidente Dilma mantém-se em 72%. Esta pesquisa também pode ser encontrada no portal da Confederação Nacional da Indústria (CNI) ou diretamente no link: <<http://www.cni.org.br/portal/data/files/FF80808137E2BEF7013839F2F90A5E4E/Pesquisa%20CNI-IBOPE%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20do%20Governo%20Junho%202012%20-%20v2.pdf>>, acesso em 13 de fevereiro de 2013.

momentos encontrou, *mutatis mutandis*, lastro e esteio nas palavras de Herbert Marcuse (1973, p. 13), em sua análise da sociedade industrial em plena Guerra Fria, ao afirmar, na introdução ao seu livro *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*, chamada *A paralisia da crítica: Sociedade sem oposição*, que, em dadas circunstâncias de perigo e ameaça social, “os nossos meios de informação em massa encontram pouca dificuldade em fazer aceitar interesses particulares como sendo de todos os homens sensatos”.

Certamente, deve haver aqui a indagação do que me motivou a escolher o semanário VEJA como fonte e foco das análises. Além de ser um dos principais veículos de um dos maiores conglomerados de empresas midiáticas do Brasil, a revista VEJA, segundo auditorias do Instituto Verificador de Circulação (IVC)³, é a primeira do ranking nacional de publicações em revista com maior circulação no país. Este dado já dá um forte motivo para escolher a revista. Diante disso, é fato que um evento (sob a forma de escândalos, crises, por exemplo, como é o contexto analisado neste trabalho), quando propagado pela mídia, traz sérias implicações para aqueles que nele estão envolvidos, pois, se, conforme o sociólogo da mídia John B. Thompson (2002, p. 97), um escândalo pressupõe, além da ocorrência de atos transgressores que se tornam conhecidos para outras pessoas, a sua desaprovação pública, a mídia tem papel fundamental *na constituição* deste evento, uma vez que ela pode revelá-lo e transmiti-lo a uma pluralidade de pessoas, e criar um clima generalizado de condenação. Encarado desta forma, o grau de atuação de um discurso midiático como o de VEJA, ou seja, o poder de visibilidade que sua circulação sustenta, associado ao grau de repetição que esta visibilidade confere aos assuntos publicados, bem como ao juízo jurídico-moralista feito sobre o campo político, pode promover, mais facilmente, sua estabilidade e, conseqüentemente, imprimir-lhe um matiz hegemônico. Daí surge a necessidade de desmistificar a crença de que o jogo de linguagem da mídia possa ser designativo, por conta das conseqüências sociais,

³ O IVC é uma entidade nacional e oficial, sem fins lucrativos, fundado em 1961 como departamento da Associação Brasileira de Propaganda, mas desde 1965 é um órgão autônomo e filiado à *International Federation of Audit Bureaux of Circulations* (IFABC), uma federação cooperativa de organizações ligadas à indústria da informação, que possui vários escritórios e assembleias espalhados pelo mundo, com o objetivo de verificar e relatar fatos relacionados à circulação de publicações midiáticas e jornalísticas. O IVC realiza auditorias no mercado editorial brasileiro referentes à circulação da mídia impressa brasileira. Como seu parâmetro é a circulação, e não a tiragem dos veículos midiáticos, isto lhe dá o papel de agência indispensável para avaliar o mercado da mídia impressa nacional, bem como a penetração e alcance dos veículos midiáticos, fornecendo uma fotografia precisa do *status* mercadológico de determinadas empresas, o que tem impacto direto nos investimentos na área. Então, o foco de suas auditorias é a circulação, ou seja, o número efetivo de exemplares que chegam às mãos dos leitores via assinatura, venda avulsa ou distribuição direcionada, o que confere maior e melhor valor, critério e precisão na avaliação qualitativa das mídias impressas, diferentemente do parâmetro “tiragem”, que consiste apenas no número de exemplares impressos de uma dada publicação. Para maiores informações do IVC, bem como para acessar suas auditorias, ver o link: <<http://www.ivcbrasil.org.br/>>, acesso em 15 de fevereiro de 2013.

políticas e éticas que todo discurso pode perlocucionariamente implicar, o que desconstruiria a ideia certamente ainda pacífica da informação “objetiva e imparcial” veiculada pelo discurso midiático.

Portanto, boa parte desse projeto reside também num esforço, político, de que a mídia, como todo produtor de discursos, assuma seu papel no embate social como ator político legítimo, deixando de acreditar no seu papel de “vigilante” dos atos públicos, como se estivesse fora, além ou aquém dos limites da esfera política. Acredito, então, que minha postura (“se eu estiver certo”, como se diria na linguagem da ciência e da academia), ao desacreditar o jogo de linguagem possivelmente designativo da mídia, poderia, ao lado de outros trabalhos, ampliar o campo de percepção dos fatos midiáticos, por fazer com que todo e qualquer discurso, como o midiático, mas também como o nosso (o acadêmico), venha a ser considerado como legítimo ou fruto de anseios sempre políticos. Disso este trabalho não poderia escapar, sobretudo se concordarmos com o filósofo franco-argelino Jacques Derrida (1995, p. 232) em que “a ausência de significado transcendental amplia indefinidamente o campo e o jogo da significação”, o que nos chama para participar do embate político e assumir as consequências sociais, políticas e éticas de nossos discursos.

É nesse sentido que, com as análises dos **capítulos 4 e 5**, defendo que o discurso midiático de VEJA pode ser considerado uma “prática articulatória”, capaz de articular em torno de si, mas sob a égide do ponto nodal “corrupção”, “combate à corrupção”, senão segmentos sociais, certamente a opinião e concordância político-ideológica de parcelas da sociedade, ou seja, de sua audiência putativa. Assim, penso que a construção de eventos políticos por VEJA, principalmente dos casos de corrupção, sob a forma de escândalos ou crises, parece convergir para (a articulação discursivo-hegemônica em torno de) um ponto nodal, “a corrupção”, “o combate à corrupção”, capaz de articular em torno de seu discurso ou de sua posição política, social, ideológica, uma insatisfação da sociedade para com a política nacional.

O ponto central das análises deste trabalho residiu, portanto, na construção de identidades sociais. O campo de análise, assim, é mais amplo do que pode parecer à primeira vista. Veremos como a identidade da revista é elaborada e a dos atores políticos citados nos casos de corrupção é construída, quando são representados linguisticamente pela mídia as vozes, a política e as ações dos atores sociais envolvidos nos eventos em questão, de modo que, desta forma, seja possível demonstrar, com essas representações, tanto a redefinição

(construção) das identidades sociais quanto a posição política e social assumida indiretamente pela mídia em relação a tais atores durante essa construção, e, por conseguinte, quem sabe, desestabilizar a identidade da mídia enquanto *locus* puramente informativo, antagonizando-a.

No **capítulo 2**, a seguir, demonstrarei o referencial teórico-metodológico que me permitiu perseguir os objetivos deste trabalho, como (a) identificar estratégias linguístico-discursivas utilizadas por jornalistas da revista VEJA que denunciem a crença de que sua atuação linguística faz parte de um jogo de linguagem designativo/constatativo, e (b) que construam, concomitantemente, sua identidade como jornalismo informativo, imparcial e objetivo; além disso, foi com base neste referencial que pude (c) analisar os processos linguístico-discursivos na representação midiática dos discursos, da política e das ações dos atores sociais envolvidos na constituição de eventos midiático-políticos, e (d) suas consequências para a reconstrução antagônica das identidades de tais atores, o que me permitiu ainda, quando consideradas as discussões teóricas de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe nos capítulos seguintes, (e) identificar, nos processos linguístico-discursivos dessa representação midiática, os momentos que fazem emergir uma prática articulatória e uma política da mídia.

2. O *FRAMEWORK* METODOLÓGICO: A POSTURA INTERVENTORA DO ANALISTA, AS AVALIAÇÕES ATITUDINAIS DAS IDENTIDADES E O ENGAJAMENTO DISCURSIVO COM A AUDIÊNCIA

2.1 Um adendo à guisa de começo: por que este e não aquele caminho metodológico?

Quebrando o possível protocolo de que se inicia um texto de forma prospectiva ou retrospectiva, gostaria de começar este capítulo com uma ressalva, a meu ver importante, sem a qual, talvez, algumas lacunas epistemológicas ficarão mais à frente evidentes o suficiente para comprometer a inteligibilidade analítica e epistemológica do trabalho, quando não de um leitor mais crítico e atento. Tudo o que fazemos, inclusive escrever, requer, de algum modo, uma justificativa, que encontra respaldo em que quer que seja. Escolher, por exemplo, o referencial teórico-metodológico deste trabalho foi uma dessas coisas que me exigiu, um tanto, justificativas, de modo que satisfizesse a ânsia burocrático-metodológica da seara acadêmica. Trata-se de uma exigência válida, pois graças a isso é possível ver mais claramente como o pesquisador conseguiu chegar aos objetivos pretendidos, sobretudo quando na academia a intuição e muito menos a epifania não são critérios heurísticos lá muito confiáveis. Portanto, justificar a vereda percorrida é o passo mais corriqueiro e normal que o pesquisador tem de dar, uma espécie de teleologia inescapável quando se deseja fazer pesquisa.

Antes de adentrar a vereda propriamente dita, deparei-me com as possibilidades de “seguir adiante”. Os caminhos estavam entreabertos. Qual escolher? Conforme falei ainda acima na **Introdução**, já trabalhava com análises de discurso. E a relevância de análises desse tipo reside justamente na compreensão de que o discurso é um elemento-chave para entender processos de mudança social no mundo contemporâneo; principalmente quando, há pouco mais de três décadas, viu-se a transformação global dos modos de produção econômicos, cuja ênfase passou, como consequência do desenvolvimento de novas tecnologias, dos setores industriais para os setores de comunicação e serviços, imprimindo uma nova configuração social, política e cultural nas sociedades contemporâneas (cf. HARVEY, 1992, 2008). Com essas mudanças sociais, políticas e econômicas, a quase ubiquidade dos discursos, numa

ordem mundial globalizada, tornou-se algo, em alguma medida, incontestável, tanto que é comum escutarmos dizerem que seu domínio deve ser encarado como uma forma de poder social, ainda mais quando se considera o uso da linguagem não mais como um tipo de reprodução de aspectos quaisquer do mundo, mas, sim, como uma prática social, através da qual é possível não só atualizar as relações sociais vigentes, mas também (re)construí-las, bem como (re)modelar as identidades sociais nelas implicadas.

A Teoria Social do Discurso ou Análise do Discurso Crítica (ADC), do linguista britânico Norman Fairclough, se destaca entre as atuais abordagens para a análise social dos discursos, por conferir ao discurso um papel relevante nas práticas sociais e por reunir uma análise linguisticamente orientada e o pensamento social crítico (útil para a compreensão da linguagem nessa nova conjuntura) num quadro analítico adequado à pesquisa científica social. Por conta disso, é comum escutarmos sobre a capacidade de “empoderamento” (*empowerment*) que, frequentemente, atribuem à ADC (CAMERON, 1992; BLOMMAERT, 2005). Tal capacidade reside, a meu ver, em que a ADC opera com um vocabulário explanatório *realista* que permite as afirmações feitas a partir dele serem respaldadas por um valor de verdade tão à altura de uma verdadeira ciência (ao menos, no sentido que tradicionalmente se deu a este termo). Daí porque a ADC assume, num trabalho de análise sócio-discursiva, uma feição desmistificadora, já que o valor epistêmico dado ao seu vocabulário a põe num lugar sobrepujante em relação a qualquer outro ao tratar de um evento, o qual passa a ser visto, agora num novo prisma, pela *explicação* inesperada do que, *de fato, ocorreria* ou do *que é o caso*.

Contudo, usos desse paradigma analítico muitas vezes incorrem em equívocos que a linguística aplicada hoje (ver PENNYCOOK, 2001; MOITA LOPES, 2006) vem tendo o cuidado de não cometer: a construção de novas certezas ao formular explicações definitivas que parecem acenar com o privilégio de uma visão mais clara e profunda dos fenômenos sociais (cf. as ressalvas de FABRÍCIO, 2006). A postura frequente (porém implicitamente) assumida por analistas do discurso críticos de que a explanação teórica do *subject-matter* em questão deve ser tomada como desmistificadora da sua impressão empírica que este nos oferece carrega problemas sociais e políticos sérios. Não obstante, é importante destacar, de antemão, que Norman Fairclough (2003) é muito consciente do papel que o pesquisador em ADC tem de ter diante dos fenômenos sobre os quais se debruça e de como se deve comportar frente a eles. Sabe que os efeitos causais dos textos decorrem, especialmente, do processo de construção de sentido do qual faz parte a interpretação do pesquisador. Daí ele alertar que o

que somos capazes de ver da realidade (*actuality*) de um texto depende da perspectiva a partir da qual nós o abordamos, incluindo as questões sociais particulares em foco na análise e a teoria social e a discursiva que se assume (FAIRCLOUGH, 2003, p. 16). Contudo, sua filiação ao Realismo Crítico (RC) traz alguns imbróglis para a conduta numa pesquisa social crítica, além do que enfraquece a própria ressalva sobredita de Fairclough, sobretudo por preocupar-se em “alcançar níveis mais profundos da realidade em pesquisas sobre problemas sociais” (RAMALHO, 2009, p. 1).

Para tornar mais claro o que acabo de dizer, vou traçar um panorama geral da filosofia das ciências de Roy Bhaskar – o principal representante do RC – destacando os momentos compartilhados pela ADC de Fairclough, bem como, depois, enfatizando os pontos problemáticos de tal filiação, que me levaram a tomar outro rumo, mais condizentes com os pressupostos teóricos e epistemológicos que assumi na persecução dos objetivos deste trabalho.

2.1.1 As premissas do Realismo Transcendental ou Realismo Crítico de Roy Bhaskar

Boa parte dos imbróglis que tal filiação fornece aos pesquisadores em ADC vem de uma postura que exagera aspectos do *realismo transcendental* de Roy Bhaskar, que concerne à sua filosofia geral da ciência. Grosso modo, vejamos o que significa esse realismo. Primeiro, saibamos que por *realismo* quer-se dizer, em filosofia, a ideia de que há algo no mundo que existe independentemente de nós ou do que pensemos sobre ele, ideia essa que se contrapõe à visão idealista de subordinação da realidade externa à mente (nossa mente – como num idealismo cru – ou de Deus – como na filosofia de Berkeley) ou ao pensamento (conceitual, objetivo e racional – como na filosofia de Hegel). É evidente que o realismo assumiu muitas facetas, podendo ser caracterizado por vários tipos (ingênuo, perceptivo, predicativo, científico, cf. BHASKAR, 1996). Entretanto, segundo Andrew Collier (1994, p. 6), há elementos que podem ser considerados como caracterizadores do realismo e que, de alguma forma, estão presentes na concepção realista transcendental de Bhaskar, a saber: a) *objetividade*, pelo que se diz que há algo que é real mesmo que não venhamos a conhecê-lo; b) *falibilidade ou falsibilidade (falibility)*, pelo que se diz que aquilo que se apresenta aparentemente como dado pode ser refutado por informações que ultrapassam o limite do dado; c) *transfenomenalidade (transfactuality)*, um “além das aparências”, ao admitir que o

conhecimento pode se referir não só ao fenômeno, mas também a estruturas mais profundas que podem gerá-lo ou torná-lo possível (donde podemos tirar a questão da causação ou causalidade em Bhaskar, como veremos mais abaixo); e d) *contrafenomenalidade*, pelo que o conhecimento, ao atingir através da transfenomenalidade as estruturas subjacentes, pode contradizer o conhecimento das aparências (donde podemos retirar o caráter crítico fundamental para a argumentação da ADC em relação às práticas sociais analisadas).

Em todas essas características, o que perdura é a questão fundamental da *existência* de uma realidade exterior e independente do *ser* das coisas, ou seja, é a ratificação da dimensão ontológica do real, cujo conhecimento Bhaskar vai chamar de *dimensão intransitiva*. Contudo, como assegurar essa dimensão intransitiva do conhecimento frente às revoluções ou desenvolvimentos científicos, que foi a pedra angular de discussões entre, por exemplo, Karl Popper, Thomas Kuhn e Paul Feyerabend? Para sustentar essa dimensão intransitiva em face da relatividade ou falibilidade de nosso conhecimento, Bhaskar (2008) vai relacioná-la a outra, a dimensão transitiva (ou epistemológica), que é mutável, contingente, falível, afirmando que, se há explicações alternativas do mesmo mundo e se uma teoria pode explicar mais significativamente fenômenos em termos de suas descrições do que das de outra, então existe um critério racional para se escolher entre elas. Dessa forma, Bhaskar, ao evitar um relativismo excessivo, combina e concilia realismo ontológico, relativismo epistemológico e racionalidade de julgamento (“judgemental rationality”, pelo que racionalmente se fazem as escolhas epistemológicas sobreditas).

O elemento transcendental de sua filosofia vai se encaixar justamente na ideia fundamental de algo *a priori* a despeito da experiência ou das conceptualizações supostamente infalíveis (ou simplesmente transitivas) sobre o real. Então, para eliminar a tese idealista, mas consequentemente relativista, de que *esse est percipi* (“o ser é ser percebido”, usando as palavras de Berkeley), Bhaskar (2004, p. xi) invoca o critério *causal*⁴, para se atribuir à realidade ou se atingir a dimensão intransitiva e reafirmar a ontologia do real, sugerindo fortemente um realismo *vertical*, em que a ciência poderia ser vista como sendo

⁴ É importante ressaltar que a causação bhaskariana não é do tipo mecânica ou de “conjunções constantes entre causas e efeitos”, tal como o é na concepção de Hume, à qual se opõe Bhaskar, por ela não ser capaz de diferenciar uma correlação causal de uma acidental entre dois eventos, uma vez que Hume parte do pressuposto de que uma causa tem uma conexão necessária com a consequência (cf. HAMLIN, 2000, p. 4). Por isso, é fundamental entender que, para Bhaskar, o mundo é um sistema aberto e não fechado, em que as estruturas, mecanismos ou poderes gerativos de outros sistemas influenciam em um evento. Daí porque a conexão entre uma causa e um efeito não necessariamente provém de conjunções constantes entre ambas, pois há outros estratos que codeterminam e alteram a realização (*actuality*) de um evento, ou seja, os efeitos.

“um processo contínuo e reiterado de movimentos que vão dos fenômenos manifestos [...] à identificação de suas causas gerativas”.

Central, portanto, para se compreender essa filosofia bhaskariana, é a distinção feita entre três domínios da realidade (o real, o realizado – *actual*, em inglês – e o empírico), além da assunção de uma ontologia estratificada do mundo, segundo a qual este seria um sistema aberto, formado por diferentes estratos (físico, químico, biológico, semiótico etc.) que funcionam de forma simultânea e que possuem estruturas gerativas e poderes causais, acarretando (tanto por o mundo ser um sistema aberto, quanto por esses estratos operarem concomitantemente) efeitos imprevisíveis em forma de eventos. O “real” inclui os mecanismos, processos e estruturas subjacentes que possuem poderes causais e que podem ou não tanto horizontalmente ser percebidos, realizados, ativados, como verticalmente ser descobertos pelo processo de desenvolvimento científico. O “realizado” (*actual*), por sua vez, refere-se ao que acontece se e quando esses mecanismos e estruturas têm seus poderes ativados, incluindo eventos que podem ser observados ou não. Isso implica que o que acontece *não é* necessariamente da forma como se percebe que ocorrem os eventos. Por fim, o “empírico” é o domínio acessado por nossas experiências, sendo aquilo que se sabe ter acontecido a partir de nossas observações diretas.

Contudo, o que escapa desta compreensão é a ideia a de Jürgen Habermas de que “supomos o mundo objetivo como sistema para referências possíveis – como o conjunto de objetos, não de fatos” (HABERMAS, 2004, p. 35). Bhaskar (2005, 2008; ARCHER, 2004; COLLIER, 1994), por seu turno, parte da ideia de que a realidade é estratificada e cada estrato pode *causar* efeitos em outros. Graças a esse poder *causal* ou poder gerativo, poderíamos, na perspectiva realista crítica, chegar a uma dimensão intransitiva dos eventos, em que os mecanismos causais teriam sido desvendados. Assim, a tarefa explanatória desse tipo de filosofia reside em explicar, da forma mais adequada possível, eventos, com base na identificação dos mecanismos causais que a eles mais profundamente subjazem e geram.

2.1.2 O problema do naturalismo nas ciências humanas e sociais

Uma vez estabelecidas a dimensão ontológica e a ideia de um universo estratificado, restaria agora as ciências específicas determinarem que estruturas causais são reais. No caso das ciências humanas, essa tarefa, à primeira vista, pode parecer, ou não, um

tanto ingrata, a depender da resposta à questão de se o modelo explanatório para as ciências naturais acima expresso (a filosofia geral da ciência ou realismo transcendental) pode ser aplicado igualmente, por exemplo, às ciências sociais. Em outras palavras, é levantada, aqui, a questão fundamental da necessidade e/ou possibilidade do naturalismo metodológico em ciências sociais ou da tese de que a vida social é passível de ser conhecida da mesma forma que o é o mundo natural.

As posições existentes para a referida questão, segundo Bhaskar (2004, p. xiv), são duas. Primeiro, o naturalismo comumente associado ao positivismo, dominante na filosofia e prática das ciências sociais, e pedra angular da concepção ortodoxa de ciência, segundo o qual a sociedade e os fenômenos humanos em geral podem ser estudados da mesma forma, cientificamente, que os objetos naturais. Segundo, o antinaturalismo – ou hermenêutica –, baseado na concepção de não unicidade do campo social, tipicamente pré-interpretado, conceptualizado ou linguístico, com o que, fundindo dicotomias kantianas e hegelianas, produziram-se outras, como explanação causal/entendimento interpretativo, nomotético/idiográfico, repetível/único, domínio da física/domínio da história. Dadas essas posições, o que fica como pomo de discórdia entre ambas diz respeito à referida dimensão intransitiva do conhecimento, das ciências sociais, ou seja, ao caráter real ou nominal de estruturas sociais. Bhaskar (2005), não cedendo aos atrativos que cada uma possa oferecer, vai suscitar uma terceira posição: um naturalismo qualificado, não reducionista, *crítico*, baseado numa concepção transcendental e realista da ciência e numa concepção transformativa da atividade social. Mas, em se tratando de ciências humanas, algumas características não podem ser ignoradas, sendo consideradas por Margaret Archer (1995) como *fatos vexatórios da sociedade*, a saber: a sociedade ser inseparável de seus componentes humanos, já que de certa forma sua existência depende de nossas atividades; a sociedade ser plástica e sua forma depender das ações humanas e suas consequências; e o fato de nossas ações também serem afetadas pela sociedade e pelos nossos esforços em transformá-la. Daí ser comum saírem certas concepções da relação sociedade/agência em que se confirma a redução epifenomênica, de um lado, da sociedade à agência individual ou, de outro, desta àquela. A posição crítica de Bhaskar se mostra como uma tentativa de síntese entre sociedade/estrutura e agência. Mas, para isso, ele parte do ponto de que alguns objetos da ciência social são reais e irreduzíveis, cujas causas geram efeitos e podem ser irreconhecíveis ao entendimento imediato dos agentes. Uma questão que daí surge também é se os agentes causais têm poderes causais ou tendências ou se as razões que eles têm para agir podem ser

encaradas como causas. Entretanto, isto gira em torno de se os indivíduos criam ou não a sociedade:

[...] a concepção realista crítica enfatiza que a sociedade é a) uma condição pré-existente e (transcendental e causalmente) necessária para a agência intencional (insight de Durkheim), mas igualmente b) como algo que existe e persiste somente em virtude desta agência. Nesta concepção, a sociedade é tanto a condição quanto o resultado da agência humana e esta tanto reproduz quanto transforma aquela. [...] em qualquer época, a sociedade é pré-dada aos indivíduos, que nunca a cria, mas simplesmente a reproduz ou transforma. O mundo social é sempre pré-estruturado. [...] Isso significa que os agentes estão sempre agindo num mundo de constrangimentos e possibilidades que eles não produzem. A estrutura social, portanto, é ao mesmo tempo uma condição sempre presente e um resultado continuamente reproduzido da agência humana intencional (BHASKAR, 2004, p. xvi)⁵.

Por este argumento, a sociedade é condição causalmente necessária para a intenção dos agentes. Assim, a metodologia transformacional da atividade social em Bhaskar (2005, 2008) impõe alguns limites ao naturalismo. Os limites *ontológicos* podem ser assim resumidos: há a) uma dependência da atividade (*activity-dependence*) entre as estruturas sociais e as atividades que elas governam, sendo que aquelas não existem independentemente destas, tal como o é nas estruturas naturais; b) uma dependência da conceptualização (*concept-dependence*) entre as estruturas sociais e as concepções dos agentes sociais sobre aquilo que estão a fazer em suas atividades, sendo que aquelas também não existem independentemente destas; e c) uma especificidade tempo-espacial maior das estruturas sociais (*greater space-time specificity of social structures*), no sentido de que elas são apenas relativamente duradouras. Destes limites, o segundo pode indicar um verdadeiro impasse à afirmação do domínio intransitivo do conhecimento, por a produção do objeto de investigação nas ciências sociais depender relacional e causalmente do processo de produção do conhecimento por parte dos agentes. Mas, nesse caso, o impasse, que denuncia um limite *relacional* entre a intransitividade existencial e a interdependência causal entre a conceptualização dos agentes e o objeto do conhecimento (as estruturas sociais), é superado

⁵ No original: “[...] the critical realist conception stresses that society is both (a) a pre-existing and (transcendentally and causally) necessary condition for intentional agency (Durkheim's insight) but equally (b) as existing and persisting only in virtue of it. On this conception, then, society is both the condition and outcome of human agency and human agency both reproduces and transforms society. [...] at any moment of time society is pre-given for the individuals who never create it, but merely reproduce or transform it. The social world is always pre-structured. [...] It means that agents are always acting in a world of structural constraints and possibilities that they did not produce. Social structure, then, is both the ever-present condition and the continually reproduced outcome of intentional human agency. Thus people do not marry to reproduce the nuclear family or work to sustain the capitalist economy. Yet it is the unintended consequence (and inexorable result) of, as it is the necessary condition for, their activity”.

pelo fato de tal interdependência ser contingente, no sentido de que, no naturalismo crítico de Bhaskar, ao contrário da perspectiva hermenêutica, as explicações dos atores não são só passíveis de correção, como também limitadas pela existência de condições até então não conhecidas que podem passar a ser conceptualizadas e melhor adotadas como explicação das estruturas sociais; assim, em oposição à visão positivista, as explicações dos atores formam o ponto de partida indispensável para a investigação social, mas sem se esquecer de que as explicações e descrições dos agentes acerca das estruturas sociais e daquilo que eles fazem podem ser transformadas em redescrições teóricas cujo significado pode ser estabelecido como real (HAMLIN, 2000). Seja bem ressaltado, portanto, que não há uma “dissolução da ontologia na epistemologia” (Idem), pois os postulados e critérios do realismo transcendental de Bhaskar asseguram a intransitividade existencial.

2.1.3 Problemas da conexão RC/ADC para análises do discurso: sociopolitizando a postura crítica

Creio que o grande desafio de qualquer trabalho analítico é não conciliar seus resultados com o estabelecimento de uma nova verdade (não quero dizer que devemos, contudo, aceitar alguma existente), embora seja, em certa medida, essa conciliação (mas com devidas considerações no que concerne ao termo “verdade”) que torna academicamente digno de ser executado todo trabalho analítico hoje em dia; e nisso está presente a perspectiva emancipatória, tanto reivindicada para a ADC (cf., CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003; RAMALHO, 2009; e SAYER, 2000). A pesquisa social tem de ser sim, concordo, emancipatória ou, melhor dizendo, *interventora*; mas *interventora* não como um juiz, arbitrário, ou como se fosse um desbravados de selvas e matas em busca do real (mecanismos causais⁶). *Interventora*, mas sempre política, cujo discurso permissivo ou resultante dessa pesquisa seja uma *proposta* para o domínio analisado e para novas relações sociais nele.

O problema da falibilidade do RC no estabelecimento de uma explicação da

⁶ Uma questão que poderia ser bem debatida é o uso de critérios causais nas ciências humanas, como o faz Bhaskar de uma forma não tão mecânica. É, a meu ver, justamente nisso que reside o objetivo da ADC em querer prover de base científica a pesquisa crítica da vida social (cf. CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003, p. 15), pois a noção de mecanismos e poderes causais imprime um matiz certo nas análises, dando-nos um entendimento mais “natural” da realização (*actuality*) dos fenômenos e eventos sociais e sua conexão com algo subjacente.

realidade está exatamente na crença de que os poderes causais podem ser esgotados cumulativamente pelo acréscimo de novas informações ou descobertas de formas que denunciem mais clara e profundamente possível a natureza das coisas⁷. Este ponto diz respeito, portanto, à relação entre necessidade natural e necessidade conceitual. O uso de critérios causais para a explicação dos fenômenos realizados (*actualized*) estabelece a compreensão de que os poderes causais de um objeto, embora nem sempre se manifestem, definem sua própria natureza, pelo que se afirma que haverá uma relação real entre os acontecimentos de causa e efeito ligando-os *naturalmente*, mesmo que tal ligação esteja acima de nossa experiência (HALFPENNY, 1996, apud HAMLIN, 2000, p. 5). A necessidade conceitual vai concernir à *descoberta* da necessidade natural que vai incluir ou excluir predicados na construção de um modelo ou conceito que expresse os poderes causais de um evento, ou seja, a eficácia da ciência vai se dando diacronicamente, de acordo com as descobertas cumulativas da natureza (mecanismos causais) dos objetos. Desse modo, a atividade científica ou tarefa explanatória da pesquisa social orientada pelos princípios do RC é um movimento do empírico (que vai se purificando, na investigação, dos valores, da história, da falibilidade de um momento social) ao real – ontologia purificada das contingências (cf. o texto de RAMALHO, 2009, para a confirmação desse tipo de atitude científica na tarefa da pesquisa social baseada no RC).

A defesa da afirmação de uma dimensão intransitiva do conhecimento, fundamentada na crença de um, digamos assim, grau zero do mundo social – o “real”, em termos do RC – pode desembocar, quando de sua operacionalização na ADC, numa reificação (sistemática) dos usos sociais da linguagem. Esse é um ponto muito delicado. Não afirmo que o sistema semiótico é fechado, que ele tenha mecanismos causais que estejam desvinculados de conexões com os de outros estratos, nem que ele independa do processo de construção dos sentidos (*meaning-making*) em que se envolvem o posicionamento social, conhecimentos, experiências e crenças do interlocutor, o que resulta sempre em compreensões, interpretações, construções. A questão principal está em que, mesmo que a análise textual não conceda uma análise objetiva e definitiva de um texto ou evento social textualmente mediado, é possível chegar, por meio das construções (*construals*) dos agentes, criticamente às causas subjacentes (que podem ser uma confluência de poderes causais de vários estratos, que não só o

⁷ Não ignoro aqui que por “natureza das coisas” não se entende que são essências fixas e imutáveis. Contudo, não podemos perder de vista que a afirmação bhaskariana de uma realidade *a priori* existe e essa afirmação é ontológica, no sentido tradicional do termo. A questão aqui é se e como é possível acessá-la; no caso, por meio da inclusão ou exclusão de informações novas – verídicas? Mais adequadas, convenientes? – sobre a natureza do objeto.

semiótico). Ou seja, o discurso, enquanto semiose, tem seus poderes causais, que seriam o “real”, na perspectiva realista crítica; é essa, por exemplo, a defesa de Fairclough, Jessop e Sayer (2002, p. 3), pois, segundo eles, se alguém pergunta o caminho para se chegar a um lugar e as respostas podem ser “dobrando a esquina”, “Desculpe-me, mas não sei” ou “Por que você quer saber?”, a relação pergunta/resposta depende do contexto, mas a resposta é ao menos coproduzida pela pergunta em si. O problema disso vai estar na crença de que a compreensão e explanação do funcionamento dos mecanismos gerativos subjacentes vão se constituir em um nível mais profundo da realidade dos acontecimentos ou dos problemas que, na prática, sustentam relações de poder assimétricas (como é um dos focos na pesquisa social feita na ADC). É daí que vem a visão de que a ADC é desmistificadora e emancipatória. Contudo, o que se perde de vista é a confusão (rechaçada pela compreensão de que seria uma “falácia epistêmica”) que fazem os pesquisadores em geral que tomam por base o RC, ao acreditarem que o *ser* dos objetos (seus mecanismos gerativos e poderes causais) é a sua *existência* (o fato de que as coisas existem independentemente da concepção que tenhamos sobre eles, a qual é sempre contingente e que é a única coisa que temos para conhecermos o mundo) ou que a ontologia do *real* não seria uma epistemologia *actual*.

Parece fazer-se aí, portanto, uma confusão entre o ser (*esse*), que é contingente, mutável, histórico, e a entidade (*ens*), que não é, o que significa dizer que o mundo está aí, independente de nós, mas se o vemos de uma ou de outra maneira, isso depende de sua relação conosco, bem como do fato de que nos encontramos inscritos numa comunidade social, histórica⁸. Não se trata, assumindo esse ponto de vista, de dizer que a forma como vemos o mundo é a forma existencial dele. Não. Do contrário, cairíamos, sim, na falácia epistêmica aludida acima. Trata-se, na verdade, de outra coisa: de compreender que o que o analista faz também é discurso. Assim, o que quer que venha a ser a compreensão e explanação que tenhamos acerca dos fenômenos sociais, até mesmo das conexões causais, ainda que se ressalte o entendimento da natureza aberta dos sistemas que compõem o mundo da vida, teremos sempre um ato discursivo, com seus valores sociais, políticos e ideológicos. Ora, isso me leva à compreensão de Horkheimer acerca da ciência tradicional:

As regras da experiência, neste caso, não são outra coisa que formulações do nosso saber a respeito dos [*possíveis*, acrescento] nexos econômicos, sociais e psicológicos. [...] Tanto a fecundidade de nexos efetivos recém-descobertos para a modificação da forma do conhecimento existente, como a

⁸ Mais à frente, no **capítulo 4**, retomo esta questão na discussão do conceito de *discurso*, em Ernesto Laclau e Chantal Mouffe.

aplicação deste conhecimento aos fatos são determinações que não têm origem em elementos puramente lógicos ou metodológicos, mas só podem ser compreendidos em conexão com os processos sociais reais (HORKHEIMER, 1989, p. 35).

Uma vez assumindo que sua abordagem se enquadra na tradição da ciência social crítica, que é motivada pelo objetivo de fornecer base científica para o questionamento crítico da vida social, ao adotarem os princípios do realismo transcendental da filosofia de Roy Bhaskar, alguns analistas do discurso críticos amenizam a compreensão do papel mundano e politicamente enraizado do pesquisador social crítico, como tentativa de escapar da ideia de um “infinito jogo de diferença” (DERRIDA, 1995), recaindo-se num imperialismo discursivo ou num construtivismo social e extremo. O que o enquadre ontológico e epistemológico do realismo crítico de Bhaskar parece ignorar, assim, ao defender as dimensões transitiva e intransitiva do conhecimento, é que, ainda que se admita que a segunda constranja o “realizado” (*actual*), os eventos, qualquer que venha a ser a compreensão dos “seus poderes causais” será sempre discursiva⁹, ou seja, uma pretensão de verdade, que necessita de validação e justificação (HABERMAS, 2004). Não quero dizer com isso que “tudo é discurso”, mas, sim, que o entendimento de tais poderes não coincide com sua existência (*ens*), pois, mesmo que esta exista independentemente do nosso conhecimento acerca dela, sua compreensão (que estabelece um ser mutável, histórico e contingente para ela) passa a se configurar como uma construção contingente das próprias coisas. Portanto, parecem escapar, do problema da justificação das pretensões de verdade, as análises de discurso respaldadas pela exacerbação do Realismo Crítico de Roy Bhaskar, ignorando uma compreensão, como a de Habermas (2004, p. 35), de que:

⁹ Algumas questões ainda poderiam ser levantadas contra: 1) Quando se sabe que se chegou à dimensão intransitiva do conhecimento acerca da realidade? 2) Em que sentido a causalidade bhaskariana torna-se uma metodologia universalista e, portanto, cientificista, ao ponto de assegurar o alcance a uma tal dimensão intransitiva? Ou o critério causal seria apenas uma forma de convencer, dada a possível eficácia das explicações dos eventos sociais? Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 34) chegam a ensaiar uma resposta a algo parecido, como base em Collier (1998), ao fazerem a observação de que as ciências sociais produzem explicações alternativas dos fenômenos sociais que podem ser avaliadas contra outras afirmações de verdade (*truth claims*) mediante uma argumentação na esfera pública. Mas, 3) quem argumenta, quem reconhece e quem participa efetivamente da(s) esfera(s) pública(s)? Defendendo a posição de Collier (1998) de que as afirmações de verdade (*truth claims*) da ciência não são avaliadas apenas dessa forma, mas também através de um “teste prático” de tais afirmações, ou a de Calhoun (1995) e Taylor (1989) de que o *status* de verdade de tais afirmações é julgado em termos de “ganhos epistêmicos” – “o ‘movimento de uma posição problemática para uma *mais adequada* no campo das alternativas disponíveis”, Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 34) deixam à mostra e sem resposta o problema de que critérios se podem usar para dizer que uma explicação é mais adequada do que outra ou, mesmo, quem pode dizer que ela o é ou não, ou seja, 4) quem pode falar em “ganho epistêmico”: uma subjetividade transcendental da consciência científica ou uma intersubjetividade destranscendentalizada, do mundo da vida, como defenderia Habermas (2004)?

Na dimensão espacial, os conhecimentos resultam do processamento das decepções que sofremos no trato inteligente com um mundo circundante pleno de riscos; na dimensão social, da justificação das soluções de problemas diante das objeções de outros participantes da argumentação; na temporal, eles resultam, enfim, dos processos de aprendizado, que se nutrem da revisão dos erros próprios. [...] Por isso, não faz sentido orientar a validade de juízos pela diferença entre ser e parecer, entre o dado ‘em si’ e o dado ‘para nós’ – como se o conhecimento do pretensamente imediato devesse ser purificado de ingredientes subjetivos e mediações intersubjetivas. [...] Do ponto de vista pragmático, a realidade não é algo a ser retratado; ela não se faz notar senão performativamente, pelas limitações a que estão submetidas nossas soluções de problemas e nossos processos de aprendizado – ou seja, como a totalidade das resistências processadas e das previstas.

Por esses problemas de ênfase exacerbada, dentro do enquadre teórico-metodológico da ADC, decidi por tomar outro rumo. Isso não significa que descarto terminantemente a ADC como alternativa viável e eficaz para análises de discurso. Na verdade, meu objetivo é percorrer outra trilha, menos comprometida com o viés ontológico e epistemológico tal qual o do RC, operacionalizado na perspectiva cientista de pesquisa social da ADC. É possível questionar minha postura metodológica, dizendo que bastaria eu não “exacerbar” tais pressupostos ou premissas realistas críticas se fosse o caso, tomando cuidado para afirmar nada categoricamente, colocando, constantemente, em destaque o entendimento de que eu parto de uma perspectiva bem particular de análise, condicionada por tais e quais suposições teóricas sobre a vida social. Contudo, não sei até que ponto isto seria viável, pois a ADC de Fairclough, com a adoção das premissas do RC, reduz qualquer perspectiva que acene com certa simpatia para um construtivismo social, com medo de uma “tirania” do discurso e de uma abertura sem precedentes do social a qualquer análise (cf. capítulo 7, de CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 120).

Preferiria, portanto, assumir a postura acima esboçada de que minhas análises, neste trabalho, são discursos e, enquanto tal, são uma proposta para o mundo social, como qualquer outra, que buscará, tanto quanto possível, angariar ampla concordância, sempre nas discussões em esferas públicas de debate. Por isso, adotarei neste trabalho estratégias de argumentação que deixem em evidência que as análises são construções sociais de percepções dos domínios sobre os quais falo. Até partirei do mesmo referencial linguístico utilizado pela ADC, a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), a qual, pelo comprometimento da ADC com as premissas do RC, assume frequentemente as feições de uma teoria reificadora dos usos linguísticos. Contudo, desvencilhando-me da ADC, acredito que deixo a LSF mais propensa a uma perspectiva construtivista de análise social, já que encontraremos, na explanação a

seguir, uma dimensão tipicamente construtivista, sem nos deixar cair numa ontologização do real, com um convite a adentrarmos num mundo em que a língua é recurso poderoso na construção de significados sociais.

2.2 A Teoria da Avaliatividade, de J. R. Martin e P. R. R. White¹⁰

2.2.1 O sistema de Avaliatividade (*appraisal*) no quadro teórico da Linguística Sistêmico-Funcional, de Michael A. K. Halliday e Christian M. I. M. Matthiessen

As abordagens funcionalistas oferecem, em contraposição a abordagens estritamente formalistas, uma visão acerca do fenómeno da linguagem a partir de um ângulo propício a análises do discurso, ao considerar o sistema da língua não como um objeto suficiente, insular e autónomo por si, mas, antes, como um sistema aberto que tem funções sociais moldando-lhe a organização interna. A Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), que é uma das principais teorias funcionalistas e que tem como expoente maior Michael A. K. Halliday, concebe, em linhas gerais, a língua como potencial de significados e em termos de funções sociais. Uma vez sendo ao mesmo tempo sistêmica e funcional, convém especificar em termos de que realmente a gramática de uma língua¹¹ pode ser pensada, considerando, sobretudo, não só essas duas dimensões, mas também outras que, porventura, possam nela estar implicadas.

Michael A. K. Halliday e Christian M. I. M. Matthiessen (2004, p. 20) partem da compreensão de que a língua possui ao menos 5 dimensões possíveis a partir das quais podemos estudar a linguagem verbal humana. Tais dimensões seriam formas de ordenamento, ou antes, diriam respeito a formas de ordem da linguagem. Cada uma possuiria ainda princípios de ordenação, ou seja, um modo pelo qual tais dimensões se organizariam numa língua. Tais dimensões e princípios podem ser visualizados no Quadro 1 abaixo (id., *ibid.*):

¹⁰ Abro este nota de rodapé para dizer que sou, sem medidas, grato, nesta seção, às contribuições do Prof. Pedro Henrique de Lima Praxedes Filho, cujas explicações e sugestões de acréscimos a trechos obscuros foram várias e imprescindíveis à própria clareza explicativa e conceitual, de tal modo que esta escrita poderia ser considerada feita a quatro mãos, já que remissões a notas para indicar as novas informações acrescidas pelo professor seriam muitas ao ponto de desgastar a atividade de leitura. Contudo, quero deixar em destaque que todo e qualquer deslize que ainda possa ter a seção em relação à teoria é de minha autoria.

¹¹ Halliday desenvolveu sua teoria com base no estudo da gramática da língua inglesa. As maiores contribuições da linguística sistêmico-funcional hoje, sem dúvida alguma, se dão nos estudos que concernem à gramática do inglês. Contudo, há um esforço, por parte de vários estudiosos espalhados pelo mundo, para estender as contribuições da teoria hallidayana às gramáticas de outras línguas, como, por exemplo, à da língua portuguesa (cf. FIGUEREDO, 2011).

	Dimensão	Princípio	Ordenamento
1	Estrutura	Ordem (“rank”)	oração ~ grupo ou frase ~ palavra ~ morfema
2	Sistema	Delicadeza	gramática ~ léxico [lexicogramática]
3	Estratificação	Realização	semântica~ lexicogramática ~ fonologia ~ fonética
4	Instanciação	Instanciação	potencial ~ subpotencial ou tipo de instância ~ instância
5	Metafunção	Metafunção	ideacional [lógica ~ experiencial] ~ interpessoal ~ textual

Quadro 1: As dimensões da língua e seus princípios de ordenamento

A dimensão da *estrutura* concerne ao aspecto composicional da língua e seu princípio ordenador é a Ordem (*rank*), que organiza as unidades da língua em termos de configurações composicionais. Tal dimensão pode ser considerada sintagmática, uma vez que seu princípio ordenador constrói padrões e regularidades de diferentes tipos, seja no âmbito da forma (lexicogramática), que é o que está apresentado no Quadro acima, ou da expressão (grafologia/fonologia e grafética/fonética), e organiza as unidades em termos de *isto é parte daquilo*. Por exemplo: uma palavra é composta por um conjunto de morfemas, um grupo ou frase por um conjunto de palavras, uma oração por um conjunto de grupos ou frases, um complexo oracional (período) por um conjunto de orações. Assim, cada unidade é parte de outra maior e sua estrutura “é uma configuração orgânica de modo que cada parte tem uma função distintiva em relação ao todo”¹² (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 21).

A dimensão do *sistema* diz respeito a padrões que mostram por que foi feita, por um falante/escrevente, uma escolha e não outra. Diferente da *estrutura*, a dimensão do *sistema* é considerada paradigmática, uma vez que a língua seria formada por uma rede de alternativas que constituiriam, com sua condição de entrada, vários sistemas. Seu princípio organizador, por seu turno, é a Delicadeza, que detalha, numa rede de sistemas, a extensão das escolhas feitas pelo falante/escrevente na língua, ou seja, até que ponto da rede o falante/escrevente precisa ir ao produzir um texto. Por exemplo, no sistema de POLARIDADE (que se refere a se uma condição de entrada ou uma escolha tem valor positivo ou negativo), uma oração (condição de entrada) pode ser ou *positiva* ou *negativa*. Dando um passo mais à frente no grau de Delicadeza, uma oração negativa pode, por sua vez, ser uma oração negativa *generalizada* ou *específica*. Assim, o segundo passo dado, no detalhamento do tipo de oração negativa, constitui-se numa nova entrada em um novo

¹² No original: “[...] is an organic configuration so that each part has a distinctive function with respect to the whole”.

sistema, mais *refinado, delicado* do que o anterior (ver Figura 1). A gramática sistêmica ganha este qualificativo por conta de que é ela representada sob a forma de redes de sistemas, sendo a língua, no total, um potencial de recursos, cujas escolhas nas redes de sistemas de significados realizam o contexto de situação (social) e são realizadas por escolhas nas redes de sistemas de formas, as quais são realizadas, por sua vez, por escolhas nas redes de expressão.

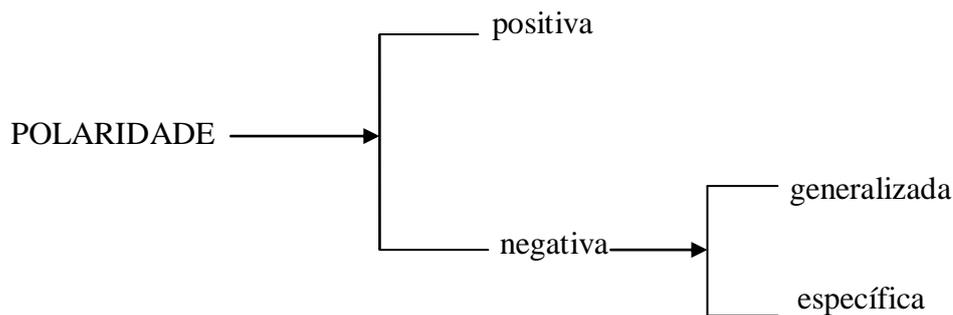


Figura 1: Sistema de POLARIDADE

Já a dimensão da *estratificação* trata dos diferentes níveis de transformação semiótica da língua, ou seja, dos diferentes *estratos*. Seu princípio de ordenamento é a *realização*, pelo qual podemos compreender a interseção entre os diferentes estratos. É possível, assim, referir-se a um estrato da expressão fônica (fonologia/fonética), da expressão gráfica (grafologia/grafética) e a um estrato do vocabulário e da gramática (a gramática e o léxico – que não são dois estratos distintos, mas antes compõem os dois polos de um *continuum*, a lexicogramática, sendo o léxico a gramática mais refinada/delicada) e a um estrato dos significados (semântica), como nos indicam Halliday e Matthiessen (Ibid., p. 24). Desta forma, todos esses estratos compõem a dimensão intrínseca da língua, sua dimensão intralinguística, com redes de sistemas para os sentidos (redes de sistemas do estrato semântico), as formas (redes de sistemas para o estrato lexicogramatical) e as expressões (redes de sistemas para o estrato grafológico/fonológico e grafético/fonético). Além dessa dimensão, para a qual os autores (Id., *ibid.*) também oferecem a divisão entre plano da expressão (grafologia/fonologia e grafética/fonética) e plano do conteúdo (lexicogramática e semântica), há a dimensão extrínseca, extralinguística, concernente ao *contexto* (ver Figura 2). O *contexto* diz respeito a um contexto específico, a uma esfera restrita de atividade humana, a qual é parte de um contexto mais abrangente, o de cultura, e na qual os textos que instanciam a língua estão inseridos. Dessa forma, compreenderíamos a realização dos estratos da língua

da seguinte forma (se o ponto de vista for o de fora para dentro, do extrínseco ao intrínseco à língua): o estrato do contexto (dimensão extrínseca da língua) ativa (é realizado por) o estrato semântico (dimensão intrínseca da língua) que, por sua vez, ativa (é realizado por) o estrato lexicogramatical que, por fim, ativa (é realizado por) os estratos da expressão (grafo/fonológico e fonético). Se o ponto de vista é o de dentro para fora, do intrínseco ao extrínseco à língua, teremos: os estratos da expressão constroem (realizam) o estrato lexicogramatical, que, por sua vez, constrói (realiza) o estrato semântico, que, por sua vez, constrói (realiza) o estrato do contexto¹³.

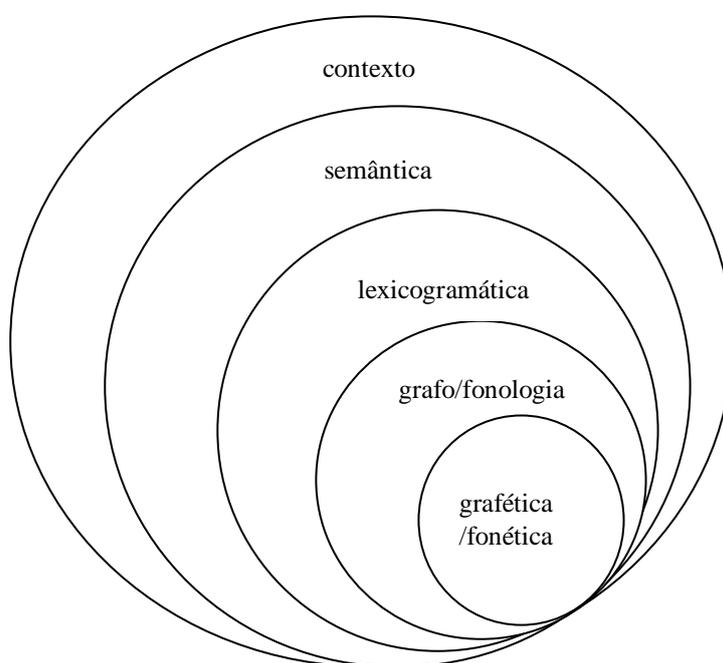


Figura 2: Estratos da língua

Quanto à dimensão da *instanciação*, o que está em jogo aqui é a diferença entre um olhar que trataria da língua enquanto sistema e outro que a veria como texto, dentro de um *continuum* em que o sistema e o texto ocupam as extremidades. O sistema linguístico deve ser encarado como um potencial de recursos, de construção de sentidos, um potencial de onde se

¹³ De fora para dentro, o primeiro nível de codificação é uma semiose social; o segundo, uma semiose cognitiva; o terceiro, uma semiose física. Como as semioses ocorrem qual uma reação em cadeia, o que é verdade também do ponto de vista de dentro para fora, em última instância, a língua, para a LSF, é uma semiose social e depende da estrutura social para existir, pois é ativada por esta; e a estrutura social depende, por sua vez, da língua para existir, pois é construída por esta. Enfim, para a LSF, a língua é uma semiose social e, como todas as semioses sociais, é um sistema de “quarta ordem de complexidade, já que [os sistemas semióticos] são ao mesmo tempo físicos e biológicos e sociais e semióticos” (HALLIDAY, 1996, p. 5). No original: “[semiotic systems appears as systems of a] fourth order of complexity, in that they are at once physical and biological and social and semiotic”.

fazem escolhas¹⁴. O texto, por exemplo, seja ele escrito ou falado, é uma instância do potencial sistêmico da língua. Halliday e Matthiessen (Ibid., p. 26-27), para melhor explicar o tipo de relação que há entre a língua enquanto sistema e língua enquanto conjunto de textos, fazem uma analogia com a diferença entre clima e tempo. De início, eles lembram que clima e tempo não são fenômenos distintos, mas sim o mesmo fenômeno visto a partir de pontos de vista diferentes. O clima é “instanciado” sob a forma de tempo, quer dizer, a única diferença que há entre ambos é que o clima é o tempo visto sob uma perspectiva temporal maior, e não sob o ângulo de um dado momento histórico, bem específico e pequeno, tal como dizemos que hoje o tempo está frio, mesmo que vivamos numa região onde o clima é equatorial, portanto predominantemente quente. Dessa forma, sistema e texto formam dois polos de uma instanciação: o polo do potencial e o polo da instância particular. Entre ambos, há padrões intermediários. Partindo do polo da instância, é possível estudar um único texto e olhar para outros ligados a ele segundo certos critérios. Considerando este conjunto de textos, pode-se identificar padrões que eles compartilhem e descrever isto em termos de *tipos de texto*. Em seguida, é possível partir deste polo ao outro, o do sistema ou potencial linguístico, considerando a instância a partir de qualquer estrato da língua. Mas, como os tipos de textos podem variar de acordo com a situação, eles podem também ser vistos a partir de padrões de instanciação do sistema associados com um contexto específico (HALLIDAY; MATTHIESSEN, *ibid.*, p. 27-28).

Agora a dimensão da *metafunção* pode ser caracterizada a partir das funções básicas que a língua desempenha em nossa vida social. De um lado, pode-se dizer que a língua/linguagem constrói (*construe*) a experiência humana: coisas, subsumindo-as em categorias e estas em taxonomias. Em certa medida, a língua/linguagem fornece uma espécie de teoria da experiência humana (Id., *ibid.*, p. 28). Esta metafunção é chamada de *ideacional*. Concomitantemente, a língua/linguagem também ordena nossas relações sociais, permitindo

¹⁴ No *continuum* de instanciação, a extremidade superior contém, de um lado, o contexto de cultura ou sociedade e, do outro, o sistema linguístico ou potencial linguístico (um contém ao outro e vice-versa). A meio caminho do *continuum*, de um lado, há os tipos de situações (sociais) ou subconjuntos da cultura/sociedade e, de outro, tipos de texto ou subpotencial linguístico ou variedades sociais/funcionais/diatípicas da língua ou registros/gêneros. A extremidade inferior do *continuum* de instanciação contém, de um lado, o contexto de situação (imediate da enunciação), com suas variáveis de *relações*, *campo* e *modo* (para uma melhor explicação dessas variáveis, cf. nota seguinte), ou uma instância de um dos tipos de situação da cultura/sociedade e, de outro, o texto (ou discurso) ou instância de um dos tipos de texto ou registros/gêneros. Então, o sistema não subjaz o texto: o sistema é instanciado pelos registros, que são instanciados pelos textos. Um texto é uma instância de um registro, que é uma instância do sistema. Fazem-se escolhas num subpotencial do sistema em conformidade com o tipo de situação correspondente: escolhas de significados, as quais são realizadas formalmente por escolhas lexicogramaticais, as quais, por sua vez, são realizadas por funções configuracionais de transitividade, modo e tema na ordem da oração, as quais, por fim, são realizadas por escolhas fonológicas e fonéticas ou grafológicas e graféticas.

que interagimos com aquele(s) a quem estamos nos dirigindo, seja informando ou questionando algo, dando ordens ou oferecendo algo ou ainda expressando nossas avaliações ou atitudes em relação ao meio circundante, incluindo a nós e a nossos interactantes. A esta metafunção chama-se *interpessoal*. Assim, enquanto a metafunção ideacional estaria mais relacionada à linguagem enquanto reflexão, a metafunção interpessoal refere-se à linguagem enquanto (inter)ação. Isto mostra que todo texto tanto versa sobre alguma coisa quanto se dirige a alguém. Por outro lado, há uma terceira função, responsável pela ordenação e construção, em forma de texto, da experiência (metafunção ideacional) e das relações sociais (metafunção interpessoal) envolvidas na comunicação, criando coesão e continuidade ao fluxo do texto. Esta metafunção é chamada de *textual* (ver Figura 3).

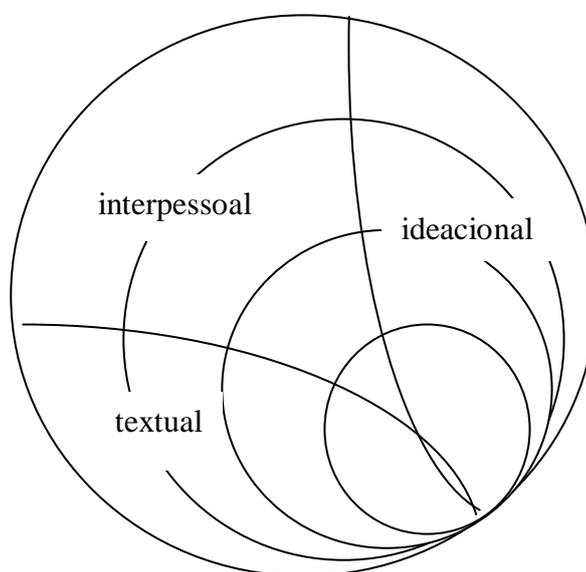


Figura 3: A interseção entre as metafunções e os estratos intralinguísticos

Esta última dimensão tem sua importância para o que pretendo aqui explicar acerca deste referencial teórico-metodológico, uma vez que a funcionalidade da língua, suas metafunções (que constituem o estrato da semântica), pode ser encarada intrinsecamente (embora extrinsecamente também seja possível, sobretudo quando realizam ou constroem as variáveis do contexto de situação em consideração para uma análise mais ampla), ou seja, do ponto de vista de como ela é realizada por outros estratos. Como meu objetivo é uma análise do discurso, portanto do plano do conteúdo/significados, principalmente do ponto de vista *interpessoal*, posso investigar como os escreventes dos textos em análise usaram, ainda no plano do conteúdo/formas, recursos lexicogramaticais, como construíram significados, de

realizarem significados interpessoais. Por outro lado, uma metafunção, a *ideacional*, de certa forma, poderia ser levada também em consideração nesta análise, porém de uma perspectiva bem distinta de como é apresentada no quadro da Linguística Sistêmico Funcional (LSF). Nesta, a metafunção ideacional está relacionada à construção (*construal*) da experiência – o que está acontecendo (eventos), incluindo ações, estados de coisas, e quem está fazendo o que a quem, quando, onde, como, por quê, bem como as relações lógicas entre uma coisa e outra (MARTIN; WHITE, 2005, p. 7). Como a análise nesta pesquisa recairá, em boa parte, na *construção* de identidades dos atores sociais, é possível reconhecer aí certo valor ideacional, embora, no próprio quadro da LSF, sei bem, este tipo de olhar voltado para os interactantes ou atores sociais esteja enquadrado no ponto de vista da metafunção interpessoal. Toco neste ponto, nesta provável relação entre as duas metafunções, apenas para reforçar a ideia, sugerida na obra de Halliday e Matthiessen (Ibid.), de que ambas as funções (assim como a *textual*) estão presentes em todos os usos da língua, são inter-relacionadas, sendo sua separação somente para fins analíticos¹⁵.

Agora, fazendo uma recapitulação de toda esta discussão acerca das dimensões da LSF, tentarei dar uma ideia mais precisa do lugar onde metodologicamente está localizada a presente pesquisa, dentro deste quadro dimensional maior, especialmente ao destacar de que ponto partirei para analisar aquilo que pretendo, tendo em vista o que já foi exposto até aqui: a construção sociopolítica de eventos e identidades sociais. Como minha pretensão é analisar, em linhas gerais, como as escolhas dos recursos linguísticos pelos escreventes dos textos da revista VEJA constroem, coletivamente, tanto a identidade da própria revista quanto dos atores sociais (envolvidos nos eventos sociais e políticos relatados), a prioridade, em termos *metafuncionais*, vai ser do ponto de vista *interpessoal*, isto é, de como as relações sociais

¹⁵ Para uma compreensão do valor ideacional de certos significados, preferi não fazer uso de uma explanação metodológica e conceitual pautada na Gramática Sistêmica Funcional (GSF), pois meu foco estará nas relações interpessoais estabelecidas pelas avaliações das proposições dos escreventes dos textos a serem analisados. O temor de estender demasiadamente o quadro teórico-metodológico do trabalho levou-me a reduzir e delimitar o arcabouço classificatório para os recursos linguísticos mobilizados nos textos sob análise, o que me fez direcionar o escopo da Teoria da Avaliatividade para os recursos e significados interpessoais. Entretanto, uma consideração, digamos, ideacional das avaliações nos textos será feita tendo em vista o referencial social e discursivo de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, já que, por meio dele, posso compreender os textos de VEJA como *discurso*, ou seja, como *prática articulatória* que, numa atividade eminentemente construtiva, portanto ideacional, tanto subverte o sentido usual de elementos sociais, como reconstrói sua identidade dentro de um novo quadro de relações sociais e discursivas. Ou seja, a dimensão ideacional dos textos será compreendida em termos de discurso, quer dizer, em termos de que as avaliações (dimensão interpessoal), na medida em que denunciam o sistema de valores ou normas sociais, ético-morais ou estéticos dos jornalistas, normativamente antagonizam e cumulativamente reconstróem identidades sociais para a audiência (dimensão ideacional), em uma configuração tal que Laclau e Mouffe chamariam de *discurso* (cf. **capítulos 4 e 5**).

entre os sujeitos interactantes são desempenhadas, incluindo os sentimentos que eles têm de si mesmos, dos outros e das coisas, e que eles tentam compartilhar.

Do ponto de vista *estratificacional*, minha análise vai se orientar, no *estrato semântico*, pela rede de sistemas chamada de *appraisal*, ou seja, de como a avaliação é estabelecida, ampliada, atingida e criada. O *appraisal* ou a *Avaliatividade* é um dos sistemas da metafunção interpessoal, ao lado de outros dois, a Negociação (*negotiation*) e o Envolvimento (*involvement*). Se da perspectiva intrínseca a Avaliatividade está relacionada à metafunção interpessoal, extrinsecamente ela se relaciona com dois traços da variável *tenor* do registro¹⁶, chamadas de *poder* (*power*) e *solidariedade* (*solidarity*). Segundo Jim R. Martin e Peter R. R. White (2005, p. 33), os dois outros sistemas interpessoais, a Negociação e o Envolvimento, podem ser complementares à Avaliatividade: o primeiro, no sentido de dar foco nos aspectos interativos do discurso, das funções discursivas (*speech functions*) e da estrutura de troca conversacional (*exchange structure*); o segundo, nos recursos não gradativos (*non-gradable resources*) para a negociação no âmbito das relações do discurso, principalmente de *solidariedade*.

Quando pensada sua realização no estrato subsequente, o *lexicogramatical*, o sistema de Avaliatividade apresenta certa complexidade, pois a avaliação tende a se espalhar por toda uma oração ou texto, não se circunscrevendo a uma Ordem (*rank*) ou fronteira gramatical específica, podendo, então, ser realizada por várias categorias, como adjetivo, verbo, advérbio modal etc. Aliás, como Martin e White (Ibid., p. 18-23) explicam, a Avaliatividade, pertencendo à metafunção interpessoal, apresenta uma *estrutura* distinta, chamada por eles de *estrutura prosódica*. Baseado em um texto de Halliday, eles afirmam que a Avaliatividade pode se estender por todo o discurso, trazendo um efeito cumulativo para todo o texto. Para interpretarmos melhor a estrutura prosódica da Avaliatividade, os autores (Id., *ibid.*, p. 19-21) apresentam três tipos de realização prosódica para a Avaliatividade. O primeiro tipo é a “saturação” (*saturation*), que se manifesta numa oração, por exemplo, onde for possível. Por exemplo (adaptado de MARTIN; WHITE, *ibid.*, p. 20): na frase “eu

¹⁶ Registro aqui se refere a um estrato extralinguístico, mais abstrato do que o semântico-discursivo, e está relacionado a um contexto de situação imediato em que um texto é produzido. O registro comporta, dada a complexidade dos contextos sociais em que se pode produzir textos, variáveis que são responsáveis pela diferenciação dos tipos de texto e que fornecem as características de cada um. Tais variáveis são: *relações do discurso* (concernente aos participantes e a relação sócio-hierárquica de solidariedade e poder entre eles), *campo do discurso* (relacionada à atividade comunicativa e aos propósitos comunicativos do falante/escrevente) e *modo do discurso* (equivalente ao papel da linguagem nessa atividade e relação entre os participantes) (EGGINS, 1994, p. 9).

suponho que ele **poderia, eventualmente**, ter comparecido à festa”, os três pontos destacados são lugares onde a Avaliatividade se manifesta (no primeiro caso, há um processo verbal mental, que projeta incerteza quanto ao que se vai dizer; no segundo, há um verbo modal, que ameniza a força da predicação; e, no terceiro, há um advérbio modal, que põe num grau de possibilidade o processo expresso pelo verbo *comparecer* ou pelo grupo verbal *ter comparecido*). O segundo tipo é a intensificação (*intensification*), que envolve uma amplificação, reverberando por todo o discurso. Exemplo (Id., *ibid.*, adaptado): no diálogo “‘Isto’, disse o esposo, ‘é uma mentira’. ‘É verdade’, disse sua mulher. “‘Isto é uma mentira **suja, podre, fétida, péssima, maldita, vil, obscena e falsa**’, ele aumentou”, a intensificação ocorre com a adjetivação excessiva do marido em relação ao que ele julga uma mentira. E o terceiro tipo é a dominação (*domination*), em que a prosódia se associa a significados que teriam outros sentidos em seu foco. Um exemplo disso é função de Tema e Rema numa oração. É possível colocar o Rema numa posição de destaque na oração para dar ênfase naquilo que se está argumentando, realçando, assim, o sentido que isto pode ter para uma situação particular.

Por conta desta complexidade em que se realiza a Avaliatividade, podemos ter vários tipos de Ordem (*ranks*) estruturais como condições de entrada para seu *sistema* ou rede de sistemas. Martin e White (*Ibid.*, p. 35) oferecem uma lista com um conjunto de padrões lexicogramaticais que realizam a Avaliatividade, como verbos modais, adjuntos modais, Polaridade, repetição dentre outros. Nesta lista, também há os padrões de realização fonológicos, mas, como esta pesquisa toma como *corpus* textos escritos, esta dimensão estrutural ficará de fora. Antes, as análises que farei tomarão como ponto de partida os recursos lexicogramaticais mobilizados pelos jornalistas em seus textos, construindo, dessa forma, avaliações a respeito de si, dos outros, das coisas que os circundam e dos eventos que ocorrem ao seu redor.

A teoria da Avaliatividade, de Jim R. Martin e Peter R. R. White (2005), é, antes de tudo, um referencial metodológico para este trabalho. Metodológico, porque o quadro sistemático para a Avaliatividade que eles oferecem me permite analisar os textos e organizar os dados com base em categorias relacionadas ao sistema de Avaliatividade. Mas, não só por isso. É graças a este quadro de Martin e White que pude conceber as avaliações dos produtores dos/das textos/reportagens como uma forma de construção de identidades sócio-políticas, em dois sentidos ou direções: tanto para a constituição de um *ethos* de tais produtores – ora pela forma como posicionam os leitores em relação àquilo que eles relatam

em seus/suas textos/reportagens, ora pelo fato de que, se “questionar identidades e diferenças é, então, questionar os sistemas legitimados que lhes servem de suporte na atribuição de sentido” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 77), então questionar identidades, por outro lado, é também pôr em evidência ou fazer emergir os próprios sistemas ideológicos ou avaliativos que lhes servem de suporte na avaliação ou atribuição de sentido; quanto para a constituição das identidades sociais dos atores sócio-políticos citados nos/as textos/reportagens.

A sistematização da Avaliatividade feita por Martin e White permite, assim, identificar vários pontos importantes para a análise que pretendo fazer, como, por exemplo, o modo como os jornalistas adotam posturas para com o material que eles apresentam e para com aqueles que com eles se comunicam; como os jornalistas aprovam ou desaprovam, elogiam ou criticam aquilo ou aqueles a que se referem; como se constroem comunidades de valores e sentimentos compartilhados e quais os mecanismos linguísticos mobilizados pelos jornalistas para o compartilhamento de avaliações, valores e normas; como os jornalistas constroem, deles mesmos, identidades particulares; e como eles constroem para seus textos uma audiência específica (MARTIN; WHITE, 2005, p. 1). Todos estes pontos se tornam de relevância crucial para este trabalho, especialmente porque todos contribuem para que eu consiga atingir os objetivos deste trabalho. Ademais, sem isso, a possibilidade de mostrar, em termos linguístico-discursivos, como tais objetivos poderiam ser alcançados seria reduzida ao máximo.

Em seguida, esboçarei a rede de sistemas de Avaliatividade, bem como especificarei aqueles que serão de maior utilidade para o trabalho.

2.2.2 A rede de sistemas de Avaliatividade (*appraisal*)

Conforme disse acima, o sistema de Avaliatividade (*appraisal*) é um dos três principais sistemas de recursos semânticos interpessoais, ao lado dos sistemas de Negociação (*negotiation*) e de Envolvimento (*involvement*). Além disso, quando se toma como pressuposto que a língua é uma rede de sistemas interligados, que se constituem como alternativas possíveis e recursivas para a construção de significados, sejam eles textuais, ideacionais ou interpessoais, nesta seção vou detalhar um pouco a rede de sistemas que compõem a Avaliatividade. De início, a Avaliatividade possui três domínios ou três subsistemas pelos quais as avaliações podem ser elaboradas, a saber (ver Figura 4): a Atitude

(*attitude*), o Engajamento (*engagement*) e a Gradação (*graduation*). Em linhas gerais, o subsistema de Atitude está relacionado ao campo das emoções, principalmente aos nossos sentimentos e reações emocionais, aos nossos julgamentos de comportamentos dos outros e às nossas avaliações das coisas ou acontecimentos naturais ou semióticos. O subsistema de Engajamento trata da criação de atitudes, de posicionamentos, seja para quem fala/escreve, seja para quem escuta/lê, bem como do jogo de vozes (se há uma diferenciação ou equivalência entre elas, se há um compartilhamento – ou abertura para a discussão – de valores, gostos) em torno de opiniões, no discurso. E, por fim, o subsistema de Gradação é destinado à amplificação ou redução da força das avaliações e à construção de escopo ou periferia para as coisas avaliadas.

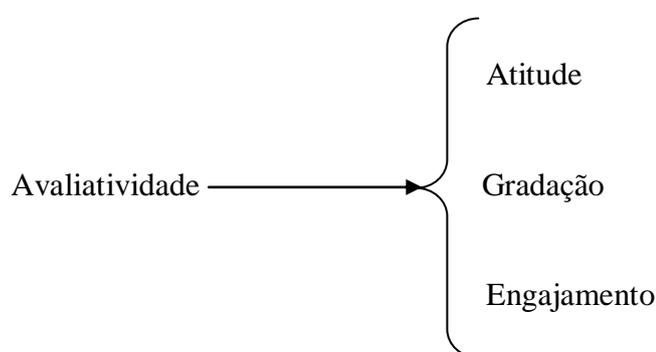


Figura 4: Panorama do sistema de Avaliatividade (*appraisal*)

Dos três subsistemas, aqueles que, à primeira vista, são mais importantes para este trabalho são os dois primeiros (Atitude e Engajamento), uma vez que estão mais relacionados à identificação dos sentimentos que os jornalistas têm em relação àquilo que experimentam e representam em seus textos, bem como aos recursos que eles utilizam para posicionar-se e posicionar os outros com respeito àquilo que escrevem, defendem, repudiam e projetam em seus discursos. Esses aspectos vão perfeitamente ao encontro dos objetivos deste trabalho e, por isso, bastaram para atingi-los com eficácia. Portanto, como ponto de partida, especificarei, a seguir, os subsistemas de Atitude e Engajamento.

O **subsistema de Atitude**, de acordo com a definição há pouco citada, concerne ao campo dos sentimentos. Dada a sua complexidade sistemática, a Atitude compreende três áreas semânticas relacionadas à emoção, à ética e à estética, categorizadas no quadro de Martin e White (2005) como Afeto (*affect*), Julgamento (*judgement*) e Apreciação (*appreciation*), respectivamente, conforme a seguinte figura:

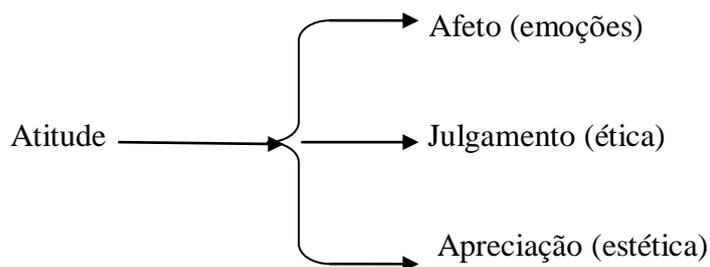


Figura 5: Subsistema de Atitude

A área do **Afeto** mobiliza os recursos usados para a expressão e representação das emoções das pessoas e suas reações emocionais. Panoramicamente, pode-se dizer que as avaliações de Afeto tratam do registro de emoções positivas ou negativas, como quando nos perguntamos se nos sentimos felizes ou tristes, seguros ou ansiosos, interessados ou aborrecidos (MARTIN; WHITE, 2005, p. 42). Para detalhar melhor aquilo que está envolvido no Afeto, Martin e White (Ibid., p. 46) chamam a atenção para dois elementos importantes na análise desta área. Para os autores, é preciso diferenciarmos, neste tipo de avaliação, um indivíduo participante que experimenta ou que é o participante experienciador da emoção ou sentimento (o *Emoter*) e o fenômeno responsável pela emoção experimentada (o *Trigger*); além desses dois elementos, é importante não nos esquecermos de que ambos pressupõem a existência da emoção ou sentimento propriamente dito (designarei aqui pela expressão inglesa *Emotion*).

Lexicogramaticalmente, as realizações de Afeto compreendem adjetivos realizando diferentes funções e advérbios de processos comportamentais e mentais afetivos e adjuntos modais, conforme exemplificado a seguir (MARTIN; WHITE, *ibid.*)¹⁷:

- Afeto como *qualidade*:
 - descrição de *Emoters*: “um capitão **triste**” (Epíteto)
 - atribuição a *Emoters*: “o capitão estava **triste**” (Atributo)
 - modo do processo verbal material: “o capitão saiu **tristemente**” (Circunstância)

- Afeto como *processo*:
 - mental afetivo: “sua partida o **transtornou**” (Processo)
 - comportamental afetivo: “o capitão **chorou**” (Processo)

¹⁷ Os exemplos que se seguem foram retirados de Martin e White (2005). A cada exemplo ou conjunto de exemplos, farei remissão à página da obra em que se encontram.

- Afeto como *comentário*:
 - desiderativo: “**tristemente**, ele partira” (Adjunto modal) (p. 46).

Além disso, Martin e White dizem que, dentre estes recursos, enquadram-se ainda metáforas gramaticais, que nominalizam qualidades (*alegria, tristeza*) ou processos (*aflição, soluço, constrição na garganta*).

Os autores oferecem uma forma de classificação do Afeto que gira em torno de seis fatores. Como eles ressaltam (Id., *ibid.*), as formas de mapear as emoções que eles fornecem têm de ser consideradas como *hipóteses de organização*, como uma ferramenta para aqueles que necessitam de algum suporte analítico para a investigação da avaliação nos textos. O primeiro desses fatores ou princípios de classificação para o Afeto é verificar se as emoções foram construídas positiva ou negativamente. *Positivo* seria quando as emoções denotam que algo é agradável de se experimentar; *negativo*, quando indicam que algo deveria ser evitado:

- Afeto positivo: “o capitão estava **feliz**”
- Afeto negativo: “o capitão estava **triste**” (p. 47).

É importante ser ressaltado que, neste caso, assim como em outros, certo valor gradativo pode ser considerado (“o capitão estava **muito feliz/mais triste**”). Como nos alertam Martin e White (Ibid., p. 44), os sentimentos têm profundidade, podendo ser intensificados ou amenizados; daí porque não é de se surpreender que a Gradação apareça e possa ser analisada em todo o subsistema de Atitude.

O segundo fator a ser tomado para a classificação seria ver se as emoções são realizados como uma *onda de emoção*, que envolve uma manifestação tendendo para o extralinguístico (como um gesto, uma expressão, que são sempre visíveis), ou se são experimentados como um tipo de *estado emocional*, que, ao contrário do anterior, tende a ser uma manifestação mais interna (nem sempre visível). Uma forma de analisar isto seria encará-las como uma distinção de ordem gramatical entre processos verbais do tipo comportamental (para a *onda emocional*) e processos verbais do tipo mental ou relacional (para o *estado emocional*) (Id., *ibid.*, p. 47). Vejamos:

- Onda emocional ou surto comportamental: “o capitão **chorou**/ela **sorriu** para ele” (processo comportamental afetivo, que deixa o sentimento sempre visível)
- Estado emocional: “o capitão **não gostou** de sua partida (*leaving*)/ ela **gosta** dele (processo mental afetivo, que é mais interno e não visível)/ ela sentiu-se **feliz** com ele” (processo relacional atributivo, que é interno, mas visível) (p. 47).

O terceiro fator usado diz respeito a se as emoções manifestadas são construídas de uma forma que deixa claro o *Trigger* da *Emotion* ou se de um modo geral, indireto, sem o *Trigger* da *Emotion*, como se não se soubesse responder ao certo à pergunta “Por que você está se sentindo assim?”. Gramaticalmente, a distinção, neste caso, pode ser feita entre processo mental (com o *Emoter* e o *Trigger* sendo participantes do processo e, portanto, implicados nele) e estado relacional (com o *Emoter* e a *Emotion* sendo os participantes e colocando o *Trigger* numa posição circunstancial) (Id., *ibid.*, p. 47):

- Reação ao outro (ao *Trigger*): “o capitão **não gostou** de sua partida (*leaving*)/ sua partida **desagradou** o capitão”
- Modo indireto: “o capitão estava **triste**” (p. 47).

O quarto fator está relacionado à força ou “gradação” dos sentimentos experienciados. Tal gradação envolve valores tais como “baixo”, “mediano” e “alto” para a descrição, com a ressalva de que “baixo” e “alto” constituam, antes, polos de um *continuum* para a gradação dos sentimentos, e “mediano” como um intermédio entre ambos (Id., *ibid.*, p. 48):

- Baixo: “o capitão não **gostou** disto”
- Mediano: “o capitão **detestou** isto”
- Alto: “o capitão **odiou** isto” (p. 48).

O quinto fator tem a ver com as emoções que respondem a estímulos que são reais (isto é, aconteceram de fato) ou irrealis (isto é, que não aconteceram ainda, sendo, portanto, hipotéticos). Podem ser realizados e compreendidos gramaticalmente por meio da distinção entre processos mentais (real) e processos desiderativos (irreal) (Id., *ibid.*, p. 48):

- Real: “o capitão **não gostou** de ir”
- Irreal: “o capitão **não gostaria** de ir” (p. 48).

O sexto e último fator a ser tomado para a classificação dos recursos do Afeto traz uma tipologia que permite as emoções serem consideradas sob a perspectiva de três conjuntos ou variáveis: *in/felicidade*, *in/segurança* e *in/satisfação*. A variável *in/felicidade* agrupa as emoções concernentes aos *assuntos do coração* (*affairs of the heart*) – como tristeza, ódio, felicidade, amor etc. –, além de trazer a possibilidade de dirigir ou relacionar estas emoções a um *Trigger*; a variável *in/segurança* cobre as emoções relacionadas ao *bem-estar ecossocial* (*ecosocial well-being*), ou seja, ao nosso ambiente e às pessoas que dele compartilham conosco – como paz, ansiedade, medo, confiança e verdade; já a variável *in/satisfação* reúne as emoções referentes à *busca de objetivos* (*the pursuit of goals*), ou seja, aos nossos sentimentos de realização ou frustração em relação ao que fazemos – tais como tédio, desprazer, curiosidade, respeito (MARTIN; WHITE, *ibid.*, p. 49-50):

- Felicidade: “Eu **rolei de rir** quando Shirley acabou de arrumar o anjinho, com um pequeno travesseiro amarrado na barriga para servir de pança”
- Infelicidade: “Não posso falar nessa negra beijuda **sem que o sangue não me venha à cabeça**”
- Segurança: “Narizinho eu **quero muito bem**, porque é uma espécie de **minha mãe**”
- Insegurança: “o anjinho estava **assustado** de ver-se gordo daquela maneira”
- Satisfação: “Cada qual fabrica uma qualidade de fruta – e é o que mais **admiro**, visto que a terra do pomar é a mesma para todas”
- Insatisfação: “O senhor me **traiu**”¹⁸

Uma observação relevante que precisa ser feita é que, como pode ser notado, estas variáveis oferecidas por Martin e White (2005) não são excludentes. A mesma emoção ou sentimento pode ser enquadrada em mais de uma variável ou conjunto concomitantemente. Vejamos o Quadro 2 (adaptado de BALOCCO, MARTIN, 2008, p. 4, com trechos de textos opinativos da mídia sobre a adoção do sistema de cotas para as universidades públicas brasileiras), com o qual ilustrarei a seguir a interseção de mais de uma variável na classificação do Afeto:

¹⁸ Estes exemplos são fornecidos, por sua vez, por Fabíola Almeida (2010, p. 105-106).

Exemplos		
Variáveis	Positivo	Negativo
In/felicidade		- Madame Natasha tem horror a música e à propensão dos burocratas para empulhar a patuléia . Ela defende as cotas para negros nas universidades e acaba de saber que o Ministério da Educação entregou ao Planalto um estudo para criar um “sistema especial de reservas para negros”.
In/segurança		- Sim, cotas são mero paliativo, uma política emergencial que temos vergonha de adotar . - [...] tão ao gosto das elites, que se eriçam quando vêm no horizonte social e histórico a possibilidade de ascensão dos milhões de brasileiros que ficaram à margem no processo de conquista da modernidade contemporânea.
In/satisfação		- Além disso, não querem [<i>os adeptos das cotas</i>] concordar que o mero fato de o Estado chegar a obrigar certos cidadãos a se classificar racialmente já em si consolida e celebra divisões sociais .
Exemplos		
Variáveis	Afeto como qualidade/ Afeto real	Afeto como processo/ Afeto irreal
Reação ao outro	- Sim, cotas são mero paliativo, uma política emergencial que temos vergonha de adotar [= estamos envergonhados].	
Estado emocional ou Modo indireto		- [...] tão ao gosto das elites, que se eriçam [= que têm medo, reagem com medo] quando vêm no horizonte social e histórico a possibilidade de ascensão dos milhões de brasileiros que ficaram à margem no processo de conquista da modernidade contemporânea.

Quadro 2: Exemplos de interseção das variáveis para a classificação do Afeto

A área do **Julgamento**, por seu turno, tem a ver com as atitudes que temos para com o comportamento dos outros, quando o expressamos como admirável ou criticável,

representamos como digno ou condenável. As avaliações feitas do comportamento alheio podem ser consideradas como inscritas ou fundamentadas por princípios ou sistemas avaliativos (MARTIN; WHITE, 2005, p. 35), que norteariam normativamente como podem ou devem ser julgados as atitudes e o caráter das pessoas, bem como a forma como elas se comportam. Assim como é o caso da área dos significados para o Afeto, o Julgamento pode ser analisado do ponto de vista da variável positivo/negativo, ou seja, como quando representamos características do outro que admiramos ou criticamos. Uma vez que tais avaliações se dão na relação que nós, enquanto avaliadores, estabelecemos com os outros, enquanto avaliados, pode-se dizer, desta forma, que a área do Julgamento está circunscrita à ética e à moral – à ética, porque, para fazermos julgamentos deste tipo, partimos sempre de um sistema de normas ou conjunto de princípios que nos permitem avaliar da forma como avaliamos; à moral, porque, dado serem tais julgamentos expressos, comunicados a alguém, só podemos fazer isso, portanto, publicamente, por meio de recursos que comprometem o avaliado perante as pessoas de seu convívio social privado ou perante a lei pública.

Como indicam Martin e White (Ibid., p. 52), as avaliações de Julgamento podem ser divididas ou dar entrada a mais dois subsistemas: o de “estima social” (*social esteem*) ou o de “sanção social” (*social sanction*). Cada subsistema do subsistema de Julgamento, por sua vez, tem suas especificidades quanto às escolhas ou recursos. Os julgamentos de **estima social** têm a ver com as avaliações de **normalidade** (avaliando em termos de quão normal ou incomum alguém é), de **capacidade** (avaliando em termos de quão capaz ou incapaz alguém é) e de **tenacidade** (avaliando em termos de quão firme, resoluto ou indeciso, inseguro alguém é). Segundo os autores (Id., *ibid.*), as avaliações feitas desta forma são essenciais e críticas para a formação e consolidação de redes sociais de convivência, como a família, os amigos, os colegas etc. Já os julgamentos do tipo **sanção social** são condições de entrada para avaliações que têm a ver com a **veracidade** (julgando em termos de quão verdadeiro, honesto ou mentiroso, desonesto alguém é) e a **propriedade** (julgando em termos de quão justo, probo, ético ou injusto, corrupto, antiético alguém é). Para Martin e White (Ibid.), as avaliações deste tipo estão relacionadas mais diretamente com julgamentos de ordem normativa, ou seja, têm a ver com a observância de preceitos religiosos ou legais, como exemplos. Logo abaixo há uma exemplificação de julgamentos, de acordo com seus subsistemas (BALOCCO, MARTIN, 2008, p. 5):

Estima social	Normalidade	- O estudo coordenado por Carvalhaes comparou ainda o rendimento acadêmico dos alunos por área. Os cotistas tiveram desempenho ligeiramente superior nos cursos das áreas de humanas, biomédica e ciências sociais.
	Capacidade	- [...] essa cota para negros é simplesmente uma forma fácil de acalmar a população burra .
	Tenacidade	- [...] o próprio Estado brasileiro não tem sido um exemplo brilhante no exercício de suas prerrogativas no sentido de ampliar a participação da cidadania .
Sanção social	Veracidade	- [...] o racismo brasileiro é ardiloso e dissimulado .
	Propriedade	- com certeza, existe muita gente que tem forte preconceito contra negros e tem opiniões ridículas por causa disso. - [...] esse sistema , apesar de imbuído de boas intenções, comete injustiças , seja do lado dos brancos pobres – que não podem se beneficiar das cotas – seja do lado de negros que têm condições de pagar uma escola particular e não deveriam ter o privilégio da reserva de vagas.

Quadro 3: Exemplos de Julgamento

Da mesma forma que o subsistema de Afeto, o Julgamento possui vários tipos de realizações gramaticais. No estrato lexicogramatical, as escolhas utilizadas para se pensar a realização de significados interpessoais eram, sobretudo, os do sistema de MODALIDADE. Martin e White (2005, p. 54) fazem uma comparação entre tal sistema e o subsistema de Julgamento, mostrando como este poderia ter suas realizações pensadas em termos daquele. Modalidade, no quadro teórico-metodológico da LSF, diz respeito à área dos sentidos que reside entre *sim* e *não*, ou seja, à região intermediária da POLARIDADE (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 618):

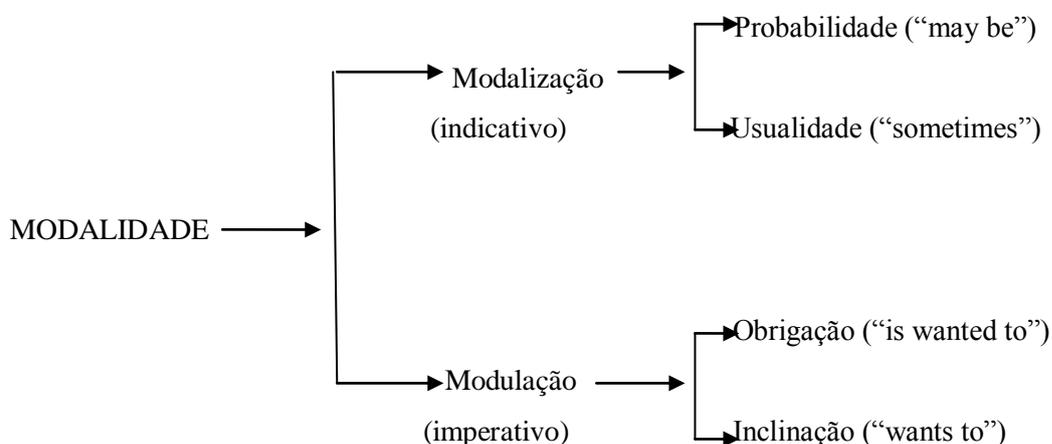


Figura 6: Sistema de MODALIDADE

Modalização, como indicado na Figura 6, refere-se à área de indeterminação relativa às proposições (*propositions*), isto é, às declarações (troca de informações – dar informações) e às perguntas (troca de informações – demandar informações). Então, trata-se da área de indeterminação entre ‘é’ e ‘não é’. Modulação se refere à área de indeterminação relativa às propostas (*proposals*), isto é, às ofertas (troca de bens e serviços – dar bens e serviços) e aos comandos (troca de bens e serviços – demandar bens e serviços). Portanto, trata-se da área de indeterminação entre ‘faça’ e ‘não faça’.

Em Martin e White (2005, p. 54), há uma proposta de associação entre os termos do subsistema de Julgamento e os do sistema de MODALIDADE, seguindo o quadro sistemático de R. Iedema *et al.*, que é muito semelhante ao da Figura 6 acima, mas com a modificação no termo “inclinação”, que passa a ser uma de duas escolhas (ao lado de “habilidade” – *ability*) para a “prontidão” (*readiness*, que faz par agora com “obrigação”). Assim, Martin e White (Ibid.) indicam que: a “normalidade” pode ser relacionada com a modalidade de “usualidade”; a “capacidade”, com a de “habilidade”; a “tenacidade”, com a de “inclinação”; a “veracidade”, com a de “probabilidade”; e a “propriedade”, com a de “obrigação”. Vejamos a seguir alguns exemplos (tomados novamente de Martin e White, *ibid.*):

- **Modalizações de probabilidade > julgamentos de veracidade**
 - Ele é **certamente** malcriado;
 - **É certo** que ele é malcriado (metáfora gramatical);
 - **É verdade** que ele é malcriado (metáfora gramatical) (p. 54);
- **Modalizações de usualidade > julgamentos de normalidade**
 - Ele **muitas vezes** é malcriado;
 - **É hábito** ele ser malcriado (metáfora gramatical);
 - **É normal** ele ser malcriado (metáfora gramatical) (p. 54-55);
- **Modulações de habilidade > julgamentos de capacidade**
 - Ele **pode** ir;
 - Ele é **capaz de** ir;
 - Ele é **forte o suficiente para** ir (p. 55);
- **Modulações de inclinação > julgamentos de tenacidade**
 - Eu **irei**;

- Eu estou **determinado a ir**;
- Eu estou **decidido a ir**;
- Eu estou **resolvido a ir** (p. 55);
- **Modulações de obrigação > julgamentos de propriedade**
 - Vá;
 - Você **deve** ir;
 - Você **deveria** ir;
 - **Espera-se** que você vá (metáfora gramatical);
 - **Seria injusto** se você fosse (metáfora gramatical) (p. 55).

A terceira área de significados do subsistema de Atitude é a **Apreciação**, que diz respeito aos recursos usados para construir avaliações sobre as coisas ou produtos (sejam materiais ou semióticos/as, concretos/as ou abstratos/as), sobre fenômenos naturais, atividades que realizamos, processos sociais e pessoas. Neste último caso, o de avaliação sobre as pessoas, é importante destacar que a apreciação não deve ser a das suas emoções, pois que isto é condição de entrada para a área do Afeto, nem de seus comportamentos, já que isto é alvo e condição de entrada para a área do Julgamento. Uma forma de tentar diferenciar a área da Apreciação da área do Julgamento, uma vez que ambas se reportariam a pessoas, talvez pudesse ser usando a distinção que foi feita há pouco entre Modalização e Modulação.

Embora Martin e White indiquem uma associação dos termos do subsistema de Julgamento com todo o sistema de MODALIDADE (o que inclui, portanto, Modalização e Modulação), eles mostram que, de um lado, as avaliações de Julgamento estariam mais perto do domínio das propostas (*proposals*) para o comportamento – *como* devemos nos comportar –, isto é, próximo à Modulação, ao passo que as avaliações de Apreciação envolveriam o domínio das proposições (*propositions*) sobre o valor – *o que* vale ou é algo ou alguém –, isto é, próximo à Modalização (MARTIN; WHITE, *ibid.*, p. 45). Ademais, seria possível comparar, de um modo geral, ambas as áreas com o que, na literatura sobre filosofia da linguagem tradicional, diz-se sobre a distinção entre enunciados deonticos (mais relacionados ao eixo da conduta, da obrigação, da permissão, da volição) e enunciados epistêmicos (mais relacionados ao eixo do conhecimento, da crença, da cognição).

A Figura 7 de Martin e White (*Ibid.*, p. 45) mostra, também, que o Afeto poderia ser visto como estando no coração do Julgamento e da Apreciação, que seriam Afetos mais

institucionalizados, seja em função de normas, regras e regulamentos respaldados, por exemplo, pela Igreja ou o Estado (Julgamento), seja em função de critérios e valorações respaldados por “sistemas de premiação” (*systems of awards*) (Apreciação):

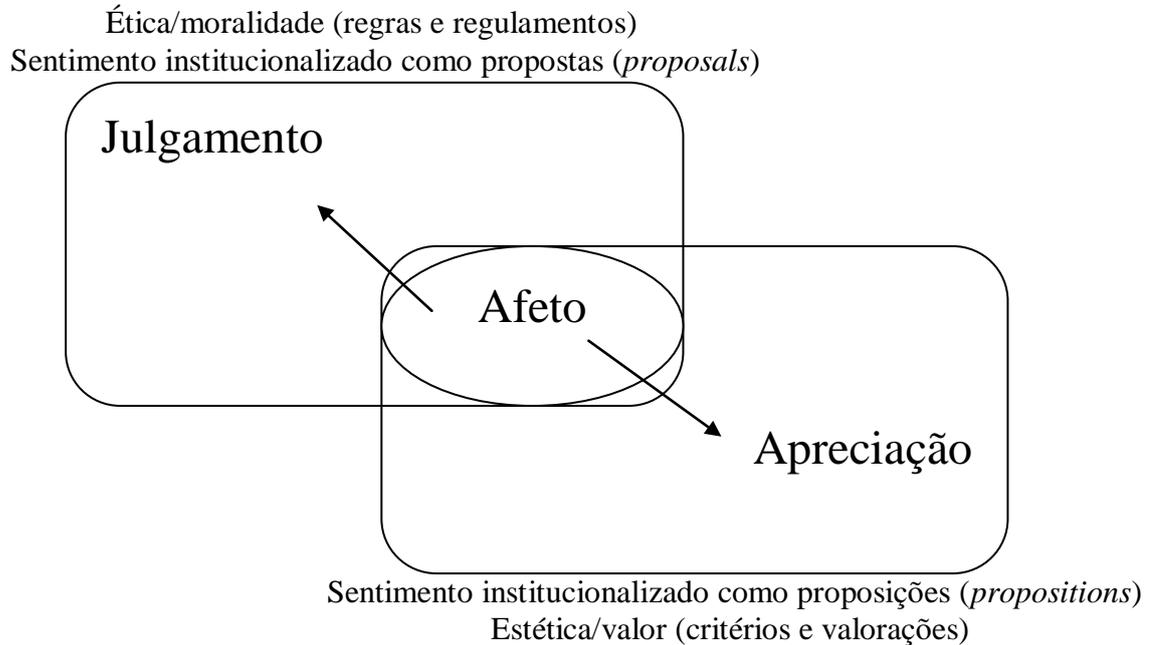


Figura 7: Julgamento e Apreciação como Afeto institucionalizado

Na figura, assim como o Julgamento estaria relacionado à avaliação por meio de regras e regulamentos, ou seja, ao domínio da ética/moralidade, a Apreciação poderia ser remetida à estética, por estar aliada à valoração das coisas ou pessoas. Os autores (MARTIN; WHITE, *ibid.*, p. 58-59, os exemplos a seguir são deles) ainda falam ser possível encarar as duas áreas em termos de suas realizações gramaticais através de processos. O Julgamento poderia ser expresso por meio de um processo atributivo relacional que descrevesse a atitude de alguém para com o comportamento de alguém (“Foi **burrice** eles fazerem isso”); já a Apreciação, por meio de um processo mental que descrevesse a atitude de alguém para com uma coisa (“Eu considero isto lindo”).

A área da Apreciação, assim como as demais, comporta outros termos que dão entrada a novos subsistemas para a realização da avaliação das coisas, como: nossa **reação** (*reactions*) às coisas – no sentido de se elas prendem nossa atenção ou não (*impacto*), ou no de se elas nos agradam ou não (*qualidade*); a **composição** delas – no sentido de se elas são simétricas ou assimétricas, proporcionais ou desproporcionais (*equilíbrio*), ou no de se elas são simples ou extravagantes, ricas ou pobres em detalhes, precisas ou imprecisas

(*complexidade*); e seu **valor** – no sentido de quão inovadoras, autênticas, convenientes, originais etc. elas são. Da seguinte forma poderia ser visto a área da Apreciação:

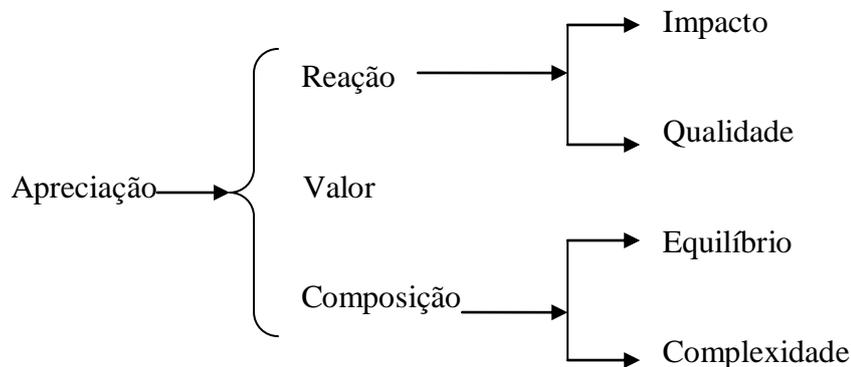


Figura 8: A área da Apreciação, seus subsistemas e termos

Em termos de realização gramatical, Martin e White (Ibid., p. 57), baseados em sugestões de Suzanne Eggins, dizem que reação, composição e valor podem ser pensados em termos de processos verbais mentais: reação poderia ser relacionado a processos afetivos que denotem nossa emoção (“Isto me arrebatou”) ou desejos (“Eu quero isto”); composição, à nossa percepção de ordem das coisas (processos perceptivos); e valor, ao nosso conhecimento de valor para as coisas (processos cognitivos). Os autores ainda informam que os três subtipos de Apreciação podem ser considerados do ponto de vista metafuncional: a reação ligar-se-ia melhor aos sentidos interpessoais (pela interação como reação ao outro); a composição, aos textuais (pelo caráter composicional de partes da coisa); e o valor, aos ideacionais.

Todas estas formas de realizações do subsistema de Atitude serão tomadas para a minha análise como contribuindo para uma avaliação negativa, desvantajosa, condenável, por parte dos escreventes dos textos, dos atores sociais citados como envolvidos nos eventos políticos ou casos de corrupção denunciados pela revista VEJA. Essas avaliações atitudinais, como disse ao fim da seção anterior, podem ser encaradas, de certa maneira, como formas de construção de identidades dos tais atores sociais e, por conseguinte, do governo como um todo, por não autorizarem, ao menos para a audiência dos textos, certa identidade que tais atores e governo possam ter construído para si no plano político nacional, configurando-se, portanto, tais avaliações, em termos de Laclau e Mouffe (ver **capítulo 4**), como forças antagonizantes, que impossibilitam a afirmação de uma identidade, ao mesmo tempo em que possibilitam a emergência de outra, ao modo, claro, dos escreventes e da revista VEJA, conseqüentemente. Concomitantemente, as avaliações atitudinais feitas me permitem ainda

encará-las como reveladoras dos sistemas políticos e ideológicos ou, como dizem Martin e White (Ibid., p. 95), das “comunidades socialmente constituídas de crenças e atitudes compartilhadas [associadas às suas posições]”¹⁹, que dão suporte à postura axiológica assumida pelos escreventes da revista em seus textos, o que me possibilitaria identificar um discurso ou, para ser mais preciso, uma prática articulatória a impugnar, de um lado, identidades ideológica e politicamente adversárias à revista e, de outro, a propugnar tanto a posição (inescapavelmente política) desta em relação àquelas, quanto ao discurso projetante em seus textos. Conforme Martin e White (Ibid., p. 95), eles mesmos, falam, já na relação desse subsistema com o de Engajamento:

por “alinhamento/desalinhamento”, referimo-nos a concordância/discordância com respeito tanto a avaliações atitudinais quanto a crenças ou suposições sobre a natureza do mundo, sua história, e sobre como ele deve ser. Observamos, com relação a isto, que, quando falantes/escreventes anunciam suas próprias posições atitudinais, eles não apenas “falam do que está em suas mentes”, autoexpressivamente, mas também convidam, simultaneamente, outros a endossarem e a compartilharem com eles os sentimentos, as predileções ou as avaliações normativas que eles comunicam. Deste modo, as declarações de atitude são dialogicamente voltadas para alinhar o destinatário numa comunidade de valor e crença compartilhados²⁰.

Para explicar como procederei à análise da construção de uma identidade midiática informativa, que faria uso de um jogo de linguagem constativo ou designativo em relação ao que representa ou relata, bem como à análise de como suas práticas articulatórias, em que são propostos valores e crenças a serem compartilhados pelos escreventes e sua audiência, efetivam-se e desenvolvem-se nos textos, esboçarei a seguir o subsistema de Engajamento. Este subsistema, segundo Martin e White (Ibid., p. 2), fornece os meios pelos quais os escreventes posicionam os leitores para estes sustentarem as avaliações que aqueles fazem do que representam. Por meio dele, os escreventes constroem sentidos que operam retoricamente e constituem relações de alinhamento com sua audiência real ou potencial, além do que revelam o status e a autoridade reivindicados pelos escreventes em seus textos, o que

¹⁹ No original: “[...] the socially-constituted communities of shared attitude and belief associated with those positions”.

²⁰ No original: “By ‘alignment/disalignment’, we refer to agreement/disagreement with respect to both attitudinal assessments and to beliefs or assumptions about the nature of the world, its past history, and the way it ought to be. We note, in this regard, that when speakers/writers announce their own attitudinal positions they not only self-expressively ‘speak their own mind’, but simultaneously invite others to endorse and to share with them the feelings, tastes or normative assessments they are announcing. Thus declarations of attitude are dialogically directed towards aligning the addressee into a community of shared value and belief”.

incide diretamente na construção, por parte dos escreventes e, por conseguinte, da revista, de uma identidade de si e para si.

Pensar o subsistema de Engajamento é reconhecer, de antemão, um contexto ou pano de fundo de opiniões, de pontos de vista, de juízos de valor com os quais uma voz sempre interage, seja respondendo, concordando, afirmando, seja discordando, negando, refutando. Esta compreensão vem da noção de dialogismo de Mikhail Bakhtin e Valentin Volochínov (2006), para quem não há palavra que não seja resposta, que não traga em si ecos de outras palavras, de outros discursos que a antecederam numa dada esfera de atividade humana. Este pressuposto dialógico é importante para o entendimento desse subsistema, a fim de que melhor se compreenda o papel funcional das escolhas via subsistema de Engajamento, especialmente no que diz respeito à forma como o escrevente se posiciona e/ou busca posicionar o leitor suposto em relação às opiniões que ele manifesta em seus textos ou que se manifestam em convergência ou divergência ao(s) texto(s) que ele produz. Assim, tomando, com Bakhtin e Volochínov (2006), o pressuposto de que o diálogo é a forma básica de comunicação verbal e de que toda compreensão da palavra de outrem envolve um posicionamento, Martin e White vão considerar o Engajamento como concernente aos sentidos que fornecem ao escrevente os meios pelos quais ele pode se posicionar e engajar-se com outras vozes ou posições alternativas que estão em jogo no contexto comunicativo, imediato ou mais amplo, em que ele se encontra.

Seu enquadre para a análise do Engajamento permite caracterizar, portanto, os diferentes recursos linguísticos usados pelos escreventes para adotar uma posição ou postura em relação às posições de valor que são referenciadas por seus textos e pelo contexto discursivo, assim como investigar os efeitos retóricos associados com as tomadas de posição e explorar o que está em jogo quando uma postura é adotada e não outra. O enquadre, também, oferece a oportunidade de verificar os aspectos antecipatórios do texto – “os sinais que os escreventes/falantes fornecem quanto a como eles esperam que aqueles a quem eles se dirigem respondam à proposição e à posição de valor que ela oferece”²¹ (MARTIN; WHITE, 2005, p. 93). Além de explorar como o escrevente se engaja em relação às vozes e posições de valor que estas assumem em um dado texto ou contexto, se contrário, se a favor, se indeciso, se reconhecendo, se neutro, a análise dos sentidos construídos no subsistema de Engajamento possibilita ainda ver que posições de valor são tomadas e apresentadas como dadas para a

²¹ No original: “[...] to the signals speakers/writers provide as to how they expect those they address to respond to the current proposition and the value position it advances”.

audiência do texto ou quais são problemáticas, controvertidas, ou, mesmo, destinadas a serem questionadas ou refutadas.

Embora se considere o pano de fundo em que se dá a interação proporcionada pelas vozes textuais e contextuais inerentemente dialógico, não se pode ignorar aí a presença de asserções categóricas ou nuas (“‘bare’ or categorical assertions”). Como nos explicam Martin e White (Ibid., p. 99), tais asserções tendem a ser consideradas, na literatura semântica tradicional, como factuais, objetivas, neutras. Mas, quando se toma a visão de que a comunicação verbal se dá num contexto constituído precipuamente de várias vozes e pontos de vista alternativos, este tipo de asserção tende a assumir outra nuance, do que simplesmente a ser encarada pela lente das *condições de verdade*, como é vista, em geral, neste tipo de literatura. Assim, o status deste tipo de asserção pode ser analisado como construindo, ao seu modo, um dado arranjo de vozes ou pontos de vista alternativos, ao não reconhecê-las abertamente. É como se o escrevente apresentasse suas proposições de modo que não tivessem outras alternativas, além delas, a ser reconhecidas ou que não se engajassem com elas. Nestes casos, temos um contexto comunicativo tendendo a ser unilateralmente construído pelo escrevente.

Portanto, duas escolhas possíveis se revelam nas interações: **expansão** do potencial dialógico das vozes nos enunciados, permitindo posicionamentos alternativos; ou a sua **contração**, desestimulando a negociação dos sentidos produzidos nas interações. No primeiro caso, vê-se uma abertura para a negociação dos sentidos veiculados no texto do escrevente, abrindo margem, inclusive, para discordância, questionamento. No segundo, contudo, há a adoção de uma postura tendente à monológica, que, ao tentar apagar a impressão de relatividade ou, mesmo, de não validade dos sentidos produzidos pelo escrevente, busca produzir um carácter de verdade categórica e absoluta ao que se diz. Esses são os dois termos a serem escolhidos no subsistema de heterglossia no subsistema de Engajamento. O termo heteroglossia, por sua vez, faz par com o termo monoglossia: **heteroglossia**, para enunciados abertos à negociação; e **monoglossia**²², para enunciados categoricamente intransigentes à qualquer possibilidade de negociação. Uma importante

²² A postura monoglóssica é diferente da escolha heteroglóssica a que se chamou de **contração** mais acima. Esta reconhece e demonstra (e até cita) que há outras vozes, outros posicionamentos, outros valores, além daqueles que estão sendo defendidos no texto ou contexto, embora a postura que se toma, neste caso, seja a de restrição dos posicionamentos alternativos, o que reduz, assim, o potencial dialógico do texto. A **monoglossia**, no entanto, não dá mostras de reconhecimento de um *background* dialógico, constituído por outras vozes, nem chega a referenciar outras vozes possivelmente existentes, como se, na verdade, fosse, para usar um termo bakhtiniano para casos semelhantes, uma voz adâmica, primeira, sem ancorar-se em outra voz.

observação que Orlando Vian Jr. faz a este último termo do subsistema de Engajamento, a monoglossia, é que, “no nível da oração, podemos pensar em uma asserção monoglóssica, no estrato léxico-gramatical, mas, ao considerarmos o estrato semântico-discursivo, os significados construídos, o conjunto das asserções no tecido verbal como um todo será heteroglóssico” (VIAN JR., 2010, p. 36), destacando, assim, que, mesmo tendendo à monoglossia, ou se realizando monoglossicamente no estrato lexicogramatical, os textos/sentidos produzidos nunca deixam de ser dialógicos no sentido amplo do termo, ou seja, sempre como resposta a outros textos/sentidos, a outras vozes, revelando, dessa forma, sua origem dialógica e responsiva. Martin e White (2005, p. 101) dizem que o caráter de “tomado como dado” dos enunciados categóricos ou asserções “nuas” tem o efeito fortemente ideológico de construir para o texto um leitor ou audiência suposta que compartilha da posição de valor comunicada pelo escrevente, deixando fora de questão a não validade delas.

Ao dar-se entrada no subsistema de Engajamento através da escolha heteroglóssica, os recursos podem ser divididos naquelas duas categorias: expansão ou contração. No primeiro caso, como já disse, há o reconhecimento de vozes ou posicionamentos alternativos àquele que está sendo referenciado, enquanto que, no segundo caso, o que temos é uma redução do potencial dialógico que está sendo reconhecido pela voz do produtor do texto. Vejamos exemplos abaixo, retirados novamente do mesmo corpus de Balocco (2010, p. 46-50):

[Expansão dialógica]

Mérito e cotas são incompatíveis? Duas semanas atrás, **critiquei** o que **vi como** ato falho numa declaração de Lula contra os que pretendem mudar o povo. **Pensava eu que** o objetivo mais nobre da política era mudar o povo... Algumas das mensagens suscitadas, conquanto concordassem com o teor geral da coluna, gentilmente apontavam o que lhes soou como uma contradição: **defendi** o mérito, mas **elogiei** a discussão sobre a adoção de cotas raciais no Ensino Superior, iniciativa do atual governo (Coluna de Arthur Dapieve, do Jornal O Globo, 20/10/2006).

[Contração dialógica]

Queria comentar a opinião da leitora Ana Carolina S. B. da Silva e aproveitar para **esclarecer essa questão da cota para negros nas universidades**. [...] **Com certeza**, existe muita gente que tem forte preconceito contra negros e tem opiniões ridículas por causa disso. [...] Mas **um grande erro da leitora Ana Carolina** foi o de cometer a mesma falta, fazendo um comentário pejorativo e preconceituoso contra os brancos em geral. [...] E, **para encerrar o assunto**, essa cota para negros é simplesmente uma forma fácil de acalmar a população burra, **que pensa que** “agora, sim, estamos a caminho da igualdade”, **quando isso** é apenas um “tapa-buraco”, **que não adiantará nada, pois o problema real está na educação de base** (Daniel Marques Granato, 21 – São Paulo, SP. Folha de São Paulo – Carta do Leitor).

No primeiro exemplo, há verbos que marcam que o posicionamento que está sendo tomado é do escrevente, e não representam, portanto, uma opinião que deve ser tomada como dada, mas apenas uma dentre outras possíveis sobre o assunto. Como observa Balocco (Ibid., p. 46), os verbos em primeira pessoa funcionam como recursos de expansão dialógica, uma vez que circunscreve a posição discursiva a uma perspectiva, a do escrevente. Assim, é mais fácil discordar de uma “opinião” do que de um “fato”, por exemplo. No segundo caso acima, há o reconhecimento de outras vozes, de outras opiniões sobre o tema em debate, expandido, à primeira vista, o potencial dialógico, quando o escrevente diz “*Queria comentar a opinião da leitora Ana Carolina S. B. da Silva...*”, “*Com certeza, existe...*”. Entretanto, como se segue no texto, o autor restringe o potencial dialógico, ao estabelecer um tom de autoridade para si, ao dizer que quer “... *esclarecer essa questão da cota para negros nas universidades...*” e “*para encerrar o assunto*”. Dessa forma, ele se institui como alguém com autoridade para controlar as opiniões e para prever o futuro, quando diz ainda que “... *não adiantará nada...*”, o que, dessa forma, só faz reduzir o espaço para outras alternativas.

A **expansão dialógica** vai ser uma condição de entrada para outro subsistema, que se abre para duas escolhas alternativas: o entretenimento (*entertain*) e a atribuição (*attribution*). O **entretenimento** é um termo para os recursos através dos quais a voz autoral indica que sua posição é apenas mais uma de várias outras possíveis. O escrevente, portanto, reconhece e pode até validar posições diferentes, ou oferece uma posição solidária aos que compartilham de uma posição diferente da sua, ao levar em consideração, ou simplesmente não descartar, a (provável) posição (divergente) de outras vozes no campo discursivo em que ele constrói seu texto. As formas de realização desses sentidos são várias, como, por exemplo, por meio da gramática de Modalização, de verbos auxiliares e adjuntos modais, metáforas interpessoais com atributos modais, adjuntos circunstanciais do tipo “a meu ver”, bem como pela gramática de Projeção, com certos processos verbais mentais (“Eu suspeito que”, “Eu penso que”, “Estou convencido de que” etc.). Segundo Martin e White (2005, p. 105-109), enunciados construídos por meio desses recursos fundamentam as proposições e posicionamentos do escrevente numa subjetividade contingencial, dando margem para que sejam reconhecidos como apenas um dentre outros. Ainda conforme os autores, a funcionalidade do **entretenimento** pode ser a de construir um pano de fundo heteroglóssico para o texto do escrevente ao mostrar que seu ponto de vista é particular ou potencialmente em constante tensão com outros, e ao projetar para seu texto uma audiência que pode estar

possivelmente dividida sobre o tema em questão ou que não compartilha integralmente da posição de valor que ele comunica no texto, o que, em maior ou menor grau, oferece um grau de solidariedade maior para com as opiniões alternativas à sua.

Já a **atribuição** é um termo para os recursos que dissociam as proposições e enunciados da voz autoral do texto, ao atribuí-la a uma fonte externa, ou seja, o escrevente fundamenta sua proposição na voz de um participante externo à interação em que estaria envolvido com o leitor suposto. É isto que o diferencia do termo *entretenimento*: enquanto que este referencia as proposições na voz autoral do texto, aquele as respalda numa voz externa ao texto, específica ou genericamente. Dentro da atribuição, ainda há outras duas subcategorias: o reconhecimento (*acknowledgement*) e o distanciamento (*distance*). O **reconhecimento** diz respeito àquelas formulações em que o escrevente não expressa de forma explícita o seu posicionamento em relação à voz de outrem, sem se saber, também, ao certo, onde ele posiciona sua voz em relação à proposição alheia, embora ele associe a proposição, que está sendo comunicada, à voz do outro. Ao fundamentar a proposição numa voz autoral externa ao texto, o reconhecimento também assinala que a proposição é individual, contingente, e traz apenas um posicionamento dentre outros possíveis para o que se diz. O **distanciamento**, por sua vez, diz respeito às formulações em que há um distanciamento explícito da voz autoral do texto ao material que o escrevente traz via atribuição. Assim, o escrevente expressa de forma explícita sua distância em relação à voz do participante externo usada em seu texto, não se responsabilizando muito pela proposição trazida pela voz. Uma importante observação que Martin e White (Ibid., p. 115) fazem em relação à atribuição, sobretudo no que concerne ao reconhecimento, é que alguns textos (como os jornais que tratam de assuntos formais, as revistas que tratam de temas culturais e intelectuais, e os impressos que têm grande circulação) são construídos sob um regime pelo qual se assume que o escrevente fica longe ou não está implicado em qualquer posição de valor que está contida nas vozes externas que ele traz ao seu texto:

Tais textos apresentam uma fachada relativamente “impessoal” ou “imparcial” ao leitor, ao menos quando comparados com textos mais explicitamente avaliativos. Na medida em que o leitor interpreta o escrevente, nestes casos, como tendo nada a ver com a posição que está sendo apresentada no material relatado (nem agindo para promovê-la, nem para enfraquecê-la), tais **reconhecimentos** permitem o escrevente permanecer longe de qualquer relação de alinhamento ou desalinhamento. Eles apresentam o escrevente como um tipo de “comerciante informacional justo” que simplesmente transmite as visões dos outros e que não está, por

isso, implicado em qualquer relação de solidariedade [...]”²³ (grifo dos autores).

Contudo, como os próprios autores revelam, há vários elementos cotextuais e contextuais que indicam, mesmo que indiretamente, com quem o escrevente se associa ou a quem ele se opõe, permitindo indicar o grau de alinhamento para com o que relata em seu texto e com a posição de valor que ele advoga. Um desses elementos indicadores, por exemplo, é o uso de vozes com alto ou baixo status social, de modo a construir as proposições do outro como portadoras de alta ou baixa credibilidade. Abaixo, tem-se uma figura em que pode ser melhor visualizada a rede de sistemas para a expansão dialógica que discuti até este momento.

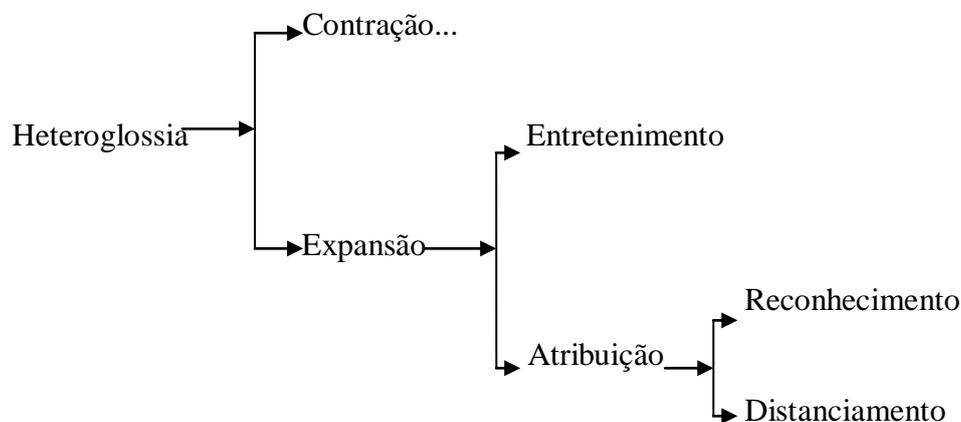


Figura 9: Rede de sistemas para a expansão dialógica

A **contração dialógica**, conforme expliquei acima, faz com que a proposição contida na voz do escrevente seja vista apenas como uma das diferentes possibilidades de posicionamentos, mas, diferentemente de quando se escolhe os recursos da expansão dialógica, com a contração o escrevente assume uma posição em total desacordo ou em rejeição às posições contrárias, ou seja, sua formulação desafia, evita ou mesmo restringe o foco das posições ou vozes alternativas. Vale notar que, como destaca Vian Jr. (2010, p. 38), “os recursos para a contração imprimem à proposição um aspecto altamente válido e

²³ No original: “Such texts present a relatively ‘impersonalised’ or ‘impartial’ façade to the reader, at least when compared with more explicitly evaluative texts. To the degree that the reader interprets the writer in such instances as having nothing invested in the position being advanced in the reported material (neither acting to advance it or to undermine it), such **acknowledgements** allow the writer to remain aloof from any relationships of either alignment or disalignment. They present the writer as some sort of ‘informational fair trader’ who simply conveys the views of others and who is therefore unimplicated in any relationship of solidarity [...]”.

fundamentado”, principalmente por se valer ou da rejeição, ou da força epistêmica da voz de outrem, para basear as proposições defendidas.

A contração, assim como a expansão, é uma condição de entrada para outro subsistema, que se abre também para duas escolhas: a discordância (*disclaim*) e a proclamação (*proclaim*). A **discordância** é um termo para recursos através dos quais alguma alternativa é tomada para ser rejeitada ou suplantada por outra, ou ainda para ser representada como não pertinente àquilo de que se fala no texto. Nesta categoria, encontrar-se-ão aquelas formulações lexicogramaticais por meio das quais é evocada alguma posição de valor ou proposição alternativa a fim de ser substituída por outra ou, então, ser considerada insustentável. Dentro desta categoria, ainda há mais dois subtipos, que concernem às formas como a discordância é possível: a negação (*deny*) e a contraexpectativa (*counter*). Com a **negação**, tem-se o movimento de introduzir uma posição alternativa, de reconhecê-la, para ser, em seguida, rejeitada, ou seja, o escrevente usa outras vozes para serem negadas e, depois, propor uma alternativa própria²⁴.

Em relação à discussão dos mecanismos de contração dialógica, como a negação, Martin e White (Ibid., p. 119) salientam ainda as possíveis relações entre escrevente e audiência que a negação promove. Em um caso, com o uso deste recurso, o escrevente pode estar partindo da suposição de que a audiência, de alguma forma, compartilha ou é suscetível às vozes, às proposições ou valores que a voz negada representaria, construindo, assim, uma audiência que precisa ser convencida ou informada de algo mais a respeito delas. Em outro caso, a negação pode ser dirigida para a audiência ela mesma, assumindo, assim, o escrevente,

²⁴ Martin e White fazem uma observação com respeito à negação que devo, em parte, ressaltar, especialmente para o contexto deste trabalho. Os autores informam que o negativo não é um simples oposto lógico do positivo, já que o negativo necessariamente carrega consigo o positivo, mas, em contrapartida, dizem que o positivo não traz reciprocamente o negativo, a menos em alguns casos (o exemplo que eles oferecem, em uma nota de rodapé, traz o caso de expressões que denotam obrigação, pois que, em geral, tais expressões exigem um comportamento como se desabonasse o seu contrário, ou seja, como se exigisse positivamente algo para “não” ser feito outro algo) (MARTIN; WHITE, 2005, p. 118. A nota se encontra nas páginas 159-160). No contexto deste trabalho, em que pressuponho estarem presentes nos textos da revista VEJA proposições referentes aos atores sociais envolvidos ou citados nos casos políticos representados pela revista, a negação promovida pelos escreventes dos textos – em relação a vozes supostas de tais atores ou de quem, na audiência, compartilha, de algum modo, de algo distinto da revista –, uma vez concorrendo para a construção de identidades ou comunidades de valor, seria não só a refutação do positivo, mas mesmo aquilo que impede que o positivo se constitua enquanto tal. Da mesma forma, o positivo traria em si marcas do negativo, como sendo este aquilo que precisou ser excluído para que o positivo assim emergisse. A ressalva é importante para que fique evidente, mais uma vez, que o que quer que seja reivindicado como sendo a identidade de algum ator social ou o que quer que seja posto como sendo o dado é sempre fruto de uma construção social ou de uma prática discursiva que tenta construir, ao modo de quem dela participa, as identidades, sejam elas de si ou dos outros, ou o mundo social (cf. os **capítulos 4 e 5** em que apresento a discussão e análises referentes a essa construção social das identidades e prática discursiva).

a postura de alguém que tem conhecimento o suficiente sobre o assunto em discussão, o que o autorizaria negar as vozes ou proposições trazidas ao texto. O segundo tipo de discordância é a **contraexpectativa**, que se refere aos recursos que apresentam uma proposição ou voz a ser suplantada por outra, a do escrevente. Assim, o escrevente usa outra voz, mas não defende o que dela se deduz, quebrando, com a alternativa que ele oferece, uma provável expectativa criada pelo leitor/audiência durante a leitura da primeira posição/voz.

Em relação ao segundo tipo de contração dialógica, a **proclamação**, têm-se aqueles recursos que limitam o alcance de outras vozes, em vez de diretamente rejeitar a posição contrária. Este tipo de contração ainda é entrada para outros três subtipos, que permitem a proclamação: a concordância (*concur*), o pronunciamento (*pronounce*) e o endosso (*endorse*). A **concordância** concerne aos recursos que mostram o escrevente como alguém que concorda ou tem o mesmo conhecimento do de outro, em geral o leitor, mas ele tira a força de sua proposição ou a fundamenta com base no senso comum, ou seja, usando-se de argumentos comumente válidos ou aceitos por todos ou por sua audiência. Neste caso, a forma como o escrevente produz seu texto põe (ou pressupõe estar com) o leitor numa relação de alinhamento tácito e a proposição que ele advoga em questão é tomada como dada. Dessa forma, a eficácia de um compartilhamento do valor ou crença promovido pelo escrevente é alta, pois ele baseia sua proposição de um modo universal, amplamente aceito, excluindo, assim, ou comprometendo fortemente qualquer discordância que daí possa surgir. A concordância ainda pode ser detalhada em mais dois subtipos: a **concordância afirmativa** (*affirming concurrence*) e a **concordância concessiva** (*conceding concurrence*). O **endosso**, por sua vez, refere-se aos recursos por meio dos quais o escrevente, usando vozes e proposições externas às do seu texto, vai construir as suas como válidas ou inegáveis, ou seja, o escrevente se utiliza de fontes, fatos, eventos externos para validar a sua opinião, esperando, dessa forma, o compartilhamento por parte do leitor da mesma opinião e posição de valor que ela comporta. Por fim, no **pronunciamento**, os recursos estão sempre relacionados à ênfase em algo que o escrevente quer dar, tentando eliminar qualquer resistência que o leitor possa oferecer ao que é exposto e desejando, assim, buscar uma solidariedade para com aquilo que diz. Como informam Martin e White (Ibid., p. 128), a ênfase implica a presença de alguma resistência à voz que se expressa ou às proposições e valores que se asseveram no texto. Os casos de resistência podem ser, por exemplo, por parte da audiência, com o que a solidariedade entre o escrevente e esta vai ser ameaçada, mas, com frequência, ele vai empregar outros recursos para que o alinhamento entre ambos seja reestabelecido; ou, ainda,

por parte de uma terceira voz, com o que, ao contrário do exemplo anterior, a solidariedade vai ser construída e reforçada, uma vez que o escrevente se apresenta como estando de acordo com o leitor em relação à terceira posição. Esta estratégia, segundo os autores (MARTIN; WHITE, *ibid.*, p. 130), é comumente explorada em comentários jornalísticos ou em retóricas políticas (abaixo, a rede de sistemas de contração dialógica).

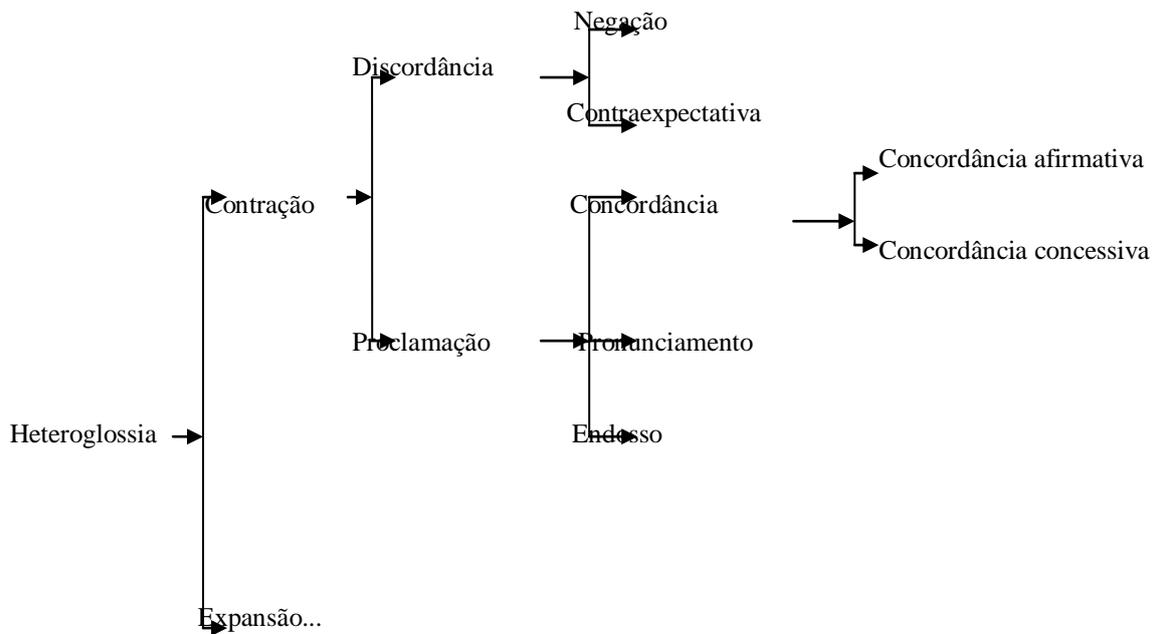


Figura 10: Rede de sistemas para a contração dialógica

Quando aludi que a mídia (a revista VEJA, neste caso) parte de uma concepção de linguagem constativa ou designativa, não quero dizer que ela assume isto de forma explícita, como se especificasse que concepção ela usa para produzir seus textos, mas sim que tal concepção é deduzida da própria forma como constrói seus textos, de como ela se posiciona em relação àquilo que diz. As escolhas monoglóssicas, por exemplo, podem ser associadas à construção de uma identidade informativa e investigativa (desmistificadora) da revista; o uso de léxico atitudinal, por sua vez, à construção das identidades do outro; e o uso de argumentos heteroglóssicos, por fim, à construção tanto dessas identidades (com o enfraquecimento das que eram antes supostas), quanto de comunidades de crença e valores (político-ideológicos) compartilhados, o que poderia favorecer a formação de práticas articulatórias em torno de pontos nodais, como o “combate à corrupção”. Daí a importância que dou às categorias linguísticas provenientes da discussão sobre a Teoria da Avaliatividade de Jim Martin e Peter White (2005), em especial às que demonstram as realizações de Atitude e Engajamento na linguagem, conforme discuti acima, por me permitirem perceber como a mídia, no caso a

revista VEJA, se constitui e aos outros ou exhibe a identidade de si e de outrem pela forma como diz quando diz o que diz.

2.3 Considerações metodológicas

A metodologia deste trabalho está fundamentada numa pesquisa descritiva, de cunho interpretativista, que analisará qualitativamente as estratégias linguístico-discursivas mobilizadas na constituição midiática de eventos políticos, categorizados sob as alcunhas de “escândalo do mensalão” e “crise da Esplanada”, tal como representa VEJA, sobretudo no que diz respeito a como a identidade de atores sociais envolvidos ou citados nos eventos em questão é representada, impugnada e redefinida em suas reportagens, e a como os escreventes, no caso os jornalistas de VEJA, se posicionam e buscam posicionar sua audiência em relação às opiniões e avaliações que eles manifestam em seus textos ou que se manifestam em convergência ou divergência ao(s) texto(s) que eles produzem, de modo que seja possível, assim, identificar, no posicionamento de si nos textos, a construção de uma identidade jornalística informativa, imparcial, objetiva, para a revista, assim como, na busca de alinhar a audiência com aquilo que os jornalistas defendem, práticas articulatórias que fundamentariam o discurso antagônico e político de VEJA. Para isso, farei uso não só do enquadre teórico-metodológico da Teoria da Avaliatividade, de Jim R. Martin e Peter R. R. White, como também de um referencial epistemológico-linguístico, com base nas reflexões sobre a linguagem de Ludwig Wittgenstein e John L. Austin, e de um referencial social e discursivo, proveniente de trabalhos dos cientistas políticos Ernesto Laclau e Chantal Mouffe.

Fundamentado teórico e epistemologicamente por trabalhos de Ernesto Laclau (com as compreensões de discurso como resultado de uma prática articulatória, da constituição da identidade por um ato de poder proveniente do discurso, ou seja, como resultado de uma prática articulatória hegemônica) e Chantal Mouffe (pela proposição de política como discurso ou discurso como política, e da impossibilidade de uma esfera pública de debate racional) e nas reflexões de Ludwig Wittgenstein e John Austin (pela defesa da existência de uma multiplicidade de “jogos de linguagem”, que não somente um, o designativo, assim como pela defesa de que todo enunciado é, antes, um ato de fala, performativo, que, em vez de constatar, realiza, atua, age sobre o mundo ou alguém), e baseado metodologicamente nas categorias e sistemas de Avaliatividade do trabalho de

Martin e White, pretendo demonstrar como, embora se posicionando como se seu discurso participasse de um jogo de linguagem designativo, a revista VEJA antagoniza identidades sociais ao projetar ao seu modo, segundo seu ponto de vista, os eventos políticos, dando mostras, assim, de que, enquanto ator participante de uma esfera de discussão pública, não escapa de ser um ator político também, com propostas para o mundo sócio-político. Além disso, farei uma análise de como em textos versando sobre corrupção, VEJA, conseqüentemente a tal antagonização das identidades sociais, promove uma prática articulatória em torno de um ponto nodal, tal como “combate à corrupção”, estabelecendo, assim, um limite entre si e todos aqueles representados e antagonizados nos eventos políticos relatados pela revista.

Quanto ao *corpus*, ele se constituiu, inicialmente, de 30 textos. Contudo, dado sua extensão ser sobrepujante ao espaço de uma dissertação, decidi por reduzi-lo a um quinto, ficando, portanto, com 6 textos²⁵ de VEJA (tomada aqui como representante da grande mídia impressa brasileira) relacionadas a dois momentos críticos da história política dos dois governos PT, de Lula e Dilma Rousseff, e constituintes do que se convencionou chamar de “escândalo do mensalão” (no governo Lula) e do que a revista chama de “crise da Esplanada” (no governo Dilma), neste último caso numa referência a vários eventos políticos ocorridos no primeiro ano de governo de Dilma Rousseff, envolvendo seus ministros. Todos os textos estão locados nas seções “Corrupção” e “Brasil” da revista. Levarei em consideração, para alcançar os objetivos deste trabalho, apenas os textos verbais escritos, ou seja, o foco será apenas nas representações e discursos verbais dos jornalistas, já que a análise das imagens, quadros e infográficos veiculados, em alguns casos, juntamente com os textos demandaria novas articulações teóricas que estenderiam por demais este trabalho. Como este trabalho não pretende ser exaustivo, a análise dos recursos verbo-visuais ou exclusivamente visuais poderá, talvez em um trabalho futuro, ser convertida na persecução de outros objetivos.

Os textos relacionados ao “escândalo do mensalão” são aqueles que se reportam ao surgimento do escândalo, que deram início a uma cadeia midiático-discursiva gerada, inicialmente, pelo “esquema de corrupção” nos Correios, sendo revelado pela mesma revista, em 18 de maio de 2005, edição 1905, ano 39. Foi a partir dos desdobramentos que se seguiram a esse primeiro “caso” que se foi construindo midiática e discursivamente o “escândalo do mensalão”. Como nos indica Thompson (2002), os escândalos midiáticos não

²⁵ Todos os textos aqui utilizados estão gratuitamente disponíveis no Acervo Digital da revista, na sua página da internet: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 12 fev. 2013.

se mostram já prontos ao público, mas, sim, são constituídos por uma série de eventos que, ao longo de um período indeterminado, vão revelando elementos comprometedores para agentes sociais ou organizações. Esses textos, dentro de uma estrutura sequencial, pertenceriam à “fase pré-escândalo” (THOMPSON, 2002, p. 103), que envolve a publicação de informações que *a posteriori* serão relevantes para o escândalo propriamente dito.

Por isso, dei foco, no caso dos eventos políticos relacionados à “crise da Esplanada”, a 3 textos referentes à eclosão das denúncias que culminariam mais tarde na saída de ministros do governo Dilma, e indicadas por um infográfico presente na página da revista VEJA na internet²⁶, que fornece o número das edições concernentes a caso de corrupção denunciado, bem como um guia de entendimento dos escândalos e dos seus desdobramentos. Dessa forma, tomei 3 textos que contêm os dados mais significativos para os objetivos deste trabalho, ou seja, que respondiam aos objetivos perseguidos. A escolha desses eventos midiáticos, como aludi na introdução, deu-se por se referirem a dois momentos críticos para a história política recente do país. Além disso, os escândalos midiáticos presumem sempre dois fatores, conforme Thompson (2002): primeiro, a ocorrência de atos de transgressão que se tornam conhecidos; segundo, a manifestação de desaprovação pública. A mídia, por sua alta escala de atuação e difusão, tem papel preponderante na construção de um escândalo, pois constitui modo principal de desaprovação; e a apresentação repetida de manchetes dos jornais, a presença de avaliação negativa na imprensa, bem como as críticas aos agentes sociais e suas ações (sejam elas reais ou supostas), geram não só um clima generalizado de condenação necessário para a emergência de um escândalo como também podem tornar o discurso da mídia autorreferente.

Quanto aos procedimentos adotados para a análise, nos próximos capítulos faço uma discussão teórica que fornecerá subsídios conceituais imprescindíveis ao olhar analítico sobre os textos; em seguida, apresento os textos sob análise, em que são demonstrados qualitativamente dados coletados em cada um referentes às marcas de avaliações atitudinais e de engajamento. Então, faço uma consideração de recorrências atitudinais e das marcas de engajamento, de modo que endossem minha análise.

²⁶ O infográfico tem uma organização tal que não só faz indicação das edições referentes a cada ministro envolvido em denúncias de escândalos, como também oferece informações quanto a de que escândalo se trata, quais as reações do governo à época, qual a posição de Dilma em relação aos casos e como acompanhar seus próximos desdobramentos. O infográfico pode ser encontrado em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/a-esplanada-da-crise>>, acesso em 15 de fevereiro de 2013. Uma imagem deste infográfico se encontra também nos Anexos (ANEXO A) deste trabalho.

Quanto aos gêneros dos textos, na revista, predominam reportagens e matérias opinativas que revelam uma análise de algum jornalista sobre os eventos relatados ou temas abordados em textos da revista. Ou seja, na revista VEJA, como é comum em publicações do tipo, não encontramos notícias, nem notas, sendo mais comum gêneros como editorial, reportagens, colunas opinativas, crônicas e entrevista. Entretanto, editorial, na revista, assume o título de *Carta ao Leitor*, embora possua as mesmas orientações configuracionais do gênero editorial, como apresentação da linha interpretativa do veículo midiático, orientação sobre como encarar os fatos a serem relatados. É um gênero textual eminentemente argumentativo (PINTO, 2004). Por este caráter orientador e argumentativo do gênero, decidi por incluí-lo nos textos a serem analisados. Além disso, a *carta ao leitor* (editorial de VEJA) já aparece com uma designação em que o veículo midiático mostra as cartas interpretativas à sua audiência, numa espécie de convite à entrada no universo textual e discursivo da revista. Dessa forma, tomei 2 cartas ao leitor, referentes ao período do “escândalo do mensalão”.

Contudo, optei também por textos escritos sob o gênero *reportagem*. Em geral, a reportagem se apresenta como uma complementação à notícia, expandindo-a com fatos que lhe seriam causais e consecutivos. Conforme destaca Nilson Lage (2001, p. 57), o gênero reportagem possui, do ponto de vista da sua produção, determinadas orientações que lhe dariam certas nuances. Essas orientações de produção tornam a reportagem com caráter: investigativo, quando se parte de um fato para revelar outros mais ou menos ocultados e, através deles, o perfil de uma situação de interesse jornalístico; interpretativo, quando o conjunto de fatos é observado da perspectiva metodológica de dada ciência (sociológica, econômica etc.); ou semelhantes às reportagens do novo jornalismo (uma escola americana, geralmente associada aos nomes de Truman Capote e Normal Mailer) que, investindo justamente na revelação de uma prática humana não teorizada, busca apreender a essência dos eventos, aplicando técnicas na construção de situações e episódios narrados. Por este caráter investigativo, interpretativo e ao mesmo tempo teorizante, deliberei escolher também reportagens para a análise neste trabalho. Acrescente-se a isso o fato de que é através das reportagens que aparecem denúncias e indícios de esquemas de corrupção revelados pela revista, tornando-se propícias a uma análise que pretende investigar como os eventos e atores sociais são representados. Para este fito, tomei, portanto, 1 reportagem sobre o “escândalo do mensalão” e 3 sobre a “crise da Esplanada”.

3. DE UM PONTO DE VISTA PRAGMÁTICO: O USO DA LINGUAGEM ENQUANTO PERFORMATIVIDADE

3.1 A filosofia da linguagem ordinária, de Ludwig Wittgenstein e John L. Austin

3.1.1 A concepção pragmática de linguagem de Ludwig Wittgenstein e John L. Austin

A concepção pragmática de linguagem vem de reflexões cuja origem se encontra no domínio da Filosofia da Linguagem, mais especificamente no da filosofia da linguagem ordinária. Para compreender essa visão e sua importância para o modo como vamos encarar a linguagem nesse trabalho, devemos nos reportar, em linhas gerais, ao contexto de discussão sobre a linguagem em que surge essa concepção.

Até meados do século XX, pensava-se, no quadro teórico das discussões sobre a linguagem, que a filosofia deveria, antes de propor qualquer reflexão, elucidar problemas relacionados à nossa experiência, mediante uma análise lógica das sentenças, pois é somente através da linguagem que nosso conhecimento sobre o mundo se constitui e é expresso. A filosofia da linguagem, até então, baseava-se na assunção de que ela, a linguagem, tinha como função retratar ou representar o mundo²⁷. E a tarefa da filosofia era clarificar, depurar a linguagem para que ela viesse a realizar essa função satisfatoriamente. Essa concepção partia de pressupostos formulados pela “virada linguística” promovida pelos trabalhos do filósofo e matemático alemão Gottlob Frege, para quem qualquer conhecimento que pudéssemos ter acerca do mundo passava antes pelas estruturas da linguagem. Esse paradigma filosófico, utilizando-se de noções lógicas para empreender suas análises, partia sempre da investigação de sentenças declarativas (por serem consideradas frases completas), centrado na correlação entre linguagem e mundo, para estabelecer critérios que permitissem dizer quando uma sentença realizava a contento sua tarefa de referir a estados de coisas no mundo.

²⁷ É importante ressaltar que o termo “representar”, aqui, assume uma acepção totalmente oposta àquela que encontramos em concepções de linguagem enquanto discurso, tal como em Norman Fairclough (2003), o qual tenta, embora muito amenizadamente, dar ao termo um sentido como o de “construir”, ou seja, de construção socioideológica do mundo. Já em relação à acepção que aparece na filosofia da linguagem, “representar” é um termo chave para se entender não só sua visão de linguagem, mas também toda uma tradição filosófica, para a qual a linguagem é uma afiguração, uma representação secundária, quer dizer, uma “re-apresentação” de uma apresentação primeira – a do mundo à consciência, ao *logos*.

Com esse primeiro momento da Filosofia Analítica, como se chamou esse empreendimento filosófico, fundou-se uma semântica de cunho veritativo, ou seja, uma semântica que buscava indicar as condições de verdade de uma sentença, pois, se a linguagem faz referência a algo no mundo, então se deveria compreender como ela realizava essa função. O significado de uma sentença, portanto, estaria na possibilidade de se verificar, empiricamente, no mundo aquilo que ela mesma predicava. Caso não acontecesse essa correspondência entre o que diz uma sentença e os seus referentes mundanos, teríamos uma sentença falsa, desprovida de significação.

Na década de 1940, esse modelo de análise da linguagem, entretanto, vai sofrer uma reviravolta, após a divulgação das *Investigações Filosóficas* de Ludwig Wittgenstein, que propõe a noção de *jogos de linguagem* para caracterizar a própria linguagem. Esta não poderia mais ser concebida de forma abstrata, metafísica, como linguagem *una*, possuidora de uma única gramática e uma só estrutura; ao contrário, deve ser vista como vários *jogos de linguagem*, com suas próprias normas, com sua gramática. Como diz Araújo (2004, p. 101), com as *Investigações*, passam-se “[...] a valer proposições num conjunto que lhes dá sentido, sentido que não provém mais da projeção sobre a realidade, mas de regras combinatórias que formam o espaço de uma gramática [...]”. Com essa noção de *jogos de linguagem*, Wittgenstein (1975, § 43, p. 32) postula um novo modelo para a investigação da linguagem e de seu significado (“O significado de uma palavra é seu uso na linguagem”), baseado simplesmente no uso da linguagem cotidiana e em como ela se apresenta a cada uso, caracterizando, assim, a “virada pragmática” nas reflexões sobre a linguagem e iniciando o segundo momento da Filosofia Analítica.

É nessa época que surgem as discussões, em Oxford, que se centram na análise da linguagem ordinária. Dentre os membros da Escola de Oxford que tiveram trabalhos inovadores e que extrapolaram as concepções wittgensteinianas acerca da análise da linguagem, está o inglês J. L. Austin, que, através de uma reinvestigação dos problemas filosóficos tradicionais por meio de suas instâncias de uso, extrapola (embora estando na mesma esteira de seu pensamento) as ideias de Wittgenstein e faz surgir um novo paradigma teórico que revoluciona as reflexões sobre a linguagem, questionando, de vez, os postulados fundamentais da filosofia analítica. Em suas conferências, depois reunidas sob o título *How to Do Things with Words*²⁸, encontramos uma nova perspectiva acerca da significação, que

²⁸ *Quando dizer é fazer*, na tradução brasileira de Danilo Marcondes de Souza Filho (cf. AUSTIN, 1990).

tornará saliente a necessidade de os agentes sociais reconhecerem as consequências éticas, políticas e sociais de seus discursos. Austin parte do entendimento que o problema da filosofia analítica estava em acreditar na existência de enunciados que pudessem somente descrever estados de coisas no mundo, o que permitiria, assim, conceder-lhes ou não valores como verdadeiro ou falso, ao ser verificado a correspondência entre o que declarava o enunciado e as coisas que ele designava.

Por mais tempo que o necessário, os filósofos acreditaram que o papel de uma declaração era tão-somente o de ‘descrever’ um estado de coisas, ou declarar um fato, que deveria fazer de modo verdadeiro ou falso (AUSTIN, 1990, p. 20);

Nem todas as declarações verdadeiras ou falsas são descrições [...]. Seguindo esta linha de pensamento, tem-se demonstrado atualmente de maneira minuciosa, ou pelo menos tem-se procurado parecer provável, que muitas perplexidades filosóficas tradicionais surgiram de um erro – o erro de aceitar como declarações factuais diretas proferimentos que ou são sem sentido [...] ou então foram feitos com propósitos bem diferentes (AUSTIN, 1990, p. 23).

Para Austin, tais proferimentos – do tipo “Aceito” (esta mulher como minha esposa), dita por um noivo na sua cerimônia de casamento, ou “Prometo que...” – não descrevem, nem relatam, mas “realizam” ações no momento de dizê-las, não sendo, contudo, equivalentes a dizer algo. O que se vê, portanto, é que Austin começa a pôr em xeque, por meio de exemplos como esse, o paradigma filosófico tradicional, para o qual a linguagem tem a função primordial de referir a/representar coisas (ou estados de coisas) do mundo.

É nesse sentido que Austin, em uma de suas conferências em *How To Do Things With Words*, tentando, ao modo de uma análise filosófica para a linguagem, encontrar critérios que servissem para uma diferenciação clara entre os dois tipos de enunciados, sugere que a distinção entre ambos não se sustenta:

[...] pelo menos de alguma maneira, existe o perigo de que se anule a distinção entre proferimentos constatativos e performativos que tentamos estabelecer de início. [...] as considerações de felicidade e infelicidade²⁹ [que

²⁹ Austin (1990), após a diferenciação entre enunciados/proferimentos constatativos e performativos, tentou utilizar, para o primeiro tipo de enunciados, os constatativos, como critério analítico as noções clássicas de *verdade* e *falsidade* (verdadeiro ou falso se o estado de coisas descrito na proposição afirmativa pudesse ser constatado no mundo, fora da linguagem); para o segundo tipo de enunciados, os performativos, forjou, como um novo critério analítico, as noções de *felicidade* e *infelicidade*, que diriam respeito ao sucesso ou insucesso da realização de uma ação por meio de um enunciado, ou seja, quando determinadas condições contextuais são satisfeitas para o desencadeamento de uma ação. Por exemplo: para batizar alguém, é necessário que quem batiza seja alguém autorizado a fazê-lo, ou seja, é necessário que seja um representante religioso que tem a autoridade para realizar tal ação; do contrário, o enunciado “eu te batizo” não será *feliz*, já que a condição para sê-lo não fora satisfeita. Num primeiro momento, percebe-se que estas noções de felicidade e infelicidade estavam muito interligadas a um papel institucional e socialmente aceito conferido a quem proferia o tipo de enunciado performativo. Contudo, Austin, usando vários exemplos de enunciados, começa a pôr em questão a

caberiam aos performativos] podem infectar as declarações [...] e as considerações de falsidade e verdade [que caberiam aos constataivos] podem infectar performativos. Temos, então, que dar mais um passo à frente no deserto da precisão comparativa. Devemos perguntar: há alguma forma precisa para distinguir o proferimento constataivo do performativo? (AUSTIN, 1990, p. 58-59).

A partir da sétima conferência, Austin resolve dar outro tratamento à questão. Ele chega ao entendimento de que não só os proferimentos inicialmente ditos performativos executam atividades, ações, pelo fato de se emití-los, mas até mesmo os proferimentos constataivos realizam ações. Esse entendimento é resultado do fracasso de vários métodos tradicionais utilizados por Austin para determinar com segurança que proferimentos são constataivos e quais, performativos. Na conferência seguinte, Austin vai dizer que todo proferimento (que agora é concebido como ato de fala) realiza, simultaneamente, três tipos de atos de fala:

- a) o primeiro, ato locucionário, se constitui como um ato *de* dizer algo, “o que inclui o proferir certos ruídos, certas palavras em determinada construção, e com um certo ‘significado’ no sentido filosófico favorito da palavra [...]” (AUSTIN, 1990, p. 85);
- b) o segundo, o ato ilocucionário, seria o ato que se realizaria *ao* se dizer algo, tais como informar, ordenar, prevenir etc., que teriam uma certa força (convencional);
- c) e, por fim, o ato perlocucionário, que produz certos efeitos ou consequências naqueles com os quais se está falando, ou seja, esse ato é uma ação realizada *por* se dizer algo.

O ato ilocucionário – o ato que *se realizaria ao se dizer algo*, se se considerar apenas seu valor convencional – é o ponto onde o rompimento com uma visão tradicional, positivista, da linguagem é mais patente, já que é a partir dele que os conceitos de verdade e falsidade para um enunciado tornam-se inválidos, principalmente quando é com a noção de ato ilocucionário que se assume que atos de fala têm uma natureza outra que não a de descrever estados (fixos) de coisas no mundo, mas, sim, a de realizar ações no mundo (ou nas pessoas). Tal noção, portanto, é a fronteira a partir da qual se encontra uma visão performativa da linguagem, ou seja, a visão de que a linguagem não descreve, passivamente,

eficácia de critérios que pudessem, sempre, diferenciar quando um enunciado é constataivo ou performativo, o que o leva à consequência de pensar qualquer tipo de enunciado como um *ato de fala*, pois que todo enunciado, no fim das contas, realiza algum tipo de ação.

coisas do mundo, mas, antes, que *age* sobre o mundo e sobre as pessoas.

O ato perlocucionário, por sua vez, deixa entrever uma importante contribuição, embora Austin não tenha ele mesmo dado continuidade ao seu trabalho. Na nona conferência, ao buscar diferenciar atos ilocucionários de atos perlocucionários, o filósofo inglês afirma que para definir este último é necessário distinguir três consequências suas: a primeira seria que todo ato perlocucionário envolve assegurar a apreensão (*securing uptake*, no inglês) de significado de um ato de fala; a segunda é que ele tem resultados; e, por fim, ele leva a uma resposta ou sequela.

Com a noção de *uptake*, percebemos que todo uso da linguagem se dá numa relação entre interlocutores, e, o que é mais relevante, que não há regras ou critérios formalistas *definitivos* que venham a definir a significação. O *uptake*, portanto, é uma condição necessária do próprio ato (de fala) para que ele venha a ter um sentido; ou, como argumenta Ottoni (1995, p. 85), “na proposta austiniana, a intenção [*e, por conseguinte, a significação*] não pertence somente ao sujeito falante que a transmite, mas é garantida, via *uptake*, pelo sujeito ouvinte para *assegurar sua apreensão*”.

Assim, temos o fato de que as consequências de um ato de linguagem, ou melhor, seus significados, não são *previamente* determinados, adquirindo sentido, apenas, no contexto da enunciação, através da atitude responsiva, digamos assim, do sujeito-outro (do interlocutor) da interação, quer dizer, é somente quando meu interlocutor reage ao meu ato de fala que posso verificar que sentido, que significado, esse ato adquiriu. Assim, numa interação o interlocutor pode ser visto como um índice sensível daquilo que significam nossas palavras.

Por meio dessa compreensão, diria que nós, enquanto outridade das representações midiáticas, somos, em parte, responsáveis também pela sua significância³⁰ e, por conseguinte, pelo seu caráter hegemônico. E, dessa forma, torna-se no mínimo ingênuo acreditar tão-somente que nosso uso da linguagem faça parte apenas de *um* único jogo de linguagem, o designativo, pois, do contrário, estaríamos sempre à mercê de disputas – disfarçadas com uma capa a-ideológica, a-política – sobre quem pode oferecer uma descrição *fiel, certa, objetiva, racional*, do que ocorre no mundo.

³⁰ Significância aqui pode até ser compreendida como no universo estatístico, como uma referência numérica, ao mesmo tempo valorativa, de tal modo que se destaque o caráter imprescindível que nós, outridade responsiva, adquirimos nas interações, já que damos a *importância* e o *significado* que estariam envolvidas na atividade responsiva de agente social em reação a um ato discursivo.

3.2 A redução do *background* dialógico via constatações: a performatização de um discurso (I)

Aqui, nesta seção, darei início a uma das análises deste trabalho. O texto analisado é uma “Carta ao Leitor”, do dia 25 de maio de 2005, edição 1906, uma semana após a divulgação de um vídeo, por parte de VEJA, em que Maurício Marinho, à época diretor dos Correios, é flagrado e tem a conversa gravada, cobrando e recebendo propina por benefícios em licitações na empresa federal. Este editorial é importante neste contexto, uma vez que é o primeiro que se refere ao caso que logo se tornaria a ponta do “escândalo do mensalão”, relatado como o maior caso de corrupção do governo Lula. Neste editorial, encontramos a predominância de marcas de engajamento que pouco se ancoram em outras vozes, de forma que não oferece alternativas possíveis à narrativa que ela, VEJA, empreende na representação do caso. Vejamos o texto:

UM CÂNCER DA ALMA DO PAÍS

A propósito da necessidade de arejar as discussões sobre o câncer de modo a tornar o ataque à doença mais eficaz e menos doloroso para os pacientes, VEJA escreveu neste mesmo espaço na semana passada: "O primeiro passo para a resolução de qualquer problema é uma discussão aberta e franca sobre ele". A frase vale também para a corrupção, assunto principal desta edição da revista. Por sua presença endêmica nos três níveis de governo, sua resistência histórica e seu poder destrutivo, a corrupção tornou-se uma espécie de câncer da alma do Brasil.

VEJA, em particular, e alguns poucos órgãos da imprensa brasileira podem se orgulhar de dar sempre o pontapé inicial na luta contra corruptos e corruptores. Nas páginas de VEJA, desde seu primeiro número, em 1968, essa praga nacional tem sido atacada, suas artimanhas desmascaradas e seus autores devidamente identificados. Infelizmente, a execração pública pela imprensa tem sido, em muitos casos, a única real punição dos corruptos. É pouco. As instituições oficiais, constitucionalmente responsáveis por coibir a corrupção no Brasil, como as polícias, o Ministério Público e a Justiça, têm falhado ou, para colocar a questão em termos mais brandos, demonstrado uma eficácia muito aquém do necessário.

A reportagem de VEJA revela algumas providências práticas de aplicação imediata que, se implantadas, podem coibir a corrupção, contendo-a em níveis menos destrutivos para o país. Obrigar os governantes de todas as esferas a contratar serviços e fazer compras de materiais exclusivamente por leilões abertos na internet é uma dessas providências. Isso aumenta a transparência e diminui o número de intermediários, dificultando os desvios. Outra recomendação é reduzir drasticamente o número de cargos executivos preenchidos por indicação política. São medidas que podem ser tomadas com uma penada. Outras, de implantação mais demorada e complexa, já funcionaram em países antes devastados pela imoralidade pública, como mostram estudos do Banco Mundial e da organização Transparência Internacional reproduzidos na reportagem. É vital que as instituições atuem com mais vigor, caso contrário o combate aos corruptos ficará sempre restrito apenas ao "primeiro passo" dado nas páginas das revistas e dos jornais e na tela dos televisores.

No começo do texto, encontramos um recurso que pode até parecer pouco usual no mundo da escrita, mas que, no mundo jornalístico e científico, é algo comum, já que, nos

contextos midiáticos de produção de reportagens investigativas, uma de suas funções primordiais é justamente a capacidade de aprimorar, cada vez mais, certa análise sobre um acontecimento ou evento social. Este recurso é a retomada de discussões que ficaram para trás, sobretudo de discussões encetadas por aquele que se propõe a, novamente, versar sobre um domínio ainda obscuro ou cheio de incompreensões. Contudo, no caso do texto em questão, há uma retomada anafórica de vozes que, em outra edição, versavam sobre o câncer, matéria de capa da revista VEJA em 18 de maio. Como nesta mesma edição fora revelado o esquema de corrupção nos Correios, envolvendo o diretor dos Correios, Maurício Marinho, e um dos principais aliados do governo Lula à época, o então deputado federal Roberto Jefferson, a revista, na edição seguinte, faz recorrência não a outras vozes, mas sim à de si mesma, em uma intertextualidade com a própria voz. Nesse caso, a revista se autorreferencia, trazendo para a boca de cena a própria voz, como num monólogo (“*VEJA escreveu neste mesmo espaço na semana passada: "O primeiro passo para a resolução de qualquer problema é uma discussão aberta e franca sobre ele". A frase vale também para a corrupção, assunto principal desta edição da revista.*”).

Como o texto não é etéreo ao ponto de ser considerado propriamente um ‘monólogo’, de si para si, mas participa, antes, de um diálogo tácito com a audiência, a revista, aqui, dá a palavra que não só constata, como também suscita uma realidade que emerge por sua voz. Contudo, uma observação merece ser feita. No trecho seguinte, em que se diz “*Por sua presença endêmica nos três níveis de governo, sua resistência histórica e seu poder destrutivo*”, é perceptível uma suposição tácita com o leitor de que a presença da corrupção no governo é endêmica, que sua resistência a tentativas de aboli-la é histórica, crônica, e de que seu poder é destrutivo, ou seja, quando a revista traz os grupos nominais como “*presença endêmica*”, “*resistência histórica*” e “*poder destrutivo*”, ela os põe como causa de a corrupção ter-se tornado câncer na alma do país, mormente quando não há referência contextual alguma a que o leitor possa remeter o *background* dessas constatações da revista. Desta forma, é como se, além de constatar algo que pretensamente já é sabido de todos, a revista engavetasse tais informações como conhecimento dado, sobre os quais não há que se discutir. Por este motivo, de haver um tipo de conhecimento da ordem do já sabido, poderíamos considerar que haveria, aí, a presença de vozes que reinariam na ordem do discurso político e que não precisariam ser referenciadas a uma circunstância específica, de modo a esclarecer seu conteúdo e validade. Entretanto, mesmo que fôssemos levados a admitir essas possíveis vozes invisíveis, mas sensíveis, compondo, enquanto causa, a

metáfora da corrupção como câncer, não há uma abertura a alternativas outras para a presença da corrupção no cenário governamental brasileiro, ou seja, temos uma produção do texto que conduz, sem alternativas, já a uma consequência: estar a corrupção imiscuída na alma do Brasil.

No trecho “*VEJA, em particular, e alguns poucos órgãos da imprensa brasileira podem se orgulhar de dar sempre o pontapé inicial na luta contra corruptos e corruptores*”, do ponto de vista das escolhas de recursos do subsistema de Engajamento, não existe um aparato sobre o qual se fundamentaria a permissão comportamental de a revista, “*em particular*”, orgulhar-se de dar “*sempre*” o pontapé inicial e imprescindível na luta contra a corrupção, mas não contra a corrupção em si, contra este fenômeno – uma consequência de possíveis vários fatores –, e sim contra corruptos e corruptores. Não há nada com que a revista possa, ao afirmar que dá, assim como outros “poucos” órgãos da imprensa, o pontapé inicial nesta luta, garantir ao leitor que sua voz está validada. Neste caso, a revista chama o destaque para si, principalmente na ressalva dada a seu papel com a expressão “em particular”, representando-se como alguém que, em meio a um ambiente ‘cancerígeno’, lutaria constantemente (“sempre”) em busca da cura desse mal que seria corrupção. Além disso, na provável falta de modéstia em dizer que “*podem se orgulhar*”, a revista reforça tanto sua função positiva de combater este mal, a corrupção, quanto o caráter tenaz e, portanto, persistente de estar “*sempre*” na luta contra a corrupção, tal como chega a ser descrito no trecho a seguir. Do ponto de vista das escolhas no subsistema Atitude, ao representar-se como alguém que, “*em particular*”, ao lado de “*alguns poucos órgãos da imprensa brasileira*”, poderia se orgulhar de dar sempre o primeiro passo no combate à corrupção, VEJA faz um julgamento de si que a prestigia tanto em termos de estima social (seja por sua capacidade de “*dar o pontapé inicial na luta contra a corrupção*”, seja por sua tenacidade da perseguição dos corruptos e corruptores), quanto em termos de sanção social positiva, já que se coloca como alguém que desvela a verdade dos fatos ocorridos no campo político. Eis o que se comprova com o trecho “*Nas páginas de VEJA, desde seu primeiro número, em 1968, essa praga nacional tem sido atacada, suas artimanhas desmascaradas e seus autores devidamente identificados*”, quando há aqui um reforço de sua identidade enquanto instância jornalística que sabe o que fala porque faz, o que confere à revista um *status* de destaque no tipo de ação que ela promove, combater a corrupção, devendo galgar, portanto, admiração e destaque da sociedade por fazer isso, sobretudo se refizermos o fraseado colocando-o na voz ativa: “VEJA ataca a corrupção, desmascara suas artimanhas, identifica seus autores”. Dessa

forma, poderíamos atribuir, a esta frase refeita, a classificação de realização de um julgamento de sanção social positiva com valor de propriedade, já que VEJA, assim, mostra-se como alguém com integridade o suficiente para condenar os corruptos, os corruptores e suas artimanhas.

Em “*Infelizmente, a execração pública pela imprensa tem sido, em muitos casos, a única real punição dos corruptos. É pouco*”, podemos usar a seguinte classificação: **atitude – afeto – negativo como comentário – insatisfação - real**, mas também **atitude – julgamento – estima social – capacidade**. No primeiro caso, se justificaria tanto pelo advérbio modal de comentário “*infelizmente*” à constatação de que a execração pública dos corruptos tem sido a única punição, quanto pela expressão “a única punição”, que revela certa insatisfação, seja para a revista, seja para sua audiência, quanto ao estado real do combate e condenação dos corruptos. No segundo caso, a motivação encontramos no fato de que prosodicamente³¹ a revista argumenta que o combate à corrupção até ocorre, mas unicamente pela imprensa, “Veja, em particular”, o que, se por um lado diminui a estima social das instituições oficiais na sua tarefa de investigar e punir os culpados, por outro lado só faz aumentar a credibilidade da revista frente à audiência, quando do combate deste mal, a corrupção, e concretizar a constatação mais acima de que, de fato, a revista, com outras instâncias da imprensa, são as únicas instituições que, efetiva e eficazmente, tem exercido um papel louvável em lutar para acabar com este mal. Daí porque poderíamos ver a realização do comentário “*infelizmente*” não apenas como avaliação de afeto negativo que denota insatisfação, mas conseqüentemente também como um julgamento ambivalente: negativo, para as instituições oficiais em relação ao cumprimento de seu papel investigativo, e positivo, para a revista VEJA, em especial, seja no matiz que desenha para si em direção a sua audiência, seja no status que porta, agora, frente às instituições às quais caberia a função de combater a corrupção.

Já em “*As instituições oficiais, constitucionalmente responsáveis por coibir a corrupção no Brasil, como as polícias, o Ministério Público e a Justiça, têm falhado ou, para*

³¹ Martin e White (2005, p. 18-23), com base em Halliday, associam a cada tipo de significado (textual, interpessoal, ideacional) uma estrutura específica de realização sistêmica. Por exemplo: ao significado textual corresponde uma estrutura periódica; ao significado interpessoal, uma estrutura prosódica; e ao significado ideacional, uma estrutura particulada. Como meu interesse, nas análises, é em especial nos significados interpessoais, a estrutura prosódica é de importância para a sua compreensão, pois ela se refere a como o significado está distribuído ao longo do fluxo do discurso, a como a avaliação se estende para além de um item avaliativo. É por isso que os autores alertam para o fato de o léxico atitudinal, muitas vezes, servir como uma pista ou um sinal da avaliação que tende a se expandir e colorir outras partes do texto, e não apenas o ambiente gramatical em que se inscreve.

colocar a questão em termos mais brandos, demonstrado uma eficácia muito aquém do necessário.”, encontraríamos um recurso à **atitude – julgamento – estima social – tenacidade**, pois revela que as instituições cabíveis continuamente têm falhado, o que diminui o *status* que elas possuiriam e aumenta o de VEJA e da imprensa, dotando esta de capacidade, de firmeza que aquelas instituições não teriam (tanto). Do ponto de vista do subsistema de Engajamento, não há recurso a nenhuma outra voz senão a da própria revista, de tal forma que podemos classificar como sendo **engajamento – monoglóssico**. Encontramos a formulação de proposições, de enunciados que não dialogam com nenhum outro, mas que constroem o escrevente, a revista, como alguém que constata uma realidade tal qual no texto representada em que somente ela e poucos órgãos da imprensa podem se orgulhar de dar sempre o pontapé inicial no combate à corrupção. Além disso, a revista é representada por si mesma de tal forma prestigiosa que nem mesmo as instituições oficiais responsáveis à primeira vista pela coibição da corrupção no país têm a eficácia que ela, a revista, e outras instâncias da imprensa possuem constataadamente. Tanto o é, que encontramos a revista reportando-se a sua atividade combativa, e não apenas informativa, desde sua fundação em 1968, atacando a corrupção, desmascarando-a e identificando seus autores, tudo “devidamente”. Além disso, o trecho “*a execração pública pela imprensa tem sido, em muitos casos, a única real punição dos corruptos*” constrói um papel interventor que VEJA desempenha, ou seja, demonstra que seu papel vai muito além do que simplesmente informar com objetividade o que se passa no mundo social e político, uma vez que também exerce o papel de execrar e punir aqueles que praticam a corrupção, mesmo contraexpectativamente. Eis por que, graças a essa eficiência fiscalizadora, investigativa, que avalia e julga com destreza e saber, a revista pode assumir a postura de alguém que fornece providências normativas, mesmo não sendo este o papel a que lhe deveria inicialmente caber, para combater burocrática e eficazmente a corrupção, como vemos no último parágrafo do texto, que começa com “*A reportagem de VEJA revela algumas providências práticas de aplicação imediata que, se implantadas, podem coibir a corrupção, contendo-a em níveis menos destrutivos para o país*”. É possível perceber, nesta proposição-proposta da revista, uma postura teorizante, com a qual a revista, depois de descrever o cenário político devastado, há tempos, pela ação de uma praga, a corrupção, elenca “*providências práticas*” cuja aplicação imediata coibiria a atuação da corrupção.

Tal como disse um pouco mais acima, nas considerações metodológicas, com base em Lage (2001), este tipo de postura investe numa estratégia que revelaria uma práxis humana em busca de apreender a essência dos eventos, ou seja, VEJA assume uma postura

não só constatativa da realidade, como ainda, pelo desempenho louvável de ser uma das poucas instituições que ainda combate, de alguma forma, com eficácia a corrupção que infesta a esfera governamental, é capaz de propor soluções, mesmo que não seja este o seu papel. Assim, a revista, pelo seu conhecimento de causa, pôde apreender a essência dos problemas da corrupção no país, o que lhe confere a competência de revelar providências para seu combate. Pela própria escolha do léxico, “providência”, VEJA atribui-se um papel divino, com uma “ação de Deus” para remediar uma necessidade, evitar a propagação do mal e conseguir atingir um fim – o da corrupção.

O texto a seguir é o da reportagem “O ministro e o laranja”, de Leonardo Coutinho, publicada na edição 2220, de 6 de junho de 2011. A reportagem fala das denúncias de enriquecimento ilícito do então ministro do governo Dilma, da Casa Civil, Antonio Palocci, enquanto era deputado federal, na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, e coordenador da campanha de Dilma.

O MINISTRO E O LARANJA

Acuado por indagações sobre seu enriquecimento e pressionado pelo próprio partido, Palocci agora tem de explicar por que aluga um apartamento que formalmente pertence a uma empresa de fachada

Leonardo Coutinho

Peça-chave do governo Dilma Rousseff, o ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, perdeu sustentação. Palocci entrou em parafuso há vinte dias, quando se descobriu que ele havia conciliado suas atividades como deputado, coordenador da campanha eleitoral da presidente da República e seu principal assessor com a de homem de negócios. O ministro revelou sua, digamos, dupla militância depois que o jornal Folha de S.Paulo noticiou que, em 2010, ele havia comprado um apartamento de 500 metros quadrados nos Jardins, bairro nobre paulistano, por 6,6 milhões de reais e, no ano anterior, uma sala comercial na mesma região por 882000 reais. Com esses imóveis, o patrimônio pessoal de Palocci multiplicou-se 25 vezes desde 2006. Com um salário de 16500 reais como deputado, ele viu-se na contingência de ter de explicar tamanha evolução patrimonial. O ministro informou ter prestado serviços de consultoria a empresas privadas - mas omitiu quais foram seus clientes e quanto eles lhe pagaram. Veio a público que esses trabalhos lhe renderam 20 milhões de reais em 2010, dos quais 10 milhões foram recebidos nos dois meses subsequentes à eleição presidencial. Na semana passada, VEJA revelou mais um dado da vida particular do ministro que destoa de seu salário de homem público. Ele mora em São Paulo não no apartamento de 500 metros quadrados dos Jardins, mas em outro ainda maior: de 640 metros quadrados, em Moema, nas imediações do Parque do Ibirapuera, área igualmente nobre da cidade. A certidão desse imóvel, obtida por VEJA, mostra que ele pode ser uma fonte de mais constrangimento para o ministro.

Ladeado por varandas, com quatro suítes, três salas, duas lareiras, churrasqueira e outros requintes, o apartamento serve à família de Palocci há quatro anos. Está avaliado em 4 milhões de reais. O condomínio chega a 4600 reais e o IPTU a 2300 reais mensais. A assessoria do ministro informa que ele paga aluguel. Imobiliárias que administram as unidades vizinhas à de Palocci informam que o valor médio da locação naquele prédio é de 15000 reais. De acordo com o 14º Ofício de Registro de Imóveis de São Paulo, o apartamento no qual Palocci mora pertence à Lion Franquia e Participações Ltda. Essa empresa, por sua vez, está registrada em nome de dois sócios: Dayvini Costa

Nunes, com 99,5% das cotas, e Filipe Garcia dos Santos, com 0,5%. Começa aqui a estranha história do apartamento alugado por Palocci. Filipe Garcia dos Santos tem apenas 17 anos e somente foi emancipado no ano passado. Dayvini, seu sócio majoritário, tem 23 anos, é representante comercial, mora em um casebre de fundos na periferia da cidade de Mauá, no ABC paulista. Ex-funcionário da prefeitura da cidade, comandada pelo petista Oswaldo Dias, já ganhou a vida como vendedor em uma loja de roupas e, hoje, sobrevive transportando videogames em seu carro, uma Saveiro comprada a sessenta prestações. Deve 400 reais a uma administradora de cartões de crédito, teve de abandonar o curso de administração por não conseguir pagar a mensalidade da faculdade e, agora, está sendo processado por essa instituição, que exige a quitação de 3200 reais. Tanto seu telefone fixo quanto o celular estão cortados por falta de pagamento.

Dayvini ganha 700 reais por mês e ainda é sustentado por sua mãe, uma professora da rede pública de ensino. Precisaria trabalhar sete meses, e não gastar um centavo sequer, para conseguir pagar um mês de condomínio no edifício onde mora Palocci. Como pode, então, ser dono do imóvel? A resposta é simples: Dayvini não passa de um laranja, termo utilizado em relação a pessoas que assumem como suas as propriedades de terceiros. Ou melhor, Dayvini é a árvore mais visível de um laranjal. Na quinta-feira passada, ele conversou com VEJA em sua casa de 70 metros quadrados em Mauá. Mostrou-se surpreso ao ser confrontado com a informação de que é o dono formal do vistoso apartamento no qual mora o ministro. "Nunca tive bem algum", disse ele na entrevista. Pelos documentos registrados em cartório, descobre-se que o nome de Dayvini começou a aparecer na escritura do imóvel em janeiro de 2008. Naquele mês, o representante comercial foi registrado como beneficiário de uma hipoteca no valor de 233450 reais, cuja garantia era o apartamento do Ibirapuera. "Eu sou pobre. Como eles poderiam me dever?", indagou Dayvini, na quinta-feira. Em setembro de 2008, o imóvel foi transferido por doação à Lion Franquia e Participações Ltda. No dia 29 de dezembro do ano passado, quando Palocci já posava como homem forte do governo Dilma, Dayvini assumiu 99,5% das cotas da Lion Franquia e Participações. Questionado por VEJA, o representante comercial garantiu que jamais recebeu um tostão de aluguel de Palocci. Na sexta-feira, porém, Dayvini telefonou para VEJA a fim de mudar a versão que havia contado no dia anterior. Ele não negou ser laranja da Lion, mas afirmou que o fez voluntariamente para ajudar parentes. "Eu quero tirar essas empresas do meu nome", disse. Em seguida, afirmou ter mentido na entrevista do dia anterior e explicou o motivo: "Esse problema envolve pessoas com quem eu não tenho como brigar. Não tenho como bater de frente com Palocci".

A cadeia de ilegalidades relacionadas ao apartamento onde reside o ministro da Casa Civil vai além da constituição de Dayvini como laranja da Lion Franquia e Participações. A empresa usou endereços falsos em todas as operações feitas nos últimos três anos. A Lion recebeu o apartamento onde mora Palocci em 2008, de um tal Gesmo Siqueira dos Santos, tio de Dayvini. Siqueira dos Santos responde a 35 processos por fraude de documentos, adulteração de combustível e sonegação fiscal. Uma mulher que trabalhou como empregada doméstica em sua casa foi usada como laranja em outras quatro empresas abertas por Siqueira Santos. O nome dela é sugestivo: Rosalide Laranjeira da Silva.

No caso da Lion Franquia e Participações, o sócio de Dayvini, o adolescente Filipe Garcia dos Santos, informou ao cartório de registro de imóveis um endereço residencial inexistente no Paraná. Na sede formal da Lion Franquia e Participações, na cidade de Salto, a 100 quilômetros da capital paulista, funciona uma loja de decoração. VEJA questionou o ministro Palocci, por meio de sua assessoria de imprensa, sobre o locador de imóvel do Ibirapuera, o valor do aluguel e a quem são feitos esses pagamentos. Não houve resposta. Dê-se ao ministro o benefício da dúvida, pois ninguém que paga aluguel está obrigado a saber da idoneidade da pessoa física ou jurídica de quem aluga. Mas, dados o histórico e a posição de Palocci, é uma imprudência alugar o apartamento de uma empresa de fachada.

Não é a primeira vez que um trabalhador anônimo atravessa a carreira política do ministro da Casa Civil. Fiador da estabilidade econômica no primeiro governo Lula, principal interlocutor do empresariado entre os petistas e tido como hábil negociador político, Palocci perdeu o Ministério da Fazenda em 2006 por causa de uma casa em Brasília usada para encontros com prostitutas e negócios pouco republicanos. Para desqualificar a principal testemunha de suas visitas à casa, ele envolveu-se na quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa. No ambiente de impunidade que nodoa o Brasil, Palocci teve uma segunda chance para reconstruir sua carreira

política. No mesmo ano, elegeu-se deputado federal. Em 2009, obteve o arquivamento dos processos resultantes de escândalos ocorridos em sua gestão na prefeitura da paulista Ribeirão Preto. No mesmo ano, o Supremo Tribunal Federal o inocentou no caso do caseiro. Era tarde demais para que Palocci entrasse na lista dos presidenciáveis petistas, mas houve tempo suficiente para que ele assumisse, primeiro, a interlocução da então candidata Dilma com o empresariado - e, depois da eleição, encampasse também a representação política e boa parte da condução do novo governo.

Nessa função, Palocci amealhou mais adversários do que aliados. Representando a presidente, vetou a concessão de cargos federais aos expoentes da base governista. Há dez dias, chegou a trombar com o vice-presidente, o peemedebista Michel Temer. Em um telefonema desastroso, ameaçou demitir todos os indicados por Temer, se o PMDB não votasse contra o Código Florestal. O PMDB refutou a bravata. A surpresa viria de seu próprio partido. No dia 27, o governador da Bahia, Jaques Wagner, se disse surpreso com o rendimento do consultor Palocci. Na semana passada, a senadora Gleisi Hoffmann (PR), mulher do ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, acenou para o risco de a crise detonada por Palocci atingir o partido e o governo. Na última quinta-feira, quatro integrantes da executiva da agremiação pediram a demissão imediata do chefe da Casa Civil. Entre os que cobraram a cabeça de Palocci, está até o secretário-geral do PT, Elói Pietá. O PT decidiu isolá-lo. "A crise não é do partido, é do governo", disse o deputado petista André Vargas (PR). Dilma, sua chefe, e seu padrinho, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, exigiram que ele apresentasse explicações imediatas. Na sexta-feira, ele tentou dá-las no Jornal Nacional. Ficaram longe de resolver o seu problema. E agora tem mais essa, do apartamento em São Paulo.

Analisemos alguns trechos. Embora possa à primeira vista dar a entender que o ministro e o laranja estejam numa perspectiva de oposição, “de um lado o ministro, de outro o laranja”, o título comporta uma aproximação entre ambos, sobretudo com o destaque que se dá na reportagem com uma entrevista de Dayvini, o suposto laranja, negando que tenha conhecimentos dos ricos bens registrados em seu nome. Logo no subtítulo também, encontramos marcas avaliativas do ponto de vista atitudinal, com duas recorrências para o Afeto (“acuado”, “pressionado”) e um para o Julgamento (“tem de explicar por que aluga um apartamento que formalmente pertence a uma empresa de fachada”), percebemos, para além da classificação aqui oferecida, que o uso de avaliações atitudinais negativas de Palocci representa-o de uma forma que o põe numa perspectiva de acusação, diante das indagações que cumulativamente parecem lhe pressionar e encurralar. É dessa forma que podemos encontrar, em seguida, no trecho “*Palocci agora tem de explicar por que aluga um apartamento que formalmente pertence a uma empresa de fachada*” uma avaliação de julgamento de propriedade que dispõe Palocci em confronto com a proibidade, já que, no caso a ser questionado pelo jornalista Leonardo Coutinho, ele aparece como alguém que exerceu práticas normativamente consideradas ilegais, além de ser acusado de estar usando uma pessoa como laranja de negócios inexplicados, mas possivelmente escusos.

O fraseado inicial do texto é construído de forma ambivalente: “*Peça-chave do governo Dilma Rousseff, o ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, perdeu sustentação*”.

Poderíamos, por isso, reconhecer a existência de duas vozes aí, uma que afirma ser ou ter sido Palocci “peça-chave do governo Dilma” e outra que diz ele ter perdido “sustentação”, ou seja, como alguém que não tem mais apoio, nem firmeza política. Se, de um lado, a Palocci é conferido o *status* ou imagem de peça importante no governo, por outro é anunciada a perda de sua importância. Caracteriza-se a proposição do jornalista como uma introdução à ambivalência que Palocci adquiriu no cenário político brasileiro dos últimos anos. Contudo, a inclinação nos dois polos de valor atribuídos a Palocci é para o destaque de suas atividades, antes (no governo Lula), reprocháveis e, agora (no governo Dilma), denunciadas. Dessa forma, há um desvelamento gradual do que seria a verdadeira identidade de Palocci, já que o valor relevante que ele poderia ter ou ter tido em sua atuação nos dois governos consecutivos é aos poucos maculado e reduzido, dado o contexto de novas denúncias que parecem, antes, revelar que Palocci exerce função dúbia em suas participações no governo, o que põe em xeque sua própria integridade e idoneidade enquanto ator político.

Ao longo do texto, vamos percebendo esse desvelamento, que, em termos do subsistema de Engajamento, é realizado pela redução do seu potencial dialógico, já que não há espaço para outras vozes se elevarem como alternativas viáveis na representação dos acontecimentos e atores sociais aqui citados. Quanto ao subsistema de Atitude, no trecho que se segue logo à primeira frase, “*Palocci entrou em parafuso há vinte dias, quando se descobriu que ele havia conciliado suas atividades como deputado, coordenador da campanha eleitoral da presidente da República e seu principal assessor com a de homem de negócios*”, já percebemos uma avaliação de Palocci em termos de **atitude – afeto – estado emocional – insegurança – negativo**, quando é dito que há vinte dias ele “entrou em parafuso” após a descoberta (mais à frente sendo atribuída ao Jornal Folha de São Paulo) de que conciliara duas atividades, uma de deputado e outra de “homem de negócio”. A possível neutralidade dessa conciliação entre duas atividades e da expressão “homem de negócio” é apagada com a avaliação de que ele entrara “em parafuso”, principalmente quando descoberto o que ele fazia. Some-se a isso o fato de que tal descoberta traz o engodo da desconfiança quanto a como seria possível comprar um apartamento e uma sala comercial caros com um salário de deputado. Nessa descoberta, encontramos a contraposição de duas informações, de dois fatos (a compra de imóveis caros e um salário a ela não condizente) que, colocados lado a lado, não teriam relação lógica alguma, o que teve de obrigar Palocci a revelar sua atividade de “homem de negócio” paralela à de deputado.

A partir daqui, encontramos o início do jogo de afirmações e contra-afirmações

que constituiriam uma atmosfera de crise, pois, como muito bem diz Thompson (2002), o surgimento de um evento social que se converterá em um escândalo midiático ocorre com a disposição de fatos contra afirmações que, cumulativamente, transformam-se em verdades e mentiras a se perpetuarem midiaticamente, quanto mais novos fatos e quanto mais novas afirmações forem feitas para desacreditá-los ou, se reveladas como mentiras, reforçá-los. Nesse jogo midiático e político entre fatos e afirmações, entre atos de fala constatativos, há sempre a inevitável consequência de alguém sair com uma identidade ressignificada, seja para o bem, seja para o mal; há tanto a confirmação de que um só falava ou revelava a verdade, quanto de que outro escondia fatos e mentia; e quanto mais alguém consegue pôr ao lado de si e em seus atos de fala um indubitável valor constatativo, quanto mais consegue que a realidade seja proposta e aceita em seus termos, quanto mais ato de fala e realidade são arranjados como congruentes um ao outro, mais feliz e satisfatória será sua identidade. Neste texto, assim como em outros analisados, o recurso que mais satisfatoriamente consegue dispor ato de fala e realidade como congruentes é o uso frequente da linguagem da moral, do direito, da justiça, sobretudo quando o ato de fala do outro é contraposto como desvio de normas de um ordenamento moral justificado e consensualmente validado. Este ordenamento moral, com frequência, é o direito e suas leis, que são recursivamente utilizados como *background* e anteparo aos atos de fala que se pretendem constatação da realidade.

Contrapostas à voz de Palocci representada no texto (“*O ministro revelou sua, digamos, dupla militância...*”, “*O ministro informou ter prestado serviços de consultoria a empresas privadas...*”), são apresentadas outras duas (“[...] *depois que o jornal Folha de S.Paulo noticiou que, em 2010, ele havia comprado um apartamento de 500 metros quadrados nos Jardins [...]*” e “[...] *mas omitiu quais foram seus clientes e quanto eles lhe pagaram [...]*”) que reduzem tanto a validade da sua, quanto ainda o comprometem em termos que, no quadro teórico-metodológico de Martin e White, chamam-se de julgamentos de **sanção social**, quer dizer, que avaliam os sujeitos com base em julgamentos de ordem normativa, principalmente em termos legais ou jurídicos. Isto põe em dúvida sua probidade em relação ao que deveria ser sua conduta quando ocupava cargos políticos públicos. Tal postura do ministro ainda é avaliada negativamente com a expressão “dupla militância”, em que, ironicamente, o escrevente utiliza um léxico comumente usado por partidários esquerdistas (“*militância*”) para acrescentar que sua luta ou preocupação não tinha apenas caráter político, mas também pecuniário. Além disso, no trecho “*O ministro informou ter prestado serviços de consultoria a empresas privadas - mas omitiu quais foram seus clientes*

e quanto eles lhe pagaram”, o jornalista constrói a informação de modo que o ministro tem questionada sua honestidade, em referência ao fato de ter omitido aqueles a quem teria prestado seus serviços alegados e a quantia recebida por tais. Eis aqui a contra-afirmação de VEJA à contra-afirmação de Palocci de que a compra dos imóveis foi possível graças à prestação de serviços de consultoria. Dessa forma, em tais passagens, há julgamentos do tipo sanção social, relacionados à propriedade e veracidade do ministro frente às situações em que foi ou estava envolvido.

Em seguida, encontramos trechos em que o jornalista referencia sua voz com base na própria revista, *“Na semana passada, VEJA revelou mais um dado da vida particular do ministro que destoa de seu salário de homem público. Ele mora em São Paulo não no apartamento de 500 metros quadrados dos Jardins, mas em outro ainda maior: de 640 metros quadrados, em Moema, nas imediações do Parque do Ibirapuera, área igualmente nobre da cidade”*, ao dizer que VEJA revelou mais um “dado” da vida particular de Palocci. Entretanto, tal voz é respaldada por uma certidão, obtida por VEJA em um cartório. Uma instituição jurídica, o cartório, é que, por meio de um documento oficial, comprova o que diz, autoriza o que VEJA diz. Se o registro obtido não correspondesse à realidade, haveria o inconveniente de Palocci ter declarado em cartório algo que é fato. Além disso, na frase *“Ele mora em São Paulo não no apartamento de 500 metros quadrados dos Jardins”*, há o uso de recursos de negação, pela presença de um marcador de negação, “não”, que se contraporia a outra voz, implícita, velada, que afirmaria que Palocci morava no apartamento de 500 metros quadrados dos Jardins. Esse levantamento de fatos e provas contra a voz de Palocci vai de encontro também a outras vozes que possivelmente atestariam a veracidade da informação passada por Palocci. É o que se vê no parágrafo seguinte, com a voz da assessoria do ministro que diz: *“A assessoria do ministro informa que ele paga aluguel”*. Contudo, dois fatos são levantados contra a afirmação: *“Imobiliárias que administram as unidades vizinhas à de Palocci informam que o valor médio da locação naquele prédio é de 15000 reais. De acordo com o 14º Ofício de Registro de Imóveis de São Paulo, o apartamento no qual Palocci mora pertence à Lion Franquia e Participações Ltda”*. Percebemos, portanto, a todo instante um movimento de **contração** do potencial dialógico do texto, com a predominância prestigiosa cada vez mais patente da voz e proposições do jornalista e da revista. As frases seguintes no restante do parágrafo, referentes à caracterização da vida socioeconômica de Dayvini, são todas monoglóssicas, construídas em constatações e fatos, sem serem reportadas a ninguém, nem a fontes, fruto, talvez, da própria investigação do jornalista e da revista. Surgem como

esclarecimentos, como revelações, que desqualificam qualquer outra voz que, como a de Palocci, concorde com este.

Retornando um pouco mais ao parágrafo anterior, vemos que há julgamentos do tipo **estima social**, que, no quadro de Martin e White, tem a ver com aquelas avaliações que afetam o bem-estar ecossocial do avaliado, comprometendo-o moralmente em relação ao círculo de pessoas de que participa, abalando ou reforçando os laços de convivência entre elas. No trecho “*Peça-chave do governo Dilma Rousseff, o ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, perdeu sustentação*”, o jornalista avalia, preliminarmente via estima social positiva de capacidade, o ministro como alguém que, pela competência que tem ou teve, ou seja, como alguém capaz, mereceu destaque no governo da presidenta Dilma Rousseff, o que lhe vale, portanto, o atributo de “peça-chave do governo”; contudo, ainda na mesma frase, o ministro é representado como alguém que, apesar disso, perdeu, com os fatos a serem revelados, justamente o que o tornava pessoa merecedora de ocupar posição privilegiada no governo, pondo-o em posição, agora, desfavorável.

Os trechos acima trazem julgamentos que avaliam negativamente a imagem de Antonio Palocci frente aos “fatos evidenciados” pelo escrevente da revista VEJA, o que promove gradualmente o desprestígio não só de Palocci, mas também de quem nele confiou como alguém capaz e honesto para ocupar um cargo no poder executivo, enquanto ministro. Dessa forma, como consequência, a avaliação, que ora é feita em relação ao ministro, traz consequências negativas para o governo, especialmente se a reportagem integra um conjunto de textos que, reportando-se a outros eventos políticos da mesma natureza, no mesmo governo, dão suporte à categorização, por parte da revista, de uma “Crise da Esplanada”, como algo caracterizador do governo Dilma.

Em outro parágrafo, temos avaliações que se realizam, em termos do quadro de Martin e White, por meio do subsistema de Engajamento. Vejamos:

“Dayvini ganha 700 reais por mês e ainda é sustentado por sua mãe, uma professora da rede pública de ensino. Precisaria trabalhar sete meses, e não gastar um centavo sequer, para conseguir pagar um mês de condomínio no edifício onde mora Palocci. Como pode, então, ser dono do imóvel? A resposta é simples: Dayvini não passa de um laranja, termo utilizado em relação a pessoas que assumem como suas as propriedades de terceiros. Ou melhor, Dayvini é a árvore mais visível de um laranjal”.

Após as duas frases iniciais do trecho, em que o escrevente apresenta o fato de Dayvini, o rapaz oficialmente registrado como dono do apartamento alugado por Palocci,

ganhar apenas 700 reais mensais e ser sustentado pela mãe, como a provar que isto claramente impediria que ele pudesse ser o dono do imóvel, temos a presença de uma pergunta que parece dar espaço para alguma voz que pudesse, até aquele momento do texto, ainda crer que os fatos antes apresentados pelo escrevente do texto não fossem suficientes para comprovar a ilegalidade da compra e aluguel de imóveis por Palocci. Trata-se de uma pergunta retórica. Ela vai introduzir o argumento do jornalista, que busca, dessa forma, refutar qualquer voz alternativa que possa enfraquecer ou questionar a posição do escrevente em relação ao que diz, eliminando, pelos fatos apresentados, qualquer dúvida de que a posição do jornalista é a verdadeira e irrefutável, mormente depois de apresentados inúmeros dados referentes à condição sócio-financeira daquele que é, oficialmente, dono do apartamento em que mora Palocci. Outra consequência é que, ao construir dessa forma o trecho, o jornalista pode estar querendo alinhamento com seu leitor, ao tentar convencê-lo de que a voz que pudesse sustentar a pergunta, a dúvida, não teria validade frente às informações apresentadas anteriormente.

Os dados (“*Dayvini ganha 700 reais por mês*”, “*é sustentado por sua mãe*”, “*precisaria trabalhar sete meses, e não gastar um centavo sequer, para conseguir pagar um mês de condomínio no edifício onde mora Palocci*”), por sua vez, se considerados isoladamente, podem ser vistos como uma forma de trazer outras vozes para o texto, mas de modo que possam refutar aquela suposta na pergunta retórica do escrevente. Então, em termos do quadro de Martin e White, embora os dados sejam uma **contração – proclamação endosso**, eles convergem, na verdade, para uma **contração – discordância - negação**, o que não permitiria espaço, portanto, para posicionamentos alternativos em relação àquele que está sendo defendido no texto pelo escrevente.

Todo o terceiro parágrafo é o endosso da voz do jornalista, que seleciona trechos da entrevista com Dayvini que reforcem a suspeita de enriquecimento ilícito de Palocci. Os destaques dados à voz do outro, de Dayvini, são para eliminar qualquer possibilidade de questionamento ao fato de que Palocci não o fez de laranja, para esconder os bens não declarados. Somem-se às informações do jornalista e às declarações de Dayvini os documentos registrados em cartórios que comprovam a veracidade da voz do jornalista, das proposições da revista. No trecho “*‘Eu sou pobre. Como eles poderiam me dever?’*, indagou Dayvini, na quinta-feira”, a voz de Dayvini é colocada de forma que torne ainda mais absurdo o fato de Palocci não só esconder a declaração de bens, quanto o de ter feito Dayvini de laranja, o que mais uma vez elimina qualquer resistência às proposições do jornalista de

VEJA. Além disso, apoiando-se tanto no desconhecimento de Dayvini, comprovado pela entrevista, que não deixa mentir, quanto em documentos oficiais, como o do cartório, que constata a veracidade da voz do jornalista, este último compromete gradativamente Palocci como um homem de ações inescrupulosas, que mente e nega declarações de bens à Receita Federal, o que deixa cada vez mais em evidência que Palocci cometeu um ato ilegal, ou seja, Palocci, perante a Justiça, é um homem comprometido, desonesto, antiético. Isso promove uma segunda imagem, que contrasta totalmente com aquela com a qual foi começado o texto, de um homem importante, central, à política de Dilma, na direção da pasta da Casa Civil (confronte-se ainda com o trecho “*Em setembro de 2008, o imóvel foi transferido por doação à Lion Franquia e Participações Ltda. No dia 29 de dezembro do ano passado, quando Palocci já posava como homem forte do governo Dilma, Dayvini assumiu 99,5% das cotas da Lion Franquia e Participações*”). Dessa forma, há uma desconstrução da identidade inicial do ministro, uma impugnação da positividade que ela representaria ao governo. Com o uso de elementos discursivos que refutam qualquer possibilidade de engano quanto ao conteúdo da voz autoral do texto, o jornalista alinha, cada vez mais, a audiência ao que diz, assumindo a postura de alguém que sabe o que diz, ao envolver sua voz com um valor descritivo conferido pelas informações incontestáveis dos documentos oficiais e das declarações de Dayvini. Temos, assim, uma analogia entre o juízo moral do jornalista e o conhecimento verdadeiro, aliando à imagem de si um caráter de objetividade, de veracidade, de integridade, como lhe conferiria o *ethos* profissional.

No final do parágrafo, o jornalista revela mais um caso curioso que reforçará ainda suas suspeitas e informações contra as atividades de Palocci. A despeito da entrevista concedida por Dayvini à revista, o jornalista diz: “*Na sexta-feira, porém, Dayvini telefonou para VEJA a fim de mudar a versão que havia contado no dia anterior. Ele não negou ser laranja da Lion, mas afirmou que o fez voluntariamente para ajudar parentes. ‘Eu quero tirar essas empresas do meu nome’, disse. Em seguida, afirmou ter mentido na entrevista do dia anterior e explicou o motivo: ‘Esse problema envolve pessoas com quem eu não tenho como brigar. Não tenho como bater de frente com Palocci’.*”. O trecho, além de mostrar uma atitude de Dayvini, que o compromete em termos de sanção social por ter mentido à revista, traz à tona um fato: o de que ele não conseguiria, mentindo, enfrentar Palocci, comprovando, mesmo assim, que este agiu com improbidade.

O final do texto é elaborado como para eliminar qualquer dúvida que ainda se possa ter em relação ao que é proposto pela voz do jornalista. Palocci ainda é contatado pela

revista para esclarecer as dúvidas que, até aquele momento, tinham fortes chances de se tornarem fatos. Entretanto, como informa o jornalista: *“Não houve resposta. Dê-se ao ministro o benefício da dúvida, pois ninguém que paga aluguel está obrigado a saber da idoneidade da pessoa física ou jurídica de quem aluga. Mas, dados o histórico e a posição de Palocci, é uma imprudência alugar o apartamento de uma empresa de fachada”*. Isso sugere que as dúvidas que pululam em torno do apartamento em que Palocci mora são, na verdade, dados reais da atividade ilícita de Palocci. Curioso é o item lexical “histórico [de Palocci]”. No parágrafo seguinte, há uma descrição rápida dos acontecimentos que levaram Palocci a sair do governo Lula. É importante ressaltar que, construído dessa forma, como integrando essencialmente o governo, este passa a ser avaliado negativamente, como alguém que emprega ou elege pessoas corruptas, sem probidade, para gerenciar pastas ministeriais, o poder executivo, o que, se de um lado o julga como minando sua capacidade, por outro lado destrói a credibilidade, a propriedade de si.

4. DO DISCURSO À POLÍTICA: ANTAGONISMO COMO CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES SOCIAIS

4.1 O Pós-Marxismo de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe

Nas seções a seguir, discutirei alguns conceitos e pressupostos teórico-epistemológicos provenientes da reformulação da política democrática de esquerda proposta, inicialmente, por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, na clássica obra *Hegemony and Socialist Strategy* ([1985] 2001), e, depois, aprimorada pelo primeiro, no trabalho *New Reflections on the Revolution of Our Time* (1990). Utilizarei tais conceitos e pressupostos teóricos para fundamentar aqui uma compreensão das relações entre mídia e política, assim como das implicações políticas e identitárias dessa relação. As reflexões de Laclau e Mouffe são vistas não como uma revisão do Marxismo, em que se busca reforçar o muro teórico do trabalho de Karl Marx, abalado após os inúmeros fracassos das políticas de esquerda no mundo enquanto alternativas ao capitalismo durante o século XX, nem como uma transladação das concepções teóricas do passado para a explicação das novas demandas do presente. Suas reflexões são, antes, uma *desconstrução* (no sentido heidegger-derridiano do termo) das categorias do Marxismo, através da qual se buscou repensar esse arcabouço teórico à luz dos desenvolvimentos intelectuais do século XX, de modo que se pudesse formar um quadro teórico-epistemológico adequado a análises sócio-político-discursivas das lutas sociais contemporâneas.

4.1.1 A noção de *discurso* para uma nova compreensão das lutas sociais e da construção de identidades

Para entendermos a concepção de *discurso* de Laclau e Mouffe, e sua importância para minha investigação (assim como para especificar uma das acepções que de *discurso* usarei em partes deste trabalho), convém relatar, mesmo que em linhas gerais, as raízes filosóficas em que está baseada ou a partir das quais os filósofos puderam desenvolvê-la. Para este intento, como um primeiro gesto, é necessário que ela não seja entendida no sentido estrito do termo, como fala ou escrita, nem seja tomada como se opusesse (se, à primeira vista, isto transparecer a quem lê) um domínio linguístico a um extralinguístico, mas, antes, que seja considerada como uma *totalidade significativa* (*signifying totality*), uma configuração

social, histórica e política dotada e dotante de sentido, em que estariam fundados determinados elementos ou unidades, a que, mais a frente, chamarei de *identidade*. Compreender o que Laclau e Mouffe (1990; 2001) chamam de *totalidade significativa* (*signifying totality*) ou, também, *totalidade discursiva*, é fundamental para entendermos a lógica de diferenças e equivalências que afeta a constituição das identidades, bem como o caráter hegemônico e político que sustenta tanto esta constituição quanto a relação entre elas. Nesse ínterim, conseguiremos entender também a concepção que aqui usarei de *identidade*, assim como os traços contingenciais de sua construção, de modo que, ao expor o caráter accidental de tal construção, ela possa ser desvencilhada também de uma acepção essencialista de sujeito. Tudo isso se mostra relevante, não só para que eu detalhe o sentido que tomo de todos esses conceitos e de outros aqui a serem usados (como, por exemplo, *hegemonia* e *antagonismo*), mas também para que fiquem claros, senão explicitamente indicados (aos olhos de quem desejar fazer uma análise de meu próprio discurso neste trabalho) os pressupostos epistemológicos, teóricos, políticos e ideológicos que permeiam esta pesquisa, além de indicar, é claro, a forma como olharei meu objeto de análise.

De início, é importante ser ressaltado que o Pós-Marxismo ou a Teoria do Discurso (enquanto teoria ligada à noção de hegemonia para análises políticas) tem sua fonte na esteira de críticas surgidas ao longo do século XX contra três tradições na filosofia que, no início deste século, eram dominantes no campo intelectual europeu: a filosofia analítica, a fenomenologia e o estruturalismo³². A despeito das diferenças que constituem as três tradições

³² Em dado artigo, no qual baseio uma parte desta discussão que iniciarei a seguir, Laclau (2007) vai dizer que sua noção de “discurso” também foi desenvolvida tendo como referência alguns trabalhos de Michel Foucault, principalmente aqueles que tinham levado o pensador francês à compreensão cada vez maior de que o princípio de unidade de formações discursivas não poderia ser reduzido a apenas um, a uma *episteme* (tal como ele a definiu em *A arqueologia do saber*, ou seja, como um conjunto de relações que, num dado período, unifica e dá sentido a práticas discursivas, produções intelectuais etc.), mas que somente poderia ser encontrado no que em seus últimos trabalhos, os da *genealogia*, ele chama de “regularidade na dispersão” – “uma constância nas relações externas entre elementos que não obedecem a qualquer princípio essencial ou subjacente de estruturação [no original: *the constancy in the external relations between elements which do not obey any underlying or essential of structuration*]”, como parafraseia Laclau (2007, p. 545). Para Foucault, as regularidades discursivas não cruzariam os limites do que seria linguístico e os do que seria não linguístico, e, como consequência, a existência de certa configuração discursiva deveria ser explicada em termos do que, para ele, era extralinguístico, como as instituições, as técnicas etc. Assim, para Laclau (Ibid., p. 546), este entendimento da importância da força proveniente do extralinguístico para a unificação de elementos dispersos torna-se essencial para que seja entendida a noção de “poder” em Foucault, a qual, de certa forma, compartilha algo com a noção de “hegemonia” de Laclau e Mouffe (2001), como hei de explorar mais à frente. Por outro lado, convém ressaltar imediatamente que Laclau e Mouffe (Ibid.) não defendem, com isso, a existência de um domínio extralinguístico, no sentido estrito do termo, como algo “fora da linguagem”, mesmo que se considere também que este termo concerna, na verdade, ao que não é “meramente linguístico”. Os autores, conforme pode ser compreendido ao fim desta seção, defendem a não separação entre o que é linguístico e não linguístico, pois ambos participariam de uma mesma configuração, de uma totalidade, rejeitando, portanto, uma separação entre esses dois domínios, ao afirmarem que “todo objeto é constituído como objeto de discurso, na medida em que

ou correntes filosóficas, Laclau (2007; 2011) declara que todas elas apresentam uma característica comum: o essencialismo em suas concepções ou *a metafísica da presença*³³, numa expressão de Jacques Derrida, enraizada no pensamento filosófico ocidental.

No primeiro caso, o essencialismo estaria presente na ideia de *referente*, tal como foi concebida, por exemplo, na filosofia matemática fregeiana, que, ao trabalhar com três dimensões para a linguagem (a signativa, a significativa e a objetiva), postula que a um sinal (dimensão signativa) corresponde um sentido (dimensão significativa) e este seria o caminho que levaria a um referente/objeto (dimensão objetiva) (FREGE, 1978, p. 61-86; OLIVEIRA, 2006, p. 57-69); é nesta dimensão objetiva onde se encontra o referente, o objeto, ou seja, é nesta possibilidade de acesso direto às coisas como elas são que reside o caráter essencialista de tal formulação.

No segundo, especialmente na fenomenologia de Edmund Husserl, há uma clara separação entre uma *intuição dos fatos* e uma *intuição das essências* quando se opera a redução eidética, ou seja, quando se faz a análise dos fenômenos a fim de se chegar à sua essência, além do que há a afirmação de que este último tipo de intuição é constitutivo de todo *dado* (*givenness*) (Idem, *ibidem*, p. 35-49; LACLAU, 2007, p. 541).

No terceiro caso, o essencialismo seria visto como enformando a noção de sistema ou totalidade, usada, sobretudo no âmbito da filosofia linguística de Ferdinand de Saussure, para se pensar a língua, em que seus elementos constituintes estariam organizados sintagmática e paradigmaticamente segundo regras combinatórias previamente convencionadas, além do que suas identidades seriam definidas relacionalmente, uma vez sendo assumido que a totalidade ou sistema linguístico no qual estão inseridas é supostamente fechado, de modo a garantir um sentido a elas. É tomando como ponto de partida os desenvolvimentos críticos desta última corrente de pensamento que Laclau e Mouffe vão fundamentar sua noção de *discurso* enquanto totalidade social, histórica e hegemônica, dotada de um fechamento precário e contingente.

Para que este conceito seja melhor compreendido (e que possamos assim compreender, na abordagem de análise de discurso para a política, o papel da hegemonia), é

nenhum objeto é dado fora de qualquer condição discursiva de emergência [no original: *every object is constituted as an object of discourse, insofar as no object is given outside every discursive condition of emergence*]” (LACLAU; MOUFFE, *ibid.*, p. 107; cf. também *id.*, *ibid.*, p. 108).

³³ Ou seja, a crença na permanência de um ser a si, de uma identidade sempre já em si, de uma presença do ser a si (Cf. DERRIDA, 1995).

necessário conhecermos, ainda que panoramicamente, a noção de *estrutura*, tal como pensada pelo filósofo pós-estruturalista Jacques Derrida, uma vez que é graças às suas reflexões que se pode encarar a impossibilidade de um sistema totalmente fechado e a constituição discursiva da identidade de seus elementos constituintes.

Derrida (1995), num texto em que, dentre outros objetivos, fala do discurso das e nas ciências humanas, vai dizer que o conceito de estrutura ou, simplesmente, a estrutura (entendamos isso aqui como sendo, por exemplo, uma concepção do mundo, ou uma filosofia, ou uma teoria) tem a idade da ciência e da filosofia ocidentais, já que com elas se funda, surge, acontece. E a estrutura, sendo um sistema coerente e organizado, uma vez fundada, sempre foi vista como “suturada”, quer dizer, fechada, coerente; mas isso porque ela sempre foi neutralizada, reduzida:

por um gesto que consistia em dar-lhe um centro, em relacioná-la a um ponto de presença, a uma origem fixa. Esse centro tinha como função não apenas orientar e equilibrar, organizar a estrutura – não podemos efetivamente pensar uma estrutura inorganizada –, mas, sobretudo, levar o princípio de organização da estrutura a limitar o que poderíamos denominar *jogo* da estrutura (Ibid., p. 230).

Derrida afirma que esse centro recebeu, ao longo da história do Ocidente e de sua metafísica, sucessiva e regularmente, formas e nomes diferentes, assumindo os nomes do fundamento, do princípio, como *essência, existência, forma, Deus, razão, homem* etc. Além disso, desempenhou esse papel organizador e orientador do jogo dos elementos no interior da estrutura.

Entretanto, o próprio centro faz parte de um jogo que abre um sistema e torna-o possível sob a forma de uma estrutura, embora tenha se pensado (e nisso até estaria a força de hegemonização e, conseqüentemente, de naturalização que pode um discurso, um sistema, possuir) que o centro constituísse justamente aquilo que, numa estrutura, comandando-a, escapava à estruturalidade, ao jogo, ou seja, paradoxalmente o centro deve ser encarado como algo *dentro da* estrutura e *fora da* estrutura. Segundo Derrida (Ibid., p. 231-232), o acontecimento de ruptura – que nos permite hoje pensar o conceito de estrutura como sendo um efeito de um jogo fundado, constituído por uma imobilidade fundante, tranquilizadora, mas, ao mesmo tempo, subtraída ao jogo – foi produzido quando começou a ser pensada a lei que comandava o desejo de centro na constituição de uma estrutura, o processo de

deslocamentos e substituições históricos deste centro-presença. Só que, como nos alerta o filósofo, uma substituição só ocorre porque o substituto sempre substitui a algo que já tenha de alguma forma pré-existido, ele não pode substituir nada que já não exista. Foi daí que, para o filósofo argelino, começou-se a se pensar que não havia centro, que o centro não tinha lugar natural, que não era fixo, mas que era, na verdade, uma espécie de função, um não lugar, em que as substituições ocorriam. Derrida atribui, somente a título de exemplo, esta compreensão do descentramento de uma estrutura a um *Zeitgeist*, a uma época (como a nossa, diz ele), na crítica de Nietzsche à metafísica, aos conceitos de *verdade* e *ser*; na crítica de Freud à *presença de si*, à *consciência de si*; e na crítica de Heidegger à determinação do ser como presença e na sua destruição da metafísica, da ontoteologia. Desde então, segundo Derrida (Ibid., p. 232), nasce a ideia de que, não havendo um centro-presença natural, uma origem transcendente, *tudo se torna discurso nas ciências humanas*, quer dizer, o discurso das ciências humanas é um “sistema no qual o significado central, originário ou transcendental nunca está absolutamente presente, fora de um sistema de diferenças”. Daí sua afirmação de que a ausência de significado transcendental, a comandar fixa e perenemente a estrutura e o jogo de seus elementos, amplia indefinidamente o jogo da significação entre tais elementos.

É a partir deste pressuposto de que, no discurso das ciências humanas, uma estrutura é descentrada, está sujeita ao descentramento, que Laclau e Mouffe (2001) vão pensar o caráter contingencial de todo discurso e, por conseguinte, das identidades dos elementos afetados ou constituídos por uma totalidade significativa (*signifying totality*), tal como o discurso. Mas, para isso, ainda urge especificar como se dá a construção contingente desses elementos, de como a permanência temporária de sua identidade depende de um poder hegemônico ou, melhor dizendo, da hegemonização de um poder, de um discurso.

Como disse acima, parte importante da teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe é desenvolvida com base nas críticas ao estruturalismo. Mas, enquanto crítica, isto não significa um rompimento total para fora do estruturalismo. Diria antes que o estruturalismo é recursivo para os dois, sobretudo quando é a noção do caráter relacional da constituição das identidades dos elementos linguísticos dentro de uma estrutura, de um sistema linguístico, que lhes permite pensar como as identidades sociais são construídas por um discurso (por uma totalidade significativa) e articuladas pela hegemonia de modo a garantir tanto a relação entre elas quanto um projeto ou ordem social e política em que elas seriam inseridas. Explico melhor.

No *Curso de Lingüística Geral* ([1916] 1995), Fernand de Saussure vai postular alguns princípios em que se poderia fundamentar uma ciência da linguagem – a linguística. Dentre eles, destacarei três, com base na própria exposição de Laclau (2007, 2011): primeiro, a ideia de que na língua não há positividade, mas apenas diferenças, ou seja, de que só é possível entender o sentido de um termo relacionando-o a outro (por exemplo, sabemos que o significado de *pai* porque sabemos que ele é diferente do de *mãe*, do de *filho* etc.); segundo, a ideia de que a língua é *forma*, e não *substância*, e de que cada elemento do sistema linguístico é definido por regras de combinação e substituição convencionadas, independentemente do conteúdo desses elementos (por exemplo, ao substituir as peças de madeira de um tabuleiro de xadrez por pedaços de papel ou de mármore, é possível continuar a jogar xadrez porque as regras permanecem as mesmas); e terceiro, haveria uma isomorfia entre a ordem do significante (a imagem acústica do som ou um fluxo de sons que constituem uma palavra) e a ordem do significado (o conceito definido numa estrutura, num sistema), isto é, a cada conceito deve corresponder um significante.

Os dois últimos princípios são reavaliados pelo próprio desenvolvimento da linguística estrutural, através dos Círculos Linguísticos de Praga e de Copenhague. De acordo com Louis Hjelmslev (2009), os fonologistas de Praga conseguiram segmentar unidades menores do que a palavra (por exemplo, a palavra *vaca* pode ser dividida em quatro fonemas), e o mesmo procedimento pode ser feito às unidades semânticas, aos semas (em *vaca*, encontram-se semas como o de *animal*, *fêmea*, *adulto* etc.). Como as regras de combinação dos fonemas não são, nesse caso, as mesmas para os semas, então cai por terra a isomorfia entre a ordem do significante e a ordem do significado. Dessa forma, como não há regra de combinação que caiba igualmente a um significante e ao significado correspondente, então um significante não corresponde necessariamente a apenas um significado, e vice-versa. Poder-se-ia dizer que aumenta, deste modo, a relevância do caráter relacional da definição e do elo num sistema entre um significante e um significado.

O primeiro princípio (mas não muito desligado dos outros dois) vai ser avaliado pela radicalização do estruturalismo em três autores, pertencentes a três domínios diferentes (LACLAU, 2007, 2011): nos últimos trabalhos de Roland Barthes, no que diz respeito tanto à sua crítica à separação entre denotação e conotação quanto à sua reformulação da lógica do sentido, o que o levou à noção de *texto plural*, segundo a qual os significantes não estariam permanentemente amarrados a significados particulares (deve-se reconhecer nisto uma crítica também aos dois últimos postulados a que me referi anteriormente); em trabalhos de Jacques

Lacan, no que diz respeito à sua radicalização da ênfase freudiana nos processos de sobredeterminação, que redundou na compreensão de uma *lógica do significante*, isto é, da impossibilidade de fixação do sentido através da correlação entre significante e significado, por conta do deslizamento permanente do significado sob o significante; e, por fim, no movimento desconstrucionista de Jacques Derrida, principalmente no que concerne à ideia de deslocamento do centro da estrutura, como expus ainda há pouco, revelando uma *indecidibilidade radical* nos processos de arranjos e centramentos estruturais. Ora, essa indecidibilidade de uma estrutura ou sistema (Derrida), esse deslizamento do significado sob o significante (Lacan) e esse desprendimento do significante em relação ao significado (Barthes) vão levar Laclau (2007, p. 543) a compreender, primeiro, que, “se as identidades são diferenciais dentro de um sistema discursivo, nenhuma identidade poderá ser plenamente constituída a menos que o sistema seja fechado”³⁴. Do contrário, se ele não fosse fechado, haveria uma dispersão infinita dentro da qual nenhuma significação e, portanto, nenhuma identidade seria possível. Então, como entender a construção das identidades dentro de um sistema discursivo se se considera a impossibilidade de constituição plena de um sistema fechado e a subversão constante das identidades? Seria necessário considerar uma dimensão de força ou poder, vindo de fora da estrutura, a assegurar sua fixação relativa. E, para responder a isto, Laclau, ao lado de Chantal Mouffe, elaboram uma lógica da hegemonia, como veremos mais à frente (cf. seção 4.1.3).

Antes de chegar neste ponto, gostaria de especificar os conceitos de *discurso* e de *identidade*. Como já havia alertado no início desta seção, por *discurso* Laclau e Mouffe (2001) não querem dizer a fala, a escrita ou o pensamento, nem querem diferenciar algo linguístico de outro não linguístico. Antes, discurso seria uma totalidade significativa (*signifying totality*), dotada e dotante de sentido, que incluiria tanto elementos linguísticos quanto não linguísticos, como um *jogo de linguagem* do qual não se poderia separar a ação da linguagem, mas sim no qual ambas seriam parte da mesma atividade. Além disto, por este mesmo raciocínio, a fala e a escrita seriam componentes internos desta totalidade, e não separados dela, nem se fundindo com ela. Por outro lado, Laclau, num artigo escrito com Chantal Mouffe (1990, p. 100), se refere ao termo “discurso” como “o conjunto sistemático de

³⁴ No original: “if identities are only differences within a discursive system, no identity can be fully constituted unless the system is a closed one”.

relações”³⁵, socialmente construído, como *articulações discursivas*. Explicarei melhor, usando os próprios exemplos dos autores (Id., *ibid.*). Se chutarmos um objeto esférico numa rua e se chutarmos uma bola numa partida de futebol, o fenômeno físico será o mesmo, mas seu sentido não. O objeto esférico será uma bola de futebol (terá esta identidade), por exemplo, somente se fizer parte de um sistema de relações (de um discurso ou totalidade discursiva ou totalidade significativa) que estabelece com outros objetos ou elementos ou participantes. Outro exemplo: um diamante no mercado de joias e no fundo de uma mina é o mesmo objeto físico, mas ele só é uma mercadoria (identidade) dentro de um sistema de relações sociais (discurso ou totalidade discursiva ou totalidade significativa).

Isto faz com que os autores distingam duas dimensões, de modo que fique mais claro de que perspectiva partem para uma compreensão dos elementos e/ou identidades sociais: de um lado, a dimensão da existência dos objetos (*ens*) e, de outro, a dimensão do ser dos objetos (*esse*). Para eles (Ibid., p. 103), é preciso que não se faça uma confusão entre o ser (*esse* ou, simplesmente, a identidade), que é contingente, mutável, histórico, e a entidade (*ens* ou a existência), que não é, o que significa dizer que o mundo está aí, independente de nós, mas, se o vemos de uma forma ou de outra, isso depende de sua relação conosco, bem como do fato de que nos encontramos inscritos numa comunidade social, histórica. Não se trata, assumindo esse ponto de vista, de dizer que a forma como vemos o mundo é a forma existencial dele. É esse o argumento usado por Laclau e Mouffe para combater a crítica de que sua teoria social do discurso é relativista. Vejamos:

[...] os objetos nunca nos são dados como meras entidades existenciais; eles sempre nos são dados em *articulações discursivas*. A madeira será um matéria-prima [uma identidade], ou parte de um produto manufaturado [*outra identidade*], ou um objeto de contemplação numa floresta [*outra identidade*], ou um obstáculo que nos impede de avançar [*mais outra identidade*]; a montanha será uma proteção contra ataques inimigos [*uma identidade*], ou um local para um passeio turístico [*outra identidade*], ou a fonte para a extração de minerais [*mais outra identidade*], etc. A montanha não seria nada dessas coisas se não estivéssemos aqui; mas, isso não quer dizer que a montanha não exista. É porque ela existe que ela pode ser todas essas coisas [*ter essas identidades*]; mas, nenhuma delas resulta necessariamente de sua mera existência. E, como membros de certa comunidade, nós nunca encontraremos o objeto em sua existência nua – uma noção como essa é uma mera abstração; antes, *essa existência sempre será*

³⁵ A citação acima foi retirada do seguinte trecho, na página supracitada: “[...] Now, turning to the term discourse itself, we use it to emphasize the fact that every social configuration is *meaningful*. If I kick a spherical object in the street or if I kick a ball in a football match, the *physical* fact is the same, but its *meaning* is different. The object is a football only to the extent that it establishes a system of relations with other objects, and these relations are not given by the mere referential materiality of the objects, but are, rather, socially constructed. This systematic set of relations is what we call discourse”.

dada como articulada dentro de totalidades discursivas (Id., *ibid.*, p. 103-104, grifos e acréscimos meus)³⁶.

Mas, quando acontece de uma totalidade discursiva ser afetada por outra? Ou antes: o que ocorre quando um elemento, com uma dada identidade numa dada posição, dentro de uma totalidade discursiva, vê afetada e subvertida sua identidade anterior e constituindo-se como outra identidade com outra posição? Foi para isto que apontei acima com a exposição da noção de *estrutura* de Jacques Derrida e usei-a para explicar melhor a definição do caráter aberto e contingente do discurso e, por conseguinte, das identidades sociais. Aqui também se faz mister o entendimento da noção de *articulação*, bem como do conceito de *antagonismo* (este definirei na próxima seção e aquela, na subsequente), a partir do que poderei concluir com o conceito de *hegemonia*.

4.1.2 O antagonismo como impedimento e possibilidade de constituição de identidades sociais

No livro *New Reflections...* (1990), Laclau, para explicar como concebe a noção de “antagonismo” na compreensão do social contemporâneo e dos seus novos embates, parte de uma demonstração de como as reflexões de Marx revelavam, ao mesmo tempo, conceitualizações distintas acerca do processo histórico e quais as implicações de cada uma na proposta de um modelo teórico para a história, a fim de, em seguida, advogar em favor de uma delas no entendimento das novas demandas da atualidade. Essas conceitualizações do processo histórico podem ser encontradas em dois textos clássicos do marxismo: o primeiro é a *Contribuição à Crítica da Economia Política*, de 1859, que anos depois foi incorporado a outro clássico de Marx, *O Capital*; o segundo trata-se do *Manifesto Comunista*, de 1848, escrito em conjunto com Friedrich Engels. No primeiro, Marx atribui à contradição entre forças produtivas e relações de produção uma explicação para a história, ao passo que, no segundo, a história é explanada através da luta antagônica entre classes. Laclau (1990), na sua

³⁶ No original: “[...] in our interchange with the world, objects are never given to us as mere existential entities; they are always given to us within discursive articulations. Wood will be raw material or part of a manufactured product, or an object for contemplation in a forest, or an obstacle that prevents us from advancing; the mountain will be protection from enemy attack, or a place for a touring trip, or the source for the extraction of materials, etc. The mountain would not be any of these things if I were not here; but this does not mean that the mountain does not exist. It is because it exists that it can be all these things; but none of them follows necessarily from its mere existence. And as a member of a certain community, I will never encounter the object in its naked existence – such a notion is a mere abstraction; rather, that existence will always be given as articulated within discursive totalities”.

busca por redefinir o projeto político da esquerda, vai demonstrar que a tentativa de articular logicamente essas duas concepções de Marx num todo unificado e coerente não é possível, por conta da noção de luta de classes, que introduz elementos exteriores ao conceito, impossibilitando uma aplicação unilateral da teoria na explicação do social.

Para validar sua percepção, o autor (1990, p. 7-8) vai mostrar que essa articulação só seria possível se uma concepção (a de luta de classes) fosse reduzida a um momento interno no desenvolvimento endógeno da outra (a da contradição entre forças produtivas e relações de produção) e se se admitisse, primeiro, que as duas são conceitualmente contraditórias em sua natureza e, segundo, que a dinâmica da mudança histórica reside na relação entre as forças produtivas e as relações de produção. Essas condições teriam dois motivos, para o autor: primeiro, porque é somente a forma dialética da contradição (como é concebida por Hegel) que asseguraria que o antagonismo inerente ao conflito entre classes é, antes, um movimento interno do conceito (no caso, a teoria geral da história) do que uma relação de poder contingente entre elas, as classes; segundo, porque é somente com essa redução do antagonismo a uma contradição que a forma *racional* do processo histórico carecerá de algo externo a ela, já que o movimento dialético (e, por isso, interno) do conceito (de história) predetermina suas formas subsequentes (como assim deseja toda ciência, sobretudo aquelas concebidas sob o paradigma racionalista do século XIX), enquanto que, na admissão de uma história fundada com base no antagonismo, esse movimento interno não existiria, pois a explicação racional e coerente do processo de mudança histórica dependeria sempre de um conceito contingente.

Contudo, essa articulação não pode ser admitida, porque antagonismo não significa necessariamente contradição. Segundo Laclau (1990, p. 8), há uma diferença vital entre um antagonismo não contraditório (como é o caso do modelo histórico baseado na luta de classes) e uma contradição *stricto sensu* (como é concebido por Hegel e seria o modelo histórico baseado na relação entre forças produtivas e relações de produção). Como já aludimos acima, no caso deste último, a relação contraditória existente é sempre um movimento interno do conceito e, portanto, previsível, ao passo que, no antagonismo, não há essa relação interna subsumida ao conceito.

Outra maneira de superar esse impasse na articulação entre as duas concepções fundamentalmente distintas para o desenvolvimento da história seria mostrar que o antagonismo presente na luta de classes é inerente à forma das relações de produção.

Entretanto, como expõe Laclau (1990, p. 9), tal alternativa também seria impossível de se demonstrar, pois, enquanto “forma”, as relações capitalistas de produção consistem de uma relação entre “categorias econômicas” (de um lado, vendedores da força de trabalho/trabalhadores e, de outro, comprador da força de trabalho/empresário), das quais os atores sociais apenas fazem parte como seus portadores; e nada há nessa relação entre categorias que permita dizer que ela é antagônica, mesmo que se venha a argumentar que o antagonismo aí presente estaria baseado na troca desigual entre empresário e trabalhador, e na extração, por parte do primeiro, do valor excedente gerado com o trabalho do último: pois é somente se o trabalhador resistir à extração que haveria um antagonismo, resistência essa impossível de ser encontrada apenas na categoria “vendedor da força de trabalho/trabalhador”. Assim, o antagonismo que pudesse ser aí encontrado não seria interno à forma das relações capitalistas de produção, mas ocorreria entre as relações de produção e a identidade do trabalhador fora delas, visto que é somente quando o trabalhador percebe que uma redução drástica de seu salário o impede de ter um padrão de vida decente (e, por isso, negaria sua identidade de consumidor), que ele resistirá à exploração do empresário; em outras palavras, o que Laclau quer dizer é que o antagonismo surge não da relação entre as próprias categorias objetivas (cujas identidades, como a de trabalhador e empresário, fariam parte de *uma* totalidade discursiva, que explicaria a economia em termos da relação entre elas), mas da relação entre elas e os agentes sociais concretos que seriam seus portadores, ou seja, do *entrecruzamento de duas totalidades discursivas*, em que a negação da identidade de consumidor (numa totalidade) constituiria como antagônica a relação entre as identidades de trabalhador e empresário (numa outra).

Com essa demonstração, Laclau (1990) revela que, na tentativa de articular essas duas concepções de Marx acerca da mudança histórica, o desejo de reduzir o processo histórico a uma estrutura, em última instância, inteligível é dissolvido. Isso ocorre porque essas reflexões de Marx, acerca da história e da sociedade, reúnem, ao mesmo tempo, em si o padrão científico de sua época, por um lado, e um prenúncio do ambiente intelectual pós-moderno por outro, que se caracterizou, um século após Marx, como uma crítica a toda forma de essencialismo, na esteira de reflexões que começaram com Friedrich Nietzsche e desembocaram no questionamento de Martin Heidegger da tradição ontoteológica da metafísica ocidental, na desconstrução do pensamento filosófico europeu por Jacques Derrida e na visão antiessencialista de linguagem enquanto *jogos de linguagem*, proposta por Ludwig Wittgenstein. Com a história sendo explicada a partir da luta de classes, Marx salienta na sua

conceitualização aquilo do qual qualquer outra busca fugir: da contingência. Pois, para compreendermos através dela o funcionamento antagônico da relação entre trabalhadores e empresários, é necessário reportarmos para o que acontece na vida concreta (em outra totalidade discursiva, melhor dizendo) com os atores sociais, que assumem tais identidades, o que sempre introduzirá, no entendimento dos antagonismos sociais, um movimento de recontextualização radical. Em outras palavras, o que isso significa é que o conceito só tem validade se ele não se desligar da vida concreta, o que implica, por sua vez, ser histórica toda estrutura conceitual e inteligível, nunca podendo ser estendida para a explicação de qualquer momento histórico, caso não se considerem as vicissitudes de cada momento e as modificações operadas por elas no próprio conceito; isso quer dizer que não há conceito que seja a-histórico, nem que possa ser alçado ao eterno posto de explicação absoluta e definitiva da vida concreta: há algo que sempre escapa à conceitualização, ou, nas palavras de Derrida (1995, p. 237), “[...] toda conceptualidade filosófica [...] está destinada a deixar no impensado o que a torna possível [...]”, fato este que a constitui como histórica e contingente.

Retornando à demonstração do parágrafo anterior, chegamos a um ponto crucial das argumentações de Laclau, que foi fundamental para a interpretação que farei do objeto de análise deste trabalho: a afirmação de que “o antagonismo é o *limite de toda objetividade*”³⁷ (LACLAU, 1990, p. 17). O empresário, ao reduzir o salário do trabalhador até certo ponto, impede que o ator social, que assume a identidade de trabalhador nessa relação, se constitua como um consumidor (outra identidade, numa outra relação ou totalidade discursiva). Assim, a negação de uma identidade significa impedir sua constituição enquanto objetividade e indica, por conseguinte, a impossibilidade de ela assim se estabelecer plenamente.

Além disso, outra consequência é apreensível da adoção da noção de “antagonismo” no entendimento das identidades sociais e, por conseguinte, das lutas sociais contemporâneas: se, por um lado, ele (na figura de uma força antagonizante) bloqueia a constituição plena de qualquer objetividade (como as identidades sociais, por exemplo), como vimos discutindo até aqui, por outro, ele é também *constitutivo* dessa objetividade (na figura de uma força antagonizada), já que ele é parte das condições de existência dela. Essa natureza constitutiva do antagonismo reside no fato de que toda entidade, na busca de definir hegemonicamente sua identidade, expõe nela mesma, ao se constituir plenamente como uma objetividade, a exclusão operada de elementos do seu exterior (da força que a antagonizava)

³⁷ No original: “[...] antagonism is the *limit of all objectivity*”.

que a ameaçavam de constituir-se enquanto tal.

Ainda nessa proposição de Ernesto Laclau, encontro um ponto de argumentação importante para a forma como conceberei aquilo que estou aqui pesquisando. Se o antagonismo impede que uma identidade se constitua como uma objetividade, é porque ele revela a *contingência* radical desta. A demonstração de Laclau acerca do caráter contingente do antagonismo o faz comparar este último à noção de *acidente* ou *acidental*, da filosofia clássica de Aristóteles. O filósofo grego, na sua obra *Metafísica*, entende por “acidental” tudo aquilo que, não fazendo parte da essência de uma entidade, *não* pode *ser previamente determinado*. Um exemplo dado pelo próprio Laclau (1990, p. 19) é o de que, enquanto que o fato de nós sermos animais racionais (para usar aqui um entendimento da filosofia clássica aristotélica) é determinável e definido previamente, visto que isso faria parte de nossa essência, é acidente o fato de termos uma estatura alta ou baixa, ou a cor do cabelo clara ou escura, pois isso não constitui parte da essência humana ou algo compartilhado por todos, sendo, portanto, indefinido.

Isso se mostra relevante porque, quando uma força antagonizante impede e ameaça a força antagonizada de constituir-se como algo objetivo e definitivo, é aí que compreendemos que essa tentativa de constituir-se como objetividade é uma construção, sempre acidental e contingente, pois o que está em jogo nela não é a revelação da essência da força antagonizada, mas, sim, a busca por uma definição hegemônica do *ontos*, ou seja, do seu ser (da sua identidade). Assumindo essa compreensão como pressuposto de análise, veremos que, se a mídia apoia realmente sua atividade em um jogo de linguagem designativo, revelador daquilo que *na verdade haveria* nos casos que narra, isso deve ser visto apenas como uma tentativa de redefinir à sua maneira identidades sociais enquanto objetividades. Também, com essa compreensão, vejo que, no caso de minha análise, a própria identidade que o governo e seus membros citados nos textos da revista VEJA possam reivindicar para si seria uma construção social, política e histórica. Entretanto, como se poderia pensar, em nenhum momento essa compreensão do caráter construído, acidental e contingente, das identidades invalida ou enfraquece minha interpretação de que o escândalo político, tal como este é representado na e pela mídia, é um ato de poder antagonizante, que não só impede que a identidade do grupo antagonizado se constitua, como também, nesse mesmo movimento, busca encerrá-lo na camisa de força de uma identidade determinada e fixa (como a que os jornalistas buscam construir). Daí surgiu-me o interesse, já esboçado em trabalho anterior (GOMES, 2009), de identificar uma *política* (no sentido mouffiano do termo, como

dissertarei mais à frente) da mídia em questão, pois nesse jogo de negação/construção/afirmação de identidades está presente o desejo de circunscrevê-las num *discurso* (no sentido laclauniano do termo) que, enquanto tal, é uma proposta política para a ordem social.

4.1.3 A hegemonia como resultado discursivo de práticas articulatórias

Nesta última seção antes da próxima análise, resumirei todos os conceitos discutidos até então neste capítulo, relacionando-os, finalmente, ao conceito de *hegemonia*. É justamente neste ponto da discussão que todos eles adquirem relevância. Por outro lado, alguns outros conceitos ou categorias terão de ser aqui introduzidos (como *momento*, *elemento*, *ponto nodal*, *articulação*, *equivalência*), dada a complexidade não só da teoria, mas do próprio objeto de análise – o social – e uma vez que isto só seria possível agora, neste momento da discussão.

Preliminarmente, é importante que se tome como pedra angular a afirmação de que o espaço social ou, simplesmente, o social deve ser encarado como irremediavelmente aberto, nunca fechado, com elementos cuja identidade não seja constituída de uma vez por todas. Como dizem Laclau e Mouffe (2001, p. 142), “a abertura do social é, portanto, a pré-condição de qualquer prática hegemônica”³⁸. Sem este pressuposto, não haveria como pensarmos o caráter construído e contingente de toda identidade, nem o papel do discurso e da hegemonia na análise da complexidade do mundo social.

O social sendo considerado aberto implica assumir que o espaço onde ocorre a prática política não é único, mas múltiplo. Basta ver como o mundo social hoje é visto mais facilmente em sua complexidade. Em vez de pensarmos as lutas sociais apenas em termos de classes sociais (como as análises marxistas ortodoxas e clássicas fazem), não podemos fechar os olhos hoje para a multiplicidade de movimentos/grupos sociais existentes e *dispersos* no mundo social, como os dos direitos humanos, das feministas, dos ecologistas, dos homoafetivos, dentre inúmeros outros. Cada movimento/grupo social pode ser visto como sendo uma formação social, possuindo um discurso, que, enquanto estrutura ou sistema, se diferencia de outros, antagônicos ou não; isto vai depender de certos fatores conjunturais, que podem colocar estes outros discursos ou movimentos sociais como adversários ou parceiros

³⁸ No original: “The openness of the social is, thus, the precondition of every hegemonic practice”.

uns dos outros. Em outras palavras, alguns destes discursos ou movimentos sociais se tornam antagônicos, quando a presença de um impede que o outro atinja seus propósitos, ou seja, constitua-se objetivamente. Daí a tese de que “o antagonismo constitui os limites de toda objetividade”³⁹ (LACLAU; MOUFFE, 2001, p. 125). Esta pluralidade de formações, de movimentos ou grupos sociais, tem de ser não o fenômeno a ser explicado, mas sim o ponto de partida para a análise social. Aqui, para entender esta diferenciação antagônica, na relação entre todos esses grupos sociais dispersos no mundo social, surge a noção de *equivalência*. Em determinados momentos, numa dada sociedade, a depender de fatores conjunturais, pode haver uma simplificação (temporária, relativa, contingente) do espaço político (sempre múltiplo, por conta da existência de inúmeros movimentos e demandas sociais) através de uma lógica de equivalência entre vários movimentos sociais. Esta *equivalência é uma subversão*, por criar um segundo sentido para os movimentos que, embora parasitário ao sentido originário deles, vai subvertê-lo. Exemplificarei.

Daniel de Mendonça (2007), num trabalho sobre a construção da imagem discursiva de Tancredo Neves e sobre o surgimento e sucesso do movimento Diretas já! no Brasil, demonstra como um imaginário popular oposicionista na época da Ditadura Militar no país (1964-1984), mas sobretudo em seu final, constituiu-se através de uma série de demonstrações de insatisfação na sociedade brasileira em relação ao governo autoritário. Para Mendonça (Ibid., p. 254), a constituição deste imaginário foi fundamental para o sucesso do movimento das Diretas já!, uma vez que a proposta da emenda Dante Oliveira (que tinha como objetivo primário mudar a forma das eleições, de indiretas para diretas) teve seu sentido inicial ampliado, abrigando, em torno agora de um maior, vários outros movimentos sociais, que viram a oportunidade de, naquele momento, bradarem suas inconformidades e demandas, sufocadas pelo regime militar. Ao passar dos dias, segundo Mendonça, de janeiro a abril de 1984, mais grupos de entidades da sociedade civil (como sindicatos, organizações estudantis, grupos feministas, entidades religiosas etc.) passaram a integrar o movimento, ou seja, suas identidades e demandas cada vez mais eram incorporadas ao movimento das Diretas já!. Assim, como ressalta Mendonça (Ibid., p. 255), as demandas de tais movimentos ou grupos sociais (ou identidades sociais, porque articuladas dentro daquele movimento maior) não possuíam, de início, nenhuma ligação direta com a questão formal de eleger, por eleições diretas, um presidente.

³⁹ No original: “[...] antagonism constitutes the limits of every objectivity”.

O que deve ser lido nessas manifestações, para além das “diretas já”, é que somente derrotando o regime autoritário e reinstituindo a democracia esses movimentos viam a possibilidade de demandar suas políticas específicas que só poderiam ser reconhecidas por um regime político que admitisse a existência de diferenças, contrariamente ao regime autoritário que, por definição, tendia a igualar todos os “cidadãos” do Estado sob os preceitos e bases da sua “revolução” (Id., *ibid.*, p. 255).

Dessa forma, vemos que a grande diferenciação entre os movimentos sociais no Brasil à época foi aos poucos simplificada por uma *equivalência* entre eles (o desejo de um regime que aceitasse suas demandas, de uma democracia, enfim), o que subverteu, mesmo que temporariamente, o sentido originário de suas identidades e demandas, transformando-os num movimento maior ou, em termos de Laclau e Mouffe, compondo-se como um sistema de diferenças, um discurso que antagonizava agora o setor ou setores da sociedade brasileira que insistiam na manutenção de eleições indiretas. Disto vem a afirmação de Laclau e Mouffe (2001, p. 128, ênfase minha) de que “*a equivalência só existe através do ato de subverter o caráter diferencial de elementos*”. Os grupos sociais que se juntaram no movimento em favor das Diretas já! antes se encontravam dispersos no social, sendo diferentes uns dos outros, com demandas próprias e sem um elo em comum. A qualquer diferença que não é discursivamente articulada com outras, como, por exemplo, antes eram estes grupos (os grupos ou movimentos de defesa pelos direitos civis das mulheres, dos trabalhadores, assim como pelo direito de liberdade irrestrita de expressão, de associação política, no contexto da redemocratização do Brasil), Laclau e Mouffe (*Ibid.*, p. 105) chamam de *elementos*. Uma vez que estes *elementos* ou posições diferenciais aparecem articulados dentro de um discurso ou (o que é o mesmo) têm suas diferenças subvertidas por um discurso, eles os chamam de *momentos*. Estes *momentos* são, portanto, *elementos* que passam a compor articuladamente um sistema diferencial maior, uma totalidade significativa, discursiva, quer dizer, um *discurso*, como defini anteriormente. Assim também, nesta lógica, estes momentos, por estarem articulados num discurso, podem ser chamados de *identidades*.

Mais acima, na seção 4.1.1, levantei a questão de como seria possível entender a construção das identidades dentro de um sistema discursivo se se consideram a impossibilidade de constituição plena de um sistema fechado e, por conseguinte, a subversão constante das identidades, ou seja, de quando acontece de uma totalidade discursiva (ou discurso) ser afetada por outra. Tomando o exemplo do movimento das Diretas já!, este se constituiu como um sistema de diferenças e equivalências, como um discurso, que articulou

identidades dentro de si e que se diferenciou antagonicamente de outro discurso, no caso, do movimento ou setores da sociedade civil que ainda defendia o regime militar. Hipoteticamente, se este atendesse a demandas de certos grupos sociais que se encontravam articulados no discurso das Diretas já!, poderia ocorrer uma nova equivalência, agora entre estes setores defensores do regime e os grupos sociais que tiveram suas demandas atendidas. Esta nova equivalência demonstraria a contingência do sistema de diferenças ou do discurso que compõe o movimento das Diretas já!, a sua não fixidez. Dessa forma, assumindo este caso hipotético, os setores defensores do regime militar, à medida que atendessem às demandas de vários grupos, com a exceção, claro, da demanda por eleições diretas (o *ponto nodal*⁴⁰ que o discurso do movimento das Diretas já! usava para articular as demandas dos grupos sociais), impediriam, assim, que o movimento das Diretas já! se fechasse, ou seja, se hegemonizasse plenamente, pois a identidade de seus momentos (dos grupos sociais) seria redefinida, *subvertida* por um novo sentido. Portanto, nenhum sistema de diferenças (ou totalidade discursiva ou discurso) e, conseqüentemente, nenhuma identidade social estão plenamente protegidos de um *exterior* discursivo que os deforma e impede de se tornarem completamente suturados. E Laclau e Mouffe (Ibid., p. 131) reforçam esta compreensão ao concluírem que qualquer posição num sistema de diferenças ou qualquer identidade pode se tornar o *locus* de um antagonismo, que pode proliferar quanto mais instáveis forem as relações entre as identidades sociais num sistema de diferenças, num discurso.

Dessa forma, podemos entender, com Laclau e Mouffe, as identidades sociais enquanto pontos de encontro para uma multiplicidade de práticas articulatórias. Eles (LACLAU; MOUFFE, *ibid.*, p. 105) vão chamar de *articulação* toda e qualquer prática que estabelece uma relação entre elementos que têm suas identidades modificadas como um resultado da prática articulatória. O *discurso*, como referido muitas vezes aqui nesta discussão, será justamente a totalidade, o sistema significativo resultante desta prática

⁴⁰ Laclau e Mouffe elaboram esta categoria com base no conceito de *ponto de estofo* (ou *point de capiton*) de Jacques Lacan, que, superficialmente, diz respeito ao momento em que um significante, vazio, une-se a um significado. Para Laclau e Mouffe (2001, p. 112), é graças a estes pontos nodais que se estabelecem posições ou articulações que tornam possível uma predicação, uma projeção discursiva hegemônica. Um bom exemplo da função dos pontos nodais é oferecido por Prado e Cazeloto (2006, p. 7): “Veja-se o caso de dois discursos em disputa por ocasião de uma eleição para presidência. Os dois tentam dar respostas aos problemas sociais de violência e segurança da população. Um fala em aumentar a repressão e em mudar as leis, na direção de castigos mais impiedosos. Outro fala em diminuição da violência a partir de programas sociais, que integrariam no sistema econômico/sócio-cultural um contingente populacional que estaria antes atraído pelo crime organizado. Essa disputa discursiva busca tornar uma das duas totalizações discursivas a hegemônica. Ambos constroem discursos concorrentes que tentam anunciar a melhor alternativa contra a violência, a partir de pontos de costura discursiva”. Assim, um ponto nodal é primordial para que uma prática articulatória se efetive com sucesso, sobretudo quando ele aí encontra (é-lhe dado) seu significado.

articulatória. Como todos os outros conceitos e termos aqui esboçados, a categoria *articulação* adquire também um importante *status* no quadro teórico-epistemológico de Laclau e Mouffe. Sendo a prática articulatória uma prática discursiva, ela vai consistir na construção de *pontos nodais* que parcialmente permitem a fixação do sentido de identidades sociais, com vistas a um objetivo político comum, conforme vimos com o exemplo de Mendonça (2007).

Uma vez discutidos os principais conceitos e noções da Teoria do Discurso, de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, cabe-me, agora, finalmente, especificar o conceito de *hegemonia*. Conforme aludi na seção 4.1.1, para assegurar uma fixação relativa numa estrutura, num discurso, é necessária uma dimensão de poder, de força. O poder, para os autores (LACLAU; MOUFFE, 2001, p. 142), nunca pode ser considerado como *fundacional*, quer dizer, como proveniente de um ponto topográfico específico no mundo social (de *uma* classe ou de *um* setor dominante), constituindo, assim, *o* centro de uma articulação hegemônica, já que isto ocultaria da análise a presença de pontos nodais e de concentrações parciais de poder existentes em toda formação social concreta. Antes, o poder é construído de forma pragmática e constitui as relações e identidades sociais, através da lógica *articulatória* de *equivalência*. Assim, *o poder é uma hegemonia*, cujo campo é o das práticas articulatórias, em que os *elementos* sociais podem ser cristalizados em *momentos*.

São necessárias, contudo, algumas observações quanto a isto. Primeiro, *o momento articulatório não basta para se falar de hegemonia*. Uma prática articulatória só pode ser considerada hegemônica se ocorrer num campo atravessado por antagonismos – por uma lógica de equivalências, mas também por uma lógica de diferenças. Segundo, *nem todo antagonismo supõe práticas articulatórias hegemônicas*. Como disse, para ser hegemônica, é preciso que uma relação antagônica estabeleça uma prática articulatória não necessária, mas contingente, o que significa dizer que outros *elementos* precisam se tornar *momentos*, isto é, ser *articulados* precariamente numa lógica de *equivalência* e *diferenças* de modo que, compondo um *discurso*, antagonizem-se em relação a outros. A terceira observação é uma conclusão da anterior: *não haverá hegemonia se não houver articulação de elementos flutuantes*⁴¹. Como destacam Laclau e Mouffe (Ibid., p. 136):

⁴¹ Por “elemento flutuante”, Laclau e Mouffe (Ibid., p. 141, grifo dos autores) querem dizer qualquer identidade social: “os sujeitos políticos feministas ou ecologistas, por exemplo, são, até certo ponto, *como qualquer outra identidade social*, significantes flutuantes, e é uma ilusão perigosa pensar que eles são assegurados assim de uma vez por todas, que o terreno que constituiu suas condições discursivas de emergência não pode ser subvertido

somente a presença de uma vasta área de elementos flutuantes e a possibilidade de sua articulação em campos opostos – o que implica uma constante redefinição destes – é o que constitui o terreno que nos permite definir uma prática como hegemônica. Sem equivalência e fronteiras, é impossível falar estritamente de hegemonia⁴².

Desta feita, *a hegemonia é um tipo de relação política ou uma forma de política.*

Quando um discurso se hegemoniza, quando consegue temporariamente se estabelecer, quando a prática articulatória da qual resultou unifica temporariamente, em torno de um ponto nodal de condensação, os espaços políticos e seus grupos sociais, a hegemonia teria condições de constituir uma *vontade coletiva*, que, em termos de Antonio Gramsci (2002) (de quem Laclau e Mouffe retrabalham o próprio conceito de hegemonia), seria um *cimento orgânico*, a permitir tal unificação como um *bloco histórico*, embora este sempre sujeito a crises e refundações. Este aspecto, de estar sujeito a crises, põe em evidência o fato de que uma hegemonia, um discurso hegemônico, está a depender constantemente do sucesso, temporário, de uma prática articulatória, a qual nunca está livre do que ocorre fora dela, dos efeitos de outras práticas articulatórias, capazes de instalar a *crise orgânica* no bloco, por ocasião dos novos antagonismos insurgidos. Assim, a fixação dos sentidos por um discurso, com seus pontos nodais, pode sofrer com os deslocamentos causados por outros discursos concorrentes no campo da discursividade. Respondendo a uma pergunta de Judith Butler, Ernesto Laclau, no texto *Identity and Hegemony: The Role of Universality in the Constitution of Political Logics* (2000, p. 44), vai dizer, portanto, que a hegemonia não é apenas uma ferramenta útil para descrever nossas disposições políticas, mas, mais do que isso, ela define o próprio terreno sobre o qual as relações políticas são realmente constituídas.

Olhando para este trabalho, em sentido amplo, o discurso midiático de VEJA pode ser considerado uma *prática articulatória*, capaz de articular em torno de si, mas sob a égide do *ponto nodal* “combate à corrupção”, “chega de corrupção!”, senão segmentos sociais, a opinião e assentimento político-ideológico de parcelas da sociedade civil. Assim, penso que a construção de eventos políticos por VEJA, sobretudo dos casos de corrupção, sob a forma de

[No original: *the feminist or ecological political subjects, for exemple, are up to a certain point, like any other social identity, floating signifiers, and it is a dangerous illusion to think that they are assured once and for all, that the terrain which has constituted their discursive conditions of emergence cannot be subverted*], seja por meio de sistemas de alianças com outros grupos ou sujeitos político-sociais, seja mediante a construção de sistemas de equivalência entre os próprios conteúdos dos grupos ou movimentos sociais.

⁴² No original: “Only the presence of a vast area of floating elements and the possibility of their articulation to opposite camps – which implies a constant redefinition of the latter – is what constitutes the terrain permitting us to define a practice as hegemonic. Without equivalence and without frontiers, it is impossible to speak strictly of hegemony”.

escândalos ou crises, parece convergir para (a articulação discursivo-hegemônica em torno de) um *ponto nodal*, “o combate à corrupção”, capaz de articular uma insatisfação da sociedade civil para com a política nacional.

O “combate à corrupção”, este ponto nodal, já foi usado em vários momentos de nossa história política. Ada Bezerra e Fábio da Silva (2006), num trabalho sobre o formato da prática política no cenário midiático, pensam este tema, a corrupção, através da noção de *issue*, que se trata de temáticas que ganham relevância no meio midiático, quando são incorporadas à imagem de um candidato, especialmente em campanha eleitoral, como se fosse um ponto em torno do qual estivesse vinculada a campanha. Estes autores apontam, por exemplo, que a corrupção foi o principal *issue* da campanha eleitoral, para a presidência no Brasil, em 1989, de Fernando Collor, o que lhe valeu a antonomásia de “o Caçador de Marajás”; em 1994, a principal temática foi a “crise econômica”, cuja solução foi transformada em *issue* da campanha eleitoral de Fernando Henrique Cardoso, que fora ainda impulsionado pelo impacto do Plano Real; em 1998, o quadro nacional e internacional, abalado pelos fracassos da política econômica e cambial de Fernando Henrique e pelas crises econômicas ao redor do mundo, enfraquecera a campanha de Fernando Henrique, mas, colocando-a em torno do combate ao desemprego e à crise econômica (seus *issues*), o então presidente conseguiu se reeleger, principalmente com o apoio recebido da grande mídia, que o mostrara como o mais experiente para tratar do assunto em relação ao seu adversário (como pode ser visto no trabalho de Murilo Soares, 1999); e, em 2002, o *issue* da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva fora o plano social, em torno do combate ao desemprego e à miséria (Cf. BEZERRA; SILVA, 2006).

O “combate à corrupção” não foi transformado em *ponto nodal* ou *issue* apenas no caso de Fernando Collor. Voltando um pouco mais na história política do país, é conhecido o mote de campanha usado por Jânio Quadros, nas eleições de 1960, que pretendia “varrer a corrupção” da política nacional. Por outro lado, este *issue*, de certa forma, foi usado, contraditoriamente, quando do *impeachment* de Fernando Collor. O presidente e, por conseguinte, seu governo, à época, colocaram contra si grande número de parcelas da população, sobretudo aquelas que foram afetadas pelas suas políticas cambiais desastrosas e pelo surgimento de inúmeros casos de corrupção, contrariando um dos principais lemas de sua campanha eleitoral, que se constitui em *issue* agregado à sua imagem, “o Caçador de Marajás”.

Dessa forma, a eficácia deste ponto nodal, tanto para a propugnação quanto para a impugnação de um governo, já tinha sido comprovada. O surgimento de vários eventos políticos sob o rótulo de *escândalo* ou *crise* pode, portanto, favorecer a articulação da insatisfação da sociedade civil em torno deste ponto nodal, “o combate à corrupção”, tanto que creio ser possível afirmar que foi essa uma das estratégias da revista VEJA quando representou, inúmeras vezes, não só através de seus textos, mas também por imagens, a possibilidade de um *impeachment* de Lula por conta do “escândalo do mensalão”⁴³. O que não se pode deixar de pensar, se for tomado isto como hipótese para a construção de práticas articulatórias por VEJA, é que tal articulação é sempre discursiva, ou seja, é um discurso que, enquanto tal, é político, antagonico, redefinidor de identidades sociais, das relações entre elas, e que busca se hegemonizar, o que me faz voltar para os objetivos iniciais desta pesquisa.

A discussão de Laclau e Mouffe, portanto, permitiria pensar no discurso midiático de VEJA como uma prática articulatória que constitui identidades sociais, antagonizando-as e, como consequência, constituindo-se como oposta a elas⁴⁴, e cujo discurso resultante se arvora em arauto da moralidade e ética nacionais à medida que consegue convocar (engajar), por meio de seus discursos (como sendo representativos da crítica disto), em torno de um ponto nodal, o “combate à corrupção”, uma insatisfação de cunho nacional, ao mesmo tempo em que “põe em evidência” quem contra isto se coloca, ao constituir midiaticamente eventos políticos e, por conseguinte, as identidades sociais dos sujeitos neles envolvidos.

4.2 Impugnação e construção de identidades via avaliações de Atitude e de Engajamento: a performatização de um discurso (II)

O texto que trago a seguir para a análise é sintomático dessa discussão sobre

⁴³ Cf. a edição 1917, do dia 10 de agosto de 2005, da revista VEJA, em que, na capa, há o nome de Lula escrito com dois “L” (“Lulla”), cada um com uma cor que lembra a bandeira nacional (verde e amarelo), além de o nome estar destacado em formato itálico, de modo que tudo se iguale ao nome e imagem de Collor durante sua campanha eleitoral de 1989. Ainda nesta capa, encontra-se a descrição “Sem ação diante do escândalo que devorou seu partido e paralisou seu governo, Lula está em uma situação que já lembra a agonia da era Collor”, assim como uma chamada para reportagens relacionadas, “Os 100 fatos e as mentiras mais absurdas ditas para esconder a corrupção”.

⁴⁴ Apoiando-se numa compreensão ou pressupondo-se amparada numa função constatativa ou designativa da linguagem, despolitizando-se, assim, como um *deus ex-machina*, dos efeitos políticos e sociais de tal pressuposição ou de tal uso da linguagem. Além disso, quando digo que a mídia (VEJA) parte de uma concepção de linguagem constatativa ou designativa, não quero dizer que ela assume isto de forma explícita, como se especificasse que concepção ela usa para produzir seus textos, mas sim que uma tal concepção é deduzida da própria forma como constrói seus textos, de como ela se posiciona em relação àquilo que diz (cf. **capítulo 3**).

antagonismo de identidades sociais e sobre discurso. Ao mesmo tempo em que encontramos um discurso antagônico e antagonizante de VEJA em relação a Lula, é perceptível como a identidade deste é construída numa articulação de equivalência com aquele que, à época, sinceramente revelou sua participação no esquema de corrupção mais tarde categorizado de “escândalo do mensalão”, o então deputado federal Roberto Jefferson. Nesse período, final de maio de 2005, o deputado fora citado num vídeo publicado por VEJA em que Maurício Marinho, então diretor dos Correios, era flagrado recebendo propina e explicando ao corruptor como fazia, por que fazia e para quem fazia, no caso em nome do PTB, a mando de Roberto Jefferson. O texto foi publicado na seção “Brasil”, sob o título temático de “Corrupção”, no dia 25 de maio de 2005, edição 1906. Vejamos o texto, assinado por André Petry:

DIGA-ME COM QUEM ANDA...

...que direi quem você é, a menos que faça de público a diferença. Em vez disso, Lula se solidariza com o PTB e Roberto Jefferson e, assustado e atônito, mobiliza o governo para impedir a criação da CPI dos Correios

André Petry

A reportagem de VEJA mostrando que o PTB do deputado Roberto Jefferson organizou uma rede de corrupção nos Correios deixou o Palácio do Planalto atônito – e por mais de um motivo. O primeiro temor do governo, diplomaticamente dissimulado em público, é que apareçam novos tentáculos de roubalheira no aparato estatal, além do PTB e dos Correios. Um caso já apareceu. É a pressão feita pelo PTB para extorquir uma mesada de 400.000 reais em outra estatal, o Instituto de Resseguros do Brasil. Outro receio do governo é que esses tentáculos possam enlaçar também estrelas do próprio PT, principalmente aquelas mais ligadas à área financeira do partido. Movido por esse temor, que em alguns momentos da semana passada beirou o pânico, o Palácio do Planalto deslançou sua maior mobilização no Congresso desde a posse com a finalidade de barrar a CPI dos Correios. É uma pena. A investigação parlamentar, se sair, dará uma dupla contribuição ao país e ao Planalto: poderá revelar a extensão das falcatruas na máquina pública e ajudar a expulsar as más companhias do governo.

A CPI dos Correios, porém, é apenas um dos instrumentos necessários para enfrentar o assunto. Na base da crise atual está a ausência de duas reformas. Uma é a reforma administrativa, que reduziria o escandaloso número de 20.000 cargos de confiança na máquina federal, o que sempre atija o apetite daqueles que entram na política com motivações inconfessáveis. Quanto menos cargos houver no balcão da barganha, mais reduzido será o espaço para a pilantragem. A outra é a reforma política, orientada para dar um mínimo de organização e racionalidade ao sistema atual, fortalecendo os partidos e a fidelidade partidária. Com partidos sólidos e políticos compromissados com suas legendas, a tendência é que haja menos fisiologismo, menos chantagem política e, portanto, menos corrupção. O governo Lula, como os anteriores, tem sua parcela de culpa pela situação atual. Tivesse se dedicado a fazer as duas reformas, Lula não estaria hoje ao lado da constrangedora figura de Roberto Jefferson. Nem precisaria dar a constrangedora declaração da semana passada. "Nós temos de ser parceiros, e parceiro é solidário com seu parceiro", disse Lula, ao prestar solidariedade a Roberto Jefferson. Ora, parceiros de quê, presidente?

A forma como o texto é elaborado e o modo como seus significados são

construídos já convidam a um desalinhamento contra o presidente Lula. É notório o fato de que o jornalista escolheu representá-lo de uma forma que angariasse grande repercussão, ao colocar Lula ao lado de Roberto Jefferson, à época o principal envolvido no esquema de corrupção dos Correios, que culminou na revelação, por parte do próprio deputado, do pagamento do “mensalão”.

No título e subtítulo acima, percebemos um estratégico apelo a um provérbio popular e a seu valor para o senso comum, reforçando tanto a relação de equivalência entre o governo (representado por) Lula e o petebista Roberto Jefferson, quanto a provável conivência do primeiro para com atos do segundo. Em termos do subsistema de Engajamento, temos, com o provérbio, a seguinte categorização: **engajamento – heteroglossia – contração – proclamação – concordância afirmativa**. Note-se ainda que a passagem “... *a menos que faça de público a diferença*” mostra que, tal como é retratado por palavras e imagens⁴⁵, Lula não estabelece diferença entre si e o deputado acusado de corrupção, reafirmando o sentido do provérbio popular. Além disso, do ponto de vista do subsistema de Atitude, encontramos algumas expressões que representam processos relacionados a estados mentais, como “*assustado*” e “*atônito*”, que não só revelam a interpretação (o discurso, a perspectiva) do jornalista sobre o sentimento de Lula naquele momento, como também o avaliam negativamente, dado que aparece, assim, em um estado emocional que denota **insegurança** em relação ao que se segue no Congresso Nacional em meio às denúncias de envolvimento de membros próximos ao seu governo e partido em escândalos e esquemas de corrupção. O uso de “em vez disso” também merece destaque, já que põe em primeiro plano a **contraexpectativa** gerada pelo jornalista na representação de Lula como alguém que não se diferencia daquele com quem anda (tal como se vê na foto), além de ser colocado em preocupação maior não com isso, com sua intimidade com o deputado, mas com a criação da CPI dos Correios para investigar o esquema de pagamento de propinas na diretoria dos Correios. Os itens lexicais “*se solidariza*”, “*mobiliza*” e “*impedir*”, por seu turno, fornecem uma avaliação de Lula que pode ser classificada como **juízo social – tenacidade**, que lhe dispõe discursivamente como alguém que persegue um objetivo, mas um objetivo que não seria louvável, “*impedir a criação da CPI dos Correios*”, já que a CPI poderia investigar e revelar os desvios e casos de corrupção que se escondem no governo.

⁴⁵ Nos **Anexos**, está a foto que acompanha a matéria (**ANEXO B**). Nela, Lula e Roberto Jefferson posam juntos, comprovando a eficácia da representação do jornalista em estabelecer uma aproximação e equivalência entre ambos.

A matéria começa com o uso de uma proposição pelo jornalista que encontra valor e fundamentação na própria revista, com a remissão ao caso revelado na edição anterior do esquema de corrupção patrocinado por Roberto Jefferson. O **endosso** da voz por si mesmo, além de ser uma redução do potencial dialógico, demonstra as proposições do texto como autoevidentes, já que não precisam ser asseguradas por nada além do que já se provou e disse. Isso valida, por exemplo, a própria representação e avaliação do jornalista quanto ao governo. É o que vemos quando diz que a reportagem de VEJA “*deixou o Palácio do Planalto atônito*”, em que é feita uma avaliação em termos atitudinais (**afeto – negativo – insegurança – reação ao outro**) do governo, denotando uma insegurança em relação às consequências da denúncia de VEJA no cenário político. Esta perturbação do governo, representada por “*atônito*”, mas também por “*temor*” e “*receio*”, poderia ser considerada um comportamento que reage como antecipação de outro, que não seria ainda real, ou melhor, tal reação emocional pode ser considerada, em termos do subsistema de Atitude, como uma reação emocional **irreal**. Contudo, dentre os motivos apresentados pelo jornalista para tal insegurança, ao menos um já pode ser considerado **real**, pois, a exemplo do caso dos Correios, VEJA também revelou um caso de esquema de corrupção em uma empresa estatal, o Instituto de Resseguros do Brasil, como se vê em reportagem desta mesma edição (“*a pressão feita pelo PTB para extorquir uma mesada de 400.000 reais em outra estatal, o Instituto de Resseguros do Brasil*”). A revelação do caso e sua apresentação como *Trigger* da reação atônita do governo só reforçam a verossimilhança entre a representação feita pelo jornalista do governo e a provável realidade: “*O primeiro temor do governo, diplomaticamente dissimulado em público, é que apareçam novos tentáculos de roubalheira no aparato estatal, além do PTB e dos Correios. Um caso já apareceu*”. Nessa frase, o jornalista, além de avaliar negativamente o governo em termos de sua reação ao cenário de denúncias, ainda compromete-o em termos de **sanção social**, quando afirma que o primeiro temor do governo foi “*diplomaticamente dissimulado em público*”. O “*dissimulado*”, na categorização do subsistema de Atitude, é classificado como um **juízo** de **sanção social** de **veracidade**, pois avalia o representado como alguém que falta com a verdade, que finge, que oculta, encobre a realidade dos fatos.

Como a revista mostra que o primeiro temor do governo se converteu em realidade, com o caso do Instituto de Resseguros do Brasil, a disposição do “*outro receio do governo*”, logo após a revelação e remissão à nova reportagem reveladora de VEJA, direciona e alinha a audiência para a desconfiança das atitudes do governo em tal contexto. Embora

nesse caso o motivo de receio seja apresentado como algo irreal, ainda hipotético (“*O outro receio do governo é que esses tentáculos possam enlaçar também estrelas do próprio PT, principalmente aquelas mais ligadas à área financeira do partido*”), como é destacado pela modalização do verbo “poder” (“*possam*”), na frase seguinte, a ele é atribuído ser causa de uma possível reação do governo no Congresso, quando o jornalista, sem atribuir a alguém a emissão da proposição, diz: “*Movido por esse temor, que em alguns momentos da semana passada beirou o pânico, o Palácio do Planalto deslanchou sua maior mobilização no Congresso desde a posse com a finalidade de barrar a CPI dos Correios*”. Dessa forma, o jornalista dispõe a audiência contra o provável comportamento receoso do governo, uma vez que o primeiro temor se concretizou e o segundo, para não ser convertido em realidade, teria desencadeado o comportamento do governo no Congresso. Tal comportamento, pela forma como o jornalista o desenha, traz uma avaliação atitudinal (**juízo** – **sanção social** – **propriedade**) que, também, posiciona o governo desfavoravelmente, ao dizer que ele “deslanchou sua maior mobilização no Congresso desde a posse com a finalidade de barrar a CPI dos Correios”. Nesse caso, o governo, tendo já sido comprovado seu temor com a descoberta de um novo caso, agiria desta forma com a finalidade de ocultar outras denúncias que porventura estariam para vir à tona. O possível ato do governo é cada vez mais avaliado negativamente quando, logo em seguida, o jornalista tanto o lamenta (“*É uma pena.*”), quanto ainda destaca e advoga os benefícios que a CPI traria não só ao governo, mas também ao país, que carregaria, conforme vimos na Carta ao Leitor desta edição, em sua “alma” o “câncer” da corrupção: “*A investigação parlamentar, se sair, dará uma dupla contribuição ao país e ao Planalto: poderá revelar a extensão das falcatruas na máquina pública e ajudar a expulsar as más companhias do governo*”.

Essa defesa da CPI é sintomática do *ethos* reivindicado a si por VEJA. A revista não apenas noticia o que ocorre no meio social e político. Ela também apresenta propostas, como alguém que sabe o que diz por conhecimento de causa (já que, como se disse na Carta ao Leitor, desde 1968 atua para desmascarar a corrupção no país). É o que se vê quando, no parágrafo seguinte, o jornalista apresenta as reformas que faltam no governo para ajudar acabar com a corrupção. Se, por um lado, o impedimento de criação da CPI é atacado pelo jornalista, com sua defesa dos benefícios que ela traria à nação, por outro lado ele apresenta argumentos que sustentam sua análise do que seria o real problema da política nacional: “*Na base da crise atual está a ausência de duas reformas*”. Antes de apresentar as duas reformas, é curioso como o jornalista encapsula todos os acontecimentos recentes envolvendo a base

aliada do governo sob o título de “crise”. Este ato de fala, ao mesmo tempo em que dá sentido à realidade, em que constrói os eventos como o novelo de uma crise, traz também consigo a força de desencadear, em quem estiver na crise envolvida, de outros atos de fala, de contratos de fala que devem tentar conter tal força e poder.

Também sintomática é essa apresentação das duas reformas. Entretanto, o *status* de alguém que sabe o que diz, portanto sabe o que é o melhor, na tentativa de eliminar resistências por parte dos leitores, via construção dialógica de **proclamação** por **pronunciamento**, além de ter sido acenada já na Carta ao Leitor analisada no capítulo anterior, se perpetua tanto nesta matéria, quanto em outra que, por questão de espaço, não entrará aqui nas análises. Tal reportagem, chamada “Temporada de caça aos ratos”, que aparece como capa da edição, mostra que a pouca fiscalização e a lentidão da Justiça também são fatores que atrapalham a luta do Brasil contra a corrupção. Tal reportagem é um microcosmo do *ethos* deontológico que VEJA assume no reportar-se ao campo político. Entretanto, o problema de tal *ethos* é que ele aparece descarnado, como se representasse o interesse geral, da nação, como se estivesse a serviço do país, de todos. VEJA, infelizmente, não se mostra como ator político, como alguém que participa dos embates políticos quando fala a respeito do campo político (veremos isso melhor em outra análise, do **capítulo 5**). O fato é que as propostas apresentadas por VEJA são feitas monologicamente, ou seja, elas não são oferecidas como alternativas dentre outras. Pelo contrário, surgem como solução, como opções únicas a serem acatadas, se se desejar superar os problemas que já povoam o imaginário político nacional.

No final do texto, o jornalista de VEJA ainda aponta o governo Lula em destaque como responsável pela não realização das reformas propostas pela revista: “*O governo Lula, como os anteriores, tem sua parcela de culpa pela situação atual. Tivesse se dedicado a fazer as duas reformas, Lula não estaria hoje ao lado da constrangedora figura de Roberto Jefferson*”. Vejamos nesse caso que Lula não é o único culpado pela atual situação da política brasileira, já outros governos também teriam sua parcela de participação no problemático cenário político brasileiro. Entretanto, é dado o destaque a Lula, seja porque é colocado na posição de Tema da oração, seja porque a matéria inteira fala justamente dele. Tal proposição, além de seu valor de julgamento por sanção social quando a culpa é associada a não fazer as duas reformas políticas, possui o peso estratégico de contração de uma possível concordância ou anuência, de uma terceira voz ou da audiência, com a declaração seguinte de Lula (“*Nem precisaria dar a constrangedora declaração da semana passada. ‘Nós temos de ser*

parceiros, e parceiro é solidário com seu parceiro’, disse Lula, ao prestar solidariedade a Roberto Jefferson. Ora, parceiros de quê, presidente?”) colocando, assim, quem lê numa relação de alinhamento, concordância com a voz do jornalista.

O texto a seguir é uma reportagem referente à série de escândalos que se sucederam no primeiro ano de governo Dilma, em que sete ministros saíram das pastas ministeriais a que foram designados por conta de denúncias de esquemas de corrupção contra eles alegados. O texto faz uma análise do pedido de demissão do então ministro da Agricultura Wagner Rossi. É assinado por Daniel Pereira e foi publicado no dia 24 de agosto de 2011, na edição 2231 de VEJA. Vejamos o texto:

O PMDB AINDA TENTOU RESISTIR

Emparedado por denúncias de irregularidades, Wagner Rossi pediu para sair. É o quarto ministro a perder o emprego na limpeza promovida pela presidente Dilma Rousseff

Daniel Pereira

A presidente Dilma Rousseff perdeu na semana passada seu quarto ministro em pouco menos de oito meses de mandato. Indicado pelo vice-presidente da República e comandante do PMDB, Michel Temer, de quem é amigo há cinquenta anos, Wagner Rossi pediu demissão da Pasta da Agricultura depois de ser abalroado por denúncias de corrupção, fraudes em licitação, incompetência administrativa e uma desconcertante relação com uma empresa, beneficiada por decisão do ministério, que lhe disponibilizava um jato. Denúncias graves que não impediram Rossi de ecoar a cantilena predileta de políticos pilhados em suspeitas de irregularidades: a de apresentar-se como vítima de uma conspiração urdida por setores da imprensa em parceria com adversários políticos. Denúncias graves que também não impediram o bom e velho PMDB de resistir até onde pôde a exoneração do correligionário que há meio século devota lealdade a Temer. Resistência que contou com o aval do PT e do ex-presidente Lula, sempre pronto a defender malfeitores. Resistência que, ao fracassar, fortalece a impressão de que a bandalha dos últimos oito anos, que encrostava a política como nunca antes neste país, é alvo, de fato, de uma faxina.

Desde janeiro, já haviam deixado o novo governo petista Antonio Palocci (Casa Civil), o "republicano" Alfredo Nascimento (Transportes) e o peemedebista Nelson Jobim (Defesa) – todos, como Rossi, herdados da gestão Lula. Palocci e Nascimento foram abatidos por acusações de tráfico de influência, enriquecimento ilícito e corrupção. À primeira vista, essa queda em cascata poderia ser interpretada como um mau sinal, um sintoma de um governo enfraquecido, desarranjado internamente e cheirando a mofo, apesar de ter menos de um ano de vida. Além disso, tais demissões, motivadas por malfeitos, tenderiam a minar a popularidade do presidente de turno. Mas, ao se livrar de assessores arrostados com artigos do Código Penal, a presidente Dilma Rousseff emite sinais positivos, como a disposição para não transigir com a corrupção e um ímpeto renovador para reaver nacos da administração pública tomados por políticos especializados em assaltar os cofres da União. As recentes pesquisas de opinião mostram que, por enquanto, a balança pende a favor de Dilma – apesar das pressões vindas de PT e PMDB, que discordam da forma como a presidente tem enfrentado tais desafios.

O caso do ex-ministro Rossi deixou evidente mais uma vez a visão míope dos dois principais partidos que dividem o governo quando o assunto é moralidade. Até o início da tarde de quarta-feira, dia em que Rossi deixou o cargo, os peemedebistas davam como favas contadas a permanência dele à frente do Ministério da Agricultura. Apesar do pântano que já ilhava o gabinete do ministro, a situação de Rossi era considerada confortável. A estratégia era negar, negar e negar

qualquer que fosse a acusação. Quando VEJA revelou as traficâncias do lobista Júlio Fróes no ministério, com direito a cobrança e pagamento de propina a funcionários, Rossi e seu partido se sentiram obrigados a sacrificar o então secretário executivo da pasta, Milton Ortolan, numa decisão aparentemente em linha com a "faxina ética" patrocinada por Dilma. Diante de "uma nova e constrangedora leva de denúncias, o PMDB, para se precaver de uma eventual demissão do ministro, armou sua barricada. O partido convocou Lula e o PT para cerrar fileiras, ambos incomodados com a postura de Dilma na seara ética. Eles temiam - e ainda temem - figurar como responsáveis pela "herança maldita" recebida pela presidente.

Lula, então, sugeriu a Dilma que evitasse confrontos com o PMDB e, se necessário, até mesmo capitulasse. Com a pressão sobre Rossi atingindo o ponto de ebulição, aparentemente seguindo os conselhos do antecessor, Dilma convidou líderes do PT e do PMDB para uma reunião no Planalto, na qual disse que o ministro peemedebista era um exemplo a ser seguido pelos demais integrantes da Esplanada, por ter respondido de bate-pronto às denúncias. O PMDB, obviamente, saiu enamorado do encontro. "A reportagem da VEJA consolidou Rossi no Ministério da Agricultura", garantia o líder do partido na Câmara, Henrique Alves, na tarde de terça-feira, com certo ar de picardia. Um dia depois, na quarta, diante da revelação de que o ministro usava um jato de uma empresa que tinha negócios com o ministério, Alves foi novamente perguntado sobre a situação de Rossi. "Firme como uma rocha", garantiu. Um repórter, porém, informou ao deputado que o ministro havia acabado de entregar a carta de demissão. O que teria acontecido?

A resposta parece elementar: as instituições agiram como deveriam em casos assim. No Congresso, a oposição se organizou em uma frente de apoio ao combate à corrupção. Mas pesou principalmente o fato de a Polícia Federal ter atuado com celeridade, ao abrir um inquérito para investigar o caso, e colhido o depoimento de Israel Batista, o funcionário responsável pelas mais graves acusações contra Rossi. Diz um cacique peemedebista: "Rossi sentiu o tamanho da encrenca. Como sabia que, mais cedo ou mais tarde, seria demitido, pediu para sair".

Para evitar maiores danos políticos, a presidente Dilma também agiu rapidamente para manter em harmonia a relação do governo com o PMDB. Elogiou Rossi e divulgou nota na qual lamentou a demissão, conforme manda o protocolo. Da retórica à ação, a presidente ainda instou Temer a escolher o novo ministro da Agricultura. O vice-presidente apresentou o nome do deputado Mendes Ribeiro, do PMDB-RS. "Depois da conversa do partido com a Dilma, a relação do governo com o PMDB tende a melhorar e muito", afirmou Henrique Alves, o sólido braço direito de Temer. Formado em direito, o novo ministro exerce o quinto mandato de deputado. Gaúcho, é amigo da presidente e do ex-marido dela, Carlos Araújo. Na última campanha presidencial, foi um dos poucos peemedebistas do Rio Grande do Sul a apoiar Dilma. Na atual gestão, foi convocado para o posto de líder do governo no Congresso. Bom de conversa, Mendes Ribeiro, ao menos oficialmente, empobreceu na política. Em 2006, declarou ter um patrimônio de 569 000 reais. Em 2010, de 382 000. No fim da campanha do ano passado, chegou a requisitar à Câmara o adiantamento do 13º salário. Um caso raro - e até alvissareiro - num habitat em que a regra segue lógica inversa. Que o digam Palocci, Nascimento e Rossi.

O título da reportagem condensa perfeitamente o perfil traçado pelo jornalista das atividades da alta cúpula do governo Dilma. Da alta cúpula, porque as denúncias levantadas contra o ministro Wagner Rossi apontam não só para as irregularidades cometidas, envolvendo o ministro e a pasta, mas também para a sua relação com o partido, PMDB, e, notadamente, com o vice-presidente, o também peemedebista Michel Temer. O uso do processo "*tentar resistir*" situa o partido numa posição que parece ir de encontro ao que era esperado. No caso, com o acréscimo do advérbio "*ainda*", o PMDB age da forma como não deveria, **contraexpectativamente**, em um caso em que indubitavelmente tudo apontava para

a situação constrangedora e comprometedora de Rossi no exercício de sua função enquanto ministro. É como se fosse possível sentir não só um questionamento, como também a indignação pela forma como o partido, em meio às denúncias, agira. Assim como o título, o texto inteiro oferece fatos e provas que reforçam por que dever-se-ia indignar-se com a atitude do partido, como a mostrar que, em situação semelhante, para agir com retidão, nada mais natural do que apoiar o afastamento e demissão do ministro, e não ir contra os fatos.

As duas frases do subtítulo também merecem destaque. Isto porque elas mostram um duplo valor que, de um lado, diminui a reputação do ministro e que, de outro, evidencia possivelmente as decisões recentes da presidente Dilma Rousseff. Na primeira, temos uma avaliação de atitude de afeto **negativo** (“*emparedado*”), com impacto para a reação de Wagner Rossi que denota **insegurança** para com seu cargo no Ministério da Agricultura. A insegurança foi tamanha que redundou no seu pedido de demissão da pasta ministerial. Ao menos é a isso, às “denúncias de irregularidades”, que se atribui como *Trigger* tanto da reação do ministro (“*emparedado*”), quanto do seu consequente pedido de demissão (“*Wagner Rossi pediu para sair*”). O duplo valor desta frase surge no contexto da seguinte, pois é dito que quatro ministros perderam o emprego devido à “*limpeza promovida pela presidente Dilma Rousseff*”. Ao fim, poder-se-ia entender que há uma avaliação positiva, em termos de **juízo** – **sanção social** – **propriedade**, da presidenta, pela sua atuação em tirar da máquina governamental pessoas que estão envolvidas em irregularidades, contudo o fato de ser já “*o quarto ministro a perder o emprego*” põe em xeque a própria capacidade, em termos de **juízo** – **estima social** – **capacidade**, de Dilma indicar pessoas íntegras para um dos mais altos cargos no poder político do país. É o que vemos no início do texto.

No trecho “*A presidente Dilma Rousseff perdeu na semana passada seu quarto ministro em pouco menos de oito meses de mandato*”, fica claro que a positividade presente na avaliação da presidente no subtítulo tem, na verdade, valor contrário. Uma vez que são quatro casos, em menos de oito meses, revela que o governo Dilma vem se caracterizando por ministros que, devido a casos de irregularidades, são demitidos. Há uma equivalência logo estabelecida entre seu governo e os casos de corrupção seguidos envolvendo a alta esfera do poder executivo do país, diretamente indicada e próxima à presidência. Assim, o desprestígio, seja em termos de estima, quanto de sanção social, da presidente Dilma é cada vez maior e constatável, dado que os casos estão aí para comprovar que a revista não mente. E o fato de ser amigo e ter sido indicado por Michel Temer, vice-presidente, porta uma avaliação negativa para o ministro, mas consequentemente há uma avaliação negativa tanto para Michel

Temer, de quem é amigo há 50 anos, quanto para o governo, o que destaca a grande proximidade entre o ministro e a vice-presidência, ou seja, entre o ministro e o cargo de maior grau na hierarquia executiva depois da presidência (*“Indicado pelo vice-presidente da República e comandante do PMDB, Michel Temer, de quem é amigo há cinquenta anos, Wagner Rossi pediu demissão da Pasta da Agricultura depois de ser abalroado por denúncias de corrupção, fraudes em licitação, incompetência administrativa e uma desconcertante relação com uma empresa, beneficiada por decisão do ministério, que lhe disponibilizava um jato”*). No caso da relação de amizade entre Temer e Rossi, podemos classificar a avaliação como: **atitude – apreciação – valor/negativo**; prosodicamente, na denúncia de mais um caso envolvendo ministros, que são indicados pela presidência, surge uma avaliação que seria classificada da seguinte forma, na relação que o caso estabelece com o governo Dilma: **atitude – julgamento – sanção social – propriedade**, já que põe em xeque a própria integridade do governo de indicar pessoas probas para o exercício de cargos importantes.

Ainda no mesmo parágrafo, encontramos uma avaliação de **julgamento – sanção social – veracidade – negativa**, com a acusação de que Rossi, mesmo diante das graves denúncias que o assolavam, repetiu a mesma desculpa que, segundo o jornalista, muitos políticos corruptos dão (*“Denúncias graves que não impediram Rossi de ecoar a cantilena predileta de políticos pilhados em suspeitas de irregularidades: a de apresentar-se como vítima de uma conspiração urdida por setores da imprensa em parceria com adversários políticos”*). Percebemos que o uso de **julgamentos de sanção social** é frequente, sobretudo em relação ao que classificamos por **propriedade**, pois compromete e defronta o avaliado a um corpo burocrático jurídico que pode julgar como *proba* ou não, *correta* ou não, a sua ação. A presença de julgamentos de sanção social por **veracidade** dependeria, por seu turno, de um elencar de provas que contradissem afirmações e declarações do avaliado. Se ocorre de este vir à público e fazer declarações que podem ser ou são, depois, desmistificadas, reveladas como falsas, há o caso de termos várias consequências negativas: primeiro, a mentira, tendo sido desvelada, deixa de forma mais clara a falta de integridade e justiça do avaliado – a força moral que uma mentira descoberta adquire aumenta em comparação à alegação de casos de denúncias, pois que estes dependeriam, ainda, de investigações que comprovassem ou não as irregularidades possíveis cometidas pelo avaliado; segundo, sendo comprovada, mesmo pelo pano de fundo de somente denúncias sem comprovação, e revelada pelo menor indício de incongruência entre o que o avaliado declara e o que outros atores sociais, dentre os quais a

revista, indicam, a mentira torna-se um fato, com o qual não se poderá ir mais de encontro, ou seja, o *status* de fato incontestável é estabelecido e, uma vez adquirido este *status*, a mentira pode ser recorrente e recursivamente utilizada como indício daquilo que outras vozes querem defender, contra o avaliado ou quem quer que lhe esteja implicado; terceiro, a voz que se levanta contra a mentira e aquele que a declara ou com ela implicada vem a ganhar, gradativamente, reconhecido poder de saber dizer, ou seja, o *status* epistêmico dessa voz torna-se cada vez mais válido, sedimentando, portanto, a propriedade e verdade de quem diz.

Logo em seguida a este trecho, temos outro um tanto revelador da posição assumida pela voz do jornalista: *“Denúncias graves que também não impediram o bom e velho PMDB de resistir até onde pôde a exoneração do correligionário que há meio século devota lealdade a Temer. Resistência que contou com o aval do PT e do ex-presidente Lula, sempre pronto a defender malfeitores. Resistência que, ao fracassar, fortalece a impressão de que a bandalha dos últimos oito anos, que encrostava a política como nunca antes neste país, é alvo, de fato, de uma faxina”*. Assim como Rossi pareceu querer ter ido contra os fatos e denúncias que abundavam o contexto à época em torno de suas atividades e as de ministros em suas pastas ministeriais, neste trecho o partido do vice-presidente também oferece resistência recalcitrantemente, sobretudo pela “lealdade” que o ministro “devotaria” a Temer. Não bastasse o destacado absurdo da resistência não só do Rossi com sua declaração como também do seu partido (braço forte do PT, partido da presidente Dilma), segundo o jornalista o ex-presidente Lula também apoiou tais comportamentos, que, em termos do subsistema de Atitude, podem ser classificados como **juízo** – **sanção social** – **propriedade** – **negativa**, já que a renitência, nesses casos, transfigura-se em conivência com as irregularidades. Some-se a isso o fato de que o jornalista afirma, categoricamente, sem nenhuma marca linguística que amenize ou condicione sua proposição, então monoglossicamente, que ou Lula, ou o PT está *“sempre pronto a defender malfeitores”*. Embora haja dois elementos (PT e Lula) que poderiam receber o predicado de *“sempre pronto a defender malfeitores”*, o mais provável seria o que está mais próximo do grupo adjetival, Lula, contudo o fato de o partido também estar incluído entre aqueles que deram o aval à resistência de Temer e do PMDB deixa subentendido que ele também defende malfeitores – senão todo o partido, ao menos parte dele. É o que se percebe logo a seguir, quando o jornalista diz: *“Resistência que, ao fracassar, fortalece a impressão de que a bandalha dos últimos oito anos que encrostava a política como nunca antes neste país, é alvo, de fato, de uma faxina”*. Além de tal afirmação também comprometer Lula e o PT em termos de **sanção**

social – propriedade – negativa, note-se nesta frase a presença de uma voz implícita, sem atribuição a quem quer que seja, como se ela fosse um dado que a audiência poderia recobrar sem dificuldade (“*a impressão de que a bandalha dos últimos oito anos que encrostava a política como nunca antes neste país, é alvo, de fato, de uma faxina*”). Temos uma referência explícita a Lula e seu governo, quando se fala em “*a bandalha dos últimos oito anos*” na lembrança dos oito anos de governo. Todo o parágrafo é construído sem a remissão a qualquer voz externa, a que possa ser atribuída a validade das afirmações do jornalista. Com exceção feita à provável “*cantilena*” de Wagner Rossi, à “*impressão*” alegada pelo jornalista e à expressão “*de fato*” (enquanto uma forma de reafirmação, de ratificação de suspeitas), que parecem indicar uma heteroglossia, mas a endossar a voz do jornalista, todas as outras frases são elaboradas sem um *background* dialógico, ou seja, são construídas e propostas unilateralmente, de tal modo que poderiam ser classificadas como **engajamento – monoglossia**.

O parágrafo que se segue toma ainda a posição combativa à imagem de Lula e do PT. Com a afirmação de que todos os quatro ministros demitidos até o momento no governo Dilma vieram da gestão Lula, o jornalista continua a avaliar negativamente o ex-presidente e seu governo, principalmente com a interpretação por ele oferecida às causas de tantas demissões em tão pouco tempo de governo Dilma: “*essa queda em cascata poderia ser interpretada como um mau sinal, um sintoma de um governo enfraquecido, desarranjado internamente e cheirando a mofo*”. Nesse caso, o “*mofo*” vem do passado, do governo Lula, o que nos permite classificá-lo como **apreciação – qualidade**, de cunho notadamente negativo. Diferentemente do parágrafo anterior, em que predomina o uso de afirmações categóricas, os significados do segundo são construídos como um pano de fundo dialógico de outras vozes. O trecho a seguir é revelador disso: “*tais demissões, motivadas por malfeitos, tenderiam a minar a popularidade do presidente de turno. Mas, ao se livrar de assessores arrostados com artigos do Código Penal, a presidente Dilma Rousseff emite sinais positivos*”. Neste caso, o jornalista oferece uma alternativa de interpretação às demissões, como se reportasse a uma voz corrente na esfera pública, mas, logo a seguir, ele fecha o potencial desta voz, fornecendo uma interpretação, à primeira vista, positiva do governo Dilma, especialmente com o uso da conjunção “*mas*”, que se contrapõe ao conteúdo de carga negativa da frase anterior (**contração dialógica/discordância/contraexpectativa**). Contudo, mesmo com a positividade da interpretação do jornalista em relação à gestão de Dilma, reforçada mais à frente com o **endosso** das pesquisas de opinião, este valor positivo potencial é duplamente contraído, seja

pelo próprio jornalista – que acrescenta “por enquanto” à avaliação positiva das pesquisas –, seja pela contramão advinda, segundo o jornalista, do próprio partido da presidente, o PT, e do PMDB, partido do vice-presidente, o que nos permite classificar as frases em termos de **engajamento – heteroglossia – contração – proclamação – concordância concessiva**, já que tal positividade está sempre à mercê de circunstâncias com as quais Dilma terá de lidar, se desejar continuar com a boa avaliação apontada nas pesquisas. Aqui, a base do governo continua a receber avaliações atitudinais (**juízo – sanção social – propriedade – negativa**) que antagonizam qualquer boa imagem que ele, em destaque o PT, possa ter para a audiência.

É o que continua a ser feito no parágrafo posterior: “*O caso do ex-ministro Rossi deixou evidente mais uma vez a visão míope dos dois principais partidos que dividem o governo quando o assunto é moralidade. Até o início da tarde de quarta-feira, dia em que Rossi deixou o cargo, os peemedebistas davam como favas contadas a permanência dele à frente do Ministério da Agricultura*”. Neste trecho, tanto o partido de Rossi quanto o PT, com a sua reação ao caso do ministro, deixam, segundo o jornalista, a desejar, “*quando o assunto é moralidade*”. A avaliação negativa ainda é ampliada quando o jornalista, novamente sem remissão a uma voz explícita que o valide, constata que, “*apesar do pântano que já ilhava o gabinete do ministro, a situação de Rossi era considerada confortável. A estratégia era negar, negar e negar qualquer que fosse a acusação*”, comprometendo, em termos de **juízo – sanção social – veracidade – negativa**, aqueles peemedebistas que teriam usado da tal estratégia de “*negar qualquer que fosse a acusação*”. A possível heteroglossia da estratégia de negar (se se nega, é porque há uma voz anterior a ser negada), que nos levaria a pensar que este é um dado que não precisa ser provado, pois já tomado como dado, é reduzida pela própria autorreferência que o jornalista faz à revista logo em seguida, com o contrapeso da informação de que, “*quando VEJA revelou as traficâncias do lobista Júlio Fróes no ministério, com direito a cobrança e pagamento de propina a funcionários, Rossi e seu partido se sentiram obrigados a sacrificar o então secretário executivo da pasta, Milton Ortolan, numa decisão aparentemente em linha com a ‘faxina ética’ patrocinada por Dilma*”. Nesse trecho, o jornalista **julga** a revista como alguém que exerce com **propriedade e veracidade** seu papel de fiscalizar e denunciar os atos políticos, o que lhe confere cada vez mais probidade no trato de assuntos que interessam a todos. O **endosso** na própria voz leva ainda a ratificar a tese do jornalista de que peemedebistas, o próprio Lula e o PT não apenas são coniventes com as irregularidades que ocorrem no governo, como também estão

incomodados com o comportamento louvável de Dilma Rousseff frente aos casos de denúncias envolvendo membros do seu governo, como é sugerido pela voz do jornalista ao dizer que *“o PMDB, para se precaver de uma eventual demissão do ministro, armou sua barricada. O partido convocou Lula e o PT para cerrar fileiras, ambos incomodados com a postura de Dilma na seara ética. Eles temiam - e ainda temem - figurar como responsáveis pela ‘herança maldita’ recebida pela presidente”*, bem como pelo início do parágrafo seguinte, em que é descrito como Lula procurou Dilma para, provavelmente, amenizar sua atuação.

A descrição do comportamento reprochável de Lula e de peemedebistas, no parágrafo que se segue, é feita com o uso predominante de constatações que somente em três momentos são reportadas a outras vozes, como no caso do líder do partido na Câmara e de um repórter que o teria informado da demissão do ministro Rossi.

5. A MÍDIA COMO ATOR POLÍTICO DA ESFERA PÚBLICA

5.1 O modelo agonístico de Democracia, de Chantal Mouffe

A justificativa para o uso desta discussão neste trabalho está no fato de que muitos dos teóricos que usam o conceito de esfera pública, na relevante interface que este estabelece entre a comunicação pública da sociedade civil, a mídia e a política, veem com entusiasmo e otimismo, embora reconhecendo a complexidade da questão e dos usos limitados do conceito, o modelo de democracia deliberativa (inclusive, não encontrei crítica alguma entre eles ao modelo) e a importância de uma reconceitualização crítica da noção de esfera pública para a realização/efetivação de um espaço de deliberação/discussão pública integrador e não excludente (cf. AVRITZER; COSTA, 2006; BENHABIB, 1996; COHEN, 1996; GOMES, 2006; HABERMAS 1996a, 1996b, 2012; MAIA, 2006). Contudo, o que escapa tanto da defesa destes teóricos do modelo liberal-democrático, quanto dos trabalhos de remodelação conceitual dos teóricos da esfera pública contemporânea, é a compreensão, que encontrei em Chantal Mouffe, da dimensão sempre conflitual e antagônica do debate público e político. Isto é precípuo quando da construção de um de meus argumentos contra a implícita afirmação, da mídia aqui analisada, de que seus discursos representam (como se compartilhassem até – sem querer com isso defender uma ligação entre ambos – dos mesmos princípios defendidos pelos teóricos da democracia deliberativa para a efetivação ideal do modelo) um interesse comum, do povo, da nação⁴⁶. Dessa forma, este capítulo será destinado a um esboço, em linhas gerais, da perspectiva deliberativa e das críticas à defesa de uma esfera de deliberação racional com vistas ao consenso universal, destacando, disto, a perda da dimensão antagônica, adversarial do político, seguindo, para tanto, as indicações e argumentos presentes em trabalhos de Chantal Mouffe. Com esta discussão de Chantal Mouffe sobre os modelos de democracia dominantes no mundo ocidental e suas implicações para a compreensão dos embates político-discursivos em esferas públicas de debate, reforçarei o desejo e defesa de uma postura deontologicamente política nas discussões e representações políticas.

⁴⁶ Cf. VEJA, Carta ao leitor, de 3 de agosto de 2005: “VEJA não é inimiga de certos partidos, nem amiga de outros. A revista é, simplesmente, a favor do Brasil. Contra os que lhe mal fazem, os que lhe roubam. A vista da nação”.

5.1.1 Críticas à abordagem deliberativa de democracia

A autora, como apontei no capítulo anterior, tem seus pressupostos teóricos fincados no trabalho *Hegemony and Socialist Strategy*, escrito com Ernesto Laclau, com quem compartilha os conceitos de antagonismo e hegemonia tal como foram concebidos naquela obra. Seguindo uma linha de preocupações diferentes daquela de Laclau, embora de alguma forma as reflexões de ambos se coadunem numa análise social complexa, Mouffe vai desenvolver seus trabalhos na direção da teoria política contemporânea, tentando propor um modelo normativo, e não apenas instrumental ou procedimental, de democracia, que reconheça a dimensão plural da sociedade e que seja radical. Ela parte da compreensão de que, com a derrocada do modelo soviético e, conseqüentemente, a crise do marxismo e o abandono cada vez mais patente, por parte dos democratas ao redor do mundo, do paradigma das lutas de classe, tem-se tornado forte a ideia de que não há mais alternativa, no âmbito econômico, ao capitalismo, nem, no âmbito político, ao liberalismo-democrático (MOUFFE, 1994, 2005, 2009). Este seria o motivo para que muitos democratas liberais defendam que o surgimento de novas identidades políticas, não mais representando coletividades, asseguraria a substituição inevitável da antiga política e de suas ideologias e fronteiras tradicionais por princípios universais provenientes do direito e da moral racional. Nisso residiria a tentativa, por parte dos teóricos defensores desse novo paradigma, como John Rawls e Jürgen Habermas, entusiasmados, segundo a autora (MOUFFE, 1994, p. 8), por certas formas de filosofia do direito e de filosofia moral de inspiração kantiana respectivamente, de se elaborarem procedimentos necessários à criação de um domínio deliberativo em que as decisões políticas seriam pautadas por princípios como o de “justiça enquanto equidade” (RAWLS, 1996) e de “racionalidade comunicativa” (HABERMAS, 2012) com vistas a um consenso racional e sem exclusão entre os indivíduos deliberadores.

É com base nisso que a autora vai elaborar um princípio que convergiria para a formação de um modelo de democracia que reconheceria a dimensão conflitual e plural do político, ao mesmo tempo em que responde a limitações que as abordagens deliberativas, como as de Rawls e Habermas, por exemplo, apresentam. A despeito de outros modelos atualmente existentes para a democracia, como o liberal, o republicano, o deliberativo (cf. HABERMAS, 1996a) e o agregativo (cf. COHEN, 1996; MOUFFE, 2009), as considerações de Mouffe vão se dirigir ao deliberativo, pela ênfase que hoje se tem dado ao modelo no debate contemporâneo sobre teoria política, sobretudo por ser ele a alternativa mais

acalentada à abordagem dominante a partir da segunda metade do século XX: a abordagem agregativa de democracia. Mouffe, assim como os democratas deliberativos, concordam que este modelo traz uma visão empobrecedora do processo democrático, reforçando os sinais atuais de desapareço generalizado pelas instituições liberal-democráticas e o sentimento de várias pessoas de que os partidos políticos deixaram de atender a seus interesses. Isto porque, segundo o modelo agregativo, que teve como ponto de apoio teórico o trabalho de Joseph Schumpeter, *Capitalism, Socialism and Democracy*, como aponta Mouffe (2009, p. 81), com o desenvolvimento da democracia de massa, exigia-se um novo entendimento para a prática política, em que as preferências e interesses dos indivíduos fossem agregados por meio de partidos políticos, nos quais eles votariam, aceitando ou rejeitando, em intervalos regulares, graças a um processo eleitoral. Mesmo reconhecendo o pluralismo de valores e interesses como coextensivo à noção de povo, era o autointeresse dos indivíduos que guiava suas ações no campo político, ou seja, suas preferências e interesses seriam os parâmetros para a organização dos partidos, que ofereceriam, assim, os argumentos a partir dos quais conseguiriam os votos. Dessa forma, a democracia era reduzida a uma concepção puramente instrumentalista.

Em contraposição a esta perspectiva, surge outra, normativa e não instrumentalista, inaugurada por John Rawls, em sua obra *A Theory of Justice*, de 1971 (2005), para quem, conforme Mouffe (2009, p. 83), o futuro da democracia dependeria da recuperação de sua dimensão moral. Por sua vez, inúmeras são as abordagens deliberativas hoje existentes. Embora reconhecendo as diferenças entre todas elas, Mouffe, em contrapartida, afirma que elas podem ser aproximadas em duas grandes escolas: a influenciada por Rawls, de um lado, e a por Jürgen Habermas, de outro. Em ambas, a autora encontra convergências importantes e significativas que estariam na base da abordagem deliberativa, sobretudo quando se encontram nelas dois postulados básicos específicos a esta perspectiva. Primeiro, há a tentativa, compartilhada tanto por Rawls quanto por Habermas, de assegurar uma ligação entre os princípios do liberalismo e os da democracia, a despeito das críticas da esquerda e da direita de que a democracia liberal é, em princípio, contraditória. Em outros termos, como o próprio Rawls diz em seu livro *Political Liberalism* (1996, p. 4-5), o propósito é superar o conflito que há:

dentro da tradição do próprio pensamento democrático, entre a tradição associada a Locke, que dá maior peso ao que [Benjamin] Constant chamou de “os privilégios dos modernos”, liberdade de pensamento e consciência, certos direitos básicos da pessoa e da propriedade, além do Estado de

Direito, e a tradição associada a Rousseau, que dá maior peso ao que Constant chamou de “os privilégios dos antigos”, as liberdades políticas iguais e os valores da vida pública⁴⁷.

O outro postulado diz respeito à crença na possibilidade de fundamentar a autoridade e a legitimidade (a decisão e discussão políticas) em formas de razão pública, numa forma de racionalidade instrumental e normativa que guie e oriente a prática política: o *razoável*, como em Rawls, e a *racionalidade comunicativa*, como em Habermas. Para incorporar esta razão prática nas instituições democráticas, os dois autores dão respostas distintas. Rawls (1996) parte da ideia de uma *posição original*, em que os indivíduos, colocando à parte suas diferenças e idiosincrasias na vida social, são considerados como livres e iguais. Em seguida, deixadas de lado suas particularidades e interesses, e incorporando uma noção de “justiça como equidade” (RAWLS, 1996, p. 8) associada a elementos constitucionais essenciais ao exercício da democracia, surgiria um quadro para o exercício da razão pública, em que a atuação dos indivíduos estaria fundada na compreensão de que ela seria adequada e justificável:

somente quando exercida em concordância com uma constituição por cujos elementos essenciais todos os cidadãos podem razoavelmente esperar para endossarem, à luz de princípios e ideais para eles aceitáveis como razoáveis e racionais (Id., *ibid.*, p. 217)⁴⁸.

Dessa forma, a legitimidade das ações dos indivíduos decorre sempre das decisões coletivas entre pessoas iguais e livres, e estas decisões só representam a coletividade quando surgem das disposições de escolhas de todos, guiados pela assunção de que tais escolhas são para eles razoáveis.

É claro que tal concepção de exercício da razão pública nos processos de tomadas de decisão admite a existência do pluralismo de valores e interesses proveniente dos indivíduos participantes. Contudo, como vai ressaltar Mouffe (2009, p. 89), Rawls defende que o consenso racional só não vai ser possível em relação a questões que ele chama de *abrangentes*, de natureza religiosa, moral e filosófica, mas que um consenso sobre decisões de

⁴⁷ No original: “[...] within the tradition of democratic thought itself, between the tradition associated with Locke, which gives greater weight to what Constant called “the liberties of the moderns”, freedom of thought and conscience, certain basic rights of the person and of property, and the rule of law, and the tradition associated with Rousseau, which gives greater weight to what Constant called “the liberties of the ancients”, the equal political liberties and the values of life public”.

⁴⁸ No original: “[...] only when it is exercised in accordance with a constitution the essentials of which all citizens may reasonably be expected to endorse in the light of principles and ideals acceptable to them as reasonable and rational”.

ordem política é possível, uma vez que, se procedimentos democráticos de deliberação devem assegurar imparcialidade, igualdade, abertura e ausência de coerção, pautados por uma concepção de justiça como equidade compartilhada por todos, então estes mesmos procedimentos guiarão a deliberação em direção a interesses gerais e legitimados por todos.

Mouffe (Ibidem) vai encarar esta artimanha do modelo deliberativo de Rawls como uma tentativa de escapar do pluralismo de valores, irremediável em processos de discussão e deliberação públicas, ao estabelecer a centralidade de um domínio/campo em que soluções racionais e universais poderiam ser formuladas. Da concepção rawlsiana, segundo a autora (Ibid., p. 90), depreende-se uma separação clara “entre o campo do *privado* – onde uma pluralidade de visões abrangentes, entre si diferentes e irreconciliáveis, coexiste – e o campo do *público*, onde um consenso sobreposto pode ser estabelecido sobre uma concepção compartilhada de justiça”⁴⁹ (grifos da autora). No primeiro campo, Rawls acredita que não é possível acordo algum. Daí a necessidade de as pessoas, em seu modelo, reconhecerem uma *posição original*, como aludido acima, e decidirem questões em termos do que é *razoável*, ou seja, aceitável para todos.

A forma encontrada por Habermas, por outro lado, para estabelecer uma razão pública nas decisões políticas não vai diferir muito da de Rawls, recaindo até no mesmo problema apontado por Mouffe na estratégia deste último. Habermas (2012), baseando sua concepção de democracia deliberativa em sua teoria da ação comunicativa, vai defender uma abordagem procedimental em que o reconhecimento, por parte dos indivíduos, de constrangimentos da situação ideal de fala eliminará as posições que podem ou não ser assumidas por eles, contanto que estes ajam de acordo com o que ele chama de *racionalidade comunicativa* – uma comunicação livre e racional. Tais constrangimentos podem ser assim caracterizados:

(1) a participação em tal deliberação é governada pelas normas de igualdade e simetria; todos têm as mesmas chances de iniciar atos de fala, de questionar, de interrogar e de abrir o debate; (2) todos têm o direito de questionar os tópicos estabelecidos da conversação; e (3) todos têm o direito de iniciar argumentos reflexivos sobre as próprias regras do procedimento do discurso e sobre o modo pelo qual são aplicadas e executadas. Não há regras que, em princípio, limitem a agenda da conversação ou a identidade dos participantes, até o momento em que qualquer pessoa ou grupo excluído possa, justificadamente, mostrar que foi relevantemente afetado pela norma

⁴⁹ No original: “[...] between the realm of the *private* – where a plurality of different and irreconcilable comprehensive views coexist – and the realm of the *public*, where an overlapping consensus can be established over a shared conception of justice”.

proposta em questão (BENHABIB, 1996, p. 70)⁵⁰.

Dessa forma, à proporção que nos processos deliberativos estas condições ou constrangimentos da situação ideal de fala se estabeleçam, mais abertos serão esses processos e mais os interesses representarão verdadeiramente o anseio geral.

Do mesmo modo que Rawls e seus seguidores, os habermasianos não negligenciam o fato de que a realização e efetivação desta situação ideal de fala não é de todo fácil, já que seria muito improvável que as demandas e desejos particulares sejam postos completamente em suspensão, ao ponto de que as ações dos indivíduos performatizem uma racionalidade universal que beneficiará a todos. Contudo, tal situação ideal de fala deve ser encarada como um “ideal regulativo”, como argumentam os defensores de tal perspectiva (MOUFFE, 2009, p. 88). Não obstante isso, o pluralismo das demandas, desejos e interesses particulares é amenizado, em Habermas, por uma estratégia implícita em seus argumentos. Ele aceita, por exemplo, que haja questões que deveriam ficar alheias às práticas políticas de deliberação, sobretudo aquelas que concernem a assuntos existenciais, à vida digna, e, por outro lado, que haveria conflitos de interesses entre grupos de pessoas que poderiam ser resolvidos apenas através de uma ação compromissada (HABERMAS, 1996b, p. 448). Desse modo, Habermas faz, segundo Mouffe, a mesma separação que Rawls fez ao separar dois domínios, um privado e um público, de modo a escapar das implicações provenientes do pluralismo de valores. Mouffe (2009, p. 92, grifos seus) enxerga uma distinção habermasiana entre:

ética – um domínio em que são permitidas concepções rivais sobre o que é a boa vida – e a *moralidade* – um domínio em que um procedimentalismo estrito pode ser implementado e a imparcialidade alcançada, levando à formulação de princípios universais. Rawls e Habermas querem basear a adesão à democracia liberal em um tipo de acordo racional que impede a possibilidade de contestação. Eis porque eles precisam relegar o pluralismo a um domínio não público para separar a política de suas consequências⁵¹.

⁵⁰ No original: “(1) participation in such deliberation is governed by the norms of equality and symmetry; all have the same chances to initiate speech acts, to question, to interrogate, and to open debate; (2) all have the right to question the assigned topics of the conversation; and (3) all have the right to initiate reflexive arguments about the very rules of the discourse procedure and the way in which they are applied and carried out. There are no prima facie rules limiting the agenda of the conversation, or the identity of the participants, as long as any excluded person or group can justifiably show that they are relevantly affected by the proposed norm under question”.

⁵¹ No original: “*ethics* – a domain which allows for competing conceptions of the good life - and *morality* – a domain where a strict proceduralism can be implemented and impartiality reached leading to the formulation of universal principles. Rawls and Habermas want to ground adhesion to liberal democracy on a type of rational agreement that would preclude the possibility of contestation. This is why they need to relegate pluralism to a non-public domain in order to insulate politics from its consequences”.

Assim, as questões políticas, pertencendo ao mesmo domínio da moralidade, seriam tratadas racionalmente, uma vez que suas respostas viriam de uma fonte não contextual, como as pertencentes ao domínio da ética, independente e de caráter universal. Mouffe (Ibidem, p. 89) fala que Habermas é inflexível quanto à possibilidade de que a troca de argumentos e contra-argumentos seja o procedimento adequado para o alcance da formulação de um interesse geral, reforçando a ideia de que o domínio das decisões políticas, em que se incluem questões básicas ou princípios fundamentais, possa ser isolado do pluralismo e seja suficientemente neutro para que soluções racionais venham a ser propostas.

Mouffe (2009), ao contrário destas duas perspectivas, vai propor que não se subestime o caráter contraditório, paradoxal, da democracia liberal, uma vez que ela está fundada na tensão entre duas lógicas distintas e irreconciliáveis – a lógica da democracia, com seu apelo à igualdade e participação popular, e a lógica do liberalismo, com sua defesa aos direitos individuais e à liberdade – e que, portanto, qualquer tentativa de dar uma solução racional final à tensão é descabida, principalmente quando boa parte da política democrática é dedicada à negociação deste paradoxo, bem como na proposição de soluções precárias e contingentes. A tarefa não é escapar ao pluralismo de valores, mas enfrentá-lo e dispô-lo de um modo que seja compatível com formas democráticas de práticas políticas. Ao contrário de Rawls, Habermas e de seus seguidores, Mouffe defende que a lealdade para com os regimes e instituições democráticos não virá da substituição de uma “racionalidade meio-fins”, típica do modelo agregativo, por uma racionalidade *deliberativa* ou *comunicativa*, mas da constituição de um conjunto de práticas que torne possível a formação de cidadãos democráticos. Não adianta, segundo a autora, relegar para um domínio abstrato as paixões e afetos (entendendo por isso as forças ou laços afetivos que estariam na origem das formas coletivas de identificação), pois desempenham papel crucial na garantia de fidelidade às instituições e valores democráticos.

Outra crítica que a autora faz a tais perspectivas é quanto à concepção de sujeito, que é visto como indivíduos anteriores à sociedade, portadores de direitos naturais, abstraídos, portanto, de relações sociais de poder, da linguagem, da cultura e das práticas de que participam e em que seu agenciamento é tornado possível. Para Mouffe (2009, p. 98):

A deliberação pública, livre e não constrangida, sobre todas as questões de preocupação geral é uma impossibilidade conceitual, uma vez que as formas particulares de vida apresentadas como seus “impedimentos” são sua própria condição de possibilidade. Sem elas, nem comunicação, nem deliberação nunca ocorreriam. Absolutamente, não há justificativa para atribuir

privilégio especial a um, assim chamado, “ponto de vista moral” que fosse governado pela racionalidade e imparcialidade e em que um consenso universal e racional pudesse ser obtido⁵².

Assim, não é com argumentos que defendam a incorporação de uma racionalidade comunicativa nas instituições democráticas que será garantida uma lealdade para com os valores democráticos; isto só será possível com a criação e difusão de instituições, de discursos, de formas de vida que alimentem a identificação dos atores sociais com tais valores. Pautada na crítica wittgensteiniana ao racionalismo, Mouffe defende, com o filósofo austríaco, que, para que acordos sobre opiniões sejam alcançados, é necessário haver acordo sobre formas de vida.

5.1.2 O conceito de “político”, de “política” e o “pluralismo agônico”

Uma das questões levantadas na crítica de Mouffe ao modelo deliberativo de democracia diz respeito à crença, por parte de seus defensores, no estabelecimento de um campo em que ocorreriam as decisões políticas, fundado por princípios ou procedimentos de ordem racional. Neste campo, o antagonismo que pudesse surgir das diferenças de interesses ou das particularidades de cada sujeito poderia ser erradicado graças à adoção de procedimentos deliberativos adequados, que conduziriam a um debate racional na esfera pública, em que se poderia chegar, por fim, ao consenso. Entretanto, o que tal crença deixa escapar é que o próprio antagonismo, que poderia ser considerado como uma etapa a ser superada ou mesmo ultrapassada quando do processo de discussão e decisão públicas, faz parte da constituição de qualquer relação sócio-política. O modelo de democracia deliberativa traz, como aludi ainda há pouco acima, uma concepção de sujeito como que anterior à sociedade, com identidades pré-definidas. Além disso, há a ideia de que os sujeitos podem compartilhar de um princípio de racionalidade que serviria para os processos de decisão política, colocando de lado ou isolando num mundo privado ou ético suas histórias, suas diferenças sociais, culturais, religiosas, e acreditando, mesmo com isso, que tais

⁵² No original: “[...] the free and unconstrained public deliberation of all on matters of common concern is a conceptual impossibility, since the particular forms of life which are presented as its 'impediments' are its very condition of possibility. Without them no communication, no deliberation, would ever take place. There is absolutely no justification for attributing a special privilege to a so-called 'moral point of view' governed by rationality and impartiality and where a rational universal consensus could be reached”.

idiosincrasias não teriam implicações para o agenciamento político, nas esferas de debate.

Contrariamente a esta concepção abstrata e mistificadora dos reais obstáculos que uma concepção tradicional ou ingênua de política subestima, Mouffe (1994, 2005, 2009) vai propor uma alternativa a tal quadro, a que ela chama de *democracia pluralista e radical* ou *pluralismo agonístico*, defendendo que o poder não pode ser espanado da deliberação público-política, pois que ele é constitutivo de toda e qualquer relação social. Um dos erros, segundo Mouffe (2009, p. 98-99), dos teóricos da democracia deliberativa está em postular a disponibilidade de uma esfera pública em que o poder teria sido eliminado e um consenso racional seria produzido. Nas palavras da autora:

Segundo a abordagem deliberativa, quanto mais democrática uma sociedade é, menos o poder seria constitutivo das relações sociais. Mas, se aceitarmos que as relações de poder são constitutivas do social, então a principal questão para a política democrática não é como eliminar o poder, mas como constituir formas de poder compatíveis com valores democráticos (MOUFFE, *ibid.*, p. 100)⁵³.

Desta feita, a tarefa está em assumir uma esfera de debate pública constituída por relações de poder, por tensões em busca de decidir uma ordem política, sem ignorar que, com isso, haverá exclusão, pois pensar a política tendo o antagonismo como sua dimensão ontológica (ver mais abaixo) implica sempre construir um *nós* em oposição a um *eles*. Aliás, isto sempre esteve presente nas propostas deliberativas; o problema foi acreditar que a decisão racional não fosse, ela mesma, um tipo de exclusão, que quanto mais as diferenças fossem postas em suspensão, quanto mais procedimentos racionais e razoáveis para todos fossem assumidos, menos o poder emanaria das relações sociais, menos exclusões ocorreriam. Mouffe (1994, 2009) não nega que o consenso possa ser alcançado; ela só não compactua que isto aconteça sem alguma exclusão. Para se pensar o consenso ou qualquer legitimidade racional, não deveríamos, segundo a autora, negligenciar o papel da hegemonia na disposição de discursos aglutinadores no debate público. Qualquer ordem política decidida ou aceita na esfera pública é a expressão de uma hegemonia, de uma disposição de relações sociais de poder entre os indivíduos, e, enquanto tal, está sujeita a rearranjos, a novas disposições, uma vez que ela é sempre uma construção discursiva, portanto, contingente e precária. Concluindo:

Contrariamente a outros projetos de democracia radical ou participativa,

⁵³ No original: “According to the deliberative approach, the more democratic a society is, the less power would be constitutive of social relations. But if we accept that relations of power are constitutive of the social, then the main question for democratic politics is not how to eliminate power but how to constitute forms of power more compatible with democratic values”.

informados por um enquadre racionalista, a democracia plural e radical rejeita a própria possibilidade de uma esfera pública não excludente de argumentos racionais onde um consenso não coercitivo poderia ser alcançado. Mostrar que tal consenso é uma impossibilidade *conceitual* não é colocar em perigo o ideal democrático, como alguns argumentariam. Pelo contrário, isto protege a democracia pluralista contra quaisquer tentativas de fechamento. Na verdade, essa rejeição constitui uma garantia importante de que a dinâmica do processo democrático vai ser mantida viva⁵⁴ (MOUFFE, 2009, p. 33, grifo da autora).

Se poder e legitimidade convergem e atuam perfeitamente em conjunto, isto acarretará uma ordem política hegemônica. Para a autora, uma distinção é necessária para compreendermos um pouco da complexidade do campo político, bem como a relação entre poder, antagonismo e discurso. De um lado, tem-se o “político” (*the political*), que concerne a uma dimensão ontológica, em que se situam, por exemplo, trabalhos de teoria política, preocupados não com os fatos políticos em si, mas com a essência do político (MOUFFE, 2005, p. 8); nesta dimensão, Mouffe vê a presença do antagonismo, como algo inerente às relações humanas estabelecidas tanto no campo político, quanto em quaisquer relações sociais. De outro, há a “política” (*the politics*), que trata do campo empírico da política, ou seja, de trabalhos da ciência política preocupados com a agenda política, as eleições, os discursos, os programas de partidos; em outras palavras, tal dimensão diz respeito ao “conjunto de práticas, discursos e instituições que buscam estabelecer certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são sempre conflituais, porque afetadas pela dimensão do ‘político’” (MOUFFE, 2009, p. 101)⁵⁵. A política (*the politics*), portanto, surge como uma tentativa, sempre precária, contingente, histórica, de se tentar domesticar a dimensão antagônica do político (*the political*). O erro presente nos trabalhos de inúmeros teóricos e cientistas políticos, segundo Mouffe, foi negar e eliminar essa dimensão antagônica do político e buscar um caminho pelo qual os indivíduos pudessem participar de uma esfera pública de debate sem tratar uns aos outros como inimigos, com o que haveria inevitavelmente exclusões, deixando de atender ao bem comum.

Aqui, tem-se a importância de se pensar o papel dos discursos disponíveis em uma

⁵⁴ No original: “Contrary to other projects of radical or participatory democracy informed by a rationalistic framework, radical and plural democracy rejects the very possibility of a non-exclusive public sphere of rational argument where a non-coercive consensus could be attained. By showing that such a consensus is a *conceptual* impossibility, it does not put in jeopardy the democratic ideal, as some would argue. On the contrary, it protects pluralist democracy against any attempts at closure. Indeed, such a rejection constitutes an important guarantee that the dynamics of the democratic process will be kept alive”.

⁵⁵ No original: “‘Politics’, on the other side, indicates the ensemble of practices, discourses and institutions which seek to establish a certain order and organize human coexistence in conditions that are always potentially conflictual because they are affected by the dimension of ‘the political’”.

esfera pública de debate político, sejam eles midiáticos ou científicos (como o deste trabalho). A política, manifestada por meio de discursos em processos de deliberação coletiva, seria sempre a tentativa de criação de uma unidade, de uma ordem, num contexto conflituoso, repleto das diferenças e interesses dos participantes. Estaria, assim, ligada à construção de um *nós* pela determinação de um *eles* (MOUFFE, *ibid.*, p. 101). Ao contrário do que pensam os teóricos da democracia deliberativa, dificilmente conseguiremos conciliar, por meio do diálogo, interesses divergentes, por serem estes, antes, discursos que sustentariam a ordem política e social, cada um ao seu modo. A questão para a política democrática reside em, ao assumir a inerradicabilidade do pluralismo de valores, construir um *eles* que não precise ser destruído pelo discurso do *nós* ou que seja razoavelmente incluído num discurso racional de unidade, mas que, tendo suas ideias combatidas pelo discurso do *nós*, não tenha o direito de defendê-las posto em questão, tratando-os sempre como opositores legítimos. Para Mouffe, nisso está o verdadeiro espírito da tolerância pautado nos princípios liberal-democráticos: não exigir aquiescência para com as ideias a que nos opomos, ou indiferença diante dos pontos de vista com que discordamos, mas tratar aqueles que os defendem como opositores legítimos. Assim, a política democrática deve encarar a criação de uma vibrante esfera pública agonística de contestação em que distintos discursos políticos hegemônicos possam ser confrontados (MOUFFE, 2005).

Seu trabalho, dessa forma, emerge como pressuposição política relevante para entender, de um lado, essa ordem de discurso política que subjazeria a adoção da credibilidade e da confiabilidade da *personna* política pública enquanto critérios definidores para o sufrágio, o que daria certo matiz à feição política da modernidade tardia; de outro, tanto o caráter contingente da tentativa de fechamento definitivo da identidade da mídia como informativa, quanto sua própria atuação na representação dos eventos e atores sociais.

Além disso, com a constatação de Mouffe de uma tendência mundial no campo político que desacredita na função articulatória desempenhada por ideologias que congregam antagonicamente interesses políticos e sociais particulares, em favor da defesa de um consenso racional não excludente pelo qual seria possível atender às demandas de todos os cidadãos, sendo aceitos *ad hoc*, especialmente, os procedimentos para a constituição e, conseqüentemente, a participação em uma esfera pública de deliberação racional – com isto, com esta tendência que enforma, de certa forma, certa conjuntura política em boa parte do mundo ocidental e, não muito diferente, do contexto brasileiro, sobretudo com a existência de

partidos sociais democratas, representantes locais do programa da *terceira via*⁵⁶ (como, por exemplo, o PSDB, via Fernando Henrique Cardoso), vejo que há um ambiente político propício para que uma mídia possa reger-se por uma *postura* discursiva informativa ou pelas ideias de imparcialidade, objetividade – pontos nodais responsáveis pela constituição de sua identidade como imprensa jornalística informativa – e representar-se como advogada de um interesse comum, de todos, ou como “vista da nação” e de seus cidadãos, ainda mais quando é a tarefa de se chegar ao bem comum um dos pilares procedimentais da formação de uma esfera pública de deliberação racional, e já que para isto é pressuposto deixar de lado os interesses particulares e éticos para que possam ser atingidos os objetivos públicos e morais que beneficiem a todos – conduta esta que parece estar na base daquelas ideias de imparcialidade e objetividade.

Em resumo, poderia dizer que uma identidade da mídia como imprensa jornalística pode se beneficiar de um tal contexto político, hegemônico pela política apolítica de uma *terceira via* para a política e reforçado pelo interesse teórico crescente da deliberação racional. Com o amparo teórico e político da defesa da possibilidade de existência de uma esfera pública de debate pautada por princípios racionais a nortear a deliberação, tornar-se-ia mais fácil supor que o uso da linguagem feito pela mídia (aqui, no caso deste trabalho, feito por VEJA) poderia ser mais facilmente considerado como informativo, e, por conseguinte, que sua postura em relação ao relato, à representação dos eventos e atores sociais, em suma, em relação àquilo que diz é mais comprometida com a *verdade*.

5.2 O Engajamento e Atitude com a audiência enquanto construção de um discurso: a performatização de um discurso (III)

Nesta seção, apresento os últimos textos que utilizei paradigmaticamente para as análises. A separação das análises em capítulo foi feita apenas com fito didático, para que as

⁵⁶ A “terceira via” (*third way*) é o aspecto político dessa dimensão teórica combatida por Chantal Mouffe, que seria ainda, conforme a autora, uma faceta político-ideológica da hegemonia neoliberal dominante nas sociedades democráticas liberais. Segundo Mouffe (2005, p. 5-6), a política da “terceira via” endossa os dogmas do discurso neoliberal referentes às “virtudes do mercado” econômico, aos perigos da interferência estatal na lógica mercadológica e à defesa de sua autonomia. A política da “terceira via”, ainda de acordo com Mouffe (Ibid.), possui grande adesão em alguns países, como exemplo mais patente o Partido Trabalhista, na Grã-Bretanha (com Tony Blair e Gordon Brown), tendo prosélitos principalmente em partidos sociais democratas, como nos Estados Unidos (com Bill Clinton e sua esposa, Hilary), na Alemanha (com Gerhard Schröder), no Brasil (com Fernando Henrique Cardoso) dentre outros. O representante acadêmico mais famoso das propostas da “terceira via” é Anthony Giddens, que foi conselheiro de Blair e de quem se encontram os livros mais notáveis sobre tais propostas (cf. GIDDENS, 1999; 2001).

discussões teóricas de cada capítulo não se perdessem no acúmulo e fossem vistas na prática articulatória dos discursos, dos textos de VEJA. Logo abaixo, temos uma Carta ao Leitor, publicada no dia 3 de agosto de 2005, aproximadamente dois meses após a divulgação de um vídeo por VEJA em que flagrava um funcionário dos Correios recebendo e explicando a propina que chegava em sua diretoria. Como disse outrora, foi por meio desse vídeo que se sucederam vários acontecimentos e revelações que redundaram na eclosão do que, na mídia, ficou conhecido como “escândalo do mensalão”. A partir dali, tínhamos a fixação e tentativas de remoção das evidências que impugnavam e redefiniam as identidades sociais envolvidas nos casos anunciados como pertencentes ao escândalo sobredito. A Carta ao Leitor é um tanto quanto exemplar no que concerne à postura imparcial, objetiva, despolitizada da revista VEJA. Isso porque é claramente declarado ao lado de quem ela estaria, quem representa, para quem se dirige e por quê. A atitude antagônica, ao mesmo tempo constatativa da revista, encontra sua razão de ser aqui, nessa declaração que reivindica para ela a identidade de veículo jornalístico imparcial, a serviço de todos, como se os interesses que a movessem encontrassem esteio não em questões políticas, sociais, ideológicas particulares, mas antes almejassem fim em um interesse comum, que representasse os anseios de todos, da nação. É nesse sentido, de que a revista se apresenta como uma instituição a serviço da nação, de todos, que mais acima trouxe o arcabouço teórico de Chantal Mouffe e Ernesto Laclau para que assumíssemos não uma postura constatativa, universal e objetiva nos desempenhos que realizamos nas esferas públicas de debate, mas sim uma atitude inescapavelmente política, interventora, que age antagonizando na tentativa de encerrar a ordem social num discurso que ganha coerência e sentido nas palavras de grupos sociais, com interesses específicos, nunca consensualmente atingidos, porque inevitavelmente antagônicos no confronto com outros.

Nesta Carta ao Leitor, encontramos esta postura universal da revista. Trata-se de uma forma estratégica de engajamento com a audiência. Colocando-se como representante da nação, a revista transfigura-se como agente representativo de todos, esconde-se numa homogeneização de um *todos nós*. Seu discurso, portanto, é apresentado como articulação e condensação dos interesses dos brasileiros. E, engajando todos na luta da revista contra a corrupção, todos aqueles que ratificam a significância da revista, que endossam sua representação da realidade, anuem à forma como VEJA significa os eventos e atores sociais. A corrupção, neste caso, aparece como elemento norteador, como ponto nodal que congrega em torno do discurso de VEJA a nação, ao menos todos aqueles que são contra os que ao país fazem mal. Em todos os textos analisados até aqui, a corrupção desempenha papel moral

preponderante, já que ela amarra em si a indignação que se manifestaria na sociedade, mas com o auxílio de discursos que não só a constata, e sim que performatizam o olhar, a compreensão, a forma de encarar a realidade social e política – enfim, um discurso, supostamente de todos.

Vejamos o texto:

A FAVOR DO BRASIL

“A imprensa é a vista da nação. Por ela é que a nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonegam, ou roubam, percebe onde lhe alvejam, ou nodoam, mede o que lhe cerceiam, ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que a ameaça.” A frase de Rui Barbosa, que vale sempre citar, desdobra com beleza aquela que é a missão jornalística por excelência – a de fiscalizar o poder, independentemente de quem o tenha conquistado, pelo bem do país. É essa missão que VEJA leva a cabo semana após semana, desde que foi lançada, em setembro de 1968. Durante a ditadura militar, na vigência da qual a revista nasceu, a fiscalização do poder da imprensa era dificultada, quando não completamente impedida, pela censura. Democracia reinstaurada, à mordaca substituiu-se – tanto melhor – a grita dos fiscalizados. “A imprensa é parcial”; “É preciso controlar a imprensa”: tais são as frases que costumam pontuar o cantochão dos que, no poder, são apanhados com a boca na botija.

No caso de VEJA, o cantochão mais ouvido é que ela é “parcial”. Há quem o entoe agora, por causa da cobertura extensa e aprofundada que a revista faz dos escândalos que colocam em xeque o governo Lula. Como se fatos sobejamente provados fossem um diz-que-diz inconsequente. Como se VEJA fosse antipetista. Nada mais longe da verdade. A revista não é, nem nunca foi, inimiga de forças políticas. Não era anti-Collor quando denunciou o esquema do tesoureiro PC Farias; não era antitucana nos momentos em que o governo Fernando Henrique Cardoso foi maculado por esquemas de corrupção. VEJA não é inimiga de certos partidos políticos nem amiga de outros. A revista é, simplesmente, a favor do Brasil. Contra os que lhe malfazem, os que lhe roubam. A vista da nação.

O texto começa com um engajamento com a voz de outro. Trata-se da voz de alguém que goza de prestígio social e político no Brasil, ao menos essa é a imagem por muitos imputada a Rui Barbosa, a seus discursos políticos, que encerram excelente retórica e exemplificam a hombridade de seu caráter. A voz de Rui Barbosa, aqui, serve como **endosso** daquilo que será defendido pela revista: o fato de que VEJA está a serviço de todos, e não contra certos partidos políticos. A recontextualização da voz de Rui Barbosa não poderia ser mais perfeita. Ela surge como uma força que defende a revista das acusações a que vinha sendo submetida por estar a desvendar casos de maltrato e mal-uso da máquina política pública, além de reforçar o papel que seria da imprensa: o de fiscalizar o poder para o bem do país. Esta proposição da revista se erige no texto contra uma voz que, sem atribuição específica, lhe questionaria a função (“*independentemente de quem o tenha conquistado, pelo bem do país.*”). Em seguida, temos uma avaliação (**atitude – julgamento – estima social – tenacidade – positiva**) da própria revista quanto à sua atividade, ao afirmar que persegue,

“*semana após semana*”, o objetivo da imprensa, tão bem defendido por Rui Barbosa, desde sua fundação enquanto revista, em 1968. E isso mesmo diante de tantos empecilhos que tentavam impedir sua tarefa, como na ditadura com a censura e na democracia com “a grita dos fiscalizados”. No trecho “‘*A imprensa é parcial*’; ‘*É preciso controlar a imprensa*’: *tais são as frases que costumam pontuar o cantochão do que, no poder, são apanhados com a boca na botija*”, temos um recurso de **engajamento – heteroglossia – contração – proclamação – pronunciamento** pelo que a revista apresenta aquelas frases que seriam ouvidas frequentemente quando se tratava de criticar sua atividade de imprensa que busca o bem de todos. Mas a atribuição, nesse caso, não é feita a alguém específico, mas antes àqueles que foram acusados de, no poder, cometer irregularidades. Como essa atribuição, mesmo que não específica a alguém, mas a quem está em erro com o Estado, tem, assim, sua estima reduzida, pois não invalida em nenhum momento a atividade de VEJA de fiscalizar o poder.

O fato de ela ser julgada como “parcial”, por exemplo, chega a ser conferido a pessoas que, no momento em questão, incomodavam-se com sua atividade jornalística (“*Há quem o entoe agora, por causa da cobertura extensa e aprofundada que a revista faz dos escândalos que colocam em xeque o governo Lula*”). Se um pouco mais acima a revista afirma que “a grita” de sua “parcialidade” vem daqueles que foram apanhados em atos condenáveis (“*com a boca na botija*”), há uma orientação quanto a quem, neste momento, pode estar a declamar sua parcialidade: pessoas envolvidas no escândalo do mensalão. A **tenacidade** de certas frases atribuídas à postura jornalística da revista só faz creditar ainda mais o valor positivo que ela tem frente às atividades que ela realiza no cenário jornalístico e político nacional. Dessa forma, a revista constrói a imagem de si como a de alguém confiável, que pratica seu ofício para o bem de todos, como fica evidente no final do texto.

A frase seguinte é uma contra-afirmação àqueles que criticam a atuação da revista: “*Como se fatos sobejamente provados fossem um diz-que-diz inconsequente*”. Aqui, a revista coloca ao seu lado os fatos, “sobejamente provados”, ou seja, coloca-se como um veículo que está ao lado da verdade, junto à qual não estariam, portanto, aqueles que contra ela gritavam. Aqui a **concordância concessiva** da proposição “*No caso de VEJA, o cantochão mais ouvido é que ela é ‘parcial’*” encontra seu arremate, sua contra-afirmação, sob a forma de outra proposição fundamentada em “*fatos sobejamente provados*”, ou seja, temos um **engajamento – heteroglossia – contração – proclamação – endosso**. Assim, temos a consequência de que a imagem reivindicada para a revista está amparada não pelo que ela deseja e diz, mas pelo que está “*provado*”, por “*fatos*”. Isto é o que faz, por exemplo, que o

ethos de “imparcial”, corriqueiramente atribuído ao jornalismo informativo, seja tão bem justificado e validado, sobretudo quando os fatos perdem a dimensão factual e contingente, para assumir, dessa forma, o caráter de própria realidade. Em vez de serem vistos como formas de encarar a realidade, os fatos tornam-se aspectos incontestes dela própria. Assim, a revista tira a força da identidade – “imparcial” –, bem como de suas proposições, não da relatividade de sua subjetividade, mas da certeza da objetividade. Elimina-se, aqui, mas só à primeira vista, a resistência de vozes que se contraporiam ao que a da revista apresenta. Daqui o poder de recalcitrância que até mesmo a frase seguinte comportaria (“*Como se VEJA fosse antipetista*”) perde sua própria validade.

A contração (**engajamento – heteroglossia – contração – discordância – negação**) de vozes alheias é o recurso *par excellence* dos jornalistas de VEJA. E isso fica patente nas frases seguintes: “*Nada mais longe da verdade. A revista não é, nem nunca foi, inimiga de forças políticas. Não era anti-Collor quando denunciou o esquema do tesoureiro PC Farias; não era antitucana nos momentos em que o governo Fernando Henrique Cardoso foi maculado por esquemas de corrupção*”. Aqui, temos o uso de proposições como recurso para **atitude – julgamento – sanção social – propriedade**, mormente porque põe a revista como alguém ao lado da verdade, e não da mentira; alguém a serviço da nação, e não de interesses particulares. Além disso, reforça seu caráter **tenaz** na perseguição e denúncia daqueles que enchem de opróbio o Brasil, não por divergências políticas e partidárias em relação aos denunciados, mas por um dever cívico, íntegro, virtuoso e republicano, que a põe ao lado da nação, do bom governo, e não dos malfeitores.

Para finalizar, vejamos mais uma reportagem. Desta vez, uma reportagem referente ao período dos escândalos envolvendo ministros de Dilma. Ela foi publicada no dia 26 de outubro de 2011, na edição 2240, e foi assinada por Otávio Cabral e Laura Diniz. A reportagem é escrita quase em sua inteireza por constatações, com pouco recurso a outras vozes. Quando estas são mobilizadas, são apenas para reforçar as teses principais dos jornalistas, que, além de desenhar a realidade dos acontecimentos de seu modo, ainda conseguem, com o endosso de dados, fatos e vozes de especialistas, construir e alinhar a audiência como alguém que está em perfeito acordo com tudo o que eles dizem. O tema central da reportagem é corrupção. Vejamos:

A VINGANÇA CONTRA OS CORRUPOTOS

Brasileiros começam a se indignar com a corrupção, mal que consome por ano o dinheiro que seria suficiente para acabar com a miséria no país.

Otávio Cabral e Laura Diniz

A máscara branca com bigode e cavanhaque negros de Guy Fawkes, usada pelo justiceiro solitário do filme *V de Vingança*, tornou-se o símbolo dos manifestantes que ocupam as praças das principais cidades do mundo em protestos contra a crise econômica. No Brasil, onde a situação da economia ainda não guarda semelhança com a turbulência dos países ricos, a mesma máscara passou a decorar as manifestações contra a corrupção. Em sua indignação contra o regime totalitário que domina a Inglaterra em 2020, o mascarado V manda pelos ares o Parlamento. Por aqui, em um regime democrático, ninguém com juízo pode defender a explosão das instituições. Mas motivos para se indignar e sair às ruas a exigir a reforma da política e dos políticos não faltam. Os brasileiros são expostos quase todos os dias pela imprensa - e, em especial, por esta revista - a reportagens que revelam vergonhosas práticas de corrupção em todos os níveis de governo. Como se diz no interior do Brasil, em matéria de encontrar malfeitos no universo oficial, é "cada enxadada, uma minhoca". Cada um desses casos escandalosos provoca um surto de indignação nos homens de bem - mas, como logo aparecem novas denúncias, as pessoas honestas são levadas a redirecionar a indignação para outro alvo e, ao fim e ao cabo, todos se sentem perdidos e desamparados. VEJA se propõe, nesta reportagem, a examinar o fenômeno da corrupção em sua completude, analisando especialmente os malefícios que o roubo constante do nosso dinheiro provoca em cada um de nós.

A conclusão a que se chega é de uma amarga simplicidade: a cada ano, a corrupção rouba dos cofres públicos brasileiros a exorbitante quantia de 85 bilhões de reais. Esse montante seria suficiente para resolver os principais problemas do país e acelerar seu desenvolvimento. Mas o que se vê como uma triste rotina são políticos desonestos embolsando esse dinheiro para o enriquecimento pessoal e o financiamento de campanhas de seus partidos.

A indignação com a corrupção ganhou força nos últimos meses, com a demissão pela presidente Dilma Rousseff de quatro ministros envolvidos em irregularidades. O último pilhado foi Orlando Silva, do Esporte. A atitude firme da presidente ajudou a despenar a população para o descalabro do desvio em massa do dinheiro do povo. Agora é preciso dar urgentemente o passo seguinte, que é estancar a sangria da riqueza nacional - pois os atuais mecanismos de prevenção e punição da corrupção não estão funcionando.

Nos últimos dez anos, segundo estimativas da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), foram desviados dos cofres brasileiros 720 bilhões de reais. No mesmo período, a Controladoria-Geral da União fez auditorias em 15000 contratos da União com estados, municípios e ONGs, tendo encontrado irregularidades em 80% deles. Nesses contratos, a CGU flagrou desvios de 7 bilhões de reais - ou seja, a cada 100 reais roubados apenas 1 é descoberto. Desses 7 bilhões de reais, o governo conseguiu recuperar pouco mais de 500 milhões de reais. O que equivale a 7 centavos revistos para cada 100 reais roubados. Uma pedra de gelo na ponta de um iceberg. Com o dinheiro que escoia a cada ano para a corrupção, que corresponde a 2,3% de todas as riquezas produzidas no país, seria possível erradicar a miséria, elevar a renda per capita em 443 reais e reduzir a taxa de juros "O custo elevado da corrupção no Brasil prejudica o aumento da renda, o crescimento do país, compromete a possibilidade de oferecer à população melhor qualidade de vida e às empresas um ambiente de negócios mais estável", analisa José Ricardo Roriz Coelho, vice-presidente-da Fiesp.

A corrupção é uma praga que contamina todas as instâncias - e não apenas o governo federal. Há desde pequenos delitos, como a propina de 50 reais exigida por um guarda para liberar um motorista bêbado do teste do bafômetro, até desvios que envolvem estruturas complexas, como foi verificado recentemente no Ministério dos Transportes. Os esquemas mais visíveis estão no governo federal, responsável por 51% de toda a verba pública. Mas governadores e prefeitos também costumam embolsar dinheiro oficial. Em 2010, o governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda

(DEM), saiu do palácio para a cadeia. No mesmo ano, em Dourados, em Mato Grosso do Sul, o prefeito, a primeira-dama, o vice, nove vereadores e cinco secretários foram presos em um golpe que desviou mais de 10% do orçamento da prefeitura. A cidade, sem poder legítimo, passou a ser comandada por um juiz. Há um ponto em comum nesses esquemas: o prejuízo ao cidadão, que paga seus impostos e recebe um serviço inadequado.

As principais causas da corrupção são velhas conhecidas: instituições frágeis, hipertrofia do estado, burocracia e impunidade. O governo federal emprega 90000 pessoas em cargos de confiança. Nos Estados Unidos, há 9051. Na Grã-Bretanha, cerca de 300. "Isso faz com que os servidores trabalhem para partidos, e não para o povo, prejudicando severamente a eficiência do estado", diz Claudio Weber Abramo, diretor da Transparência Brasil.

Há no Brasil 120 milhões de pessoas vivendo exclusivamente de vencimentos recebidos da União, estados ou municípios. A legislação tributária mais injusta e confusa do mundo é o fertilizante que faz brotar uma rede de corruptos em órgãos como a Receita Federal e o INSS. A impunidade reina nos crimes contra a administração pública. Uma análise de processos por corrupção feita pela CGU mostrou que a probabilidade de um funcionário corrupto ser condenado é de menos de 5%. A possibilidade de cumprir pena de prisão é quase zero. A máquina burocrática cresce mais do que o PIB, asfixiando a livre-iniciativa. A corrupção se disfarça de desperdício e se reproduz nos labirintos da burocracia e nas insondáveis trilhas da selva tributária brasileira. Por essa razão, a vitória contra a corrupção passa também pela racionalização tributária, pela simplificação do estado cartorial brasileiro e pela diminuição do estado, que consome 40% da riqueza nacional e não devolve em serviços um décimo disso. Os brasileiros começam a acordar para essa realidade e a reagir a ela nas ruas. O episódio mais emblemático foi a coleta de 1,6 milhão de assinaturas que deu origem à Lei da Ficha Limpa. Agora, as pessoas começam a marchar contra a corrupção.

"As pessoas que hoje compõem a classe C ficaram mais conservadoras e mais zelosas com o que acabaram de alcançar. Esse é um fenômeno social comum sempre que uma parcela da população ascende socialmente", explica o cientista político David Fleischer. Segundo ele, a nova classe média abomina a corrupção e exige que o governo lhe ofereça melhores serviços de saúde, oportunidades de educação e mais segurança pública. "A corrupção é inerente a sociedades humanas. Arquivos descobertos em um centro administrativo da Assíria, em 1400 a.C., faziam referência a servidores civis cobrando propinas, com envolvimento dos líderes", diz Bryan Evans, pesquisador da organização inglesa de políticas públicas Tearfund. Talvez seja utópico esperar que a corrupção acabe, mas, como todas as pragas, ela pode ser mantida em um nível mínimo. Lutar contra ela vale a pena.

Conforme falei, este texto é predominantemente **monoglóssico**. Há sim a presença de outras vozes no texto, mas, como é possível ver, são apenas para reforçar e endossar o que os jornalistas advogam. Vejamos o início. Os pressupostos das frases são de que a audiência sabe e até compartilha dos fatos a que os jornalistas se reportam. O mais curioso é que toda a indignação que motiva, por exemplo, os mascarados no Brasil a saírem às ruas "*para exigir a reforma política e dos políticos*" encontra seu apoio e ânimo na própria revista ("*Os brasileiros são expostos quase todos os dias pela imprensa - e, em especial, por esta revista - a reportagens que revelam vergonhosas práticas de corrupção em todos os níveis de governo*"), o que imprime o matiz de que a revista continuamente vem denunciando "*vergonhosas práticas de corrupção em todos os níveis de governo*".

Se levarmos em consideração que o contexto em que a reportagem surge é o da série de escândalos e demissões envolvendo o mais alto escalão do governo Dilma, então

muito sugestivo fica o fato de que as práticas vergonhosas aludidas vêm deste governo e que sua frequente exposição e revelação pela imprensa, mas, *“em especial, por esta revista”*, é, senão a origem da indignação geral que vem levando os brasileiros a se manifestarem nas ruas, ao menos sua pedra de toque. É como se os então casos de corrupção na Esplanada dos Ministérios fossem o estopim, a gota d’água que transbordou o limite da pusilanimidade dos brasileiros. Entretanto, como é dito no trecho *“Cada um desses casos escandalosos provoca um surto de indignação nos homens de bem - mas, como logo aparecem novas denúncias, as pessoas honestas são levadas a redirecionar a indignação para outro alvo e, ao fim e ao cabo, todos se sentem perdidos e desamparados”*, a indignação que há parece não ser a reação de todos os brasileiros, mas somente aqueles que não suportam mais tanta exposição a *“vergonhosas práticas”*, ou melhor, os *“homens de bem”*, *“pessoas honestas”*. A relevância de se destacar isso vem do alto grau de alinhamento que os jornalistas desenham com a audiência, ao engajá-la com a revista para ser incluída entre os *“homens de bem”* que se indignam com a corrupção diária em *“todos os níveis de governo”*.

Boa parte das frases, das proposições dos jornalistas, nesse primeiro parágrafo, é feita sem nenhuma remissão a outras vozes. Não há a presença de vozes concorrentes, mas também não há de outras que endossem a dos jornalistas. O único caso de uma voz externa é do provérbio, do dito popular, usado, aqui, como **endosso** da própria tese dos jornalistas de que em todos os lugares, em todos os níveis de governo, há a praga da corrupção (*“cada enxadada, uma minhoca”*). Todo o restante é tomado como dado, mas sem a presença de um pressuposto, como se tacitamente todos os que leem soubessem do que se tratava do texto, pois o predomínio é de uma narrativização dos acontecimentos. Justamente esta ausência de voz é que fornece este caráter de narrativa primeira, de palavra inauguradora do universo construído em torno do tema da corrupção. Neste caso, como os jornalistas generalizam a indignação como reação de todos os brasileiros de bem, além do fato de não haver uma diferenciação real para esclarecer quem de fato está incluído nesta categoria (o que reforça mais a disposição de alinhamento tácito dos brasileiros com a narração dos jornalistas), a audiência é conduzida, desta forma, a compartilhar tanto da constatação feita pelos jornalistas, quanto do próprio sentimento que eles lhe atribuem na representação da reação como indignação, assim como do comportamento, de sair às ruas em defesa da reforma política e em luta contra a corrupção.

No caso da última frase do primeiro parágrafo (*“VEJA se propõe, nesta reportagem, a examinar o fenômeno da corrupção em sua completude, analisando*

especialmente os malefícios que o roubo constante do nosso dinheiro provoca em cada um de nós”), encontramos mais uma vez aquela atitude teorizante da revista, que oferece uma descrição da realidade, manifestando sua essência. Aqui, há o uso de uma estratégia científica, em mostrar, senão a causa primeira, ao menos os desdobramentos e os liames entre um evento e outro, de modo que uma compreensão mínima, mas confiável, seja oferecida como apreensão da realidade dos acontecimentos que constituem a conjuntura política atual, bem como a reação de seus expectadores, os brasileiros, dentre os quais nós, a audiência. Além disso, a escolha de itens lexicais (“*nosso dinheiro*”, “*em cada um de nós*”) em que se incluem tanto os jornalistas, quanto a audiência é importante para o estabelecimento de um alinhamento e anuência com o público-leitor.

Na primeira frase do parágrafo seguinte (“*A conclusão a que se chega é de uma amarga simplicidade: a cada ano, a corrupção rouba dos cofres públicos brasileiros a exorbitante quantia de 85 bilhões de reais*”), há um **endosso** da voz dos jornalistas que encontra respaldo não em algo conhecido, mas em algo que já seria dado o suficiente para não ser necessária uma atribuição da voz a alguém. Não há uma definição de quem chegou à conclusão. É como se esta informação já fosse, também, tomada como dada pela audiência.

No caso do terceiro parágrafo, o dado mais relevante na voz dos jornalistas é o caráter deontológico, ordenador, imperativo presente na última frase (“*Agora é preciso dar urgentemente o passo seguinte, que é estancar a sangria da riqueza nacional - pois os atuais mecanismos de prevenção e punição da corrupção não estão funcionando.*”), que, em vez de sugerir, na sua teorização da situação política brasileira, propõe como ordem a ser seguida “*estancar a sangria da riqueza nacional – pois os atuais mecanismos de prevenção e punição da corrupção não estão funcionando*”. Aqui, o que temos é a redução da positividade da atitude tomada por Dilma, e até citado pelos jornalistas, ao dizerem que “*a atitude firme da presidente ajudou a despenar a população para o descalabro do desvio em massa do dinheiro do povo*”. Em vez do endosso positivo, o que logo em seguida aparece é um **engajamento – heteroglossia – contração – proclamação – concordância concessiva**, que só concorda com a atitude de Dilma, se o passo seguinte de modificar os atuais mecanismos de combate à corrupção for dado.

No caso de “*Os brasileiros começam a acordar para essa realidade e a reagir a ela nas ruas. O episódio mais emblemático foi a coleta de 1,6 milhão de assinaturas que deu origem à Lei da Ficha Limpa. Agora, as pessoas começam a marchar contra a corrupção*”,

há a constatação positiva de que os brasileiros estão reagindo contra “*esta realidade*” construída nas proposições engajadoras e **monoglóssicas** dos jornalistas, uma realidade constatada e descrita sobremaneira sobre sua voz. Dessa forma, a reação dos brasileiros é louvável, pois “*começam a acordar*”, de um sono letárgico que parecia imobilizá-los frente aos casos denunciados de escândalos e esquemas de corrupção.

6. OS JUÍZOS MORAIS E A CORRUPÇÃO: UM PREÂMBULO ÀS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de juízos morais, da linguagem da moralidade (seja ela jurídica ou não, isto é, seja ela assentada no Direito ou em alguma outra norma social) na referência ao campo político, na esfera pública, mais especificamente pela mídia, pode ser a expressão tanto de um estilo de se dizer (principalmente daqueles que fazem jornalismo categorizado como “investigativo”), como, talvez, sobretudo, de uma forma eficaz de representar. Eficaz porque comporta, em si, recurso poderoso de impugnação, avaliação discursiva a quem age contra as expectativas normativas de uma ordem jurídico-política estabelecida e justificada, assim como carrega no seu bojo uma validação epistêmica de quem faz emissão do juízo. A partir deste segundo ponto, explico melhor o primeiro. Vejamos.

A posição de quem fala e emite os juízos na esfera pública não deve se pautar por uma subjetividade moral, por suas observações biográficas, por suas predileções éticas, morais e, por conseguinte, políticas, isto se seu desejo for angariar o reconhecimento de não só ser capaz de dizer objetivamente algo a respeito de um dado campo social, como também de saber verdadeiramente o que diz, sempre em referência a uma prescrição anterior que conceda validade ao dito. Considerando bem as situações em que se faz emissão de um juízo, aquele que o emite fala como se, antes, se respaldasse por uma norma ou conjunto de normas anteriores, forjadas e concordadas *ex ante*, que facultam a possibilidade de prescrever esta ou aquela conduta, de modo mais reconhecido ou justificado possível em uma ordem social. Contudo, isso somente se o emissor desejar fundamentar o mais congruente e verdadeiramente possível um juízo, pois este também pode se basear em um conjunto de representações sociais mais relativizadas, seja porque dependentes de variáveis ou circunstâncias socioculturais, seja porque relacionadas a um grupo social específico; neste caso, o emissor estaria, numa consideração crítica, claramente refém de um ponto de vista determinado o suficiente para serem reportadas suas enunciações de valor a apenas seu círculo de estima social.

Como consequência de quando assentado um juízo em uma normatividade justificada previamente, temos, portanto, o fato de que mais distante residiria a avaliação de quem fala de suas orientações políticas e sociais, pois, assim, o que se diz passa a ter validade, não relativa, mas amparada por um ordenamento jurídico já justificado pelo corpo social de

uma comunidade confiadamente ampla, ou seja, “digo que assim deve ser ou que alguém assim deve agir não porque quero (ou os meus pares querem) que assim seja, mas porque tem de ser assim, como nos manda as normas já estabelecidas”. Dessa forma, como indica Fernando Filgueiras (2008, p. 91), “o jogo de linguagem moral envolve uma analogia da moral com o conhecimento”, o que faz com que o apelo a normas em juízos morais não apenas prescreva um agir ou boa conduta, mas também, porque elas dependem de uma afirmação jurídico-política prévia de uma ordem tal para ter validade reconhecida, vincule o valor deontológico esperado de uma (boa) ação a um valor epistêmico, que justifica qualquer emissão de juízos morais pelo apelo à expectativa comportamental embutida nas normas. As normas servem, então, como tradição que perpetua a estabilidade de uma ordem. Nesse caso, escapam os juízos de serem a naturalização ou expressão de interesses privados, já que, desse modo, eles antes condensariam a expectativa moral normativa de interesses gerais, quer dizer, públicos.

Entretanto, a compreensão que advogo aqui (e que nos leva ao primeiro ponto referido por mim mais acima) é a de que o apelo a juízos morais na avaliação, na esfera pública, de condutas do campo político, em vez de ser simplesmente a tentativa de descrever um agir que descarrilha das expectativas normativas de um corpo político-jurídico, também promove a deslegitimação pública e política de quem resvalaria dos trilhos da boa conduta. Melhor dizendo, em vez de ser consequência de uma crise maior de legitimação das instituições políticas, como é com frequência compreendido no âmbito da teoria política o conceito de *corrupção*, o apelo ao juízo moral presente em/conducente à palavra “corrupção” é um ato de fala performativo que pode levar à própria deslegitimação e à crise crescentes de um corpo político-governamental. Como afirma Filgueiras (Ibid.), “os juízos são necessariamente descritivos, ao mesmo tempo em que [são] prescritivos, por significarem um estado de exigência acompanhado do caráter obrigatório dos modos de agir prescritos ou proibidos”. O juízo moral, assim, travestir-se-ia como uma constatação, mas somente à primeira vista, pois, a partir de sua emissão, ao menos dois desdobramentos ocorreriam. Vejamos também.

Primeiro, com a emissão e o reconhecimento da justificação de sua validade, poderíamos dizer que há uma performatização de um modo de agir, ou seja, como disse mais acima, há a prescrição de uma forma de ação e conduta, o que também levaria cada vez mais, com sua aceitação, à sedimentação de um ordenamento jurídico-moral, embora neste último caso haja a inauguração de uma oportunidade de contestação, de início circunstancial, do

próprio ordenamento, ao ser posto mais claramente em evidência do que quando não se lhe faz remissão em uma enunciação. Segundo, quando emitida para ou em uma esfera de discussão pública, o juízo em emissão dá início a uma movimentação de reconfiguração de condutas até então desviantes do que se prescreve sob a orientação de uma norma tal, como se seu valor consequente fosse adquirido na dinâmica que se desenvolve ao levar quem é julgado a outra ação (ainda passível de avaliação), de modo a fazer desaparecer sua ilegitimidade, sua falta de integridade ou probidade administrativa causada pelo(s) ato(s) de fala precursor(es) que assim o constataria. Isso parece fazer cair por terra a ideia de ser simplesmente uma constatação, já que, enquanto ato de fala que não se esgota no momento de seu proferimento, mas antes impulsiona o surgimento de outros, põe em evidência nele mesmo certo valor performativo, por suscitar outros atos de fala que tentam conter a força (ilocucionária) deslegitimadora do(s) primeiro(s). Não será por conta de um ato de fala que uma crise se desencadeia, ou seja, o ato de fala não é a causa primária para a crise de legitimação de um governo, mas, como a “constatação” de uma crise em organizações não se dá a partir de dentro, mas em especial a partir de fora, de quem está fora e teria algum interesse na (não)integridade da própria organização. A crise não é algo agradável, pois revela a ineficácia ou ineficiência administrativa de alguma instituição, organização, governo.

Um ponto de partida importante, entretanto comumente ignorado, na discussão a respeito da corrupção, reside na compreensão do papel dos juízos morais mobilizados na avaliação das práticas políticas. A relevância deste ponto de partida surge se compreendermos que a corrupção não é um fenômeno que nasce, desenvolve-se e morre apenas nos espaços sistêmico-administrativos relacionados à política, independentemente do que ocorre fora desse campo. Antes, advogaria aqui o entendimento de que a corrupção, enquanto um dos mecanismos indispensáveis à eclosão de uma atmosfera de crise, assume dimensões deslegitimadoras principalmente quando tematizada de fora do mundo sistêmico da administração, da burocracia estatal e do direito, tornando-se ponto nodal de representações sociopolíticas concorrentes no mundo da vida, subjacentes às quais encontramos interesses e avaliações que lutam para ordenar e narrar a realidade de modo particular. É óbvio que a corrupção encontra seus algozes em entidades, como o Direito, sob a forma de leis, normas, valores, que legitimam uma ordem contra a qual ela, a corrupção, se educa e se levanta. Entretanto, não se trata simplesmente de saber em que medida a corrupção é um desvio do que foi ordenado administrativo e juridicamente, mas sim de entender por quem e de que

forma ela é confrontada contra o *império da lei*, o Direito, ou seja, em como ela é avaliada, ao ponto de ser considerada, de fato, corrupção, desvio, ilegalidade, imoralidade etc.

Um crime, por exemplo, não é desvendado sem que haja olhos que o percebam ou palavras que o condenem enquanto tal. Além disso, para usar a linguagem do Direito Penal, como há o direito de ninguém levantar provas contra si mesmo (o princípio *nemo tenetur se detegere*), aparece, dessa forma, o papel imprescindível daqueles que levantam as provas que elevem um ato à condição de ‘crime’, bem como seu praticante à condição de réu. Mas, de que forma os juízos morais se tornam importantes para a análise que faço neste trabalho? Ora, é por meio dos juízos ético-morais que os ‘autos’ das representações midiáticas são concluídos ou levados a conclusão. Vimos como muitos dos textos analisados aqui não se limitavam a ‘levantar provas que incriminem’ certos atores políticos, em atos comprometedores de sua integridade e probidade administrativas, mas representavam tais atores de uma forma avaliativa, conduzindo, persuasivamente, à conclusão de que eles são justamente da forma como são apresentados naquele momento, pelo texto.

O tema da corrupção aparece, na ciência política, na discussão da construção de uma ordem estável, legítima, que represente um bom governo, à medida que, no contexto democrático moderno, represente os interesses dos cidadãos nas esferas de decisão. O referencial aristotélico e romano a respeito da corrupção associava a corrupção ao sentido pleno desta palavra: à degradação de uma entidade, de uma ordem, ou seja, à desfiguração de algo acabado, constituído (FILGUEIRAS, 2008). Dessa forma, corrupção é sintoma de um governo que deixou de ser bom ou de representar uma ordem acabada, legitimada. Eis a tese que venho usando como pressuposto neste trabalho: a corrupção é evidenciada em contextos de crises de legitimidade de um sistema político, tanto de suas instituições, quanto (e aqui residia a preocupação deste trabalho) de seus membros, atores políticos. Assim como Filgueiras (2008), podemos entender a corrupção como manifestação de problemas institucionais que são levados a falar tanto pelos próprios participantes das instituições democráticas (políticos, partidos, cientistas políticos, especialistas...), quanto pelos membros da sociedade civil, como a mídia, no caso aqui como VEJA. Contudo, em vez de tomar a corrupção como sintoma de crise, minha análise partiu da compreensão de que a linguagem da corrupção participa como um dos elementos essenciais da construção de contextos de crise política, e não o seu contrário. A diferença pode parecer sutil, mas revela uma ideia outra de como a crise não é, necessariamente, uma energia negativa centrífuga que nasceu dentro da instituição ou sistema político, sendo transmitida para fora, mas antes pode ser consequência

de atos de fala que, também ‘de fora’, desencadeiam uma série de contra-ações ‘de dentro’ das instituições com o objetivo de conter o que a força dessa energia negativa centrípeta promove, ou seja, as ‘constatações’ provenientes do mundo da vida exercem papel relevante na construção de uma atmosfera de crise, como água jogada em formigueiro.

Daí quanto maior o reconhecimento nas esferas públicas de debate da assertabilidade do juízo moral, maior a eficácia da avaliação do ator que emite o juízo e maior o valor descritivo de seu juízo, de seu ato de fala. Dessa forma, cada vez mais o ator midiático se transfigura em um ator privilegiado da esfera pública que tem a faculdade de avaliar corretamente o mundo social.

A apresentação da mídia por ela mesma, com seu *ethos*, traz um sentido diferente ao seu papel jornalístico. A mídia, no caso deste trabalho a revista VEJA, pela força de atuação que tem na esfera pública, seja pela circulação de suas edições, seja pela referência a ela nas esferas públicas de debate, coloca-a como agente quase privilegiado da esfera pública, que, vindo de fora e indo para dentro das esferas de discussão, constitui o debate, mas que também, de dentro para fora, orienta o olhar, a fala, o discurso de quem delas participa. A revista se apresenta como uma espécie de árbitro, mas que simultaneamente faz perder a compreensão ou a pressuposição de que, enquanto tal, não está longe de ser decisivo para o jogo (político, das identidades), para a absolvição ou condenação (do discurso político e identitário). Poderia ser tentado, aqui, a atribuir-lhe uma função na esfera pública como a de um juiz num tribunal; contudo, a revista não se apresenta completamente tal e qual este. Não é um veículo ou posição que expressa, em termos jurídicos, ou veredita a decisão/deliberação de outrem, dos jurados, de outrem. Antes, é alguém que factua os acontecimentos sócio-políticos, que pretensamente re-apresenta as coisas e sua ordem no mundo, que, portanto, toma parte na defesa ou acusação. Mas, como um juiz, dá o discurso final, fecha (tenta fechar) o sentido do acontecimento, encerra o processo, sem dar o direito a recorrer da decisão.

Se, de um lado, a “desocultação”⁵⁷ da corrupção pela mídia traz o benefício de ‘levar a réu’ corruptos, de outro ela permite recair facilmente na artimanha de se resvalar de

⁵⁷ Uso aqui o termo “desocultação” emprestado de Filgueiras (2008). Contudo, ressalvo-me de que não concebo, como se pressupõe da palavra, a linguagem como algo que oculta a realidade, por exemplo, mas antes como algo que constrói realidades, já que, do contrário, cairíamos na tese representacionista de que a linguagem está aí como intermédio epistêmico do mundo, quando acreditamos ser ela a própria ação fundante de um mundo possível. O termo “desocultação”, portanto, é utilizado aqui, antes, como exemplar da postura, que analiso e discuto, de VEJA em relação à forma como faz uso da linguagem em sua participação pública no mundo da vida, tal como se fosse possível “desvelar” uma realidade que deve ser defendida a despeito de certos discursos.

situar o lugar social, político, ideológico, mas nada impessoal, de onde se fala, ao condenar por **sanção social** os atos de corrupção e aqueles que os teriam cometido. Como muito bem diz Filgueiras (2008, p. 167), a desocultação da corrupção está relacionada aos discursos políticos, à presunção de validade desses discursos, entretanto têm o diagnóstico problemático de que acabam por ressaltar um cotidiano do escândalo e da histeria ética, criando uma epidemia das delinquências do homem público, já que lhe importam elementos como reputação, carisma e capacidade de liderança do político. A desocultação da corrupção, em sua manifestação linguística, como alerta o autor, dá-se por meio de discursos assertóricos sobre a realidade empírica do político e da corrupção, num tom matizado de revelação da corrupção à opinião pública. Trata-se, segundo Filgueiras (2008, p. 168), de:

uma modalidade de produção da verdade em política, quando a corrupção se torna aparente. Significa a elaboração de discursos firmada em proposições assertóricas [...]. Dessa forma, a desocultação possui a pretensão de verdade, visto que é um ato de fala representativo, cujo objetivo é afirmar uma proposição acerca da corrupção na política.

Além do fato de que a desocultação se dá por discursos assertóricos, **monoglóssicos**, portanto designativos, ressalte-se ainda que ela é realizada, sempre, por uma comunidade de intérpretes da corrupção. Filgueiras (Ibid.) chega a apontar três atores frequentemente envolvidos ou constituintes dessa comunidade: a própria esfera de representação política, com os partidos e os atores políticos; a opinião pública influenciada pela mídia; e o Direito e seus procedimentos. Os dois primeiros operariam, segundo o autor, no plano da produção de discursos assertóricos com pretensão de validade; já o Direito seria uma espécie de narrador imparcial⁵⁸. Essa diferenciação se baseia sobretudo no fato de os

⁵⁸ A moral, segundo Filgueiras (2008), está separada da política, encontrando sua ética no Direito, que passa a enunciar os valores a serem perseguidos na prática política. Em outras palavras, a moral derivará de um plano *externo* à política, de outra esfera que, por meio de um ordenamento formal com base nos costumes e valores de cada sociedade, deve orientar a conduta correta na prática política dos cidadãos. Estes devem agir da forma como as leis prescrevem, do contrário devem sofrer penalizações que os impeçam de se desviarem dos preceitos legais instituídos. Com a passagem para a modernidade, no campo político, experimentamos uma mudança de tratamento em relação à moral. Ela deixa de ser uma questão de *virtude*, para ser uma questão de correspondência ou incorrespondência da ação ao aparato jurídico normativo. O Direito erige-se como uma instituição coercitiva, à qual devem se submeter os cidadãos, na persecução de seus interesses. Dele provém um poder de moderação, por meio do qual é possível garantir que nenhum interesse se sobreponha a outro com o prejuízo de algum cidadão, e impedir a imoralidade de interesses que beneficiem uns poucos, em detrimento de muitos, isto é, o Direito é o agente responsável por diferenciar interesses privados de interesses públicos. O bem comum, assim, é atingido como consequência da regulação crescente do mundo dos homens, que cerceie qualquer chance de um uso arbitrário do poder por parte de poucos cidadãos. Então, embora tenha seu substrato material assentado em princípios forjados a partir dos interesses dos indivíduos, a ordem jurídica de um Estado opera acima da moralidade dos interesses (FILGUEIRAS, 2008, p. 77), como um árbitro a reger o jogo da política sem dele ser considerado jogador. O Estado, que será a esfera formal legal encarregada de emitir as coordenadas da boa ação política, deve, portanto, de certa forma, estar relativamente separado tanto do governo que o rege, quanto da sociedade que lhe está, em termos institucionais, submetida. Como diz Norberto Bobbio

discursos assertóricos dos dois primeiros atores serem elaborados como base em atos de fala afirmativos que não têm a preocupação de levar a uma ética da responsabilidade no mundo político, mas apenas à sua penalização. Sua responsabilidade está implicada, portanto, numa lógica do escândalo, na condenação estrategicamente política dos atores políticos.

O jogo da transparência, com a qual a revista VEJA nas análises aqui feitas joga, tem um caráter ambíguo, já que, segundo Filgueiras (Ibid., p. 173), “a transparência [...] não implica, necessariamente, em responsabilidade” e “o entendimento [imiscuído nos atos de fala assertóricos, afirmativos, reveladores da mídia] dá lugar à estratégia, de modo que a desocultação colabora para sua (re)ocultação [da corrupção]”. Eis a lógica por que opera o discurso midiático: a do denunciamento moral, e não a da responsabilidade ética. Filgueiras, aqui, parte de uma compreensão habermasiana da interface sistema/mundo da vida para explicar o que se entende por “responsabilidade”, na sua contraposição ao denunciamento da desocultação midiática da corrupção. O “entendimento” disponibilizado na esfera pública para a opinião pública deveria ser de tal forma que pudesse, instrumentalmente, ser convertido em procedimentos nas instituições sistêmicas. Ou seja, a transparência revelada na desocultação deve levar a uma discussão que, em vez de instaurar um sentimento generalizado de crise e histeria, re-elabore novos procedimentos normativos que, do ponto de vista da responsabilidade administrativa (na qual não deveria caber considerações morais, valorativas), tornem cada vez mais eficazes as ações estratégicas orientadas a fins e conduzam a uma ordem política sempre legitimada. A verdade de uma desocultação deve ser aquela que converta entendimento em responsabilidade, via Direito, ou seja, em mecanismos eficazes de controle da corrupção.

Do ponto de vista de como e quais devem ser as consequências que importam para uma desocultação, para Filgueiras (2008) a construção de um escândalo político (re)oculta a corrupção, pois não leva à discussão de mecanismos normativos que a controlem, mas sim a um sentimento geral de crise e histeria e a um engajamento da audiência, da opinião pública, contra aqueles, no campo político, representados como corruptos ou corruptores, o que

(1995, 2002), o Estado aparece, nesse contexto, como o resultado do (às vezes perfeito, outras imperfeito, mas sempre perseguido como) processo de racionalização dos instintos, das paixões ou dos interesses, graças ao qual o terreno antes aberto para o conflito e sobrepujança de uns sobre outros se torna o reino da conservação e regulação da liberdade entre os indivíduos. As instituições estatais surgem para salvaguardar formas pelas quais os cidadãos possam canalizar e afiançar a realização de seus interesses. Entretanto, toda a engenharia institucional é fundamentada não em preceitos *a priori*, como ‘leis da natureza’, mas sim em leis positivas e racionais que devem ser capazes de fazer falar os interesses dos cidadãos. Sem isso, os anseios de cada um não poderiam encontrar esteio na sociedade em que vive e da qual participa. Assim, as leis devem, antes, responder a interesses, como moralização e naturalização dos interesses gerais de uma comunidade.

favorece a instrumentalização desse discurso assertórico veiculado midiaticamente para as esferas públicas de debate.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como foco uma compreensão da constatação da corrupção na mídia enquanto ato performativo de um discurso. De um discurso que busca representar a realidade de certa forma, que busca reconstituir as identidades de um campo social, que busca advogar um entendimento ao modo daqueles que o produzem. Muito mais do que isso, esse discurso, em torno de um ponto articulador temático, a corrupção, é sintomático de um poder de engajamento que põe aqueles que o recebem como endosso das representações que ele significa. Daí porque a atividade analítica a que desejei submeter minha audiência trazia em seu bojo o esforço político de desconstrução desse discurso, de exposição de seus mecanismos linguísticos de articulação e avaliação. Foi preciso, em um momento, antagonizar a própria identidade em que se sustentavam aqueles que constatavam a corrupção para as esferas públicas de debate, identificando estratégias linguístico-discursivas que revelassem a crença de que sua atuação linguística fazia parte de um jogo de linguagem designativo/constatativo.

Vimos no **capítulo 3** que o caráter informativo reivindicado pela mídia (por VEJA) só se realiza quando ela se posiciona e se constrói enquanto tal através dos recursos linguístico-discursivos que mobiliza na produção de seus textos e discurso, notadamente afirmações categóricas, monoglóssicas, quando não redutoras do *background* dialógico, reforçando a crença de que o uso da linguagem em suas representações discursivas faz parte de um jogo de linguagem designativo ou constatativo. Com os dois textos analisados, verificamos que a forma como os jornalistas de VEJA representam eventos ou identidades sociais em seu discurso se pauta exclusivamente por um modo de elaboração e proposição da sua voz que ora re-produz **monologicamente** a realidade dos acontecimentos, ora se ancora por estratégias discursivas que lhe dão o caráter de verdade, como o uso de informações de órgãos investigativos e o levantamento de provas e contraprovas, que dão evidência e reforçam a veracidade de suas proposições. Em certa medida, tais recursos mobilizados desempenham uma função engajadora com a audiência. Percebemos também que a presença de afirmações designativas parece construir e reforçar, para a revista, uma identidade jornalística de tipo informativo, mais comprometida com o que é fato e o que acontece, sem se permitir assumir uma ou outra posição política dentro do jogo social, político e discursivo entre vozes alternativas. Isso ajuda a sedimentar a crença de que o uso da linguagem nas representações discursivas de VEJA faz parte de um jogo de linguagem designativo ou constatativo.

No **capítulo 4**, vimos que algumas das consequências da representação midiática dos discursos, da política e das ações dos atores sociais envolvidos na constituição de eventos midiático-políticos, com destaque para o fato de as representações discursivas que VEJA, sob a voz de seus jornalistas, fazia em seus discursos convergirem para a identidade dos atores políticos, revelando marcas de antagonismo que incidem diretamente na desconstrução e, conseqüentemente, na reconstrução de novas identidades. Tais marcas de antagonismo se realizavam, nas proposições dos jornalistas de VEJA, sob a forma de avaliações atitudinais e contrações de vozes proposicionais alternativas, que tanto construíam identidades de maneira desprestigiosa, quanto ainda as comprometiam moral e juridicamente para a audiência.

Este antagonismo presente na voz dos jornalistas de VEJA foi um ponto importante para argumentarmos que, primeiro, seu uso da linguagem não é, de modo algum, informativo ou designativo e que, segundo, suas proposições põem em xeque, **contraexpectativamente**, a própria legitimidade não só das identidades dos atores sociais em questão, mas também da alternativa política e ideológica que elas representam para o mundo social. Com isso, chegamos à conclusão no **capítulo 5** de que tal forma de representação discursiva de VEJA faz que ela escape de discutir questões do âmbito político em termos claramente políticos, de se manifestar como um ator político também, que, por meio de seus discursos, interfere no domínio sobre o qual ela fala, gerando conseqüências que vão muito além do que simplesmente informar. Daí a sua tendência em tratar tais questões de forma jurídico-moralista, o que leva muitas vezes a que se assuma a ideia de que a ilegitimidade de certas ações de um ator ou grupo político, quando representadas pela revista e constituindo fenômenos midiáticos como “escândalos”, “crises” etc., é um reflexo da pretensa ilegitimidade da política visada pelo grupo representado.

No **capítulo 6**, tendo como pano de fundo as análises feitas nos capítulos anteriores, advogo que a corrupção não é apenas um fenômeno que nasce, desenvolve-se e morre somente nos espaços sistêmico-administrativos relacionados à política, independentemente do que ocorre fora desse campo. Antes, sustento a ideia de que a corrupção, enquanto um dos mecanismos indispensáveis à eclosão de uma atmosfera de crise, assume dimensões ideológicas, políticas e institucionais deslegitimadoras, principalmente quando tematizada *de fora* do mundo sistêmico da administração, da burocracia estatal e do direito, tornando-se ponto nodal recursivo de representações sociopolíticas concorrentes no mundo da vida, subjacentes às quais podemos encontrar interesses e avaliações que lutam para ordenar e narrar a realidade de modo particular. É aqui onde podemos nos deparar com o

papel desempenhado pela corrupção na constituição de uma atmosfera de crise, pois a forma como ela é representada nas reportagens da mídia, no caso de VEJA, sempre fazia apelo a juízos e avaliações que encontram sua verdade e justificação moral no Direito, ou seja, a corrupção, tematizada de fora do campo político por VEJA, é avaliada em termos jurídico-morais de tal modo que a impugnação e desaprovação dos atores políticos tornam-se apenas a consequência natural e legítima dela, tudo isso graças à forma como ela, a corrupção, é representada nos textos midiáticos. Seu caráter de ‘ferramenta’ ou ‘elemento constituinte’ surge justamente enquanto manifestação avaliativa e deslegitimadora ‘externa’ ao que ocorre dentro da máquina política, e amparada por um ordenamento moral incontestável – o Direito. Portanto, quanto mais avaliada em termos jurídico-morais é a corrupção, tanto mais ela serve como ferramenta indispensável ao surgimento de uma crise, de um escândalo; tanto mais ela se revela como uma forma de estratégia dentro do jogo político.

Partindo da conclusão acima esboçada de que não encontraríamos uma forma constativa de a mídia representar os eventos e atores políticos, especialmente em um ambiente de surgimento de denúncias contra membros do governo vigente, pude assumir com as análises o fato de haver, para o bem ou para o mal, avaliação nas reportagens. Dessa forma, a corrupção aparece nas reportagens midiáticas não como diagnóstico imparcial do que se passa no campo político, mas antes, por conta do caráter performativo, avaliativo, interventor dos atos de fala veiculados midiaticamente, como elemento constituinte de uma atmosfera de crise institucional, de um escândalo político, da deslegitimação ideológica dos atores políticos envolvidos nas representações da mídia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fabíola Sartin Dutra Parreira. Atitude: afeto, julgamento e apreciação. In: VIAN JR., Orlando; SOUZA, Anderson Alves de; ALMEIDA, Fabíola Sartin Dutra Parreira. (orgs.). **A linguagem da avaliação em língua portuguesa: estudos sistêmico-funcionais com base no sistema de avaliabilidade**. São Carlos-SP: Pedro & João, 2010, p. 99-112.

ANTÃO, Esdras Pereira. A ética no uso da linguagem: reflexões sobre o papel que a mídia reivindica para si. In: SEMANA UNIVERSITÁRIA DA UECE, 14º, 2009, Fortaleza. **Anais da XIV Semana Universitária da UECE**, Fortaleza, UECE, 2009. Comunicação oral. Disponível em: <<http://srvwebapp.uece.br:8080/anais/downloadTrabalho.jsp?arquivo=4188-23102009-162616.pdf>>. Acesso em 20/09/2010.

ARAÚJO, Inês Lacerda. A revolução wittgensteiniana: os jogos de linguagem. In: _____. **Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem**. São Paulo: Parábola, 2004.

ARCHER, Margareth. **Realist Social Theory: the morphogenetic approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

AUSTIN, John. Langshaw. **Quando dizer é fazer**. Palavras e ação. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola (orgs.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 63-90.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich; VOLOCHÍNOV, Valentin Nikolaievich. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.

BALOCCO, Anna Elizabeth; MARTIN, Jim R. Material não publicado. **Minicurso sobre Avaliabilidade**. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DE LINGÜÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL DA AMÉRICA LATINA, 4º, 2008, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

BALOCCO, Anna Elizabeth. O sistema do engajamento aplicado a espaços opinativos na mídia escrita. In: VIAN JR., O.; SOUZA, A. A. de; ALMEIDA, F. S. D. P. (orgs.). **A linguagem da avaliação em língua portuguesa: estudos sistêmico-funcionais com base no sistema de avaliabilidade**. São Carlos-SP: Pedro & João, 2010, p. 41-55.

BHASKAR, Roy. Realismo. In: BOTTOMORE, T.; OUTHWAITE, W. (eds.). **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

_____. General Introduction. In: ARCHER, Margaret *et al.* (eds.). **Critical Realism: Essential Readings**. London; New York: Routledge, 2004, p. ix-xxiv.

_____. **The possibility of naturalism**. London; New York: Routledge, 2005.

_____. **A realist theory of science**. London: Verso, 2008.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: _____; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997, p. 11-71.

BENHABIB, Seyla. Toward a deliberative model of democratic legitimacy. In: _____ (ed.). **Democracy and difference**. Contesting the boundaries of the political. Princetown; New Jersey: Princetown University Press, 1996, p. 67-94.

BEZERRA, Ada Kesea Guedes ; SILVA, Fábio Ronaldo da. Novo formato da prática política no cenário midiático; uma análise da construção da imagem pública de Lula nas eleições de 2002. In: **O Olho da História**, ano. 12, v. 9, dezembro de 2006, p. 1-13, 2006. Disponível em: <http://oolhodahistoria.org/artigos/IMAGEM-pol%EDtica%20e%20midia-ada%20e%20fabio.pdf> >. Acesso em: 15 dez. 2011.

BLOMMAERT, Jan. **Discourse**. A critical introduction. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

BOBBIO, Norberto. **Estudos sobre Hegel**. Direito, sociedade civil, Estado. Trad. Luiz Sérgio Henriques e Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. São Paulo: Brasiliense-Unesp, 1995.

_____. **Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil**. 2. ed. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CALHOUN, Craig. **Critical Social Theory**. London: Blackwell, 1995.

CAMERON, Deborah *et al.* **Researching Language: issues of power and method**. London: Routledge, 1992.

CHAUÍ, Marilena. Público, privado, despotismo. In: NOVAIS, A. (org.). **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CHOULIARAKI, Lilie.; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity**. Rethinking Critical Discourse Analysis. Edinburg: Edinburg University Press, 1999.

COHEN, Joshua. Procedure and substance in deliberative democracy. In: BENHABIB, Seyla (ed.). **Democracy and difference**. Contesting the boundaries of the political. Princetown; New Jersey: Princetown University Press, 1996, p. 95-119.

COLLIER, Andrew. **Critical Realism: an introduction to Roy Bhaskar's philosophy**. London: Verso, 1994.

_____. Language, practice and realism. In: PARKER, I. **Social Constructivism, Discourse and Realism**. London: Sage, 1998.

DERRIDA, Jacques. A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas. In: _____. **A escritura e a diferença**. Ed. 2. Tradução de Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1995, p. 229-49.

_____. **A escritura e a diferença**. Ed. 2. Tradução de Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1995.

EGGINS, S. **An introduction to systemic functional linguistics**. London; New York: Continuum, 1994.

FABRÍCIO, Branca Falabella. Lingüística aplicada como espaço de “desaprendizagem”: redescrições em curso. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 45-65.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2001.

_____. **Analysing discourse**. Textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

_____; JESSOP, Bob; SAYER, Andrew. **Critical Realism and Semiosis**. Department of Sociology, Lancaster University, 2002, p. 1-14. Disponível em: <<http://www.lancs.ac.uk/fass/sociology/papers/fairclough-jessop-sayer-critical-realism-and-semiosis.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2011.

FIGUEREDO, Giacomo Patrocínio. **Introdução ao perfil metafuncional do português brasileiro**. Belo Horizonte, 2011.383f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

FILGUEIRAS, Fernando. **Corrupção, democracia e legitimidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

FREGE, Gottlob. Sobre o sentido e a referência. In: _____. **Lógica e filosofia da Linguagem**. São Paulo: Cultrix, 1978, p. 59-86.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Tradução de Maria Luiza X. de Borges. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. **A terceira via e seus críticos**. Tradução de Rytta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GOMES, Emanuel Pedro Martins. Discurso e Antagonismo na Constituição Midiática do Escândalo Político. In: SEMANA UNIVERSITÁRIA DA UECE, 14º, 2009, Fortaleza. **Anais da XIV Semana Universitária da UECE**, Fortaleza, UECE, 2009. Comunicação oral. Disponível em <<http://srvwebapp.uece.br:8080/anais/downloadTrabalho.jsp?arquivo=4188-23102009-162616.pdf>>. Acesso em 20 set. 2010.

GOMES, Wilson. Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola (orgs.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 49-61.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 3. vol. Ed. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HABERMAS, Jürgen. Three normative models of democracy. In: BENHABIB, Seyla (ed.). **Democracy and Difference**. Contesting the boundaries of the political. Princetown; New Jersey: Princetown University Press, 1996a, p. 21-30.

_____. Further reflections on the public sphere. In: CALHOUN, Craig (ed.). **Habermas and the public sphere**. Cambridge; Massachusetts; London: The MIT Press, 1996b, p. 421-461.

_____. **Verdade e Justificação**. Ensaios Filosóficos. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **Teoria do Agir Comunicativo**, 1: racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

HALLIDAY, Michael A. K. On grammar and grammatics. In: HASAN, Ruqaiya; CLORAN, Carmel; BUTT, David G. (ed.). **Functional descriptions: theory in practice**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1996, p. 1-38.

_____; MATTHIESSEN, Christian. **An introduction to functional grammar**. 3. ed. London: Arnold, 2004.

HAMLIN, Cynthia Lins. Realismo Crítico: Um Programa de Pesquisa para as Ciências Sociais. In: **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Ano/vol. 43, número 2. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/218/21843206.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2011.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

_____. **Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HJELMSLEV, Louis. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

HORKHEIMER, Max. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **Textos Escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural, 1989, p. 31-68.

LACLAU, Ernesto. **New reflections on the revolution of our time**. London: Verso, 1990.

_____. Identity and hegemony: The role of universality in the constitution of political logics. In: BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ZIZEK, Slavoj. **Contingency, hegemony, universality**. Contemporary Dialogues on the Left. London; New York: Verso, 2000, p. 44-89.

_____. Discourse. In: GOODIN, Robert E.; PETTIT, Philip; POGGE, Thomas (eds.). **A companion to contemporary political philosophy**. Blackwell Companions to Philosophy. 2nd ed. Canberra: Blackwell Publishing Ltd., 2007, p. 541-547.

_____. **Philosophical roots of discourse theory**. Centre for Theoretical Studies in the Humanities and Social Sciences. Disponível em: <http://www.essex.ac.uk/centres/TheoStud/documents_and_files/pdf/Laclau%20-%20philosophical%20roots%20of%20discourse%20theory.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2011.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Post-Marxism without apologies? In: LACLAU, Ernesto. **New reflections on the revolution of our time**. London: Verso, 1990.

_____. **Hegemony and socialist strategy**. London; New York: Verso, 2001.

LAGE, Nilson. **Ideologia e Técnica da Notícia**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2001.

MAIA, Rousiley. Mídia e vida pública: modos de abordagem. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola (orgs.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 11-46.

MARTIN, Jim R.; WHITE, Peter R. R. **The language of evaluation**: appraisal in English. London: Palgrave, 2005.

MELO, Sandra Helena Dias de. **Identidade, ética e linguagem**: uma análise pragmática das práticas discursivas na Imprensa (ou como fazer um “bom” jornalismo com palavras). Campinas, 2005. 212f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade de Campinas, 2005.

MENDONÇA, Daniel de. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. In: **Ciências Sociais Unisinos**, setembro-dezembro, vol. 43, número 003, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Brasil, 2007, p. 249-258.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MOUFFE, Chantal. **Le politique et ses enjeux**. Pour une démocratie plurielle. Paris: Éditions La Découverte, 1994.

_____. **On the political**. London; New York: Routledge, 2005.

_____. **The democratic paradox**. London; New York: Verso, 2009.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

OTTONI, Paulo. **Visão performativa da linguagem**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

PENNYCOOK, Alastair. **Critical Applied Linguistics**: a critical introduction. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 2001.

PINTO, Rosalice. A heterogeneidade constitutiva e o ethos no editorial português. **Calidoscópico - Revista de Linguística Aplicada**, São Leopoldo, Unisinos, v. 2, n. 2, p. 25-32, jul./dez. 2004.

PIOVEZANI FILHO, Carlos Félix. Política midiaticizada e mídia politizada: fronteiras mitigadas na pós-modernidade. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003.

PRADO, José Luiz Aidar; CAZELOTO, Edílson. Valor e comunicação no capitalismo globalizado. In: **E-Compós**, Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, n. 6, setembro, Brasília, 2006, p. 1-17. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/93/93>>. Acesso em: 4 jan. 2012.

RAWLS, John. **Political liberalism**. New York: Columbia University Press, 1996.

_____. **A theory of justice**. Cambridge; Massachusetts; London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2005.

RAMALHO, Viviane. Análise de Discurso e Realismo Crítico: princípios para uma abordagem crítica explanatória do discurso. In: **Anais da XII Conferência Anual da IACR - International Association for Critical Realism**. Realismo e emancipação humana. Um outro mundo é possível? Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói/RJ, 2009.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 1995.

SAYER, Andrew. Características-chave do Realismo Crítico na prática: um breve resumo. **Estudos de Sociologia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**, 6. 2: 7-32, 2000.

SOARES, Murilo Cesar. VEJA e a construção do CR-P nas eleições presidenciais de 1998. In: **Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (VIII COMPÓS)**, 8º, 1999, Belo Horizonte. CD-ROM: Anais do 8o. Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação. GT: COMPOL. Minas Gerais: UFMG, 1999. p. 1-13.

TAYLOR, C. **Source of the Self**. Cambridge MA: Havard University Press, 1989.

THOMPSON, John. B. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Vozes, 2005.

VIAN JR., Orlando. Engajamento: monoglossia e heteroglossia. In: VIAN JR., O.; SOUZA, A. A. de; ALMEIDA, F. S. D. P. (orgs.). **A linguagem da avaliação em língua portuguesa: estudos sistêmico-funcionais com base no sistema de avaliatividade**. São Carlos-SP: Pedro & João, 2010, p. 33-40.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

ANEXOS

ANEXO A

siga esses escândalos 

A segunda queda de Palocci

VOLTAR



ANTONIO PALOCCI | ALUIZIO MERCADANTE | ALFREDO NASCIMENTO | WAGNER ROSSI | PEDRO NOVAIS | MÁRIO NEGROMONTE | ORLANDO SILVA | CARLOS LÚPI

A segunda queda de Palocci

Acervo digital VEJA 17
edição 2220 pg.68 

o ESCÂNDALO | REAÇÕES | A POSIÇÃO DE DILMA | FIQUE DE OLHO

A presidente adiou ao máximo a demissão de Palocci, homem forte de sua campanha presidencial e principal articulador político do governo. Mas ao espantoso salto patrimonial de Palocci, somaram-se novas suspeitas, como a do apartamento avaliado em 4 milhões de reais que o ministro aluga de uma empresa de fachada, conforme revelado por VEJA. Lula chegou a sair em defesa de seu ex-ministro da Fazenda, mas Dilma concluiu que a saída de Palocci seria a única maneira de pôr fim à primeira grave crise de seu mandato - e deixar claro que Lula já não dava a palavra final no Planalto.

ANEXO B



Disponível em: <http://veja.abril.com.br/250505/p_038.html>. Acesso em: 12 fev. 2013.